



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Elsa Catarina Petinga Lourenço

Autarquias e Turismo

**Estratégias e programação para a geração de dinâmicas de
desenvolvimento local: o caso da Golegã**

Dissertação de Mestrado

Orientado por: Professor Coordenador Doutor Luís Mota Figueira.

Instituto Politécnico de Tomar

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre
em Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural

Aos meus pais...

RESUMO

Volvidos que estão 100 anos após a institucionalização do turismo em Portugal, esta dissertação pretendeu enquadrar o envolvimento e implicações dos Municípios na política turística e cultural da actualidade, particularizando com o caso de estudo da Golegã. Sendo nosso objectivo principal compreender as estratégias e a programação levadas a cabo pelo Município no sentido de gerar desenvolvimento, demos a conhecer um Concelho, detentor de um excelente património com séculos de existência e outro recentemente edificado, e que soube ao longo da última década manter a sua tradição, a sua identidade, aliando-a à modernidade, fomentando paralelamente o turismo. Concluímos, que com o devido planeamento, articulação com restantes políticas sectoriais de valorização dos recursos e património locais, com a participação da comunidade local, com programas de promoção turística a desenvolver, mas que protejam e valorizem as características do património natural e cultural, o turismo cultural e o turismo equestre, enquanto modalidade deste, bem como o turismo de natureza têm potencialidades para apoiar as dinâmicas de desenvolvimento local.

Palavras Chave: Turismo, Poder Local, Desenvolvimento, Cavalo, Rota do Cavalo e do Ribatejo

ABSTRACT

100 years after the institutionalization of tourism in Portugal, this thesis sought to circumscribe the implications and involvement of municipalities in tourism and cultural politics of today, distinguishing the case study of Golegã. Being our main objective to understand the strategies and planning undertaken by the municipality in order to generate development, we gave to know a municipality, that holds a great heritage with centuries old and another one newly built and has succeeded over the last decade to keep the tradition, the identity, allied to modernity, while fostering tourism. We conclude that with proper planning, coordination with other policies for use of resources and heritage sites, with the participation of the local community, with tourism promotion programs to develop, but that protect and exploit the characteristics of natural and cultural heritage, the equestrian tourism and cultural tourism, as well as nature tourism, have the potential to support local development dynamics.

Keywords: Turism, Local Empowerment, Development, Horse, Horse and Ribatejo's Route

AGRADECIMENTOS

Na verdade, enveredar pela área do turismo não fazia parte dos nossos planos profissionais há uma década atrás. Licenciada em Gestão de Empresas – Finanças Empresariais, era uma área um pouco distante desta nova paixão, que surge no decorrer da nossa caminhada profissional na Câmara Municipal da Golegã.

Constatámos e atestámos que tinham razão, aqueles que nos alertavam para o facto de ser uma caminhada solitária o elaborar de uma dissertação. Deu-nos prazer e talvez alguma angústia o não saber se corresponderia minimamente às expectativas criadas por aqueles que nos apoiaram e que nos fizeram continuar e desejar terminá-la o mais breve possível, embora com a promessa de nos propormos a outro desafio logo de seguida.

Não poderíamos deixar de agradecer, àqueles que propiciaram e permitiram que hoje sejamos quem somos, os nossos **Pais**, que sempre nos apoiaram e deram força para seguir em frente. À nossa família e aos nossos poucos mas bons amigos.

Ao Doutor Luís Mota Figueira, nosso e mentor desde há muitos anos, que sempre nos incentivou e em nós confiou.

Ao Dr. José Veiga Maltez por tudo o que nos ensinou...

Ao João Pinto Coelho e ao Rogério Leandro pelo apoio no desenho da Rota e à Fabiana Freire pela leitura atenta.

A todos aqueles que pacientemente nos ouviram e colaboraram na resposta às questões das nossas entrevistas.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	3
CAPÍTULO I	
1. O PODER LOCAL	
1.1. O Percurso.....	9
1.2. Pós-25 de Abril.....	11
1.3. Autonomia do Poder Local	16
1.4. Princípio da Subsidiariedade	18
1.5. Poder Local e Desenvolvimento Local	20
1.6. Poder Local e Turismo.....	21
2. CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO	
2.1. Desenvolvimento	24
2.2. Desenvolvimento sustentável.....	25
2.3. Desenvolvimento local	27
2.4. Desenvolvimento endógeno.....	29
2.5. Desenvolvimento rural	30
3. O TURISMO	
3.1. Conceitos de Turismo.....	33
3.2. O estado da arte – enquadramento mundial e nacional	35
3.3. Perspectivas futuras	37
3.4. O Turismo Cultural	39
3.4.1.O Turismo Cultural em Portugal – O Touring Cultural e Paisagístico	40
3.4.2.A Relevância das Rotas Temáticas	42
3.4.3.Casos de Sucesso Nacionais	44
3.5. O turismo enquanto componente da estratégia de desenvolvimento	46
3.5.1.Utilização dos Recursos Locais	47
3.5.2.Efeitos e repercussões	48
3.5.3. Sustentabilidade	52
3.5.4. Características e objectivos da prática turística a nível local ...	

CAPÍTULO II

4. ESTUDO DE CASO – Golegã: Caracterização do contexto de estudo	
4.1. História, Cultura e Território	
4.1.1. Golegã	55
4.1.2. Azinhaga	57
4.2. Diagnóstico e caracterização	
4.2.1. Localização e enquadramento externo do território	58
4.2.2. Acessibilidades e caracterização sócio-económica	60
4.2.3. Actividades económicas e particularidades do sector turístico	
4.2.3.1. Actividades Económicas	64
4.2.3.2. Sector Turístico	67
4.2.3.2.1. Marketing Territorial	74
4.2.3.2.2. Parcerias e Geminações	79
4.2.3.2.3. Valores gastos em cultura e turismo	81
4.2.3.2.4. Visitas aos Museus	82
4.2.3.2.5. Alojamento – Dormidas	82
4.2.3.2.6. Turismo Equestre	84
5. RECURSOS TURÍSTICOS E ATRACTIVIDADE	85
5.1. Património Material e Imaterial	86
5.2. Património Natural e Paisagístico	91
5.3. Eventos Expressão Turística	92
6. REDE DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS	
6.1. Cultura e Recreio	94
6.2. Desporto e Lazer	96
6.3. Ensino e Formação Profissional	97
6.4. Saúde	98
6.5. Outros equipamentos e infra-estruturas relevantes para o turismo	
6.5.1. Rede Transportes	98
6.5.2. Corpo de Bombeiros e Protecção Civil	99
6.5.3. Forças Segurança	99
6.5.4. Posto de Turismo	99
6.5.5. Parque Municipal de Campismo	99

7. PROCURA TURÍSTICA NA GOLEGÃ: DIAGNÓSTICO SINTESE	
7.1. Análise SWOT	100
7.2. Inquéritos	102
7.3. Síntese do Diagnóstico	106
7.3.1. Recursos (potencialidades) turísticos existentes no Concelho ..	107
7.3.2. Recursos (potencialidades) turísticos ainda não explorados	108
7.3.3. Coordenação/interacção entre actores territoriais que seja criadora de valor para o território.....	111
7.3.4. Papel dos recursos turísticos do território, no processo de desenvolvimento	112
7.3.5. Papel actual e futuro da Rota do Cavalo e do Ribatejo, na dinâmica turística do Concelho	113
CAPÍTULO III	
8. ROTA DO CAVALO E DO RIBATEJO - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	
8.1. Estado actual	115
8.2. Caracterização Geral e estruturação de percursos	
8.2.1. Um modelo de Rota Temática	117
8.2.2. Os percursos da Rota do Cavalo e do Ribatejo – apresentação e caracterização específica	119
8.2.2.1. Itinerário 1	121
8.2.2.2. Itinerário 2	127
8.3. Recomendações Técnicas	131
Conclusões	134
Bibliografia	137
Anexos	144

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Abordagem Desenvolvimento Local (QREN)	27
Quadro 2	Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%).	60
Quadro 3	Evolução dos comportamentos demográficos (%)	62
Quadro 4	Evolução da estrutura etária da população residente (%)	63
Quadro 5	Estrutura da população activa nas Freguesias por sectores em 2001	65
Quadro 6	Taxa de actividades nas Freguesias em 1991 e 2001 (%)	65
Quadro 7	Evolução do desemprego registado no concelho da Golegã (2004 a 2009)	66
Quadro 8	Evolução da população desempregada (%)	66
Quadro 9	Património artístico	89
Quadro 10	Património fotográfico	90
Quadro 11	Património imaterial I	90
Quadro 12	Património imaterial II	91
Quadro 13	Auditórios e outros espaços municipais	95

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Esquema metodológico	8
Figura 2	Inserção do Concelho no País	59
Figura 3	Pirâmide Etária do Concelho da Golegã	64
Figura 4	Subsistema Urbano Lezíria do Tejo	68
Figura 5	Modelo territorial da Região do Oeste e Vale do Tejo	69
Figura 6	Níveis de CUT	70
Figura 7	Estrutura de gestão do PROT Turismo e Lazer	71
Figura 8	Critérios de Ordenamento	72
Figura 9	Modelo de Rota	116
Figura 10	Itinerário Golegã Património – Circuito “Ermidas, Capelas e Igrejas” ..	124
Figura 11	Itinerário Golegã Património – Circuito “Pintura, Escultura e Fotografia”	125
Figura 12	Itinerário Golegã Património – Circuito “Azzancha”	126
Figura 13	Itinerário Ribatejo – Circuito “Quintas, Cavalos e Campo”	129
Figura 14	Itinerário Ribatejo – Circuito “Templário”	130

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Regiões emissoras de turistas	39
Gráfico 2	Mercados emissores de turistas 2004	40
Gráfico 3	Mercados emissores de turistas 2006	40
Gráfico 4	Evolução da população no Concelho da Golegã	61
Gráfico 5	População residente empregada, por sector de actividade, no Concelho da Golegã 1991 e 2001	64
Gráfico 6	Valores gastos em cultura e turismo	81
Gráfico 7	Valores transferidos para associações culturais	81
Gráfico 8	Visitas Casa-Estúdio Carlos Relvas	82
Gráfico 9	Visitas Equuspolis	82
Gráfico	Parque de Campismo – nº de dormidas	83
Gráfico 11	Sporthotel – nº de dormidas	83
Gráfico 12	Hotel Lusitano - % de ocupação	83
Gráfico 13	Apartamentos ANTE/Lusitanus (nº de dormidas)	83
Gráfico 14	Relevância do Turismo Equestre segundo os agentes turísticos da Golegã	84
Gráfico 15	Percepção dos agentes turísticos respeitante ao turismo equestre	84
Gráfico 16	Acervo médio por biblioteca	94
Gráfico 17	Número de utilizadores que requisitaram o acervo das bibliotecas	94
Gráfico 18	Género	102
Gráfico 19	Idades	102
Gráfico 20	Habilitações literárias	103
Gráfico 21	Localidades de residência	103
Gráfico 22	Número de dias de visita à Golegã	103
Gráfico 23	Perfil da viagem	103
Gráfico 24	Fontes de informação	104
Gráfico 25	Informação promocional	104
Gráfico 26	Sinalização turística	104
Gráfico 27	Satisfação turística	105
Gráfico 28	Gastos efectuados na Golegã durante a Feira	106
Gráfico 29	Palavras que caracterizam a Golegã	106

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1	Síntese comparativa entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.	145
Anexo 2	Resumo “Resolução sobre Turismo e Poder Local”	147
Anexo 3	Eixos PEGASO	148
Anexo 4	Património religioso	149
Anexo 5	Quintas do Concelho	152
Anexo 6	Museu Municipal Martins Correia	155
Anexo 7	Casa-Estúdio Carlos Relvas	156
Anexo 8	Museu Rural	157
Anexo 9	Equipamentos desportivos	158
Anexo 10	Inquérito Aplicado (Exemplo)	159
Anexo 11	Listagem de entrevistados	160
Anexo 12	Guião da Entrevista	161
Anexo 13	Entrevistas	162
Anexo 14	Mapa da Rota do Cavalo e do Ribatejo	204
Anexo 15	Restauração do Concelho	205
Anexo 16	Alojamento no Concelho	207

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

CCDRLVT – Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CEAL – Carta Europeia da Autonomia Local

CESPOGA – Centro de Estudos Politécnicos da Golegã

CNC – Centro Nacional de Cultura

CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

CRP – Constituição da República Portuguesa

CUT – Centralidades Urbano-Turísticas

ICNB – Instituto Conservação da Natureza e da Biosfera

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

MC – Ministério da Cultura

NUTS – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDM – Plano Director Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PIT – Produto de Interesse Turístico

PNT – Plano Nacional do Turismo

POC – Plano Operacional da Cultura

PRACE – Programa de Reestruturação da administração Central do Estado

PROTAML – Programa de Ordenamento do Território da

PROTLVT – Programa de Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

T-LVT – Turismo de Lisboa e vale do Tejo

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WTTC – World Travel Tourism Council

Introdução

A programação e a estratégica de planeamento territorial ao nível turístico nas autarquias são assuntos ainda não estudados com a profundidade que merecem, embora o turismo seja uma das actividades económicas mais importantes do séc. XXI do ponto de vista da competitividade territorial. O estudo de caso da Golegã mereceu, por isso, a nossa atenção especial.

Assim e considerando a importância do turismo e no sentido de perceber e enquadrar o envolvimento e implicações dos Municípios na política turística e cultural da actualidade, importa proceder a uma pequena abordagem relativa à evolução do Municipalismo em Portugal e aos sucessivos apelos à intervenção na Cultura e no Turismo, a qual será efectuada no Ponto 1.

O Poder Local apresenta-se como “(...) *o principal actor da mudança social, criando, através de múltiplos programas municipais, traduzidos em investimentos de infra-estruturação económica e sócio-cultural, importantes condições para a modernização e melhoria dos estilos de vida dos grupos sociais locais e para o próprio desenvolvimento económico. A intervenção municipal continua a ser entendida como promotor essencial do desenvolvimento local.*” (Reis, 1993:75-92)

Baseados num desenvolvimento endógeno, o qual de acordo com Polèse (1998, citado em Cadima e Vareiro, 2007:471) se consubstancia na “(...) *esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber fazer”) dos habitantes e das empresas da região*”, estamos conscientes de que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento das economias contemporâneas, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementados de forma sustentada. De facto, ao implicar uma rede complexa de actividades económicas envolvidas no fornecimento de alojamento, alimentação e bebidas, transportes, entretenimento e outros serviços para os turistas, o turismo é um elemento estruturante da economia (OMT, 2008).

Existe assim uma convicção de que a comunidade local de determinado território dispõe de capacidades para desencadear as adaptações mais adequadas às alterações do mercado internacional e, partindo das suas potencialidades e objectivos, orientar o processo de desenvolvimento local. Esta nova interpretação do desenvolvimento destaca o

papel dos agentes locais, como as instituições, públicas e privadas, a administração local, as empresas e os próprios munícipes, como intervenientes privilegiados no processo de transformação económica e social.

A investigação que aqui se empreende vai situar-se metodologicamente neste paradigma, considerando que a actividade turística constitui uma forma de aproveitamento dos recursos endógenos do território, participando no processo de desenvolvimento local ao integrar-se na organização global do seu sistema produtivo e não funcionando como uma prática isolada, individual ou autónoma.

Na actualidade e consequência da modernização em curso, esta é a grande base de desenvolvimento da Golegã, outrora exclusivamente centro intensivo de produção agrícola e pecuária.

Neste sentido esta dissertação surge da necessidade de percebermos o fenómeno turístico na Golegã, enquanto estratégia autárquica, e compreendermos se os recursos endógenos do território autárquico e o turismo têm contribuído para o desenvolvimento local, sendo esta a nossa pergunta de partida. Estudar o papel da autarquia (e o exercício do seu Presidente), e a Rota do Cavalo e do Ribatejo no contexto turístico presente e futuro, foram outras componentes a que tentámos responder.

Metodologia

1. Definição da problemática e objectivos do estudo

Iniciamos o estudo focando o papel do Poder Local como organização de administração do território. Fazemos um pequeno comentário histórico, com o objectivo de enunciar, seguidamente, a questão do desenvolvimento. Depois, em espaço próprio, apresentamos o Turismo e consideramos o seu papel nos processos de desenvolvimento de base territorial.

Numa perspectiva de ligar a pergunta de partida, sustentada na ideia que a estratégia e programação cultural e turística suscitam dinâmicas de desenvolvimento local e na constatação de como essas dinâmicas se expressam na governação do Município goleganense, focaremos com maior detalhe o problema do turismo de iniciativa local. Claro que, neste particular, focamos o papel do município e as oportunidades que ele proporciona aos operadores que, no terreno, formatam comercialmente os produtos turísticos locais.

Aplicamos o estudo de caso, a análise SWOT que se impõe e, a caracterização da procura turística. Abordaremos, em síntese, as principais linhas de programação e estratégia municipais, e por fim, fazemos uma proposta de intervenção, através da Rota do Cavalo e do Ribatejo, que se constitui como a componente da dissertação objectivamente orientada à resolução de um problema de formatação turística de iniciativa autárquica. A nossa condição de técnica superior autárquica impeliu-nos a este compromisso. Assim, audaciosamente, propomos uma estratégia adequada que culminará com as recomendações técnicas finais. A conclusão da nossa pesquisa pretende elucidar sobre o modo como nos propomos a resolver um problema e, de facto, como encontramos vias de solução em sede de dissertação.

Neste sentido e para atingir os objectivos propostos, a presente dissertação desenrolou-se em três fases. A primeira, consistiu na pesquisa bibliográfica e documental, com o objectivo de evidenciar certos aspectos do fenómeno estudado e abrir pistas de reflexão. Na segunda fase, de modo a identificar a situação em termos turísticos, procedemos, numa primeira etapa, à avaliação dos recursos endógenos do território e, numa segunda etapa, efectuámos uma análise SWOT, procurámos a perspectiva dos turistas – através de 178 inquéritos realizados –, e dos actores locais – através de 22

entrevistas. Para finalizar, contextualizámos a Rota do Cavalo e do Ribatejo – produto turístico de excelência, com o objectivo de propor uma formatação inicial que permita a sua implementação, de facto.

Paralelamente, à elaboração desta dissertação desenvolvemos algum trabalho em redor da temática sobre a qual nos debruçamos, tendo participado em workshops e conferências, das quais destacamos:

- “*A Casa-Estúdio Carlos Relvas – política autárquica, gestão turístico-cultural e criação de novo conhecimento*” - Workshop Conservação de Património e Museus no Contexto Autárquico. ICOM Portugal . Eco-Museu do Seixal . 24/11/2009
- “*Factores de Qualificação de Exercício do Poder Local e sua Influência no Sector do Turismo*” - 1^{as} Jornadas de M.I.A. . Instituto Politécnico de Tomar. 29/10/2010
- “*Património, Arte e Cultura na Golegã*” - Colóquio Arte, Cultura e Património no Ribatejo. Câmara Municipal da Golegã e Universidade Lusíada de Lisboa. 9_10/11/2010

2. Caracterização do Estudo e Opções Metodológicas

Esta dissertação é assumidamente um trabalho de pesquisa de um actor participante, por vezes comprometido, no desenvolvimento das situações que analisa. Contudo, este comprometimento não deve prejudicar na procura de objectividade de análise dos dados obtidos. Estamos alertados para a necessidade de um distanciamento afectivo e tentaremos encontrar a objectividade possível. Pensamos como Costa (1986:147) que é ingénuo confundir objectividade com impessoalidade. Segundo o mesmo autor não é pelo facto de um objecto ser “*exótico*” para o investigador que fica garantida a objectividade no respectivo conhecimento e não é por um quadro social ser “*familiar*” que ele se conhece, pois “*(...) se numa floresta de exotismos não se distingue o singular, na banalidade do familiar não se distingue o comum (...)*”, tornando-se, por isso, necessário, como as perspectivas etnográficas sugerem, questionar o exótico transformando-o em familiar e questionar o familiar tornando-o exótico. O facto de se reconhecerem estes constrangimentos e de se aceitarem como tal são na nossa opinião, um passo importante para a procura de objectividade, recorrendo sempre ao quadro referencial teórico definido que orienta a pesquisa.

2.1. *Características do Estudo*

Considerando os objectivos do estudo, optámos por processos metodológicos que põem em evidência o discurso do actor e em que o nosso papel como investigador será direccionado para uma análise compreensiva e interpretativa dos dados de opinião recolhidos. O modo de investigação considerado mais adequado foi o estudo de caso e, como nos diz Nóvoa (1992:30), “(...) *as opções científicas e metodológicas devem pautar-se por critérios de coerência e pertinência em relação ao objecto de estudo e não por uma qualquer decisão apriorística sobre a validade das teorias ou das práticas de investigação.*”. Este estudo segue a metodologia de um “estudo de caso”, na perspectiva definida por Cohen e Mannion (1985), Stenhouse (1985), Ludke e André (1986), uma vez que se limita a um concelho sobre a qual se pretende realizar uma pesquisa interpretativa e reflexiva. Desta forma, orientada essencialmente por objectivos de natureza descritiva e interpretativa, a nossa pesquisa, enquanto estudo de uma situação, pretende abordar “algo de singular” e com “um valor em si mesmo” (Ludke e André, 1986:17).

Um estudo de caso é sempre bem delimitado, pode ser semelhante a outros já realizados, mas tem sempre um carácter distinto, próprio. O objecto estudado é tratado como único, como uma representação singular da realidade. Como tal, não é preocupação de um estudo de caso fazer generalização dos resultados. Bogdan e Biklen (1994), citados por Carmo e Ferreira (1998:181), referem que “(...) *a preocupação central não é a de saber se os resultados são susceptíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados*”.

3. *Procedimentos Técnicos de Recolha e Análise dos Dados*

Considerando o que caracteriza um estudo de caso entendemos necessária a aplicação de métodos sensíveis à complexidade, adaptados ao contexto – o Concelho da Golegã –. Assim, recorreremos à análise documental, às entrevistas, aos inquéritos e à análise SWOT. Esta opção prende-se naturalmente com os objectivos do estudo (ou as finalidades) e com os condicionalismos existentes.

Reconhecemos com Bogdan e Biklen (1994) que em investigação qualitativa, as entrevistas podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados, o que na realidade veio a acontecer no nosso estudo de caso.

A entrevista em investigação tem como objectivo a produção de um discurso sobre um determinado tema, no âmbito da problemática a investigar. A entrevista constitui um

método de recolha de informações, no seu sentido mais rico, sendo a sua utilização especialmente adequada quando se pretende analisar, entre outros, o sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com que se vêem confrontados, nomeadamente os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das suas experiências (Quivy e Van Campenhoudt, 1992).

A análise documental centrou-se nos documentos basilares da autarquia e procurou ser “*equilibrada*” (Bell, 1997) e adequada ao tempo disponível, de modo a garantir condições de exequibilidade (Bento, 2000).

3.1. Técnicas de Recolha de Dados

3.1.1. A Análise Documental

A documentação analisada refere-se ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, ao PDM, Documentos Técnicos, entre os quais, documentos da CCDRLVT, ANMP, Estudos Autárquicos, Carta Educativa, Carta Equipamentos Sociais, Boletins Municipais, dados do INE e IEFP, entre outros. Todos estes documentos foram objecto de leitura e análise antes da realização das entrevistas.

3.1.2. A Entrevista e o Inquérito

A entrevista é o instrumento por excelência da investigação do tipo qualitativo, porque é um método de obtenção de informação e dados, na linguagem própria dos sujeitos e caracteriza-se pelo contacto directo entre o entrevistador e o seu interlocutor, havendo, portanto, uma troca e uma interacção. Optou-se por uma entrevista do tipo semi-directivo que, na opinião de Quivy (1992), tem o objectivo de “(...) *aprofundar elementos e trazer uma abordagem hipotética mais qualificada*”. Com as entrevistas pretendemos “(...) *recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a forma como os sujeitos interpretam aspectos do mundo*” (Bogdan e Bilken, 1994: 134).

Ao fazer a entrevista, o entrevistador requer de toda a sua capacidade de atenção e de paciência: “(...) *se não souber porque é que os sujeitos respondem de uma determinada maneira, terá de esperar para encontrar a explicação total. Os entrevistadores tem de ser detectives, reunindo partes de conversas, histórias pessoais e experiências, numa tentativa de compreender a perspectiva pessoal do sujeito*” (Bogdan e Biklen, 1994:139).

No planeamento e condução das entrevistas, conscientes de que esta técnica “(...) *pela sua subjectividade inerente, teria de ser aplicada com habilidade, seria morosa, conteria perigos de parcialidade e careceria de um ambiente favorável para ser desenvolvida com sucesso*” (Bento, 2000:142). Tivemos a preocupação de informar sobre a natureza do trabalho e sobre as suas finalidades, valorizámos o contributo dos intervenientes, para o êxito do mesmo e aplicabilidade futura. Tentámos não influenciar as respostas – evitando o risco de parcialidade ou de contaminação – e não partir de premissas ofensivas para as entrevistadas.

Pelas razões apontadas, a aplicação deste tipo de entrevista - semi-directivo – implica a elaboração prévia de um guião, a formulação das questões foi a mais aberta possível, de forma a permitir “(...) *recolher os testemunhos e as interpretações de interlocutores, respeitando o seu próprio quadro de referência, a sua linguagem e as suas categorias mentais.*” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 195).

O guião das entrevistas (Anexo 12) foi aplicado a vinte e dois actores locais (Anexo 11), os quais considerámos representativos para o estudo em causa. Entrevistámos dois dos representantes políticos do Concelho: os Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da Golegã, o Presidente do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto responsável máximo pela estrutura regional de turismo, o Presidente da Associação Nacional de Turismo Equestre, associação com grande dinâmica concelhia, no âmbito do turismo e do ensino equestre, bem como, representantes dos restaurantes, da hotelaria, do associativismo local, da educação, das questões sociais, do comércio local, do artesanato, dos serviços ligados à temática do cavalo, entre outros elementos da comunidade.

As entrevistas realizaram-se durante o mês de Novembro de 2010 e a sua duração foi em média de 40 minutos, com uma amplitude mínima de 15 minutos e uma amplitude máxima de 1h36m minutos. Foram na sua maioria realizadas presencialmente, gravadas com a permissão dos entrevistados e posteriormente passadas a escrito. Apenas seis entrevistas foram realizadas via correio electrónico, devido à dificuldade de concertação de horários. De ressaltar, que devido ao facto de serem entrevistas semi-directivas permitiu aos entrevistados uma abrangência de temas, nem sempre, necessários a esta investigação, sendo que algumas intervenções não foram transcritas.

O inquérito foi outra das metodologias usada, sendo certo que não foram utilizados todos os métodos científicos inerentes à sua aplicação, sendo no entanto, nosso objectivo e

conforme atesta Matalon e Ghiglione “Realizar um inquérito é interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma generalização” (2005:2). A população escolhida para a sua aplicação foram os visitantes/turistas da Feira Nacional do Cavalo, realizada no ano 2009, sendo aplicados durante a semana em que decorreu, tendo sido efectuada uma análise estatística expedita.

3.1.3. Análise SWOT

A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise do cenário, usada como base para gestão e planeamento estratégico de uma organização ou empresa, mas pode, devido à sua simplicidade, ser usada para qualquer tipo de análise de cenário. A análise SWOT é um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão (Tarapanoff, 2001). O termo SWOT é o acrónimo de *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas, *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Segundo Tarapanoff (2001), corresponde à identificação, por parte de uma organização, e de forma integrada, dos principais aspectos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto ao nível interno como externo (forma como a organização se relaciona com o seu meio envolvente).

Sucintamente, a metodologia de estudo foi a seguinte:

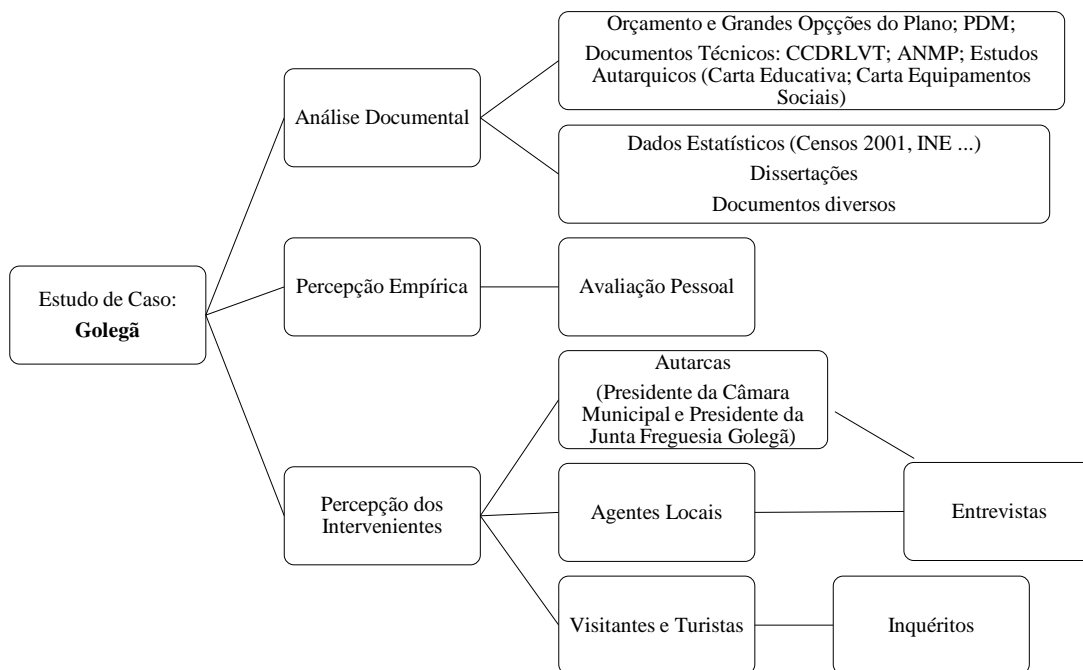


Figura 1 – Esquema Metodológico
 Fonte: Elaboração Própria (2010)

CAPITULO I

1. O poder local

1.1. O percurso

No sentido de perceber e enquadrar o envolvimento e implicações dos Municípios na política turística e cultural da actualidade, importa proceder a uma pequena abordagem relativa à evolução do Municipalismo em Portugal e aos sucessivos apelos à intervenção na Cultura e no Turismo. Concentrámos a nossa atenção a partir do período liberal.

Neste período, no Concelho, havia duas estruturas de configuração e peso distintos: a Câmara Municipal e o Administrador. A Câmara era eleita por voto censitário, apenas reservado a uma minoria de pessoas, por sua vez composta por alfabetizados e possuidores de determinados rendimentos. A figura principal do Concelho era o Administrador, nomeado pelo Governo, sendo o responsável pela gestão quotidiana do Município e pela fiscalização das deliberações do órgão colegial. Este por seu lado, estava na dependência tanto administrativa como política do Governador Civil.

Apesar das sucessivas reformas administrativas que se verificaram neste período, *“(...) o liberalismo instaurou uma administração local centrista e hierarquizada que visava o controlo efectivo do território nacional e das comunidades locais a partir do «Terreiro do Paço» em que esta mais do que representante das populações, era o longo braço de um Estado moderno em construção e do governo central que o controlava (...). As dificuldades financeiras reduziam ainda mais o papel das câmaras a meros veículos administrativos e de controlo político.”* (Silveira e Sousa, 1995:222).

Durante a República, o Concelho subsistiu no quadro da afirmação territorial do liberalismo oitocentista autárquico, uma vez que aquele se constituía como única instância de afirmação autárquica, e única colectividade territorial fora do Estado, dotada de personalidade jurídica. A República prometera aos Municípios mais autonomia e, sobretudo, mais poder político. No entanto, tal intenção não se traduziu na prática: não tendo sido dotados de capacidade de autogovernança, permaneceram sujeitos ao zelo dos governantes, magistrados políticos de confiança do Governo.

Com o Estado Novo, regime político que durou quase cinquenta anos, iniciado com o levantamento militar de 28 de Maio de 1926, verificaram-se modificações no seio dos Municípios. A tendência centralizadora acentuou-se com a entrada de Oliveira Salazar para

o Governo da ditadura militar. Enquanto Ministro das Finanças “(...) *dotado de poderes praticamente ilimitados, não permitiria, em qualquer das circunstâncias, que houvesse algum tipo de autonomia das Autarquias Locais se ela pudesse pôr em causa a eficácia da máquina que “gravitava”, em completa dependência, em torno do Ministério das Finanças, estrutura centralizadora e poderosa.*” (Oliveira, 1995:306).

Aliado a este facto, a reforma do Código Administrativo (1936-1940), elaborada por Marcelo Caetano, uma das grandes reformas deste período, insistiu na centralização, esvaziando de poder as estruturas municipais. Os Presidentes de Câmara e Regedores de Freguesias passaram a ser nomeados pelo poder central. As autarquias estavam sujeitas a apertada tutela administrativa e não dispunham de receitas próprias: eram financiadas por subsídios e participações concedidas pelo poder central, sem obediência rigorosa a qualquer critério de distribuição. O Presidente de Câmara assumia um papel de súbdito em relação à política imposta pelo Governo. Os executivos municipais estavam limitados, assim, a exercer apenas a função de controlo, fiscalizando o cumprimento de normas definidas centralmente. A maior ou menor eficácia da sua acção dependia da capacidade de romper, por intermédio de influências pessoais, a paralisia da burocracia estatal. O Município foi então o local de cruzamento da Administração Autárquica com a administração periférica do Estado, corporizado no Presidente de Câmara, em que o centro, procurando controlar a periferia, lhe impunha as suas concepções (Bilhim, 2004: 8-10).

Em termos de divisão administrativa, a constituição de 1933 introduziu novamente as Províncias que passaram a ser onze (Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Douro Litoral, Beira Litoral, Beira Baixa, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve), mais tarde suprimidas pela reforma de 1959.

O Código Administrativo de 1936-1940 veio dividir o território nacional em quatro níveis de circunscrições administrativas: a Freguesia, o Concelho, o Distrito e a Província. Nestas quatro circunscrições, existiam três Autarquias Locais visto que ao Distrito não correspondia nenhuma autarquia. Todavia, tanto a Província como a Freguesia não possuíam qualquer órgão da administração sendo que apenas no Concelho havia um órgão da administração periférica do Estado, o Presidente de Câmara, que era simultaneamente órgão autárquico e magistrado administrativo.

Quanto ao enquadramento financeiro dos Municípios, o diploma que regulava esta matéria até 1974 era o Código Administrativo de 1940, consagrando a amplitude de um

sistema centralizador. A autonomia financeira dos Municípios era definida no artigo 668º, contudo, era uma autonomia muito relativa já que, devido ao estipulado no artigo 55º do mesmo diploma, muitas das deliberações camarárias que se integravam neste âmbito careciam de aprovação do Governo e do Conselho Municipal.

Por outro lado, a escassez de receitas próprias conduziu a regimes de financiamento das autarquias designados por “*comparticipações ministeriais*” aos melhoramentos locais e, portanto, geradores de uma cada vez maior dependência face ao poder central.

Em toda a evolução da Administração Local há ciclicamente movimentos que vão do centro para a periferia e desta para o centro; em circunstâncias específicas houve alguma descentralização, quando o centro (Administração Central) assim o decidiu.

Na época em análise os Municípios e as Freguesias não se constituíam como um verdadeiro Poder Local. Os Presidentes eram nomeados pelo Governo, via Ministério do Interior, e funcionavam na linha hierárquica deste. Os serviços eram considerados como meros “*corpos administrativos*” desconcentrados da Administração Central e a actividade local estava sempre condicionada pelos subsídios e participações do Governo (ANMP, 2002).

1.2. Pós-25 de Abril

A história do Poder Local democrático, em Portugal, é balizada pelo comportamento do Poder Central em relação a uma ideia-chave: autonomia. O respeito pela autonomia do Poder Local, consagrada pela Constituição da República Portuguesa, em 1976, é o indicador permanente que reflecte os diversos momentos da história de mais de três décadas. No período anterior a Abril de 1974, não havia de facto Poder Local. Em 1974, existia uma situação de simples descentralização jurídica sem descentralização política, porque as Autarquias Locais, apesar de dotadas de personalidade jurídica, não tinham órgãos eleitos, à excepção do caso especial da eleição democrática da Junta de Freguesia.

Simultaneamente, na Europa, constata-se que o Poder Local desempenhou, ao longo dos trinta gloriosos anos¹, funções essenciais do que veio a designar-se o “*Estado-Providência*”, para além da produção de bens colectivos e prestação dos serviços públicos tradicionais.

¹ Período após a II Guerra Mundial até meados da década de 70, do séc. XX (1945-1975).

A Constituição de 1976, formalizando a fundação do novo regime de democracia liberal nascido da revolução de 1974/75, institucionalizou três níveis de poder político, juridicamente distintos e autónomos: o Estado, as Regiões Autónomas e o Poder Local. A arquitectura constitucional da organização do poder político tem uma justificação histórica muito relevante para a compreensão da posição relativa de cada um destes níveis de poder. Com efeito, a memória de um Estado totalitário que durante quase 50 anos concentrou todo o poder político e controlou o conjunto da sociedade não podia deixar de influenciar a nova arquitectura do poder político desenhada pelos constituintes de 1976. Foi neste contexto de ruptura com a Ditadura e de auto-controlo do novo Estado democrático que a Constituição da República adoptou um sistema de repartição do exercício do poder por diferentes instituições políticas, instituindo as Regiões Autónomas e o Poder Local como verdadeiros níveis políticos de contra-poder ou de contenção do poder centralizador do Estado.

A Constituição de 1976 veio, ainda, abrir caminho ao desenvolvimento do enquadramento legislativo da autonomia do Poder Local, que no nº 2 do art. 237º, consagrou as Autarquias Locais como parte integrante da organização democrática do Estado, definindo-as como “(...) *peças colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas*”. Apesar das revisões constitucionais ocorridas, entretanto, esta nomenclatura, manteve-se inalterável até ao presente. Por um lado, subjacente a esta nova concepção do Município, ressalta como principal implicação que as Autarquias Locais passam a ser formas autónomas e não qualquer forma de administração indirecta do Estado. Por outro lado, a Constituição da República consagrou três níveis de Autarquias Locais (os Municípios, as Freguesias e as Regiões Administrativas). No seu art. 239º remetia para legislação específica as atribuições e competências das autarquias, salvaguardando, no entanto, que esta teria de ser promulgada “(...) *de harmonia com o princípio da descentralização administrativa*.”.

A Constituição veio ainda consagrar às Autarquias Locais um outro aspecto inovador e de grande importância no que se refere ao Património e Finanças Locais, definindo que “(...) *as Autarquias Locais têm património e finanças próprias*” (nº1, do art. 240º) e canalizando o regime das finanças locais para legislação específica que “(...) *visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias Locais e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau*” (nº2, do art. 240º).

Assistimos finalmente ao enquadramento legislativo e à institucionalização do Poder Local.

Em 1976, foi publicada a Lei Eleitoral (Lei nº 701-B/76). Os Presidentes de Câmara deixaram de ser magistrados administrativos representando o Estado no território municipal, passando as autarquias e os respectivos órgãos a constituir-se como um elemento autónomo de poder político (Oliveira, 1995:354).

Com a definição da Lei de Atribuições das Autarquias e Competências dos seus órgãos (Lei nº 79/77) e da Lei das Finanças Locais (Lei nº1/79), os poderes locais viram consagrada a sua autonomia financeira e a capacidade para conceberem planos de actividades e orçamentos próprios.

Segundo a ANMP (2002:3), *“O Poder Local saído da legislação da década de 70 ficou talhado para uma significativa descentralização, com a consagração dos princípios de uma estimulante autonomia para as Autarquias Locais”*. Contudo, devido à instabilidade dos governos que vieram após a instauração do regime democrático, as competências, a delimitação e coordenação das actuações entre a Administração Central e as autárquicas em matéria de investimentos públicos, prevista no art. 10º da Lei nº1/79, apenas se materializaram mais tarde pelo Decreto-lei nº 77/84, de 8 de Março. O art. 8º atribuía aos Municípios a responsabilidade de realização em investimentos em diferentes domínios, nomeadamente: equipamento rural e urbano; saneamento básico; energia; transportes e comunicações; saúde; educação e ensino; cultura; tempos livres e recreio. Posteriormente, a publicação da Lei nº 100/84, de 29 de Março, alargou as atribuições e competências das câmaras municipais em diversos domínios.

Segundo Oliveira (1995:364) com esta legislação assiste-se à institucionalização do *“presidencialismo”* ao determinar-se que o Presidente da Câmara seria o primeiro eleito da lista mais votada, ao definir-lhe funções e competências próprias e ainda ao conferir-lhe a possibilidade de escolha dos vereadores em regime de permanência, até ao limite de dois e, dando-lhe também, a capacidade de fixar as suas atribuições e competências. Estamos perante um sistema predominantemente presidencialista², sendo Portugal, de acordo com

² Sistema predominantemente presidencialista, caracterizado pela fraca confluência de elemento do modelo parlamentar (responsabilidade mitigada do executivo face à assembleia, sem possibilidade de destituição) a par de elementos típicos do modelo presidencial (eleição directa de todo o executivo e forte predomínio do seu presidente na direcção política e administrativa do município).

Montalvo (2009:360), possivelmente o único da Europa, onde todos os membros do executivo municipal, são eleitos directamente.

O Presidente assumiu-se, assim, como a figura chave do Município, o que “(...) muitas vezes, e na generalidade dos casos, faz com que a câmara municipal no seu conjunto seja identificada à figura, às acções e às iniciativas do seu Presidente” (Oliveira, 1995:365).

Tal como este autor, também consideramos que o processo de construção da autonomia democrática dos Municípios e das autarquias teve a sua máxima expressão na Lei das Finanças Locais e na Lei definidora dos limites e competências dos investimentos públicos, em 1984. Desde então, com a relevante participação da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), ocorreu a publicação de um conjunto de diplomas estruturantes para o Poder Local e que constituem relevantes esforços para a sua autonomia. De entre estes destacam-se a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro (Lei Quadro para a Transferência de Novas Responsabilidades para os Municípios), e a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que define o regime jurídico relativo ao funcionamento e competência dos órgãos municipais e das Freguesias.

Na linha de complementaridade do regime de transferência de novas atribuições e competências para os Municípios, com a publicação destes diplomas, o Governo pretendeu reforçar o papel dos Municípios e dignificar as Freguesias, adaptando os órgãos municipais às soluções constitucionais previstas na 4ª revisão (1997).

Várias foram as alterações que este quadro normativo introduziu em relação ao anterior (Decreto-Lei nº 100/84), das quais salientamos o reforço dos poderes autárquicos na linha de novas atribuições e das funções do Presidente da Câmara (reforça uma vez mais o “*presidencialismo*”, a que Oliveira (1995) já se referia), bem como, a maior dignidade das funções e competências das Freguesias. A Lei nº 159/99, de 4 de Setembro, estabelece um quadro de transferências de atribuições e competências, tal como a delimitação da intervenção das administrações locais e central, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local (art. 1º). No seu artigo 13º, como atribuições dos Municípios, encontram-se entre outras, educação, o património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, acção social, promoção do desenvolvimento, cooperação externa, considerando igualmente, e no âmbito da nossa investigação ser “(...) da competência dos órgãos municipais, o planeamento, a gestão e a realização de

investimentos públicos nos seguintes domínios: (...) – b) Património Cultural, paisagístico e urbanístico do Município.” (nº1, do art. 20º).

Por seu lado, na Lei nº 169/99, entretanto alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, existe um evidente reforço de novas competências para a Câmara Municipal, um pouco também na sequência da evolução da sensibilidade da consciência colectiva para novas áreas da intervenção municipal, em matéria de segurança, no âmbito cultural e associativo, social, na saúde e educação e ainda no campo da cooperação externa. Adicionalmente, as delegações de competências do órgão municipal nas Freguesias ou da Câmara no seu Presidente e o permitir ao órgão executivo fixar os vereadores em regime de permanência, denotam a vontade do legislador em dotar o órgão executivo de maior flexibilidade e possibilidade de organização da sua acção.

No que concerne à nossa área de estudo, é referido na alínea m), do nº 2, do art. 64º, define-se que as câmaras devem: “(...) assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.”. Estas responsabilidades e competências reforçadas pela actual lei do património³, que no seu nº3, do art.3º, refere: “O conhecimento, estudo, protecção valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais”, implicam uma visão estratégica de gestão mais adequada.

Em 13 de Maio de 2003, são publicadas as Leis nº 10/2003 e nº 11/2003⁴, que regulam a criação das áreas Metropolitanas e das Comunidades Urbanas, passando estas a deter alguma intervenção nas áreas do turismo, nomeadamente: apoio ao turismo e à cultura e apoiar à oferta turística no mercado interno, a tendência legislativa atrás referida consolida-se.

Como consequência desta nova legislação, os Municípios em interacção com as suas Associações encetaram os trâmites necessários à criação quer das Áreas Metropolitanas, quer das Comunidades Intermunicipais. Assim, a 15 de Janeiro de 2007, e após muita controvérsia entre a ANMP e o Governo, foi aprovada a nova Lei da Finanças Locais. Uma das inovações foi a criação do Fundo Social Municipal (FSM), isto é, transferências do

³ Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro.

⁴ Quadro de comparação, apresentado no anexo 1.

Orçamento de Estado para os Municípios consignadas às funções sociais: educação, saúde e acção social. Este conjunto de leis estruturantes confirmou e consolidou, então, a autonomia do Poder Local como princípio fundamental da Democracia Portuguesa.

Hoje, e apesar de todos os esforços empreendidos nos últimos anos no sentido de melhorar a qualidade de vida do Poder Local⁵, os Municípios “(...) *experimentam a tensão entre um leque alargado de competências e um certo espartilho financeiro.*” (Bilhim, 2004:12), constatando-se a carência de recursos financeiros próprios e a necessidade permanente de financiamentos centrais e da União Europeia, na área da cultura e turismo, como são os casos dos Planos Operacionais da Cultura (POC) e dos antigos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) e recentemente o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), nomeadamente o Regulamento Específico “*Património Cultural*”.

1.3. Autonomia do Poder Local

Quer a Constituição da República Portuguesa, quer a Carta Europeia de Autonomia Local, ratificada por Portugal, consagram a autonomia do Poder Local como um princípio indispensável e indissociável da consolidação e desenvolvimento do regime democrático.

A Carta Europeia de Autonomia Local consagra o conceito de autonomia local como o “(..) *direito das Autarquias Locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos*” (artigo 3º, nº 1). As Autarquias Locais dispõem, assim, de completa liberdade de iniciativa, relativamente a questões da sua competência fixada por lei.

No entanto, Bilhim (2004:12), ressalva que o processo de atribuição de responsabilidades às Autarquias Locais não emerge nesta carta de forma taxativa, apenas as aconselha quando enumera que o seu exercício deve obedecer aos seguintes princípios: proximidade dos cidadãos; amplitude e natureza da tarefa e eficácia e economia.

Com vista à prossecução efectiva e conveniente das tarefas que lhe são cometidas, é colocada a disposição das Autarquias Locais uma série de atribuições e competências distintas das que são reconhecidas ao Estado, bem como os instrumentos legais e operacionais susceptíveis de as tornarem exequíveis.

Entre esses instrumentos da autonomia das Autarquias Locais contam-se:

⁵ Através da nova Lei das Finanças Locais.

a) A prerrogativa de estas emanarem normas jurídicas próprias de natureza regulamentar, ainda que devidamente enquadradas legal e constitucionalmente pelos princípios da reserva, precedência e prevalência da lei (autonomia normativa);

b) A possibilidade de praticarem actos administrativos próprios com efeitos jurídicos autónomos e imediatos, de incidência individual e concreta (autonomia administrativa);

c) A susceptibilidade de disporem de património e receitas próprias (autonomia financeira).

De salientar, então, e conforme já referimos, que só há Poder Local quando as Autarquias Locais são verdadeiramente autónomas e têm um amplo grau de autonomia administrativa e financeira: isto é, quando forem suficientemente largas as suas atribuições e competências, quando forem dotadas dos meios humanos e técnicos necessários, bem como dos recursos materiais suficientes para as prosseguir e exercer, e quando não forem controladas politicamente pelo poder central. A operacionalidade exige esta condição. Se assim não for, a existência de Autarquias Locais dificilmente coincidirá com a existência plena do conceito de Poder Local e, ainda que haja descentralização jurídica, não existirá, na verdade, descentralização política, pois acaba por não existir, ao nível local, um verdadeiro poder autónomo de decisão e execução.

Tal realidade significa que o regime jurídico da tutela administrativa em vigor exclui a tutela revogatória e a tutela substitutiva do Estado sobre as Autarquias Locais, cabendo ao nível central a função normativa e regulamentadora. Cabe, assim, e de acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Poder Local, escolher a melhor forma de levar à prática e executar, a sua missão constitucional, cumprindo as normas e regulamentos nacionais e ao nível central, compete uma função de verificação de legalidade, que é muito diferente de lhe caber a decisão de autorizar ou não cada acção do Poder Local (ANMP, 2009). A concretização desta autonomia depende da aplicação prática de princípios que, também eles têm vindo a ser arredados da prática política do Poder Central — a subsidiariedade, a parceria e a transparência.

Considera, igualmente, a ANMP (2009) que há tendências centralistas para a menorização das autarquias, porque *“As atribuições das Autarquias Locais devem ser exercidas em plenitude e exclusividade, mesmo que o sejam por delegação deve ser possível a sua adaptação localmente. A lei apenas admite que o Governo exerça tutela administrativa sobre as Autarquias Locais e suas associações, tendo sempre presente a*

característica autonomia pela qual se deve pautar toda a vida autárquica". Apesar do Estado Português ter entretanto subscrito a Carta Europeia da Autonomia Local⁶ e de terem sido dados alguns passos relevantes, com a intervenção da ANMP, no sentido da defesa e do reforço da autonomia, como foi o caso da Lei da Tutela, esta considera que, o que na verdade se verifica é que não foi ainda possível fazer reverter os obstáculos e limitações que foram sendo introduzidos aos níveis legislativo, regulamentar e da prática quotidiana, pelo que "(...) a situação actual da autonomia do Poder Local permanece insatisfatória, tendo mesmo vindo a ser agravada nos últimos anos, através de medidas legislativas avulsas penalizadoras para os Municípios." (ANMP, 2009). Considera, ainda, esta Associação, que a esta situação acresce a tendência, de facto, para que haja cada vez mais situações de cruzamentos de competências, sempre indesejáveis e penalizadoras para o elo mais frágil ou mais exposto da corrente, elo esse que é normalmente o Município.

Concluindo, quaisquer medidas políticas ou legislativas que não respeitem a autonomia e a dignidade dos Municípios ou que visem colocá-los numa posição de dependência administrativa e financeira face ao Estado podem considerar-se violações à Constituição da República e à Carta Europeia da Autonomia Local.

1.4. Princípio da subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade está incluído no ordenamento jurídico português desde a ratificação da CEAL que no nº3, do art.4º, versa sobre os processos de descentralização administrativa para o Poder Local, consagrando a subordinação da descentralização administrativa. Conforme já explanado, este princípio visa atribuir o poder de decisão às autoridades mais próximas dos cidadãos "A descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade dos cidadãos" (nº 2, art. 2º). Contudo, foi o Conselho Europeu de Edimburgo de Dezembro de 1992, através da aprovação do Tratado de Maastricht, que definiu os princípios fundamentais da noção de subsidiariedade e as linhas directrizes de interpretação do artigo 5º (antigo artigo 3º-B), e no Tratado da União Europeia. Nele se consagrou que o princípio da subsidiariedade tem por objectivo assegurar uma tomada de decisões o mais próxima possível dos cidadãos,

⁶ Ractificação: Resolução da Assembleia da República nº 28/90, de 23 de Outubro.

ponderando-se constantemente, se a acção a realizar à escala comunitária se justifica em relação às possibilidades que oferece o nível nacional, regional ou local. Assim, a União Europeia só deve actuar quando a sua acção seja mais eficaz do que uma acção desenvolvida a nível nacional, regional ou local - excepto quando se trate de domínios da sua competência exclusiva.

Na revisão constitucional extraordinária de 1992, tendo em vista a sua adaptação ao Tratado da União Europeia, a CRP consagrou no seu n.º6, do art. 7.º, uma dimensão externa do princípio. Na revisão ordinária de 1997, o mesmo princípio foi expressamente consagrado, mas numa dimensão interna *“O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das Autarquias Locais e da descentralização democrática da administração pública.”* (n.º1 do art.6.º).

Em 1998, num relatório do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, podia ler-se *“O princípio da subsidiariedade surge como um instrumento de autonomia dos cidadãos e das instâncias regionais. O facto das questões públicas poderem ser geridas de forma mais próxima dos cidadãos, no que concerne às decisões locais e regionais, pode contribuir para a modernização do Estado e à diminuição do peso da administração pública central (...)”* (citado em Juan Mozzicafreddo: 169). No entanto, e de acordo com ANMP foi a Lei n.º 159/99 que, pela primeira vez, consagrou aquele princípio no direito interno directamente aplicável ao Estado e às Autarquias Locais. Considera que se impõe que o Estado o tenha presente quando regula o exercício da actividade administrativa, permitindo aos Municípios intervir com maior plenitude e autonomia nas atribuições que a Lei n.º 159/99 (art.º 13.º, n.º 1) lhes confia. Importa pois, caminhar decisivamente no estabelecimento de um novo quadro normativo que assegure a promoção de uma maior descentralização em relação directa com a aplicação do princípio da subsidiariedade, de forma a garantir mais autonomia, eficácia e eficiência às autoridades locais.

1.5. Poder Local e Desenvolvimento Local

O Poder Local, de acordo com Reis “(...) *soube ser o principal actor da mudança social, criando, através de múltiplos programas municipais, traduzidos em investimentos de infra-estruturação económica e sócio-cultural, importantes condições para a modernização e melhoria dos estilos de vida dos grupos sociais locais e para o próprio desenvolvimento económico.*”, continuando a intervenção municipal, na perspectiva da mesma autora, a ser entendida como promotor essencial do desenvolvimento local (1993:75-92).

Salienta, ainda, que as sucessivas “disfunções” – baixo grau de corporativização da sociedade local, falta de técnicos especializados, partidarização e burocratização – e, a própria legislação, conforme anteriormente enunciado, originam uma espécie de “*presidencialismo municipal*”, conforme já referimos, frequentemente levando a figura do Presidente a assumir por inteiro quer as tarefas de negociação política, quer as de execução e controle técnico. Assim, “*Esta concentração de poder no Presidente, implicando fraca delegação nas orientações, conserva e aprofunda os canais de informação tradicionalmente privilegiados em meios sociais de pequena dimensão, no processo de formação de decisões. O elo principal de circulação de ideias e opiniões processa-se directamente com o Presidente.*” (Reis, 1993: 75-92).

A convicção de que a intervenção municipal se posiciona privilegiadamente, nestes espaços sociais, como agente e promotor de desenvolvimento local, é pertinente por várias razões. Desde logo, porque o Poder Local surge aos olhos da sociedade local como a instituição mais prestigiada e das mais valorizadas, entre o conjunto de processos de democratização proporcionados pelo sistema político. Assim sendo, pela legitimação que recolhe, é factor estratégico para a aproximação dos grupos sociais. O Poder Local, aliás tem criado condições para a assunção e o reforço de identidades e símbolos nos quais amplos sectores se reconhecem. A reinvenção de tradições, a inventariação da história local e dos patrimónios etnográficos constitutivos da memória colectiva dos grupos sociais, bem como, o relançamento de artesanatos locais, como forma de preservar e reproduzir esses elementos de identificação colectiva, claramente testemunham um conjunto de estratégias de valorização das formas culturais diferenciadoras que estruturam e dão identidade a estes contextos sociais.

1.6. Poder Local e turismo

A história da intervenção dos Municípios Portugueses na área do turismo remonta ao início do século anterior, quando foram criados, pela primeira vez, organismos locais com intervenção directa na área do turismo, designados por Comissões de Iniciativa. Contudo, durante a década seguinte, depois da implantação do Estado Novo, houve uma alteração profunda desta situação, com a criação das Zonas de Turismo, materializadas em Comissões Municipais de Turismo e Juntas de Turismo, as quais perderam uma significativa capacidade de influência sobre o turismo ao nível local, em relação às anteriores Comissões de Iniciativa. No decorrer dos anos oitenta foram criadas as Regiões de Turismo que, em boa medida, resultaram na “*transferência*” de responsabilidades do nível local para este nível sub-regional.

Já no presente século, e consciente de que o turismo não se desenvolve por si, que necessita do envolvimento, da mobilização e da responsabilização de todos os agentes públicos e privados, impondo-se a coexistência de organismos que o qualifiquem, incentivem e promovam, e no contexto da modernização da Administração Pública, o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). Tendo como objectivo a promoção da cidadania, do desenvolvimento económico e da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, pela simplificação, racionalização e automatização que permitam a diminuição do número de serviços e dos recursos a eles afectos, este instrumento de política é relevante.

Perante a necessidade de dotar os organismos públicos na área do turismo das competências indispensáveis à afirmação de Portugal enquanto um dos principais destinos turísticos europeus, o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, as orientações, gerais e especiais, para a reestruturação dos vários ministérios, nas quais assume a necessidade de criar um organismo central do turismo único, responsável pela prossecução da política de turismo nacional — o Turismo de Portugal, I. P. Também a descentralização das 19 regiões de turismo para Associações de Municípios ou outras entidades supramunicipais foi tratada.

A reorganização das entidades públicas regionais com responsabilidades na área do turismo, considerando-se o facto de que um organismo público central e único do turismo necessita de cooperação e suporte regional para a concretização e implementação da

política de turismo, foi uma via estratégica escolhida. Assim, em 2008, extinguiram-se as Regiões de Turismo, redefinindo-se um quadro de interlocutores para o desenvolvimento do turismo regional, compatível e coerente com as outras formas de administração desconcentradas e ou descentralizadas. Pretendeu-se, desta forma, por um lado, assegurar a cobertura de todo o território nacional e, por outro, permitir que cada um dos pólos de desenvolvimento turístico identificados tenha uma entidade dinamizadora e interlocutora junto do órgão central do turismo.

Foram criadas cinco áreas regionais, que reflectem as áreas abrangidas pelas unidades territoriais utilizadas para fins estatísticos NUTS II – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Foram ainda criados os pólos de desenvolvimento turístico, integrados nas áreas regionais – Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Oeste, Litoral Alentejano e Alqueva. Este novo quadro de interlocutores para o desenvolvimento do turismo regional no território nacional continental concretiza-se, assim, pela criação de onze Entidades Regionais de Turismo, dinamizadoras e interlocutoras das áreas regionais e dos pólos de desenvolvimento turístico junto do órgão central de turismo, responsáveis pela valorização turística e pelo aproveitamento sustentado dos recursos turísticos das respectivas áreas.

Neste enquadramento turístico, temos igualmente, que rever um pouco da história do turismo de iniciativa autárquica. A ANMP levou a efeito o Congresso do Funchal, em 2004, sobre a vertente do turismo – único fórum temático sobre este assunto com tanta profundidade. Considerou-se, então, necessário criar as condições para que as Autarquias Locais pudessem dotar-se de mecanismos mais adequados, eficientes e efectivos, para poderem intervir sobre o fenómeno do turismo e potenciar as mais-valias sociais, económicas e ambientais que o sector do turismo pode oferecer, se devidamente planeado e gerido.

Defendeu-se que a estratégia de intervenção dos Municípios portugueses na área do turismo deveria pautar-se por um processo de actuação que lhes permita dinamizar a base económica, social e ambiental local, tornando-se igualmente fundamental que fossem criados instrumentos efectivos de actuação sobre o sector. Foi neste Congresso criada a “*Resolução sobre Turismo e Poder Local*”⁷, que preconizava a implementação duma nova filosofia a ser materializada através do “*recentrar*” da estratégia de intervenção numa

⁷ Resumo no anexo 2.

política e domínios de intervenção concisos, bem como na criação de condições técnicas e organizacionais, para que essa mesma política e domínios de intervenção possam ser materializados. Como podemos constatar, apesar de volvidos seis anos, muitas das premissas continuam actuais, o turismo continua a revestir-se de grande importância para o desenvolvimento das economias locais, no entanto, a ANMP não voltou a debater o assunto, o que podemos constatar através dos documentos publicados e nos diversos temas dos Congressos. Um outro Fórum temático de turismo de iniciativa municipal parece ser oportuno.

2. Desenvolvimento: conceito e operacionalização

2.1. Desenvolvimento

A ligação do Poder Local ao turismo implica uma lógica de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento teve a sua origem nas discussões pós-guerra estando intimamente ligado à Carta do Atlântico (1941) e à Carta das Nações Unidas (1945) redigidas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU)⁸. Nos anos 70 do séc. XX, aparece um novo incremento deste conceito, baseando-se em duas ideias fundamentais: local e endógeno. Para trás ficou a época em que o desenvolvimento era uma questão de decisões da Administração Central do Estado e das grandes empresas e em que os administradores locais só se preocupavam em gerir os serviços públicos.

Uma década depois, o desenvolvimento local foi reforçado pelo aparecimento das Iniciativas Locais de Emprego (ILE), cujo objectivo era a redução das taxas de desemprego das economias locais.

Considerando a confusão de conceitos, ressaltamos que o desenvolvimento se deve sobrepor sempre ao crescimento, dois objectivos profundamente diferentes mas muitas vezes confundidos. De facto, enquanto o *crescimento* é apenas um meio que se limita a uma maior criação de riqueza e ao aumento das condições básicas materiais da vida humana, o *desenvolvimento* é um fim, um objectivo que consiste na criação de mais riqueza mas com justiça social, com salvaguarda ambiental e sustentável, isto é, com equidade e qualidade (Vieira, 2007: 22). Para Bilhim (2004:76) o desenvolvimento deve ser entendido como um processo dinâmico de realização do potencial de todos os seres humanos, que pressupõe transformações ou mudanças nas estruturas sociais e económicas de uma sociedade, no sentido de as otimizar e com isso alcançar determinados objectivos sociais num projecto social mutável no tempo e no espaço.

O desenvolvimento não pode pois ser apenas económico, quantitativo, tendo também que respeitar os valores e a qualidade de vida das comunidades de acolhimento, a qualidade do ambiente (princípio do desenvolvimento sustentável) e dos recursos naturais, as exigências de natureza cultural (princípio da preservação dos valores culturais) e da satisfação dos visitantes (Vieira, 2007: 22).

⁸ O texto da Carta das Nações Unidas foi publicado no Diário da República I Série A, n.º 117/91, aviso n.º 66/91, de 22 de Maio de 1991

2.2. Desenvolvimento sustentável

“Nós não herdámos a terra dos nossos pais, pedimo-la emprestada aos nossos filhos” (United Nations World Conservation Strategy, 1980)

O conceito de sustentabilidade foi apresentado pela primeira vez pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1987), no Relatório Brundtland “Our Common Future”, tendo sido posteriormente desenvolvido na Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, e traduzido na Agenda para o século XXI (Agenda 21) resultante dessa Cimeira e depois adoptado pela OMT, através da Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry (1993).

Nos últimos anos, em especial depois da Cimeira do Rio de 1992, o desenvolvimento sustentável converteu-se num objectivo importante de política pública, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional. Assim, passou a ser genericamente aceite a intervenção dos Estados nacionais com o propósito de encorajar a conservação do ambiente e dos recursos naturais, como requisito para a afectação intergeracional dos recursos. Com este intuito, os países membros da OCDE concordaram, a partir de 1998, em desenvolver políticas tendentes à obtenção do desenvolvimento sustentável, que se tornou, assim, uma prioridade para aquele organismo (Arrais da Costa, 2000:1).

Na perspectiva de Bilhim (2004:81), desenvolvimento sustentável “(...) *é uma estratégia de desenvolvimento que gere todos os activos, recursos naturais e humanos, bem como os activos financeiros e físicos, para aumentar a riqueza a longo prazo e o bem-estar social.*”. Considera-se ainda, que para dispormos de um conceito de desenvolvimento sustentável há que integrar os aspectos da valorização e respeito pelo ambiente, bem como da análise intra e intergerações das diversas componentes que integram o projecto de desenvolvimento participado (Bilhim, 2004:86).

De facto, e de acordo com Arrais da Costa, o conceito de desenvolvimento sustentável “(...) *é um conceito qualitativo e multi-dimensional, formado por um conjunto de componentes muito diversos susceptíveis de ser tratados analiticamente. Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que perdura, não podendo, pois, ser afectado por comportamentos assumidos no presente mas cujas consequências principais venham a ser sentidas apenas no futuro, pondo em causa o bem-estar das gerações vindouras.*”, o que implica o planeamento a muito longo prazo e pode significar que

teremos de atribuir maior peso ao bem-estar das gerações futuras, do que aquele que lhes é atribuído no presente (Arrais da Costa, 2000:2). Com efeito, na definição do Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta duas componentes essenciais. A primeira é constituída pelas necessidades económicas sociais e ambientais das gerações presentes. A segunda assenta numa dimensão intertemporal, expressa na ideia de que o bem-estar da geração actual não pode comprometer a hipótese de bem-estar das gerações futuras. Cunha, considera que no processo de desenvolvimento do turismo é ainda indispensável que se tome em consideração o importante e recente conceito de sustentabilidade, na sua aplicação quer à dimensão territorial nos destinos turísticos (preservação dos recursos naturais, sociais, etc.) quer à dimensão empresarial nas empresas de turismo (2001:23-24).

A Carta do Turismo Sustentável preceitua que o “ (...) *desenvolvimento sustentável é um processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objectivo de assegurar a sua durabilidade, permitindo conservar o nosso capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas.*”. Assim, o turismo é um poderoso instrumento de desenvolvimento, que pode e deve participar activamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão do turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos dos quais depende. A contribuição activa do turismo pressupõe, necessariamente, a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os actores envolvidos no processo, públicos e privados. Deve, assim o turismo assentar na diversidade de oportunidades oferecidas pela economia local, garantindo a sua plena integração e contribuindo para o desenvolvimento económico local.

A OMT defende que o desenvolvimento turístico sustentável “(...) *satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões de acolhimento ao mesmo tempo que protege e potencia novas oportunidades para o futuro (..)*”, preconizando que todos os recursos devem ser geridos de tal forma que “(...) *as necessidades económicas, sociais e estéticas devem ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte vitais.*” (OMT 1998). Ou seja, gerindo com um uso eficiente dos recursos ambientais, com respeito pela autenticidade das comunidades de acolhimento e proporcionando vantagens socioeconómicas a todos os autores que devem estar claramente informados para poderem ser participativos no processo de desenvolvimento (OMT 2004).

2.3. Desenvolvimento local

O termo “*desenvolvimento local*” tem vindo a ser cada vez mais usado nas políticas públicas durante a última década, a diferentes níveis: ao nível europeu, ao nível nacional e ao nível local, nomeadamente regional e municipal. De acordo com Henriques e Neves, o desenvolvimento deve ser determinado ao nível da menor escala territorial possível (1986, citado em Cadima e Vareiro, 2004:471) e a partir da identidade territorial das populações. Espera-se que o desenvolvimento local seja acompanhado de uma redução da dependência de cada região face aos governos e aos agentes económicos externos à região (Polèse, citado em Cadima e Vareiro, 2000:471). No entendimento de Bilhim (2004:78) “*Chegamos então a um entendimento do desenvolvimento local como processo de diversificação e de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da afectação e da articulação dos seus recursos e das suas energias. Será o resultado dos esforços da sua população e deverá ter como pressuposto a existência de um projecto de desenvolvimento, integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais.*”. No âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007) existem duas justificações principais para a adopção de uma abordagem ao desenvolvimento local, que se centram conforme tabela abaixo:

Nos Recursos	No Capital Social
<ul style="list-style-type: none"> - Considera-se que as estratégias de desenvolvimento só podem ser definidas a nível local, dado que este é o nível onde podem ser identificados e mobilizados para um programa os recursos subaproveitados, só sendo eficazes se forem capazes de identificar e mobilizar estes recursos. - O vocábulo recursos refere-se a um extenso conjunto de elementos: recursos territoriais, recursos económicos, recursos de conhecimento e por aí em diante. - A definição de local é complexa: o objectivo de um programa consiste em integrar recursos a nível local e em relação a um contexto exterior mais alargado. - O desenvolvimento local é, assim, o resultado de uma relação positiva entre um dado território e o seu contexto, que pode (e tem) de ser definido, de forma mais ou menos alargada e estratégica, ou seja, tendo em consideração de que forma os recursos podem ser maximizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neste caso, a hipótese consiste no facto de um aumento na disponibilidade do capital social ser uma condição fundamental para atingir uma forma de desenvolvimento capaz de agregar a dimensão económica, social e ambiental. - Sendo o desenvolvimento local um processo de conquista de autonomia por parte das populações, não se trata de uma dinâmica isolacionista mas, pelo contrário, uma tomada de consciência das relações com o meio; as interacções com o meio envolvente tenderão a reforçar-se no quadro de uma internalização (ou de uma localização) desses processos. - O desenvolvimento local exige, pois, a ajuda dos poderes públicos, estimulando uma descentralização institucional, promovendo a adopção de ciclos longos (plurianuais) de apoio financeiro e administrativo, facilitando a coordenação e a concentração entre os actores locais, etc.

Quadro 1 - Abordagem ao desenvolvimento local

Fonte: QREN. Elaboração Própria

De acordo com Cabugueira, a estratégia de desenvolvimento regional e local, que se foi delineando na última década, provocou fortes discussões sobre se os objectivos que se pretendem alcançar com a estratégia de desenvolvimento local devem ter um carácter social ou económico, sobre qual é a relação entre os instrumentos baseados nas aproximações *top-down* e *bottom-up* sobre o *timing* e a forma de introduzir a inovação (2000:124). Também Vázquez Barquero (1993:224), atesta que há que reconhecer que existe uma certa ambiguidade na política de desenvolvimento local, derivada dos objectivos que se pretendem com ela. Existem interpretações distintas como, por exemplo, aquelas que propõem promover a adopção das inovações que o sistema produtivo local necessita e o fomento da capacidade empresarial local e consequentes acções, com vista à criação e/ou desenvolvimento das empresas. Outras interpretações situam os objectivos económicos em segundo plano e argumentam que os objectivos fundamentais da política de desenvolvimento local são a manutenção do património histórico e cultural e/ou preservação do meio ambiente. Muitas delas têm uma orientação social, propondo-se dar emprego aos jovens e/ou a grupos sociais marginalizados. Para o autor uma questão crucial do desenvolvimento local é definir com nitidez quais são os objectivos prioritários, a fim de escolher os instrumentos mais adequados para os atingir.

De acordo com o mesmo autor “*As políticas de desenvolvimento local orientam-se no sentido de resolver problemas específicos das comunidades locais e regionais. Trata-se, portanto, de produzir bens e serviços, privados e públicos, com base nas especificações dos clientes, reveladas pelo mercado e pela sociedade local.*” (1993:13).

Também o Conselho Económico e Social (1996) “(...) reconhece às iniciativas de desenvolvimento local um papel motor na dinamização das capacidades dos mercados locais, criando emprego e proporcionando melhores condições de vida às populações.”. Neste sentido, segundo o Conselho, “(...) uma comunidade desenvolve-se à medida que impulsiona as suas potencialidades, não somente económicas, mas culturais e sociais.”.

Para os autores Gomes *et al.*, há no entanto, que ter em conta que, de certa forma, “(...) todo o desenvolvimento é local” (2007, citado em Silva e Silva:9), quer este seja uma pequena Freguesia, um Concelho, Distrito ou até mesmo um país.

2.4. Desenvolvimento endógeno

A questão do discurso público e político sobre o desenvolvimento endógeno surge no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, como uma reacção aos modelos e às políticas regionais tradicionais. De facto, a política regional tradicional, assente numa estratégia de “*cima para baixo*”, num modelo de crescimento concentrado e orientado para a redistribuição espacial das actividades económicas, utilizando, para tal, recursos exteriores, vai sendo progressivamente substituída, como refere Vázquez Barquero (1995), por uma orientação de “*baixo para cima*”, que procura ultrapassar os desequilíbrios regionais através do apelo não só a factores externos mas, também, aos recursos próprios dos territórios. A mobilidade territorial como factor de incremento às economias locais, também tem quota-parte de influência neste novo quadro territorial.

Esta nova estratégia sustenta a ideia de que o desenvolvimento económico não tem de ser necessariamente polarizado e concentrado nas grandes cidades, podendo ser difuso se houver capacidade para utilizar com eficácia os recursos endógenos e as competências dos territórios.

A própria designação “desenvolvimento endógeno” (ou “desenvolvimento a partir de baixo”) traduz, na opinião de Polèse (1998, citado em Cadima e Vareiro, 2007:471) “(...) *a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber fazer”) dos habitantes e das empresas da região*”.

O êxito de uma região dependerá, em última análise, da sua capacidade de chamar a si a resolução dos seus problemas, de organizar vários agentes em torno de objectivos comuns, e de adaptar-se e ajustar-se com sucesso às pressões externas. As fontes de desenvolvimento residem na própria população, no seu sentido de comunidade e, talvez mais importante do que tudo, no seu espírito de inovação e iniciativa (Polèse, 1998, citado em Cadima e Vareiro, 2007:471). Na perspectiva de Cabugueira, o desenvolvimento endógeno tende, assim, a apropriar-se dos contributos dos actores e a configurá-los no contexto local, dando-lhes uma forma específica e adaptada às características e às necessidades das populações (2000:29).

Para que a endogeneização do desenvolvimento ocorra, será necessário que se verifiquem, em simultâneo, como salienta Baptista (1997, citado em Cadima e Vareiro:471), três condições:

- haver alguém com vontade e capacidade para organizar os meios de produção, isto é, haver alguém com um projecto;
- existirem condições materiais e institucionais que permitam concretizá-lo;
- haver capacidade organizativa que garanta a competitividade no mercado.

Deste modo, a ênfase dada ao ambiente local, apesar de ter o mérito de chamar a atenção para os recursos e potencialidades das diversas regiões, pode também ser a maior fraqueza do modelo, conforme destaca Polèse (1998, citado em Cadima e Vareiro:472), uma vez que os meios (“*milieus*”) não são todos iguais.

Com a actividade turística, como explanaremos mais à frente, poder-se-á pensar do que as possibilidades não são idênticas para todas as regiões e, por esse motivo, nem todas podem basear no turismo o seu desenvolvimento. Para algumas, o turismo assume uma importância vital, para outras é um factor de desenvolvimento e para outras, ainda, constitui um mero co-adjuvante, com maior expressão consoante as condições existentes (Cunha, 1997, citado em Cadima e Vareiro, 2007:472).

Se o desenvolvimento endógeno é um modelo que parte da ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e se transforma utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, isto é, nas regiões e cidades, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controle das comunidades locais, e tomando como meta derradeira a melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios (Vázquez Barquero, 1998); então há que ponderar a ligação entre o local e o global no território nacional.

2.5. Desenvolvimento rural

Para o nosso estudo é importante invocar a ruralidade. O desenvolvimento rural é um conceito sobre o qual muito se tem reflectido na Europa e um pouco por todo o mundo, essencialmente nas duas últimas décadas, e que tem subjacente um conjunto de processos de desenvolvimento.

A OCDE (1990) favorece uma definição muito abrangente que privilegia uma visão holística e uma prática integrada do desenvolvimento rural, que engloba “(...) *todas as questões importantes pertinentes à viabilidade individual e colectiva das populações e territórios rurais [nomeadamente] educação, ambiente, saúde pública e pessoal, habitação, serviços públicos e infra-estruturas sociais, capacidade local de liderança e*

governança, património cultural, bem como questões económicas quer de âmbito geral, quer representativo dos interesses dos diferentes grupos sociais.”

De acordo com van der Ploeg *et al.* (2000, citado por Kageyama, 2004:384), o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar o rendimento e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, nomeadamente na Europa, por um novo paradigma, o do “*desenvolvimento rural*”, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o sector agrícola, com novos objectivos, como a produção de bens públicos (paisagem cultural⁹), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de alcance em detrimento das economias de escala e a pluriactividade das famílias rurais. O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e de novos serviços, associados a novos mercados, procura formas de redução de custos a partir de novas trajectórias tecnológicas, tenta reconstruir a agricultura não apenas ao nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Representa, segundo o autor supra citado, “*(...) uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe.*”.

A complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural envolve múltiplos actores, relações locais e ligações entre as localidades e a economia global. Por último, as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agro-turismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas directas, entre outras, tornam o desenvolvimento rural um processo multi-facetado, e regenerador dos territórios, no qual propriedades que haviam sido consideradas supérfluas no paradigma da modernização podem assumir, hoje, novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os sectores urbanos.

Em Portugal, tendo em conta os objectivos estratégicos e os princípios orientadores de programação, constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PNDR), fixa-se o modelo europeu de desenvolvimento rural sustentável. Este tem vindo a consolidar o carácter multifuncional da agricultura e dos sistemas agro-florestais exigindo que estes se afirmem, com racionalidade económica, dentro da sua tripla valência:

⁹ Paisagem Cultural – Este conceito é utilizado pela Unesco desde a Convenção de 1972 e tem como objetivo o reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular.

- económica - produtora de bens de mercado;
- ambiental - gestora de recursos e territórios;
- social - integradora de actividades e rendimentos.

No PNDR encontram-se definidos diversos objectivos entre os quais: “*A melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais (...)*”, que preconiza “*(...) desenvolver a atractividade das zonas rurais, através da criação de oportunidades de emprego e do desenvolvimento económico, numa estratégia integrada de diversificação das actividades e de aquisição de capacidades das populações locais. Integra um novo conceito de ruralidade em que a agricultura é, assumidamente, apenas uma das componentes.*”. Como princípios orientadores foram definidos:

- implementação de serviços básicos para a economia e populações rurais;
- valorização do património rural;
- apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas;
- apoio à diversificação para actividades económicas complementares à agricultura (agro-turismo, artesanato, animação local).

De salientar também outro dos objectivos: “*Reforço da coesão territorial e social*”, em que se pretende uma política pró-activa com base na intervenção pública de dinamização dos territórios sem sustentabilidade endógena económica e social. Este tipo de actuação implica necessariamente que se actue de forma discriminada a determinados níveis, sejam eles territoriais ou de natureza social e económica.

3. Turismo

Neste ponto, e volvidos que estão 100 anos após a institucionalização do turismo em Portugal, importa abordarmos os seus conceitos, evocando quer a abordagem nacional quer a abordagem internacional, estado actual e perspectivas futuras, bem como o PENT e o *Touring* enquanto uma das estratégias nacionais. Abordaremos igualmente o turismo enquanto componente da estratégia de desenvolvimento nacional.

3.1. Definições

“Turismo é um caminho para uma melhor compreensão do homem e do mundo”

Academia Internacional do Turismo (Mónaco)

A definição de turismo é tão complexa quanto a definição do que se entende por turista. Problema já abordado em 1908, aquando da constituição da primeira organização internacional de turismo, a Franco-Hispano-Portugal Federation of Tourist Association (Bhatia, 1994, cit. em Vieira, 2007:2), complexidade, que dificulta a sua conceptualização e que resulta, não só da natureza do próprio fenómeno turístico, como do facto deste estar em constante evolução (Vieira, 2007:2). A presença de uma vertente vincada e maioritariamente sócio-cultural no turismo encontra-se igualmente testemunhada na forma como este fenómeno se encontra definido. Registe-se que até ao final do segundo quartel do século XX o turismo foi sempre e exclusivamente definido pelo lado da “procura” (Costa, 2005). De acordo com Cunha (2001:29-32), foram os professores Walter Hunziker e Kurt Krapf que estabeleceram a definição mais elaborada ao considerarem em 1942, o turismo como *“O conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal”*.

A definição da OMT (1995)¹⁰ que considera o Turismo como *“(…) o conjunto de actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por*

¹⁰ Esta definição foi estabelecida na International Conference of Travel and Tourism Statistics, realizada em Ottawa, onde foram igualmente distinguidos mais outros 4 conceitos: visitante, turista, viajante e excursionista.

motivos de lazer, de negócios e outros” tem, no entanto, o inconveniente de privilegiar apenas o lado da procura e não referenciar a oferta.

Mathienson e Wall (1982, citado por Cunha, 2007: 30) definem turismo como sendo o movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência habitual por períodos não inferiores a vinte e quatro horas, bem como os impactos que essas mesmas pessoas geram a nível das áreas-destino.

Contudo, em todas estas definições seria facilmente demonstrado que a definição de turismo é de facto o estudo do movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência e por períodos superiores a vinte e quatro horas, sendo que esta movimentação acontece tendo por base um conjunto de motivações centrais e que as mais importantes e significativas são as que dizem respeito a factores sociais, culturais, patrimoniais, ambientais e económicos. Aliás, é tendo por base esta constatação que alguns autores reconhecidos na área argumentam que o estudo do turismo se traduz no estudo dos seus impactos a nível da cultura/património, ambiente e economia (Mathieson e Wall, 1982, citado por Costa, 2005).

Apesar da predominância das abordagens pelo “*lado da procura*”, existe actualmente uma forte tendência, introduzida pela Organização Mundial do Turismo (OMT), no sentido de que o turismo passe a ser perspectivado pelo “*lado da oferta*”. Estes novos desenvolvimentos têm por objectivo fazer com que seja conhecido qual o valor e peso reais do turismo em termos de actividade económica. De facto, apesar da reconhecida importância atribuída pelos governos dos países a este sector, aquilo que se regista é que esta é mais em termos de retórica, uma vez que o sector continua a ser considerado um “*parente pobre*”, quando comparado com outros sectores da actividade económica. A relativamente fraca posição ministerial do turismo, bem como os orçamentos atribuídos às organizações do sector, incomensuravelmente inferiores aos dos outros sectores da economia, são prova clara disso (Costa, 2005).

A origem das definições de turismo pelo “*lado da oferta*” foi inicialmente desenvolvida por um grupo de canadianos. Smith (1989) foi o primeiro académico a apresentar uma definição de turismo nesta perspectiva. Segundo este autor, apesar de ser evidente que o turismo encerra na sua génese a movimentação de pessoas e, como tal, possui uma forte vertente social, este deve ser perspectivado como um agregado de actividades de negócios que directa ou indirectamente fornece bens ou serviços que

suportam as actividades de lazer e recreio realizadas pelas pessoas fora dos seus locais de residência habitual. Também Vera (1997:52, cit. por Cunha, 2001:16), considera o Turismo “(...) *não como uma actividade económica, mas, sobretudo, uma prática social colectiva geradora de actividade económica, de diversas manifestações económicas*”.

Outros autores citados por Vieira (2007) como Böröcz (2002:37), considera o termo como um sistema, trama de relações. Goeldner, Ritchie e McIntosh (2000: 14, 418 e 515), definem-no como “(...) *a soma dos fenómenos e relações que resultam da interacção dos turistas, dos prestadores de serviços, do Governo do país de acolhimento e das comunidades de acolhimento no processo de atrair e acolher estes turistas e outros visitantes*”.

Em termos nacionais, e de acordo com o Decreto-Lei nº 191/2009 de 17 de Agosto, entende-se por turismo “(...) *o movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as actividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades*” (Alínea a), art.2º). É esta definição geral que iremos seguir, tendo contudo em devida conta que o termo tem capacidade para gerar outros significados, como se demonstrou.

3.2. “O Estado da arte” - enquadramento mundial e nacional

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) reconhece o turismo como uma das indústrias mais importantes do mundo e aquela que possui um índice de crescimento mais rápido. Além disso, o turismo é uma fonte de emprego e de receitas em constante progressão, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento (CNUCED, 2004).

Considerado como um dos fenómenos económicos e sociais que mais se destacaram no último século do milénio passado e no início do século (OMT, 2003), as actividades ligadas directa e indirectamente ao turismo contribuem para 235 milhões de postos de trabalho, representando 8% do emprego mundial.¹¹

A nível governamental e de acordo com o Plano Nacional de Turismo, “*Consciente da crescente importância do turismo na economia nacional, o XVII Governo*

¹¹ <http://www.observatoriodoalgarve.com/cna/noticiasver.asp?noticia=35486>, em 29/05/2010

Constitucional adoptou no seu Programa o turismo como área de intervenção prioritária (...)” (PNT, 2009). Já em 2007, aquando da elaboração do PENT, o turismo era considerado “(...) *uma área decisiva para o desenvolvimento sustentável a nível ambiental, económico e social(...)*”, ascendendo as receitas a 6.3 biliões de euros, o que correspondia a 11% do PIB (valores de 2004). Em 2008 representava 7.4 biliões de euros, comparando com 6.7 biliões em 2006 (OECD, 2010). O Turismo é evocado como sector estratégico prioritário para o País, devendo para tal dar um contributo significativo, nomeadamente, através do aumento das receitas externas e combate ao desemprego, tendo, igualmente, um papel preponderante no contributo para o reforço da imagem externa de Portugal e para a valorização do património cultural e natural do país, de acordo com o preceituado na Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, de 4 de Abril.

Além da sua representatividade no PIB, o turismo empregava mais de 700.000 de pessoas, em 2006, tendo uma capacidade real de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e para a progressão da coesão territorial e da identidade nacional, através da promoção do desenvolvimento sustentável em termos ambientais, económicos e sociais.

Nos últimos quinze anos, o sector do Turismo em Portugal sofreu uma transformação profunda, tendo sido criado um conjunto de áreas ou factores críticos, que se podem estruturar em torno de três forças motrizes, respectivamente: Organização e Gestão do Sector; Mercados e Segmentos Motores; e Factores de Atracção. Assim, Portugal assistiu a uma alteração profunda do perfil de especialização do sector do Turismo, no sentido de alcançar uma maior diversificação de segmentos de actividade turística e mercados emissores, e uma ascensão das exigências dos turistas/visitantes em termos de qualidade, personalização, diversidade e integração de serviços e de factores de atracção.

Uma das mudanças da estrutura e das actividades turísticas dominantes em Portugal, centrou-se na elevação em termos de gama de qualidade e de distanciamento (geográfico e cultural) dos mercados de origem dos turistas/visitantes, nos segmentos mais tradicionais do turismo de sol e praia e do turismo de negócios tendo-se assistido a uma crescente diversificação para outros segmentos incluídos nas denominadas estadias de curta duração: *short breaks*, eventos associados a redes ou comunidades de interesse, etc.

A aposta bem sucedida na promoção e valorização da História de Portugal, privilegiando os símbolos e as conexões (vd. os Templários e a presença islâmica), e não

tanto o património edificado, aumentou a exposição mediática do país a uma escala global, permitindo-lhe aproveitar a tendência de crescente valorização e atracção por tudo o que suscita curiosidade, mistério e fascínio. A componente intangível do património cultural e a narrativa turística estruturam esta nova abordagem. Esta situação teve uma influência transversal em vários segmentos turísticos, tendo em particular transformado de forma substancial o segmento do turismo cultural (Alvarenga, 2007:18-19).

No contexto mundial, Portugal posicionou-se, em 2008, na 25.^a posição do *ranking*, descendo 2 lugares relativamente ao ano de 2007, embora a sua representação se tivesse mantido em 1,2%. No âmbito da procura turística para o destino Europa, Portugal ocupou o 15.^o lugar do *ranking* das receitas internacionais de turismo, com uma quota de 2,3%, que mantém desde 2007.

3.3. Perspectivas Futuras

Segundo o relatório apresentado na Feira de Turismo de Berlim, pelo World Travel Tourism Council (WTTC), sobre o impacto económico na indústria de viagens e turismo, em 2009 e 2010, em 181 países, a contribuição do Turismo para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional deverá chegar aos 14,4%, e em 2020 poderá situar-se nos 16,9%. Relativamente a Portugal a previsão é que a indústria do turismo cresça ao ritmo de uma média anual de 4%, durante a próxima década¹².

Quanto à contribuição do Turismo para o emprego, o relatório aponta para um crescimento em Portugal de 18,8%, correspondendo a cerca de 943 mil empregos em 2010, para 23,2% do emprego total no território nacional, com 1.199 milhões, ou seja um em cada 4,3 postos de trabalho em 2020. As receitas turísticas internacionais serão responsáveis por 14,9% do total das exportações em 2010, alcançando em 2020, 15,3% do total nacional, segundo as estimativas do WTTC. No que concerne ao investimento, o Turismo deverá receber 13,8% do investimento total nacional este ano e alcançará 15,3% daqui a 10 anos. A propósito do relatório, o Secretário de Estado do Turismo Bernardo Trindade comentou em Berlim que “(...) *as previsões (para Portugal) reflectem bem a importância que o sector já tem e continuará a ter. (...) O Turismo será em 2020 a maior*

¹²<http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatísticas/análisesestatísticas/oturismoem/Anexos/O%20Turismo%202008.pdf>

actividade económica do mundo (...)”, assegura o governante, que sublinhou o facto de o documento prever mais empregos e de o Turismo contribuir com maior riqueza para a economia nacional *“É muito importante e vem ao encontro da perspectiva que tínhamos no nosso documento orientador [PENT]”*. De salientar que o Governo vai rever o Plano Estratégico Nacional, visando a sua adaptação aos efeitos da conjuntura económica no sector (Observatório do Algarve, 2010).

Este incremento, registado em 2008, torna-se ainda mais relevante se considerarmos que se está a comparar o ano de 2007, um dos melhores anos turísticos do País, com um ano que em termos económicos correspondeu ao início de uma desaceleração num contexto de crise mundial. Assim, *“Este fenómeno de crescimento constante pode ser explicado devido ao facto de ter havido forte aumento dos rendimentos disponíveis das famílias, desenvolvimento exponencial da oferta de aviões a jacto de grande porte, à existência de combustíveis baratos, à redução substancial de tarifas e ao aparecimento de novas tecnologias de informação, tais como sistemas de distribuição global, sistemas de reserva por computador que permitiram aos operadores de viagens através da internet, assim como aos viajantes individuais, facilidades nas reservas de viagens e de bilhetes.”* (Careto e Lima, 2006).

Estes factores demonstram que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento das economias contemporâneas, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementados de forma sustentada. De facto, ao implicar uma rede complexa de actividades económicas envolvidas no fornecimento de alojamento, alimentação e bebidas, transportes, entretenimento e outros serviços para os turistas, o turismo é um elemento estruturante da economia (OMT, 2008). Esta constatação é uma evidência empírica de muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento onde o turismo é hoje um sector estratégico ou está a evoluir nesse sentido. Portugal não foge a esta regra, sendo o turismo apresentado como um *cluster* estratégico em diversos planos entre eles, o já terminado Plano de Desenvolvimento Económico e Social para 2000/2006 e no Quadro de Referência Estratégico Nacional para 2007/2013. A ênfase é particularmente colocada no contributo que este sector poderá dar para o desenvolvimento de algumas regiões, especialmente as mais pobres e com menos alternativas económicas, focando os apoios sobretudo na temática do turismo em espaço rural e no turismo de natureza (QREN, 2007).

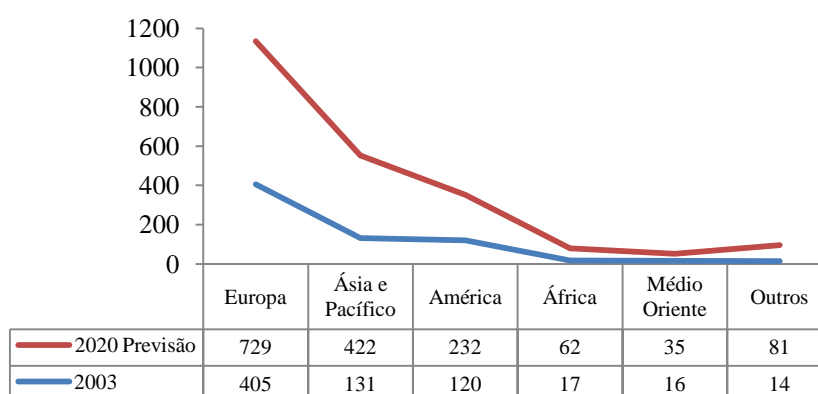


Gráfico 1 - Regiões Emissoras de Turistas (milhões turistas)

Fonte: OMT

3.4. O Turismo Cultural

No domínio do crescimento turístico global sabemos que *“Cultural tourism is one of the largest and fastest growing global tourism markets and the cultural and creative industries are increasingly being used to promote destinations. The increasing use of culture and creativity to market destinations is also adding to the pressure of differentiating regional identities and images, and a growing range of cultural elements are being employed to brand and market regions”* (OECD, 2009:10), sendo um dos novos tipos de turismo que tem um grande potencial no mercado do turismo, de acordo com Reisinger (2009:13), bem como de acordo com a OECD que considera que desde 1980 este é visto como a maior fonte económica de desenvolvimento de muitos destinos (2009:19). Cunha, inclui *“(…) no turismo cultural as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou ainda a satisfação de necessidades espirituais (religião)”* (2001: 49).

Neste sentido, a visão turística deve estabelecer-se numa proposta de valor quando sabe integrar a cultura na sua actividade. A cultura, sendo factor de diferenciação de destinos, interessa aos processos de desenvolvimento de base territorial.

3.4.1. O Turismo Cultural em Portugal - O *Touring* Cultural e Paisagístico

Considerado como um dos produtos estratégicos para Portugal de acordo com o PENT tem como motivação principal: descobrir, conhecer e explorar os atractivos de uma região. A sua actividade consubstancia-se em: Percursos em *tours*, rotas ou circuitos de diferente duração, em viagens independentes ou organizadas. Subdivide-se em *Touring* Genérico - *tours*, rotas ou circuitos de conteúdo abrangente e diverso, os quais são, em si mesmos, a essência do produto, representando cerca de 90% das viagens de *Touring* –, e *Touring* Temático – *tours*, rotas ou circuitos focalizados num determinado tema, o qual constitui o núcleo da experiência, constituindo os restantes 10% do total de viagens de *Touring*. De acordo com a modalidade de transporte podemos subdividir em *Touring* independente – Viagem em veículo próprio ou *fly&drive*, ou *Touring* em grupo – viagens em transporte colectivo.

De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Turismo, o *Touring* representou, em 2004, 44 milhões de viagens de europeus, enquanto procura primária. Estima-se, ainda, que em 2015 este valor atinja os 79 milhões de viagens, o equivalente a um crescimento da ordem dos 5% a 7%.

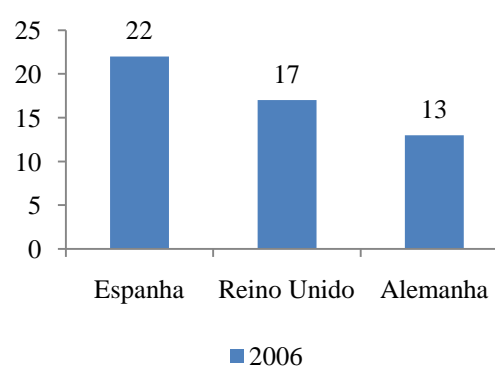
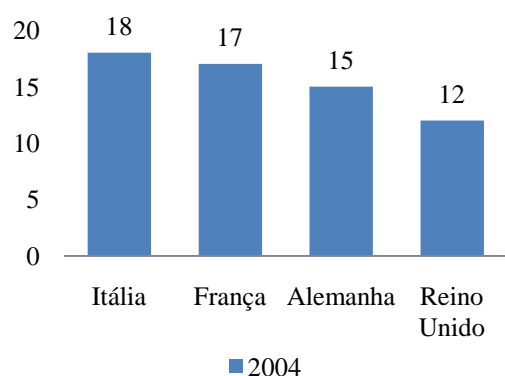


Gráfico 2 – Mercados Emissores de Turistas (%) **Gráfico 3 – Mercados Emissores de Turistas (%)**
 Fonte: PENT 2007: 67. Elaboração Própria.

Os principais mercados emissores são a Itália, a França, a Alemanha e o Reino Unido. Representou, igualmente, no Verão de 2006, a segunda motivação dos turistas que visitaram Portugal, sendo a Espanha, o Reino Unido e a Alemanha, os principais mercados emissores. (PENT, 2007: 67)

Inserido na principal região emissora e receptora de *Touring*, a Europa, que pela sua configuração territorial, administrativa e económica, concentra provavelmente o maior e

mais rico património cultural do mundo, Portugal apresenta um potencial competitivo elevado. Tem uma oferta cultural associada a diferentes períodos da história, reflectindo vários momentos da cultura portuguesa, corporizada em aldeias e bairros históricos, locais e monumentos de interesse arquitectónico, museus e sítios arqueológicos, igrejas e templos religiosos, aldeias históricas, castelos e fortificações de fronteira, vestígios arqueológicos, judaicos, árabes, Rota do Manuelino, Rota de Cister, Rota do Românico... Treze sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO, quatro mil imóveis classificados. Em recursos e atracções de interesse natural, destacam-se os espaços naturais protegidos: Um Parque Nacional, treze Parques Naturais, nove Reservas Naturais, seis Paisagens Protegidas e cinco Monumentos Naturais.

No entanto, e apesar de ter uma “matéria prima” abundante e de elevada qualidade é necessário realizar esforços para cumprir os factores chave de sucesso. Portugal, deve neste sentido, melhorar as suas vantagens competitivas, nomeadamente, singularidade das experiências oferecidas, qualidades nos processos de serviços, profissionalismo das empresas e dos recursos humanos. A competitividade depende, fundamentalmente, da criação de condições mais favoráveis, confortáveis e seguras para a descoberta, exploração, conhecimento e fruição do território e suas atracções.

A competitividade passa assim pela articulação de uma oferta variada e concreta de rotas, *tours* ou circuitos; adequado e eficaz sistema de sinalização turística e informação turísticas, o que requer a intervenção de organismos nos três níveis da administração pública; uma adequada política de horários, quer comerciais quer de atracções turísticas; ampla informação sobre vias de acesso, ligações entre diferentes localidades, articulação com uma ampla rede de alojamento, restauração, rede de áreas de descanso e de serviços básicos (estações de serviço, oficinas, assistência em viagem, etc); implementação de padrões de qualidade nos equipamentos e serviços; e, sobretudo, elevado grau de cooperação e coordenação entre os diversos agentes públicos e privados, quer entre si, quer entre uns e outros.

Assim, deverão promover-se circuitos que aproveitem e potenciem locais ímpares do país com património natural, paisagístico, histórico e cultural, criando rotas temáticas; enriquecendo a experiência nos principais locais de atracção e melhorando as acessibilidades e horários dos principais bens culturais.

Neste plano, e considerando a região em que se insere o nosso estudo, o PENT sugere um conjunto de acções a desenvolver na região do Alentejo¹³, sendo uma delas, a criação de rotas temáticas para potenciar o *Touring* Cultural e Paisagístico nesta região. São destacados como factores distintivos desta região, os patrimónios arquitectónico e arqueológico, pelo que são sugeridas acções a desenvolver, como por exemplo, a criação de rotas temáticas, a requalificação de aldeias típicas e o desenvolvimento da riqueza gastronómica, definindo como acções transversais, a requalificação da oferta hoteleira e a promoção do desenvolvimento de oferta de animação (PENT, 2007:82). Em termos de oferta cultural, o PENT defende ser fundamental a melhoria do marketing da oferta museológica e monumental. Torna-se importante, também, implementar, através dos bens culturais (museus e monumentos) e da paisagem disponíveis, âncoras de desenvolvimento regional, apostando na sua promoção integrada e sustentada através da criação de rotas, itinerários e circuitos (2007:97).

Tendo sempre presente que o consumidor de *touring* procura fundamentalmente descobrir e conhecer o território através da sua paisagem, povoações e cidades, história e cultura, gentes, etc., grande parte do valor que se oferece do destino reside na beleza e singularidade desses elementos.

3.4.2. A Relevância das Rotas Temáticas

Nos últimos anos registam-se experiências portuguesas de criação de rotas turísticas de motivação cultural. Porém, são poucas as acções roteirísticas de nível qualitativo superior, capazes de gerar, pela sua exemplaridade, sinergias e atitudes de continuidade, fundamentais aos processos de desenvolvimento de base territorial.

A questão fundamental reside no facto de que uma rota temática, tal como a criação de qualquer produto cultural, exige credibilização de conteúdos, investimentos materiais, técnicos e financeiros consideráveis, para se enquadrar em níveis aceitáveis de qualidade.

Em 1997, a Secretaria de Estado do Turismo iniciou a produção de rotas culturais através do Programa de Incremento do Turismo Cultural. Este programa, extinto em 2003, baseou a sua acção em 4 frentes de trabalho:

¹³ A Golegã, integra o Alentejo, no âmbito das NUT II, por razões de financiamento europeu.

1. *A produção dos catálogos* (guias das rotas), quer em língua portuguesa, quer em idiomas estrangeiros, bem como a concepção e produção de material informativo complementar (brochuras, desdobráveis, vídeos, CD Rom, etc.);

2. *A divulgação nacional*, através da mediatização do património artístico, como forma de sensibilizar o grande público e despertar o prazer da visita. Um aspecto relevante foi o facto de se ter realizado um programa de sensibilização dos agentes locais - Autarquias, Regiões de Turismo, Associações Culturais - para a importância nacional e internacional do património, levando-os a empreenderem acções complementares, por eles financiadas, nomeadamente criando novos pontos de visita, abrindo ou reabrindo museus e organizando mostras diversas, como ficou patente com as acções desenvolvidas por ocasião da inauguração do itinerário sobre arte islâmica;

3. *A divulgação internacional*, que compreendeu a distribuição internacional dos catálogos (por editores especializados) e campanhas de sensibilização apoiadas na rede internacional Museu Sem Fronteiras (organização internacional não governamental).

4. *A distribuição promocional* e a comercialização dos catálogos.

Da produção do Programa de Incremento do Turismo Cultural destacavam-se dois grandes itinerários: o primeiro dedicado à arte islâmica em Portugal e o segundo ao Manuelino. São de salientar neste caso o investimento em material de divulgação de qualidade superior (textos e imagens) e a ligação a rotas internacionais.

São ainda de salientar, outras experiências como a rota cultural que liga Lisboa a Fátima (Caminhos de Fátima: Caminho do Tejo, Caminho do Norte, Caminho do Leste e Caminho do Litoral), produzida pelo Centro Nacional de Cultura, propondo aos peregrinos o conhecimento de antigos caminhos e património cultural e paisagístico aí situado.

No ano de 2009, foram lançados cinco roteiros, pelo Turismo de Portugal, em parceria com o IGESPAR (ex-IPPAR) – responsável pela valorização turística das visitas aos Monumentos; o Centro Nacional de Cultura (CNC) – responsável pela criação de conteúdos dos Roteiros; os Municípios – responsáveis pela valorização turística do património associado, qualificação das envolventes, realização de eventos e envolvimento de parceiros locais, ERT e ARPT – responsáveis pela promoção turística dos Roteiros e a APAVT – responsável pelo envolvimento dos operadores turísticos de Turismo Cultural.

Têm como principais objectivos: criar um produto turístico que potencie o valor cultural de cada monumento e da região envolvente e motive a viagem; propiciar uma

organização da oferta turística que permita trazer mais visitantes e melhor repartidos no tempo e no espaço; reforçar a distribuição comercial de produtos culturais; utilizar uma metodologia na abordagem turística ao Património Mundial replicável noutros contextos; dar um contributo para a promoção turística, interna e externa, do Património Mundial em Portugal; qualificar a visita turística de cada Monumento. Pretende-se que estes objectivos sejam alcançados através da criação de conteúdos atractivos de visita, partindo dos monumentos e abrangendo o património associado (material, imaterial e natural) nas suas envolventes. A criação de Roteiros atractivos para os turistas e viáveis para os operadores turísticos, bem como acções suplementares envolvendo todos os parceiros que gerem a oferta e estimulam a procura é ponto central da estratégia.

A divulgação e difusão de conteúdos está a ser efectuada através do reforço dos meios tradicionais; difusão em suporte digital; investigação e desenvolvimento com parceiros, da área das comunicações, além dos novos meios tecnológicos actualizáveis, ao dispor do utilizador (livro–conceito; livro–guia; sinalética; sítio na internet; mp3; i-phone; audio guide; gps tour; podcast).

3.4.3. Casos de Sucesso Nacionais

No âmbito da roteirização, o estudo de casos é relevante. Também ao nível regional e local, ao longo dos últimos anos, sobretudo no quadro de actuação dos Órgãos Locais e Regionais do Turismo têm também sido estudadas e lançadas várias Rotas Temáticas que valorizam dimensões diferenciadas do património cultural, material e imaterial. Neste momento, estão criadas, e registadas no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial¹⁴, diversas rotas, das quais exemplificamos apenas algumas, que consideramos relevantes:

–**Rota do Fresco:** Foi a primeira Rota Cultural a existir como produto turístico completo no nosso país. Este projecto foi criado em 1999, por Catarina Valença Gonçalves, na sequência de uma investigação levada a cabo sobre o núcleo de pintura mural de Alvito. Pretende democratizar o acesso ao património cultural e natural no

¹⁴ Constam igualmente as rotas: Rota do Azeite de Trás-Os-Montes; Rota da Cortiça; Rota Histórica da Linha de Torres; Rota da Lã – Translana; Rota do Vidro; Rota do Linho e do Ouro; Rota do Vinho Alvarinho; Rota da Olaria e dos Oleiros; Rota do Douro; Rota dos Vinhos do Alentejo; Rota dos Vinhos Verdes; Rota dos Vinhos das Beiras; Rota dos Vinhos de Trás-os-Montes; Rota dos Vinhos do Dão; Rota dos Vinhos do Porto... De salientar que muitas das rotas enunciadas são da responsabilidade de autarquias locais.

Alentejo e promover o seu conhecimento. Neste sentido, este projecto aposta numa oferta diversificada, constituída por diversas *rotas*, p.e. Rota do Fresco Barroca de Évora; Rota do Fresco Manuelino de Alvito, Rota Terras do Fresco, entre outras., *experiências* (Atelier de Pão; Atelier de Olaria; Atelier de Ervas Aromáticas; Atelier de Mel; Atelier de Tecelagem; Atelier de Cozinha Regional; Atelier de Vinho; e Vindimas), e os *programas*, que oferecem ao longo do ano, por todas as épocas festivas, Especiais Rotas do Fresco. A gestão é da responsabilidade de: Spira – Revitalização Patrimonial, Lda.); e tem como parcerias: M|C, IGESPAR; Alentejo, Europa Viva e Rotas sem Fronteiras.

–**Rota do Romântico do Vale do Sousa:** no seio do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale de Sousa (PROSOUSA), tendo em conta o potencial de edifícios românicos da sub-região do Vale de Sousa, surgiu a ideia de valorizar aquele património. Esta rota tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentado da sub-região do Vale do Sousa, tendo como objectivos a promoção do ordenamento do território através da valorização do património; a criação de um novo sector produtivo capaz de gerar riqueza; a mudança da imagem interna e externa do Vale do Sousa; a qualificação dos recursos humanos da região e a aposta numa empregabilidade qualificada. Inclui vinte e um monumentos (quatro mosteiros beneditinos, dez igrejas, uma ermida, duas pontes, duas torres e dois monumentos funerários). Este projecto apresenta uma oferta turística segmentada: Românico Romântico, Românico Adrenalina, Românico Festivo, Românico Histórico, Românico Familiar, entre outros. Os parceiros deste projecto são: TRANSROMANICA Association, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), Direcção Regional da Cultura do Norte (DRCN), Turismo de Portugal, I.P.; Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.; e, ainda, a Igreja-Diocese do Porto.

Estão, igualmente criadas, embora sem registo no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, as seguintes rotas: Rota da Castanha; Rota do Vinho do Ribatejo; Rota das Aldeias Históricas (Idanha à Nova); “Rota das Aldeias Históricas”; Caminho do Atlântico (Câmara Municipal de Sintra); Grande Rota, Caminho do Atlântico; Pequenas Rotas de Sintra (Câmara Municipal de Sintra) e Rota Omnidouro.

O estudo, estruturação e implementação de Rotas Temáticas, conforme constatámos, tem tido uma expansão significativa nos anos recentes em Portugal, acompanhando

tardamente a evolução que se verificou em outros países turisticamente mais avançados, como é exemplo o caso francês.

Da análise destas experiências constata-se que uma rota temática cultural exige, tal como qualquer produto cultural de qualidade, um esforço intelectual na sua conceptualização, um esforço técnico e financeiro para o seu lançamento (concretização) e um investimento empresarial para a sua operacionalização e comercialização, ao qual é desejável associar-se um esforço de apoio público. Exige, no entanto, continuidade na sua divulgação e operacionalização para se poderem recolher os benefícios culturais, sociais e económicos que motivaram a sua criação.

A principal dificuldade que se coloca a várias Rotas recentemente lançadas reside na fragilidade da sua distribuição e comercialização, no contexto em que Portugal necessita de melhor desenvolver as suas estruturas e operacionalidade. Não podemos afirmar que as rotas atrás enunciadas funcionem, dado que não as testámos; no entanto, o facto de se manterem com página actualizada na internet faz-nos considerar essa hipótese.

É neste cenário que surge o projecto da Rota do Cavalo e do Ribatejo, no propósito de valorizar integralmente o património arquitectónico, artístico e natural que este território possui, através do estudo, estruturação e futuro Plano de Dinamização, Promoção e Animação, que não abordaremos nesta dissertação. Como referimos em capítulo específico e no âmbito desta dissertação, abordaremos esta Rota caracterizando-a e propondo, apenas, uma nova forma de estruturação. A questão comercial não é aqui estudada pela falta de “produto”. Trata-se, no entanto, de um projecto relevante para o desenvolvimento turístico deste Concelho uma vez que a este se poderá associar a expansão do Turismo Equestre, do Turismo Cultural e do *Touring*, além de permitir um potencial de articulação com o Turismo de Natureza e com o Turismo em Espaço Rural.

3.5. O turismo enquanto componente da estratégia de desenvolvimento

Neste ponto, e tentando articular a lógica do nosso estudo com o caso do Município goleganense, passaremos a analisar a actividade turística como uma forma de aproveitamento dos recursos endógenos, enquadrando-a neste contexto, dado que o desenvolvimento do turismo depende das especificidades de cada região, só sendo viável quando existem recursos locais que garantam uma vocação turística. Assim, procuraremos apresentar o turismo como uma das actividades que melhor pode aproveitar aqueles

recursos, sejam eles naturais, humanos, históricos ou culturais (Cunha, 1997:283) e constituir-se num importante factor de desenvolvimento, sobretudo para as regiões menos favorecidas, quando salvaguardadas as condições e exigências indispensáveis nos domínios das infra-estruturas económicas e sociais, do meio ambiente, do património, do uso dos solos e das tensões sócio-culturais, bem como da autenticidade, da identidade e da singularidade local.

Importará, ainda, ter presente que as incidências do turismo no desenvolvimento local/regional estão amplamente relacionadas com a maior ou menor relevância que a sociedade e nomeadamente a Administração Pública ou empresários atribuem a esta actividade.

Para finalizar, abordar-se-ão algumas questões actuais que se colocam ao desenvolvimento desta actividade, nomeadamente a questão da sustentabilidade.

3.5.1. Utilização dos recursos locais

O turismo enquanto actividade económica tem sido analisado por diversos autores (Figuerola, 1985; Cunha, 1997; Vera, 1997; Pardellas e Padín, 2001; Cabugueira, 2005), bem como pela Convenção das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), como um importante instrumento de desenvolvimento local, destacando-se o seu duplo papel de actividade geradora de rendimento e emprego, bem como o facto de servir de motor de desenvolvimento de outros sectores económicos (Cunha, 1997:231).

Consequentemente, o turismo tem vindo a ganhar um espaço crescente nas propostas de desenvolvimento que recentemente foram delineadas e implementadas com o fim de tentar resolver a crise generalizada que afecta muitos territórios, nomeadamente, os menos favorecidos.

Cabugueira (2005) diz-nos que o turismo é uma actividade económica de extrema importância, podendo desempenhar um papel relevante e mesmo determinante no desenvolvimento de determinadas regiões, revelando-se como alternativa, podendo dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais das regiões, sobretudo das mais deprimidas (citado por Ferreira e Estevão, 2009:6).

Contudo, para que o turismo possa constituir-se como instrumento de desenvolvimento destes territórios, será fundamental um esforço por parte das diferentes regiões na criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, o reforço

das parcerias estratégicas de actuação e o investimento no equilíbrio ambiental e na valorização do património cultural. O turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando, portanto, produtos turísticos alternativos (Cadima Ribeiro *et al.*, 2001:14).

Na realidade, constata-se que, nas últimas décadas, uma nova geração de turistas tem apresentado tendência para uma diversificação crescente, quer qualitativa quer quantitativamente, ao nível da procura turística. De facto, existe hoje uma sociedade em constante mudança, com níveis de formação superiores, ecologicamente mais consciente, que procura uma nova qualidade de vida, orientada para um contacto mais estreito com a natureza e com o património cultural das regiões visitadas e consciente dos efeitos negativos do turismo de massas, que proporciona as bases para a diversificação das actividades e produtos turísticos.

É pois, coerente que uma determinada comunidade territorial possa estruturar uma oferta turística local que actue como um importante factor de desenvolvimento (Pardellas e Padín, 2004:108), contudo, a actividade turística só fará parte do processo de desenvolvimento local quando se integrar na organização global do sistema produtivo e não quando implementada como uma prática isolada, individual ou autónoma. Com um planeamento e organização adequados, as relações existem e são claras. Pretendemos, neste contexto, fazer uma abordagem centrada no território concreto do município, nas pessoas e nas organizações.

3.5.2. Efeitos e repercussões

Na definição do turismo como instrumento de desenvolvimento local/regional têm-se contraposto duas posições: uma, que considera que o poder atractivo do meio natural (paisagem, cultura, clima) chega por si só para justificar e mesmo explicar a existência da maior parte dos fluxos e dos destinos turísticos; e uma outra que, insurgindo-se contra esta interpretação, sustenta que cada lugar é potencialmente turístico. A revisão das estratégias de intervenção no meio rural com vista ao seu desenvolvimento acentua a oportunidade e a necessidade de recuperar a sua pluri-funcionalidade tradicional, capitalizando para este efeito as potencialidades turísticas dos territórios. Neste contexto, o incremento da actividade turística é frequentemente tomado por parte das entidades públicas como um verdadeiro instrumento de desenvolvimento local/regional.

De facto, o turismo promove a apropriação local dos rendimentos gerados com o *alojamento* (pousadas, hotelaria, turismo rural, campismo e caravanismo) e a *restauração* (restaurantes, cafés e bares), bem como os decorrentes da dinamização dos factores de atracção da região, como a *cultura popular* (diversidade, exotismo), a *animação* (frequente), os *eventos* (projecção fora da região) e o *valor artístico* (enriquecimento), a natureza (preservação) e a *arquitectura* (recuperação/conservação). Relevantes, também, do ponto de vista da maximização das potencialidades turísticas dos territórios são aspectos como o desenvolvimento do sistema de *transportes*: meios de transporte intra-urbanos (taxi, rent-a-car); meios de transporte extra-urbanos (comboio, autocarro); e *sinalização turística* (Cadima Ribeiro e Freitas Santos, 2005:13).

De acordo com Cunha (1997:282), o contributo do turismo para o desenvolvimento regional é, efectivamente, um dos efeitos mais evidenciados e que melhor corresponde aos anseios das populações localizadas em territórios economicamente desfavorecidos.

As razões que levam a que o turismo seja um motor de desenvolvimento económico são, de acordo com vários autores, entre os quais Cunha (1997) e Bote Gómez (2001), de vária ordem. Por um lado, o turismo produz movimentos de capitais e de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas e origina exportações de bens e serviços através da compra de produtos da região receptora por parte dos visitantes, bem como o próprio consumo feito por estes no local, exportações estas que, de outro modo, não se realizariam (Cunha, 2007:283). Por outro lado, esta actividade implica investimentos que, numa primeira fase, se centram na reabilitação e construção de infra-estruturas turísticas, alargando-se depois a outros equipamentos. Estes últimos, nomeadamente infra-estruturas e equipamentos sociais, que dificilmente seriam construídos noutras circunstâncias, beneficiam a população local e permitem a instalação de outras actividades que crescem à produção local (Cunha, 2007:283).

O turismo contribui, ainda, para a dinamização, diversificação e modernização da produção local, isto porque o consumo turístico se caracteriza pela sua heterogeneidade e arrasta simultaneamente, de forma directa ou indirecta, distintos sectores. Os sectores directamente estimulados arrastam outros sectores, gerando efeitos indirectos ou multiplicadores na produção e emprego, que dependem da propensão a comprar ou utilizar os produtos locais pelo consumo turístico. Neste ponto, é de destacar a possibilidade que o

turismo proporciona de recuperar e revigorar produções agrícolas e artesanais que, de outro modo, tenderiam a desaparecer (Cunha, 2007:284).

Em *termos económicos*, e de forma simplificada, podemos agregar estes efeitos gerados pelo turismo em directos, indirectos e induzidos (Cunha, 1997; Baptista, 2003).

De facto, o desenvolvimento do turismo traduz-se numa fonte geradora de emprego, quer directo (p.e. construção de uma unidade hoteleira e seu posterior funcionamento; agências de viagem; restaurantes; etc.), quer indirecto ou induzido (neste caso, as empresas empregadoras não são turísticas mas são fornecedoras do sector). No entanto, e como qualquer actividade económica, o turismo pode apresentar inconvenientes que vão desde gerar inflação, ocorrendo estes aumentos de preço quer ao nível do mercado imobiliário quer o nível dos restantes produtos de consumo corrente; provocar tensões no mercado de trabalho; implicar a utilização excessiva de infra-estruturas insuficientes; desarticular a produção tradicional em alguns lugares onde é introduzido; criar dependência de empresas procedentes do exterior, quando a capacidade financeira local é fraca; entre outros.

Em termos de *impactes socioculturais*, o turismo funciona como um incentivo à reabilitação e conservação do património histórico que, de outra forma, poderia até mesmo desaparecer, pode gerar benefícios na população local receptora: tomada de consciência da cultura própria, estímulo de zonas desfavorecidas, mudança social, potenciação dos recursos naturais e socioculturais (conservação da arquitectura, protecção do meio natural, recuperação do património cultural), questões muitas vezes subavaliadas pela população autóctone (Bote Gómez, 1988:11, citado por Pereiro Pérez, 2010:226).

A actividade turística actua também como um importante factor de valorização de hábitos, tradições e costumes, que podem perder-se caso não se opte por promover as particularidades e diferenças da cultura típica local. Igualmente relevante é o papel do turismo no processo de promoção do contacto e diálogo entre diferentes culturas, a do “visitante” e a do “visitado”, normalmente portadores de saberes, códigos de valores e estilos de vida distintos. No caso do turismo cultural, Pereiro Pérez (2003:246) refere que, enquanto os visitantes evadem as suas preocupações, os residentes locais podem estabelecer pontes de comunicação não estereotipada com estes, contribuindo para um encontro intercultural não assimétrico, educativo e profundamente convivencial.

Para Boissevain (1996), o turismo poderá ser promotor do auto-conhecimento, do orgulho, da solidariedade e da autoconfiança dos residentes locais face aos visitantes,

podendo, assim, estimular a identidade étnica e local (Boissevain, 1996: 2005, citado em Pereiro Pérez, 2010:107).

Apesar destes efeitos positivos, há que pensar-se que, também aqui, podem ocorrer consequências nefastas associadas, por exemplo, ao perigo do “*folclorismo turístico*”¹⁵, que implicaria a negação das singularidades locais.

Entendendo-se por impactes socioculturais os impactes sobre a população local (residentes habituais e fixos na comunidade), mas também sobre os turistas e a sua sociedade de origem (Pereiro Pérez, 2010:99), poderá ainda implicar um risco de perda de privacidade bem como favorecer a intrusão, o que transforma as comunidades em museus abertos com a sua cultura em processo de “congelamento” (Boissevain, 1996: 2005, citado em Pereiro Pérez, 2010:107). Podem também os valores alheios substituírem os valores locais ou, sempre que se adoptem figurinos estranhos, descaracterizando uma região, produzir-se a uniformização, reduzindo ou eliminando as diferenças, que constituíam a sua força competitiva (Cunha, 1997:285). O turismo pode, ainda, ser um factor de marginalização das populações locais e um veículo de tensões sociais quando concebido sem integrar os valores locais e sem fazer participar as populações nos seus benefícios (Cunha, 1997:285).

No que concerne às **questões ambientais** “*A preservação do ambiente depende da atitude cultural de todos, desde os governantes aos profissionais de turismo, passando pelos residentes e pelos próprios turistas*” (Baptista, 2007:65).

Ainda na óptica deste autor, o turismo, quando bem planeado e controlado, pode ajudar a manter e a melhorar o meio ambiente natural de várias formas, estimulando as populações e as autoridades para uma tomada de consciência do valor do seu meio ambiente; ajudando a justificar e a financiar a conservação de importantes áreas naturais (algumas delas sem características particularmente atractivas), de lugares arqueológicos e históricos como atracções turísticas; contribuindo para melhorar a qualidade meio-ambiental das áreas através do controlo do ar, da água, da poluição sonora, de problemas de lixo, uma vez que os turistas desejam visitar lugares atractivos, limpos e não contaminados.

De acordo com Santana (1997), existem duas maneiras de interpretar os impactos turísticos sobre o meio ambiente (Santana, 1997:81, citado em Pereiro Pérez, 2010:94):

¹⁵ Utilização abusiva da Etnografia local na sua representação folclórica, da cultura espontânea, popular. A singularidade local é por vezes transformada para se “acomodar” à linha de consumo turística de massas.

- *Positivos*: restauro de monumentos, conservação de restos arqueológicos e de recursos naturais.
- *Negativos*: muita gente, massificação, barulho.

De facto, entre o turismo e o ambiente natural existem, não raras vezes, relações contraditórias, gerando-se numerosos efeitos negativos que se produzem quando o seu planeamento não é o mais adequado: intensa urbanização em determinadas áreas e construções pouco integradas; conseqüentemente, contaminação da água e do ar, problemas com o tratamento dos resíduos sólidos, ruído, congestionamento, pressão especulativa sobre os terrenos agrícolas, erosão das costas, entre outros.

Constata-se, assim, que embora pareça contraditório, o principal e quase único prejudicado pelos problemas que gera é o próprio turismo. O desenvolvimento turístico implica, pois, o recurso a estratégias que se traduzam numa utilização responsável do espaço, harmonizando os interesses do próprio turismo, do meio ambiente e da comunidade local (Vera, 1997; Bote Gómez, 2001; citado por Ribeiro e Vareiro, 2007:473).

3.5.3. Sustentabilidade

Visto pela perspectiva do desenvolvimento¹⁶, o turismo é uma das actividades melhor colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico, sendo tanto mais forte quanto conseguir aproveitar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região. O desafio que se coloca ao turismo consiste em compatibilizar o crescimento desta actividade que gera riqueza e bem-estar, com a utilização racional e duradoura dos seus recursos, de modo a sustentar no tempo, no espaço e de forma participada os processos de crescimento (Silva e Perna, 2002).

O turismo tem no meio natural um dos seus principais recursos, cuja preservação é condição necessária para a continuidade e evolução desta actividade. O conceito de “sustentável” ou “sustentabilidade” surge, assim, como um elemento de referência em qualquer política de planeamento turístico. O turismo tem de ser concebido e praticado segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, de forma a assegurar a continuidade da actividade, a manutenção do património natural e cultural e a satisfação do turista e da comunidade local, através do estabelecimento de parcerias entre agentes

¹⁶ Ver Relatório Brundtland, no subtítulo: Desenvolvimento Sustentável.

públicos e privados. A sustentabilidade, como referem Silva e Perna (2002), engloba, assim, múltiplas dimensões que vão desde a melhoria do bem-estar do turista e da comunidade receptora, até à protecção e valorização do património e promoção do crescimento e competitividade das empresas.

Embora não exista um modelo ideal de desenvolvimento sustentável, uma vez que os sistemas económicos, sociais, políticos e os próprios recursos naturais, variam de lugar para lugar, Donaire (1998:65, citado em Cadima Ribeiro e Remoaldo:1310) aponta sete princípios básicos que identificam um modelo de desenvolvimento turístico sustentável – planeamento, integração, abertura, dimensão, participação, perdurabilidade e viabilidade¹⁷.

Assim, se um destino emergente pretende evitar que os problemas económicos, sociais e ambientais sejam potenciados com o desenvolvimento da actividade turística, impedindo-o de se posicionar no mercado de forma diferencial e, portanto, competitiva, deve planear, desde logo, a integração do turismo num marco de sustentabilidade.

3.5.4. Características e objectivos da prática turística a nível local

Como referido anteriormente, para que o crescimento do sector turístico se efectue de forma sustentada, será indispensável conjugar três elementos diferentes: os naturais; os sócio-culturais e os económicos. Consequentemente, na definição do modelo ou estratégia de desenvolvimento turístico devem considerar-se os seguintes objectivos que Bote Gómez (1988; 2001) estabeleceu para o turismo rural, mas que podem ser estendidos a qualquer estratégia turística a nível local (Bote Gómez, 1988, citado em Pereiro Pérez, 2010:278):

¹⁷ *turismo planeado* – o planeamento turístico envolve o estudo aprofundado da situação presente e futura e a tomada de decisões com base em informação sobre variáveis económicas, ambientais, sociais e culturais que intervêm no processo turístico;

- *turismo integrado* – o turismo deve ter em conta a identidade do lugar onde se desenvolve: a arquitectura, as pessoas, as festividades, a gastronomia, etc., integrando a riqueza cultural e económica do espaço receptivo;
- *turismo aberto* – o turismo sustentável é, essencialmente, uma estratégia de âmbito local, aberto ao seu território, de modo que os espaços naturais próximos, as localidades vizinhas possam integrar a sua oferta turística;
- *turismo dimensionado* – o turismo sustentável deve ser dimensionado, temporal e espacialmente, o que permitirá reduzir a sazonalidade e assegurar a reabilitação do território e a qualidade da experiência turística;
- *turismo participativo* – o turismo sustentável é uma estratégia que tem de ser assumida por todos os agentes que intervêm no processo turístico, o que implica a sua participação activa;
- *turismo duradouro* – o turismo sustentável, ao compatibilizar o crescimento económico com a preservação do meio ambiente e a identidade local, assegura a sua continuidade a médio e longo prazo.

- compatibilizar a conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos pois, dispondo uma área de um património natural e sociocultural importante, o desenvolvimento turístico tem de respeitar a integridade dos seus recursos (paisagem atractiva, tranquilidade e repouso, arquitectura popular, etc.) de tal forma que a sua utilização deve evitar quer o extremismo proteccionista ou estático, quer o “desenvolvimento produtivista”, pois ambos provocam uma degradação ou destruição dos recursos e impedem uma utilização responsável do espaço.
- face à oferta concentrada e de grande escala, característica da estratégia turística implementada na maioria das áreas litorais, procura-se a criação de uma oferta (de alojamento e recreações) não concentrada e de pequena escala, mas coordenada a nível local e comercial (por razões de promoção, comercialização e gestão).
- para além do intercâmbio económico, necessário para rentabilizar os investimentos, a estratégia deve estimular o contacto e potenciar um autêntico diálogo entre a população local e os visitantes, mediante um conjunto de actividades de animação sócio-cultural.
- este tipo de turismo tem de ser organizado e gerido pela população local, o que é possível, pois trata-se de uma oferta de pequena escala e, além disso, é necessário porque desta forma consegue-se um desenvolvimento autónomo e não dependente e optimizam-se os benefícios directos e indirectos do turismo. O turismo, portanto, não deve ser gerido por um reduzido número de empresários e intermediários que não pertençam à comunidade local. Pelo contrário, é necessário contar com o consentimento e participação da sociedade que, por sua vez, terá de fazer um esforço de consenso e cooperação com o objectivo de facilitar as complexas tarefas que o desenvolvimento e conservação dos recursos turísticos implicam.

Deste modo, qualquer implantação de uma estratégia de desenvolvimento turístico local deve reger-se, segundo Vera (1997), pelas seguintes características ou princípios: uso sustentável dos recursos; revitalização das economias locais; qualidade de desenho e de gestão; integração da população local; desenvolvimento planeado e controlado, que implique a não massificação, um baixo impacte e, definitivamente, a sustentabilidade (Vera, 1997, citado por Ribeiro e Vareiro, 2007:472).

CAPÍTULO II

4. Estudo de caso: Golegã - Caracterização do Contexto de Estudo

Neste capítulo procedemos a uma caracterização exaustiva do contexto de Estudo, abrangente e interpretativa, constituindo o reflexo da análise que efectuámos à documentação recolhida e analisada. Esta nossa opção pretende apresentar um conjunto de indicadores fundamentais à compreensão e enquadramento do estudo e discussão de dados que apresentamos de seguida.

4.1. História, cultura e território

4.1.1. Golegã

Os traços essenciais de uma comunidade resultam em primeiro lugar, da interacção entre o elemento humano e o meio natural que lhe é circundante, moldando-se deste modo a especificidade cultural e económica de um determinado local.

Embora genérica, esta premissa assume uma expressão particularmente visível numa vila como a Golegã. As suas tradições produtivas, de subsistência como de prosperidade, radicam no secular aproveitamento das oportunidades oferecidas por uma paisagem onde a lezíria se destaca enquanto elemento de primordial grandeza. Efectivamente, foi na orla das planícies do antigo Reguengo de Toxe, por onde serpenteiam o Tejo e o Almonda, que a Golegã surgiu e se desenvolveu, ao contrário de tantas outras localidades que, construídas em orografias elevadas, privilegiaram a defesa à exploração directa e permanente dos recursos agrícolas e pecuários.

Em terreno aberto, o processo de criação de um pólo urbano foi mais tardio, afirmando-se pela consolidação da reconquista cristã do actual território português. Para a estruturação do aglomerado populacional desempenhou papel importante o surgimento de vários assentos agrícolas (quintas), que souberam valorizar tanto os recursos naturais disponíveis na região como a própria localização desta no mapa nacional.

De facto, as planícies goleganenses, no coração do rectângulo continental, cedo fizeram parte dos itinerários que ligavam não só o norte ao sul como, igualmente, o litoral à raia fronteiriça. Desde cronologias recuadas, que as ligações de Lisboa tanto a Coimbra como a Espanha tinham roteiro por esta zona, sendo ainda por aqui que, quase há dois

séculos, o exército napoleónico passaria a caminho da capital, na última vez que o país conheceu a ocupação militar estrangeira. Junot e mais tarde Massena e as respectivas tropas ficaram alojadas na Quinta do Salvador (1808).

Hoje, o *ex-libris* da Golegã, o Cavalo, é bem o reflexo da origem da vila, lembrando os longos séculos em que circulação de pessoas e bens dependia em larga deste. Se esta zona era de passagem frequente para uns, tornou-se também de fixação para outros, que começaram a explorar tanto as potencialidades oferecidas pela fértil lezíria – na agricultura e na criação de gado –, como as oportunidades de comércio proporcionadas pela sua privilegiada situação na antiga Estrada Real Lisboa-Porto.

Deste modo, o próprio meio geofísico onde a Golegã se integra representa parte substantiva da originalidade e da identidade cultural da vila e do Concelho. Combinam-se, por um lado, os costumes rurais e agrícolas, cuja tradição foi construída por gerações sucessivas sobre uma mesma área geográfica e por outro lado, o cosmopolitismo dos viajantes e daqueles que à vila se deslocavam propositadamente para adquirir exemplares que melhorassem a quantidade e a qualidade da cavalaria nacional, elemento que durante séculos foi considerado como vital, também no assegurar da independência do país.

A Golegã começou também a especializar-se neste domínio e, como em qualquer actividade económica que se quer elevada à excelência, também a criação equestre ultrapassou a mera função de suprir necessidades ao nível da sela ou do tiro para se tornar numa verdadeira arte, nomeadamente através da selecção do Puro-Sangue Lusitano.

Se a originalidade e as características essenciais do Cavalo nacional estão muito ligadas à guerra e ainda ao toureio, factores que deram um evidente cunho aristocrático à vila, a esta também concorreram as mais variadas pessoas, a despeito de hierarquias sociais ou de posse, seduzidas antes de tudo pelo ancestral fascínio que o Cavalo e o seu mundo exercem sobre o ser humano.

A célebre Feira de Novembro, com mais de 430 anos de história, continua a ser o palco de todo o tipo de encontros inesperados, numa festividade onde a água-pé faz esbater os limites e exceder as regras de outros dias.

Essa celebração, simultaneamente nobre e popular, apadrinhada por S. Martinho e perfumada pela castanha da época é também um centro de comércio especializado, onde tradicionalmente o gado cavalar ali sempre teve um destaque muito particular, concordando de forma natural com a história da vila anfitriã. Contudo, longe de se limitar

ao grande evento anual, a importância do gado equino há muito que se enraizou na tradição da vila, assumindo-se como um factor permanente de desenvolvimento do Concelho e do próprio sector a nível nacional.

4.1.2. Azinhaga

A escassos quilómetros da Golegã, situa-se a Azinhaga¹⁸, a Azzancha dos árabes, ladeada pelo verde vivíssimo da lezíria, pelo verde-cinza do espargal e pelo verde-sépie da charneca. A aldeia bordeja a várzea do rio Almonda, cujos campos devem a sua fertilidade ao aluvião, deixado pelas águas depois das cheias, que também são do rio Tejo¹⁹. Culturas intensivas de cereais preenchem a lezíria azinhaguense tornando-a num dos mais importantes pólos produtivos agrícolas do País. Não terá sido por acaso, certamente, que quando a Golegã se separou do Concelho de Santarém e passou a constituir um concelho próprio, a antiga Scalabis, hoje capital do Distrito, não lhe dispensou a localidade de Azinhaga e os seus férteis domínios agrícolas, o que só veio a acontecer muito posteriormente, em 1895, e não sem resistência.

Efectivamente, entre a Golegã e Azinhaga existe uma continuidade natural, tendo sido muitas das suas terras adquiridas pelas mais importantes figuras do país, além da própria família real. Em 1655, D. João IV doou propriedades que ali possuía ao infante D. Pedro, outorga essa que viria a ser um dos primeiros passos no processo de criação da Casa do Infantado, instituída neste período e que tinha por finalidade assegurar a digna subsistência dos filhos segundos do monarca. Sucessivamente acrescida com outras propriedades, especialmente na zona ribatejana, a Casa do Infantado viria a dar lugar à Companhia das Lezírias em 1836, na sequência da implantação do Liberalismo, a qual foi detentora de grandes áreas, até à segunda metade do séc. XX, nos campos azinhaguenses.

O documento mais antigo que dela se conhece é o seu foral concedido por D. Sancho II, remontando assim, a sua existência aos primórdios da nacionalidade, ou quem sabe antes dela.

Na base desta importância e riqueza agro-pecuária desde sempre, o rio Tejo! Esse reconhecimento originaria mesmo aspirações utópicas por parte de quem não usufruía da

¹⁸ Azinhaga ou Azenhaga, provém do árabe Azzancha, derivação do verbo “zanaca” que significa caminho estreito.

¹⁹ O historiador Oliveira Martins viria a comparar os campos do Ribatejo aos do antigo Egipto, cuja fertilidade assentava também nas regulares transgressões do Nilo.

vizinhança dessas águas. Por exemplo, desejando aproximar-se da capacidade produtiva apresentada pelos campos goleganenses e azinhaguenses, os quais elogiava e invejava, Torres Novas chegou mesmo a apelar à rainha D. Maria I que fosse permitida a abertura de um canal até ao grande rio, o que nunca foi atendido.

Contudo, se o Tejo era sobretudo importante por favorecer a agricultura, garantindo o pão para os homens e o pasto para os animais, o mesmo rio era também ele próprio fonte de alimento, a par com o Almonda. Antigas são as referências à pesca de sáveis, bogas, tainhas, lampreias e barbos, pelos borda d'água de outrora e mais tarde os Avieiros.

4.2. Diagnóstico e caracterização

4.2.1. Localização e enquadramento externo do território

O Concelho da Golegã insere-se na margem direita do rio Tejo integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Composto por duas Freguesias (Golegã e Azinhaga), é limitado a Norte pelos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; a Sul e a este pelos Concelhos de Santarém e da Chamusca. Constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, sendo uma porta de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e simultaneamente entre a margem norte e a margem sul do Tejo. Desenvolve forte articulação com o eixo urbano Torres Novas / Entroncamento.

Está integrado, no âmbito territorial do PROT do Oeste e Vale do Tejo²⁰, NUTS III Oeste, na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, a qual inclui 33 Concelhos e uma população de cerca de 800 mil habitantes distribuídos por uma superfície de 8 792 Km², promovendo um modelo territorial articulado com o PROT Área Metropolitana de Lisboa e está enquadrado por uma perspectiva estratégica integrada para as Regiões de Lisboa e do Oeste e Vale do Tejo. O território do Oeste e Vale do Tejo faz parte da Região de Lisboa e Vale do Tejo, contudo para efeitos da componente regional do QREN integra as NUTS II Centro (Oeste e Médio Tejo) e Alentejo (Lezíria do Tejo).

²⁰ Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2006, de 23 de Março.

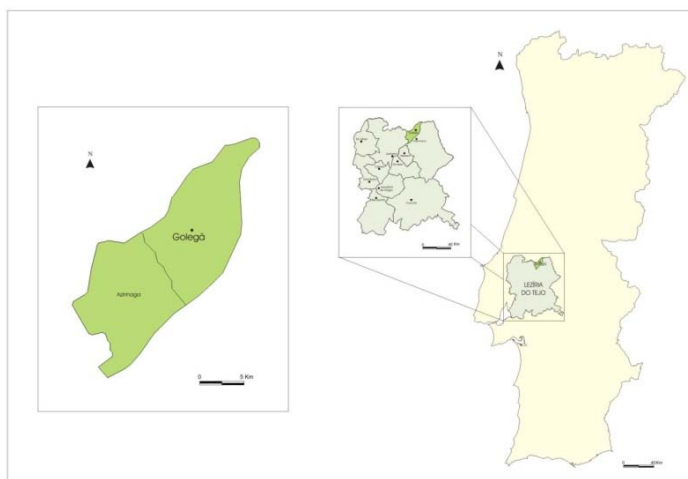


Figura 2 – Inserção do Concelho no País

Fonte: Carta Equipamentos Sociais do Concelho da Golegã, 2010

A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.273 Km² e com cerca de 250 mil habitantes, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Trata-se da Unidade Territorial composta pelas zonas limítrofes do Rio Tejo pertencentes aos Concelhos de Golegã, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Salvaterra de Magos e Santarém. Engloba a totalidade da área de baixa aluvionar do Rio Tejo, cujos solos têm grande fertilidade e aptidão para a agricultura intensiva de regadio (aluviões do Tejo). As explorações agrícolas apresentam uma dimensão económica elevada e superior à média do Oeste e Vale do Tejo (rendimento do trabalho agrícola e produtividade da terra superiores à média nacional e do Oeste e Vale do Tejo). Existe alguma edificação no interior desta Unidade Territorial a qual é pontual e tem carácter concentrado, como é o caso da Golegã.

Nesta unidade territorial desenha-se a tendência para associar actividades turísticas e de lazer a explorações agrícolas, nomeadamente a casas agrícolas e quintas tradicionais. O Rio Tejo tem associado um inegável valor do ponto de vista da conservação da natureza, mas também elevado potencial para o turismo sustentável.

Não obstante se considerar toda a unidade da Lezíria do Tejo como paisagem notável, destaca-se aqui o Paúl do Boquilobo (cerca de 80% no Concelho da Golegã), classificado como reserva natural dado o seu elevado valor ornitológico, enquanto ponto importante nas migrações outonais de aves, bem como com interesse para a conservação da fauna piscícola.

Tendo em conta o regime do Rio Tejo e afluentes e a geologia dos solos, esta Unidade Territorial está extensivamente exposta a um elevado risco de cheias progressivas e risco sísmico.

4.2.2. Acessibilidades e caracterização sócio-económica

Nas **acessibilidades**, o Concelho detém uma posição relativamente privilegiada no que respeita à proximidade de alguns nós importantes dos sistemas rodoviário e ferroviário. Assim, quanto à rede viária, encontra-se na área de influência imediata da A1, A23 e do futuro IC3, sendo também atravessado pelas EN243 e EN365. A sua relativa proximidade ao importante nó ferroviário do Entroncamento garante, igualmente, o acesso quer à linha do Norte, quer ainda à linha do Leste com ligação a Espanha.

No que respeita às transformações **económicas, sociais e culturais** ocorridas nos últimos anos em Portugal, constata-se que estas introduziram modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica. O Concelho da Golegã caracteriza-se pela existência de uma estrutura de povoamento bastante concentrada, na medida em que a vila sede de Concelho e a aldeia da Azinhaga concentram quase 90% da população total residente no Concelho. Ao longo da década de 90 não se registaram grandes alterações no padrão de povoamento no Concelho da Golegã. Apenas dois lugares de muito pequena dimensão aumentaram os seus quantitativos populacionais (Mato Miranda e Casal Centeio).

Ano	Unidade Territorial	Isolados	<1.999	2.000-4.999	5.000-9.999	>10.000
1991	Golegã	3,9	32,6	63,5	0,0	0,0
	Lezíria Tejo	4,0	47,9	19,2	14,4	14,5
	Continente	3,4	48,1	8,8	6,3	33,4
2001	Golegã	2,5	32,0	65,6	0,0	0,0
	Lezíria Tejo	3,4	42,0	17,6	20,6	16,3
	Continente	2,8	41,9	9,2	7,8	38,2

Quadro 2 – Evolução da População Residente Segundo a Dimensão dos Lugares (%)

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001).

Verificamos, no entanto, que durante a última década, quer a vila da Golegã quer a aldeia da Azinhaga perderam população, ainda que a quebra tivesse sido ligeiramente

superior nesta última. Os próximos Censos 2011, certamente contrariarão esta tendência, quer pela explosão imobiliária evidente, quer pela fixação de novos residentes. No Concelho não existe mais nenhum lugar com mais de 300 habitantes. Face ao exposto, hierarquizamos a rede urbana do Concelho da Golegã da seguinte forma:

- **Pólo Urbano** – A vila da Golegã constitui o principal núcleo urbano do Concelho, atraindo a maioria da população deste, devido à concentração de actividades, equipamentos e serviços;
- **Pólo Complementar** – A Azinhaga constitui o segundo nível, apresentando, dada a proximidade geográfica, alguma capacidade de polarização relativamente à Freguesia vizinha do Pombalinho (Concelho de Santarém), estando a sua base económica associada à actividade agrícola.

De acordo com os dados censitários, durante a segunda metade do séc. XX, o Concelho da Golegã registou um padrão evolutivo da população irregular, ainda que se detecte uma tendência para o decréscimo. A principal excepção verificada ocorreu entre 1970 e 1981 (período caracterizado pelo retorno de emigrantes), tendência essa que se parece verificar nos primeiros sete anos do séc. XXI, de acordo com as estimativas populacionais do INE, situando-se a população em 5.475 habitantes, em 2009.

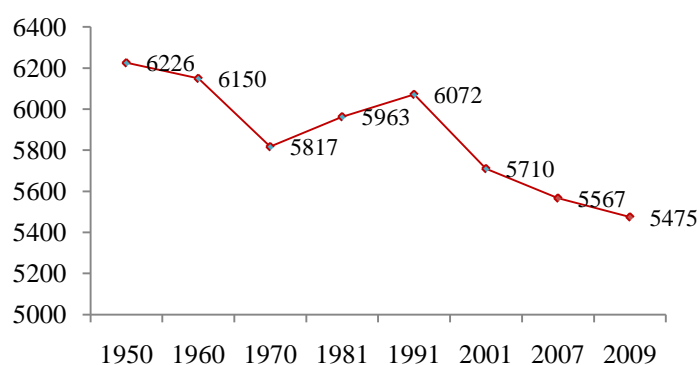


Gráfico 4 – Evolução da População no Concelho da Golegã

Fonte: INE (A azul valores censitários; a vermelho valores de estimativas populacionais).

O peso da população do Concelho da Golegã no total da região da Lezíria do Tejo tem vindo a diminuir, situando-se actualmente nos 2,2%. No entanto, a densidade populacional do Concelho (75 habitantes por km²) situa-se entre a média regional e nacional. Consta-se, contudo, que existe uma grande diferença entre os níveis de

ocupação do território na Freguesia sede de Concelho (onde a densidade populacional supera a média nacional) e a Freguesia da Azinhaga (onde a densidade populacional é mais baixa do que a da Lezíria do Tejo). No Concelho da Golegã, a Taxa de Natalidade apresenta um valor de 6,8%, valor consideravelmente inferior às médias regional e nacional, enquanto que a taxa de mortalidade bruta após um período de grande crescimento nos anos 90 (consequência do aumento da proporção de idosos na população total) diminuiu, situando-se actualmente nos 13,7%. Uma das transformações demográficas mais positivas do período pós-25 de Abril em Portugal prende-se com o decréscimo acentuado da taxa de mortalidade infantil, que regista actualmente na região e, em particular, no Município da Golegã valores residuais, ao nível daqueles que se registam nos países mais desenvolvidos da União Europeia.

Unidade Territorial	Taxa Natalidade			Taxa Mortalidade			T. M. Infantil	
	1991	2001	2006	1991	2001	2006	98/02	02/06
Golegã	6,2	9,3	6,8	11,7	17,0	13,7	3,5	1,0
Lezíria do Tejo	9,1	9,9	9,5	11,5	12,4	11,5	4,5	3,2
Continente	11,4	10,8	9,9	10,1	10,2	9,6	4,6	3,9

Quadro 3 – Evolução dos Comportamentos Demográficos (%)

Fonte: INE (O País em Números, 1991-2006)

Constata-se pois, que a quebra acentuada da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Em todas as unidades territoriais em análise se verifica que a percentagem de jovens com menos de 15 anos diminuiu consideravelmente, ao contrário do que sucedeu com os idosos. As estimativas populacionais efectuadas pelo INE para 2007 permitem diagnosticar os padrões de evolução da estrutura etária do Concelho da Golegã. Constata-se, pois, que a percentagem de jovens com menos de 15 anos diminuiu de 17,4% em 1991 para 13,2% em 2007, enquanto o peso dos idosos com mais de 65 anos aumentou de 19,3% para 21,6% no mesmo período de tempo. Ainda assim, parece detectar-se um ligeiro abrandamento do ritmo do envelhecimento populacional a partir de 2001 no Concelho da Golegã.

Unidade Territorial	1991			2001			2007		
	0-14	15-64	+65	0-14	15-64	+65	0-14	15-64	+65
Golegã	17,4	62,4	20,2	13,8	63,6	22,6	(a)	(a)	(a)
Azinhaga	17,5	65,3	17,1	15,3	62,7	22,0	(a)	(a)	(a)
Concelho Golegã	17,4	63,3	19,3	14,3	63,3	22,4	13,2	65,2	21,6
Lezíria do Tejo	17,6	65,8	16,7	14,1	66,1	19,8	14,1	65,2	20,7
Continente	19,7	66,6	13,7	15,8	67,7	16,5	15,2	67,2	17,6

(a) Desagregação Geográfica indisponível

Quadro 4 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001 e Estimativas da População, 2007)

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem, vai assistir-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no Concelho da Golegã, passou de 111% em 1991 para 163% em 2007, valor bastante acima da média nacional (116% no Continente e 147% na Lezíria do Tejo, segundo as estimativas do INE para o ano de 2007). Curiosamente, o índice de envelhecimento é maior na Freguesia sede de Concelho do que na Freguesia da Azinhaga. O rápido envelhecimento populacional levou a que o índice de dependência dos idosos relativamente aos activos aumentasse consideravelmente de 1991 para 2007; mais uma vez, este aumento foi maior no Concelho Golegã do que no Continente e na Lezíria do Tejo. O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária do Concelho da Golegã no ano de 2001. Com efeito, é notório o duplo fenómeno de envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida). Ainda assim, parece esboçar-se um processo de rejuvenescimento expresso num ligeiro aumento da percentagem do primeiro grupo quinquenal, reflexo de uma ligeira subida da Taxa de Natalidade.

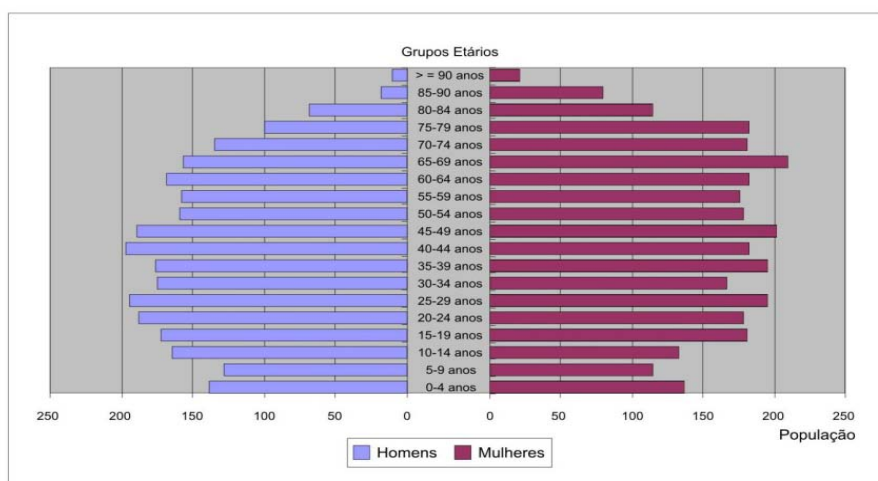


Figura 3 – Pirâmide Etária do Concelho da Golegã

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2001)

4.2.3. Actividades económicas e particularidades do sector turístico

4.2.3.1. Actividades económicas

Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efectivamente, acelerou-se o processo de terciarização, tendo no Concelho da Golegã aumentado também o peso do sector de serviços. Esta mudança fez-se sobretudo à custa de transferências do sector agrícola, que perdeu mais de 50% dos efectivos que tinha em 1991, fundamentalmente para o sector terciário. Mas este terciário é também ele pouco qualificado podendo corresponder mesmo a activos que trabalham noutros Concelhos limítrofes, tendo crescido cerca de 13%, entre 1991 e 2001.



Gráfico 5 – População Residente Empregada, por Sector de Actividade, no Concelho da Golegã, 1991 e 2001

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2001)

No Concelho da Golegã, o sector dos serviços tem uma percentagem de activos acima da média nacional e regional, e o crescimento verificado foi mesmo superior durante

a década de noventa. O crescimento do sector nos Concelhos limítrofes e o contributo dos investimentos nas funções sociais públicas e/ou privadas (que levaram a que o terciário de natureza social tenha em 2001 um peso idêntico ao de natureza económica) foram elementos decisivos nesta evolução. No ano de 2007 existiam 434 empresas no Concelho, sendo que apenas uma registava um quantitativo de pessoal ao serviço entre cinquenta a duzentas e quarenta e nove pessoas. Empresa essa que deduzimos ser a Câmara Municipal, e que continua a ser a maior empregadora do Concelho. Uma análise mais aprofundada permite concluir que as duas Freguesias do Concelho têm ligeiras diferenças no que diz respeito à população activa. O peso do terciário é mais evidente na Freguesia da Golegã devido à própria natureza do aglomerado onde se concentram as funções administrativas do Estado e da autarquia, enquanto na Freguesia da Azinhaga o peso dos activos na agricultura é maior.

Unidade Territorial	Sector de Actividade		
	Primário	Secundário	Terciário
Golegã	12,4	33,2	54,4
Azinhaga	7,8	24,6	67,6
Concelho Golegã	9,1	27,1	63,8
Lezíria do Tejo	10,0	31,8	58,2
Continente	4,8	35,5	59,7

Unidade Territorial	Taxa de actividade 1991			Taxa de actividade 2001		
	Total	H	M	Total	H	M
Golegã	1,3	3,7	0,5	5,1	3,6	37,8
Azinhaga	2,5	2,1	3,1	1,3	9,2	33,6
Concelho Golegã	1,6	3,2	1,3	3,9	2,1	36,5
Lezíria do Tejo	4,3	5,5	3,9	8,1	5	41,5
Continente	4,9	4,4	6	8,4	4,9	42,3

Quadro 5 – Estrutura da População Activa nas Freguesias por Sectores em 2001

Quadro 6 – Taxa de Actividade nas Freguesias em 1991 e 2001 (%)

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001).

Durante a década de 90 registou-se no país uma evolução globalmente positiva do mercado de trabalho que se manifestou num acréscimo da criação de emprego. O Concelho da Golegã, dada a sua pequena dimensão demográfica manteve a dimensão dos activos existentes em 1991, que eram da ordem dos dois milhares e meio. Deste modo, o peso relativo da sua população activa até aumentou ligeiramente em 2001, devido fundamentalmente ao decréscimo demográfico e a alguma emigração que se verificou no seu território. Consequentemente, a taxa de actividade média do Concelho aumentou ligeiramente, embora esta evolução tenha permitido a sua distanciação dos valores médios da Lezíria e do Continente, cujas taxas cresceram mais que a do Concelho da Golegã.

O crescimento relativo da população activa foi acompanhado com a evolução do desemprego que apresentou um crescimento negativo de 60 desempregados entre os censos de 1991 e 2001, totalizando um valor de pouco mais de 210 activos sem ocupação. Este facto teve como consequência o decréscimo da taxa de desemprego concelhia para 8,5%. Desta situação resultou uma aproximação às médias de desemprego da região, e uma aproximação à média do continente que nesse ano estaria nos 6,9%. Segundo os dados do IEFP relativos ao desemprego registado no Concelho entre 2004 e 2009 a tendência de redução desenhada durante os anos 90, apesar de um máximo de desempregados registados em 2005, manteve-se até 2009. A localização de investimentos ligados ao sector agro-industrial e os ganhos locativos do Concelho da Golegã, terão sido a razão mais importante para essa evolução recente.

Ano*	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Golegã	244	265	239	244	184	172
Lezíria do Tejo	11.283	11.642	11.619	11.180	9.563	10.255
Continente	454.397	471.639	479.552	444.390	386.377	433.149

Quadro 7 – Evolução do Desemprego Registado no Concelho da Golegã (2004 a 2009)

* Dados relativos ao final de Janeiro de cada ano

Fonte: IEFP / GEA - Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais.

No caso do Concelho da Golegã, em Janeiro de 2009, o desemprego era fundamentalmente feminino (cerca de 56% do total), mas apenas 23% dos desempregados no Concelho eram de longa duração (mais de um ano). Entre 2004 e 2009 verificou-se ainda um incremento da procura de novo emprego e uma redução na procura de primeiro emprego. São activos, fundamentalmente femininos, com poucas qualificações e de difícil integração nos outros sectores, saídos da actividade agrícola, embora mais recentemente, também provenientes do processo de reestruturação e encerramento de empresas do sector industrial.

Unidade Territorial	População Desempregada							
	Procura do 1º Emprego (%)				Procura de Novo Emprego (%)			
	1991	2001	2004	2009	1991	2001	2004	2009
Golegã	12,2	15,1	8,6	7,6	87,8	84,9	91,4	92,4
Lezíria do Tejo	17,2	15,7	6,3	5,5	82,8	84,3	93,7	94,5
Continente	25,9	21,0	6,2	6,9	74,1	79,0	93,8	93,1

Quadro 8 – Evolução da População Desempregada (%)

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001); IEFP / GEA - Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais (2004 e 2009)

Os desempregados à procura de primeiro emprego tiveram mesmo uma redução para níveis próximos da média regional, mercê de um incremento significativo nas taxas de escolarização e da instalação de empresas na região que preferem activos jovens com maior grau de qualificações escolares. Em termos etários, entre 2004 e 2009, houve algumas alterações significativas. O grupo dos activos mais jovens mantém os menores valores de taxa de desemprego e até decresceu um pouco, mas o seu valor está ainda ligeiramente acima da média regional e nacional. Os estratos etários a partir dos 39 anos são os mais afectados pelo desemprego, e até se agravaram, mas mantêm-se ao nível das médias de desemprego regional e nacional para este estrato etário, o que significa que ainda não estão resolvidos os impactes resultantes da redução dos activos agrícolas no Concelho. Contudo, os desempregados com mais de 55 anos também regrediram em termos percentuais, e com 15,7% estão abaixo do nível da Lezíria e de Portugal Continental.

4.2.3.2. Sector turístico

O Eixo Urbano da Lezíria tem como elementos agregadores o Tejo, a A1 e a A13 e a Linha do Norte. O Tejo transmite uma paisagem singular a este eixo, criando unidade e identidade a este corredor, onde os níveis de acessibilidade e mobilidade são fortemente potenciadores da complementaridade urbana. A qualificação das zonas ribeirinhas e a valorização dos centros promovem a sociabilidade urbana e a qualidade urbanística num contexto rural singular. Nas duas margens do Tejo as aglomerações urbanas vão-se alinhando de norte para sul: primeiro os centros urbanos de Golegã e Chamusca com uma forte articulação com o Médio Tejo; depois, Alpiarça, Santarém e Almeirim reforçando a centralidade enquanto a Chamusca parece procurar travar a influência metropolitana; mais a sul, a estrutura urbana é claramente marcada pela influência metropolitana.

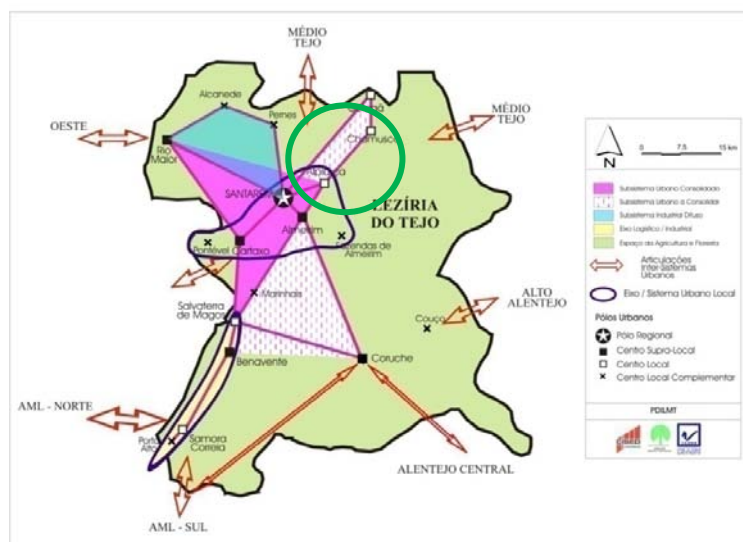


Figura 4 – Subsistema Urbano da Lezíria do Tejo

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Lezíria do Tejo. CEDRU

Pela sua especificidade, a Lezíria do Tejo detém inúmeros recursos turísticos, ligados às quintas agrícolas, caça e conservação da natureza, contudo, ainda são incipientes os produtos turísticos daí resultantes. O modelo territorial, no âmbito do **PROT OVT**, pretende que o seu potencial seja amplificado numa óptica holística e multifuncional onde a produção agrícola, a conservação da natureza e o turismo usufruam das mais-valias mútuas através do desenvolvimento de actividades de Turismo no Espaço Rural ou Turismo Cinegético, em complementaridade com outras actividades ligadas ao espaço rural. Assim, a valorização dos recursos locais - naturais, culturais e patrimoniais - decorrerá de uma estratégia de integração de empreendimentos turísticos nas áreas rurais, sobretudo em espaços de parques e reservas naturais. Nesta óptica, promove-se de forma generalizada as formas de turismo no espaço rural (TER), turismo de natureza (TN), turismo de habitação (TH), parques de campismo e caravanismo (PCC) e estabelecimentos hoteleiros isolados (pousadas, hotéis e hotéis rurais construídos de raiz).

O modelo territorial do turismo e do lazer robustece a importância do Litoral Oeste e da Lezíria do Tejo, espaços geográficos identitários e estruturantes da Região onde, a par dos centros urbanos, se situam os principais recursos e potencialidades regionais para a vertente do turismo e do lazer. Nesta perspectiva, urge expandir certas ligações, aproximando estes espaços entre si (Conexões a Desenvolver) no sentido de favorecer, por um lado, as relações entre o Litoral Oeste e o Vale do Tejo e as complementaridades proporcionadas pela diversidade de recursos turísticos existentes na região e, por outro

lado, reforçar e valorizar o Arco do Património da Humanidade e o Eixo das Linhas de Torres como percursos de ancoragem de rotas temáticas, excursionismo e *touring* cultural.

Num quadro de estruturação e reforço de um sistema urbano polinucleado, o modelo territorial procura afirmar a integração e o papel do Oeste e Vale do Tejo nos processos e nas dinâmicas da região polarizada por Lisboa. No que respeita ao turismo, a metrópole constitui um destino internacional em desenvolvimento e, na vertente do lazer, o Oeste e Vale do Tejo é uma Região com um forte potencial de procura que garante o desenvolvimento de produtos turísticos e de lazer de qualidade e muito diversificados (recursos patrimoniais, culturais, naturais, paisagísticos e antropológicos). A Golegã, pela sua singularidade é um trunfo importante na estratégia turística desenhada a partir de Lisboa, tal como Fátima ou Tomar.

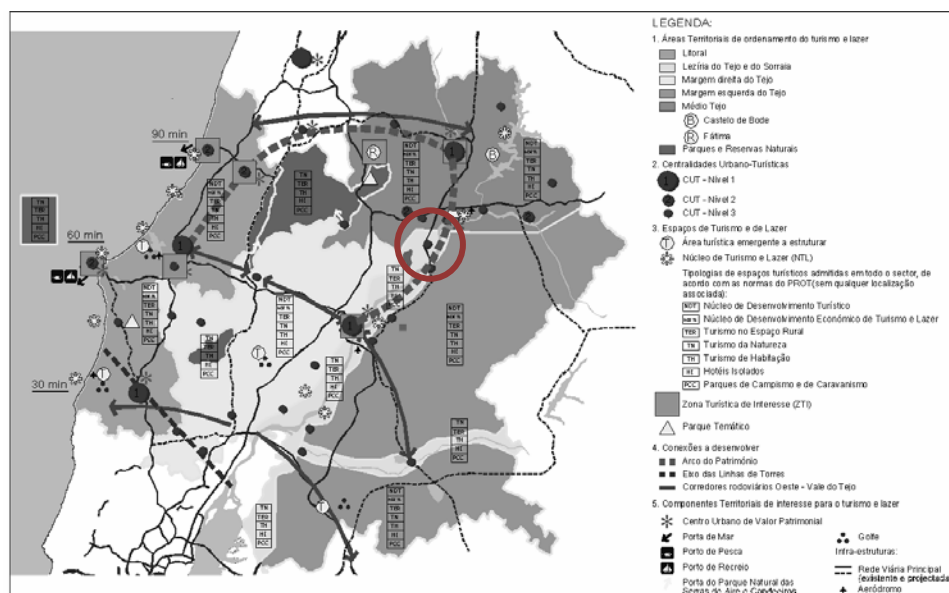


Figura 5 – Modelo Territorial da Região do Oeste e Vale do Tejo.

Fonte: PROT OVT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, *Turismo, Cultura e Lazer*, 2009

Em consequência, o Turismo e o Lazer do Oeste e Vale do Tejo e o Património Cultural e Histórico são vertentes estratégicas indispensáveis a um desenvolvimento baseado nos recursos regionais e nas identidades territoriais fortemente marcadas pelas diferenciações históricas, culturais e paisagísticas, devendo contribuir, também, para a minimização de desequilíbrios internos à Região Oeste e Vale do Tejo, nomeadamente entre o litoral e o interior, e entre as duas margens do Tejo. As actividades ligadas ao turismo, lazer e cultura no Oeste e Vale do Tejo devem pois, ser encaradas numa lógica de

complementaridade com a região polarizada por Lisboa. Neste quadro, o Oeste e Vale do Tejo ganhará internacionalização no sector do turismo através desta complementaridade para a qual também contribuirá com recursos e potencialidades próprias.

Pretende-se ainda enquadrar as procuras de segunda residência²¹, reconhecendo o seu papel na estruturação da actividade do turismo e lazer, canalizando-as para os aglomerados populacionais que detenham capacidades para o seu acolhimento e libertando o solo rural de pressões casuísticas e não estruturadas. Em termos de modelo espacial e funcional do turismo e lazer, na região preconiza-se o aproveitamento e potenciação dos vastos valores e recursos existentes (naturais, patrimoniais, culturais e paisagísticos) criando oportunidades múltiplas para o seu desenvolvimento, sustentadas numa rede urbana estruturada para esta actividade.

Nesta perspectiva e dada a importância regional das actividades ligadas ao sector do turismo, lazer e cultura, o reforço da rede urbana regional deve articular-se com o estímulo ao desenvolvimento ordenado das actividades associadas a este sector e suportar as necessidades globais de funções e serviços urbanos geradas pela população flutuante inerente às actividades do turismo e lazer, oferecendo-lhe qualidade de serviço acrescida.

O Esquema do Turismo, Cultura e Lazer define as áreas urbanas de localização preferencial de equipamentos e serviços de apoio ao turismo e ao lazer que desempenham um papel fulcral no ordenamento dos espaços com funções turísticas: são as Centralidades Urbano-Turísticas (CUT). No Oeste e Vale do Tejo definem-se CUT de três níveis de acordo com a capacidade de polarização espacial:

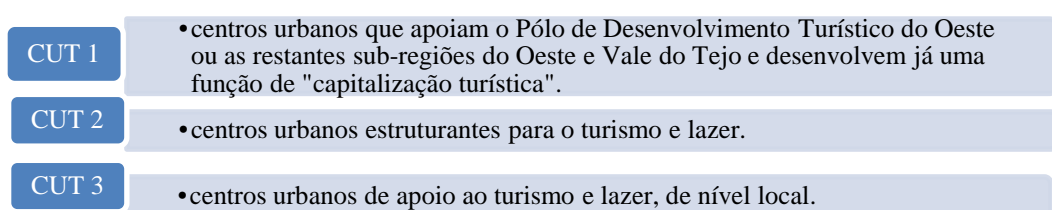


Figura 6 – Níveis de CUT

Fonte: PROT OVT 2009. Elaboração Própria

O Concelho da Golegã, detentor de um vasto património religioso, cultural, monumental e natural, considerando a dimensão concelhia, é considerado neste PROT como um centro urbano de apoio ao turismo e ao lazer, de nível local (CUT3).

²¹ Os investimentos em infra-estruturas equestres na Golegã foram e continuarão a ser seguramente âncoras deste território.

No PROT definem-se as condições gerais de localização e de implementação dos estabelecimentos hoteleiros, do turismo residencial e da residência de lazer no contexto das estratégias de desenvolvimento e do ordenamento territorial da Região do Oeste e Vale do Tejo. Caberá, às Câmara e em concreto à Golegã, na revisão do PDM, que terá início em 2011, definir a vocação territorial para o uso turístico, os critérios, as características tipológicas e os parâmetros urbanísticos da ocupação dos solos para os empreendimentos turísticos, residência de lazer e equipamentos turísticos e de lazer, no contexto das estratégias municipais de desenvolvimento e de ordenamento do território e de valorização das actividades e valências territoriais do espaço onde se insere. O Plano aplica a classificação de centralidades urbano-turísticas (CUT) às áreas urbanas de localização preferencial de equipamentos e serviços de apoio ao turismo e ao lazer que desempenham um papel fulcral no ordenamento dos espaços com funções turísticas.

O PROT OVT considera seis grandes Áreas Territoriais de Ordenamento do Turismo e Lazer, identificadas na Carta do Turismo, Lazer e Cultura, a Golegã pertencendo a: *Lezíria do Tejo e do Sorraia* - integra as áreas das margens aluvionares dos rios Tejo e Sorraia desde o limite da Reserva Natural do Estuário do Tejo a Sul, até ao Médio Tejo, a Norte, e ao limite do Concelho de Coruche, a Nascente, aplicando-se aos aglomerados urbanos, às edificações existentes, nomeadamente aos assentos de lavoura e construções rurais, bem como ao solo rural não abrangido pelas zonas de risco de cheia; e Parques e *Reservas Naturais*, Áreas de Paisagem Protegida e Monumentos Naturais - estão integrados nestas Áreas Territoriais entre outros a Reserva Natural do Paul do Boquilobo.

A gestão de nível regional	A gestão intermunicipal	A gestão municipal
<ul style="list-style-type: none"> • realizada por uma estrutura (Comissão Temática do Turismo e Lazer - CTT) constituída pelos representantes das Comunidades Intermunicipais, Entidades Regionais de Turismo, Instituto do Turismo de Portugal, e CCDR LVT e por entidades sectoriais em função da matéria a discutir. 	<ul style="list-style-type: none"> • realizada pelas Comunidades Intermunicipais correspondentes a cada NUTS III, pela CCDR LVT, Turismo de Portugal, I. P., e Entidades Regionais de Turismo. • terá por incumbência a atribuição da capacidade de alojamento por Concelho, nomeadamente para efeitos de revisão dos PDM. 	<ul style="list-style-type: none"> • realizada pelas Autarquias Locais. • terá por incumbência: a atribuição, nos PDM, das capacidades de alojamento pelas diversas tipologias de espaços turísticos, a aplicação dos processos concursais e a avaliação dos projectos dos NDT.

Figura 7 – Estruturas de gestão do PROT no âmbito do turismo e lazer
 Fonte: PORLVT 2009. Elaboração Própria

As actividades turísticas e de lazer, no âmbito do PROT OVT, devem desenvolver-se territorialmente de acordo com:

a) As directrizes e normas específicas estabelecidas para as Áreas Territoriais de Ordenamento do Turismo e Lazer;

b) Os critérios de ordenamento e normas específicas para as tipologias de espaços e de unidades turísticas, nomeadamente:



Figura 8 – Critérios de ordenamento e normas específicas

Fonte: PORLVT 2009. Elaboração Própria

Sublinhamos aqui os NDE TL, tipologia que deve integrar Projectos considerados de Interesse Regional, a avaliar pela Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão do PROT OVT (EMAG) e que têm por fim a execução de projectos estruturantes para o desenvolvimento do turismo e lazer da região - não estando vinculados a localizações definidas nos Instrumentos de Gestão Territorial - nomeadamente: novos parques temáticos, equipamentos de saúde e bem-estar, termas, equipamentos e *centros de estágio desportivos*, centros de congressos e de reuniões, portos de recreio e marinas.

A Golegã desenvolve neste momento, um projecto de interesse regional e nacional, dado que será sede do futuro Centro de Alto Rendimento Desportivo – Desportos Equestres (Hypoos Golegã), único no país, sendo já sede de um outro Centro de Estágio para Desportistas – SPORHOTEL (desde 2008). Pretende-se que estes projectos contribuam para a valorização das valências do território rural, bem como para o cumprimento dos objectivos do PROT OVT para o turismo e o lazer na Região.

Em termos de Entidade Regional de Turismo em que se insere o Concelho em estudo, esta denomina-se **Entidade de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T- LVT)**, em cujos estatutos são definidos, entre outros os seguintes artigos:

Artigo 2.º - Missão e atribuições:

1 — À T-LVT incumbe a valorização turística da ART-LVT, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, no quadro das orientações e directrizes da política de turismo definida pelo Governo e nos planos plurianuais das administrações centrais e local;

2 — *Constituem atribuições da T –LVT:*

a) ***Colaborar com os órgãos centrais e locais com vista à prossecução dos objectivos da política nacional que for definida para o turismo;***

6 — *Compete à T –LVT, em matéria de instalação, exploração e funcionamento da oferta turística:*

a) ***Participar, a solicitação dos Municípios interessados, na elaboração dos regulamentos municipais que se relacionem com a actividade turística, nomeadamente com o alojamento local; b) Exercer quaisquer outras competências em matéria de instalação, exploração e funcionamento da oferta turística que resultem de contratualização com a Administração Central ou com a administração local (...)***”.

Neste contexto, foi celebrado Protocolo de Parceria, em 2010, entre a Câmara Municipal da Golegã e o T-LVT, que se consubstancia, entre outros, nos seguintes objectivos:

- Participação na elaboração, e posterior implementação, do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico da Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, da responsabilidade da T-LVT;
- Inserção de dados estatísticos relativos à oferta turística do Município no Observatório – Turismo de Lisboa;
- Participação do **Município** na avaliação da situação actual da sinalização turística na Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo;
- Participação na construção, e posterior actualização permanente, da Base de Dados da Oferta e dos Recursos e Produtos Turísticos da Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo;
- Apoio e aconselhamento técnico na elaboração, alteração ou revisão de instrumentos de gestão territorial da responsabilidade do **Município**, nomeadamente o Plano Director Municipal, na medida em que se relacionem com a actividade turística;
- Levantamento e posterior avaliação, (...) dos recursos e produtos turísticos do **Município**, por forma a que se diagnostique, à escala local e à escala regional, o grau de desenvolvimento e competitividade dos recursos e produtos turísticos existentes (...) concedendo especial atenção aos recursos turísticos ligados ao **Cavalo, Casa-Estúdio Carlos Relvas e Touring;**

- A **T-LVT** participará, se for esse o entendimento do **Município**, na elaboração ou modificação de regulamentos municipais que tenham por objecto o alojamento local (...)
- O **Município** integrará a rede da **T-LVT** de apoio ao empresário e ao investidor turístico.
- O **Município** compromete-se a prestar regularmente informação à **T-LVT** relativamente às necessidades locais de formação profissional no sector do turismo, tendo em vista dotar a **T-LVT** dos elementos necessários para promover a adequação da oferta pública de formação localizada na Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo à procura, quantitativa e qualitativamente, existente.

De salientar, que até ao momento e no seguimento deste Protocolo, a T-LVT participou na FNC com stand de divulgação, criou um site, onde está a colocar os recursos de todos os municípios de LVT, prepara neste momento conteúdos para o lançamento de brochuras, bem como solicitou alguns elementos para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico.

4.2.3.2.1 Marketing Territorial

A gestão e a promoção do território constituem desde sempre um dos principais focos da organização social e política, essencialmente pela sua influência no modo de vida e pelo seu impacto no desenvolvimento económico. Neste contexto, e face aos crescentes desafios impostos numa Europa a 27, quer pela aceleração da globalização quer pelos novos paradigmas de competição, actores sociais, políticos, económicos e académicos, tendem cada vez mais, a assumir e a interpretar sob uma perspectiva multidisciplinar as questões relacionadas com a gestão do território e consequente sustentabilidade e competitividade.

As cidades e as regiões coabitaram, assim, desde cedo, com as lógicas de mercado e com os princípios gerais do *marketing*, espaços que se reflectiam como conglomerados de relações entre empresas, instituições, residentes e visitantes. Contudo, apesar da sua tendência para o produto, o *marketing* tem vindo a ser utilizado como ferramenta de promoção económica das cidades, na realização de grandes eventos, em reestruturações urbanas profundas e para a promoção turística dos territórios, das empresas e das pessoas. Após a fase em que o *marketing* dos territórios simbolizava promoção dos lugares,

observa-se que os territórios, no decorrer do tempo, tentam “(...) *assumir características específicas e especiais num processo de competitividade acrescida e global (...)*” (Cidrais, 1998: 15). O “*place marketing*” (“*city marketing*”, “*marketing territorial*”, “*marketing urbano*”, “*marketing do lugar*”, entre outras denominações) surge, assim, como um dos elementos centrais do planeamento estratégico das cidades e regiões, partindo das suas singularidades e especificidades, integrando-as e projectando-as num contexto global de competitividade, tendo em conta a sua vocação e visão, promovendo-as e afirmando-as. Segundo Cidrais (1998), os agentes territoriais assumem aqui o papel mais importante para o desenvolvimento local, na concertação de acções, na salvaguarda de recursos e na proliferação de dinâmicas assentes numa forte organização das inter-relações.

Esta vertente do marketing territorial assume, ainda, o papel de promover o desenvolvimento sustentável de um território, tentando melhorar o seu ambiente, a qualidade de vida e a gestão coerente dos seus recursos materiais e imateriais. Neste contexto territorial, existem diferentes relações que se desenvolvem em torno desta rede de actores (parcerias, cooperação, competitividade, concorrência, conflitualidade).

Consideramos, no entanto, e conforme atesta também Figueira, que aliado a todos estes objectivos, o desejo de mais notoriedade territorial também é um facto “*A proposta política de desenvolvimento local implica, objectivos de geração de riqueza e aumento da qualidade de vida das populações e o desejo, legítimo, aliás, de aumentar a notoriedade do território autárquico. A competitividade regional obriga a esse e outros exercícios de poder.*” (Figueira, 2007:13).

No território em estudo, o Município da Golegã, a mudança do elenco autárquico, em 1998, iniciou uma estratégia de *marketing*, inexistente até então, considerando também o mesmo autor que “*O Marketing territorial, produzido pela autarquia da Golegã, tem história. Ele está associado à sua festa maior unindo a terra ao homem e aos animais, com destaque para o lugar especial do cavalo e da sua ligação à ancestralidade deste território e à sua lenda de São Marinho. O turismo ao apropriar esta herança cultural, revigora-a e dá-lhe sentido de modernidade. (...) parecendo haver, no caso da Golegã, a procura de posicionamento estratégico importante no contexto da competitividade entre destinos associados ao cavalo*” (Figueira, 2007:17).

Na realidade, o contexto territorial vivido há cerca de uma década, traduzia-se num Concelho cuja água potável tinha uma situação problemática na sede do Concelho e em S.

Caetano, onde o saneamento básico não se estendia a toda a população, a habitação social era inexistente, a rede viária estava degradada e muitas das estradas eram de terra batida, mesmo na própria vila, onde as estruturas comunitárias eram deficientes e degradadas, o complexo escolar era insuficiente e a precisar de intervenção urgente, o património edificado por reabilitar e os museus em plena decadência, estáticos e a necessitarem de urgente intervenção. Havia condições e factores que determinariam espaço para afirmação autárquica, desde que conduzida de outra forma.

Entretanto, as acessibilidades foram melhoradas, estando, hoje, a pavimentação em betuminoso praticamente a 100%, incluindo caminhos rurais. A água potável foi uma realidade alcançada em apenas 10 meses²², o complexo escolar foi remodelado, o complexo desportivo reabilitado e aumentado, enfim, todas as deficiências foram colmatadas, ao mesmo tempo que se desenvolvia e progredia a vertente turístico-cultural.

Consequência de um trabalho persistente e aturado o Município granjeou, entretanto, vários títulos e louvores, tais como: o Concelho Verde **“Melhor Desempenho Ambiental”**, pela Fórum Ambiente (2001); Concelho, entre os primeiros dez de Portugal, com **“Melhor Qualidade de Vida”**, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2004) e o **“Óscar do Imobiliário da Região do Ribatejo”**, pela Nersant/O Mirante (2004) e o **Galardão Eco XXI**²³, Associação Bandeira Azul da Europa (2006, 2008, 2009). Atesta-se, assim, o preconizado por Figueira *“A criação da imagem e substância do destino turístico implica tarefas em cadeia cujo sucesso depende, muito significativamente, do grau de consciencialização pública. Esta reflecte-se, naturalmente, nos padrões de qualidade de vivência local, na arrumação urbana e rural, no aspecto e cuidado com o ambiente natural e artificial e estética deles decorrente, na visão que transparece ao turista sobre o significado e como se desenvolveram as praticas sociais locais.”* (2007:18).

Assim, entre 1998 e 2003, ao colmatar as deficiências estruturais, o *marketing* territorial surge como uma das grandes apostas do elenco autárquico, e que se baseou na projecção e reconstrução do futuro, tendo a memória, a identidade e a história como

²² Durante anos a população da Golegã não teve água potável devido ao excesso de nitratos, sendo abastecida, nas ruas, através de cisternas camarárias e dos bombeiros. Aquando da conclusão da obra, a Autarquia celebrou com a população, distribuindo nessa mesmas cisternas, não água mas sim água-pé!

²³ O Concelho obteve na última candidatura 2,4 pontos em 3 pontos possíveis. No que concerne ao Turismo Sustentável, são avaliados vários itens, tais como: inquérito de satisfação dos visitantes, projectos de recuperação do património para fins turísticos, entre outros...

pilares. Era premente colocar o Concelho, novamente no mapa e reavivar o orgulho dos Municípios na sua terra, nas suas raízes. Trabalho reconhecido a nível estatal, tendo em 2008, aquando da inauguração do SPORHOTEL, o Secretário de Estado do Desporto, Dr. Laurentino Dias salientado que *“A Golegã tem-se afirmado e distinguido nos últimos anos, como uma Autarquia que cuida da sua história, do seu património e que intervém activamente na qualificação dos seus habitantes (...) em meu entender este é o caminho certo, o caminho do futuro”*.

O conceito *“Capital do Cavalo”* enquanto marca concelhia, não existia, já que surge com a nova liderança autárquica em 1998. A Golegã, desde sempre, conhecida pela sua Feira Nacional do Cavalo – Feira de S. Martinho, viu ao longo dos últimos anos, o seu nome verdadeiramente projectado além fronteiras e implementado a nível nacional. Contudo, este produto, imagem de marca do Concelho estava subvalorizado e como acontecimento anual, desvanecia-se ao longo do ano, tendo sido necessário torná-lo uma vantagem competitiva, promovendo-o junto do mercado alvo, bem como junto da população.

Sede de inúmeras coudelarias, conforme veremos no decorrer deste estudo, o Concelho é rico pelo seu património paisagístico, natural, e pelo seu património monumental, edificado, que aliado a uma forte identidade e tradição, determina-lhe características propiciadoras ao desenvolvimento de base territorial. A exaltação da identidade goleganense e azinhaguense, foi feita entre outras estratégias pontuais inseridas na visão política global, pela criação de monumentos que contam a sua história.

A expressão mais eloquente da importância da Golegã, está de facto na história do Cavalo Lusitano e do Touro, na sua grande tradição da criação cavalariça e nos seus férteis campos, bem como na representatividade que a Escola de Toureio Mestre Patrício Cecílio²⁴, assumiu ao formar toureiros que vieram a ser referências a nível nacional e internacional, figuras célebres, algumas delas nascidas nesta vila ou ali fazendo vida e que merecem destaque, tais como: Manuel dos Santos, António dos Santos e Ricardo Chibanga, entre outros.

A nível comercial, o *“renascer”* do Cavalo, sendo agora um elemento sempre presente e imagem de marca do Concelho, a par com as restantes modificações verificadas, permitiu a revitalização do comércio já existente e o aparecimento de novas iniciativas

²⁴ Entretanto extinta.

empresariais e comerciais. Nos últimos anos, o tecido empresarial tem verificado um acréscimo, bem patente nas ruas da vila, o qual vem sendo devidamente identificado pelo “*Cavalinho em Ferro*”²⁵, que sustenta um pergaminho com o nome do estabelecimento.

O “*Cavalinho em Ferro*”, regulamentado pela Autarquia, e que isenta de taxa de publicidade surge, sem dúvida, como elemento de marketing, que foi prontamente aceite pelos comerciantes, evidenciando, assim, a implicação e o orgulho da generalidade da população, no “motivo” e *ex-libris* do seu Concelho. Alguns dos estabelecimentos ostentam já nomes ligados à temática do Cavalo, como por exemplo, o Lusitanus (Restaurante), o Estribo (Churrasqueira), Lusitano (Hotel), Capriola (Restaurante)

O Concelho possui características que consideramos serem adequadamente aproveitadas e destacadas, funcionando como efeito de atracção adicional, para a fixação de agregados familiares, que embora trabalhem em concelhos limítrofes, aqui encontram a qualidade e as condições de vida pretendidas e, simultaneamente, com as acessibilidades propiciadas, estão próximos dos grandes centros. O próprio PDM, através da criação de regras de planeamento e ordenamento do território tem permitido a definição de parâmetros de ocupação que têm dado as adequadas garantias aos investidores, que também estão imbuídos desta política de *marketing* seguida, atribuindo aos seus edifícios nomes de Cavalo célebres (Edifício Almansor, Pincelim, Delfim, Lusitano ...) ²⁶.

A maioria do novo comércio está instalado em edifícios novos ou requalificados, sendo esta também uma das grandes mudanças verificada na malha urbana. Constata-se, igualmente que a construção, nos últimos anos, de novos edifícios cresceu exponencialmente, os valores imobiliários aumentaram consideravelmente, havendo situações em que decuplicaram e parcelas ínfimas de horta que hoje se encontrarem dentro dos espaços urbanizáveis definidos, em PDM, poderão revelar-se muito rentáveis. Tem-se verificado, também, uma procura crescente da aquisição de imóveis degradados para reabilitação, seguindo a arquitectónica existente, imposição também do PDM, em algumas das fachadas, o que dá uma nova imagem ao Concelho, possibilitando-lhe que impere a sua rusticidade. A compra de segunda habitação, para uso, principalmente, aquando da Feira

²⁵ Simbologia que completa a iconografia do Cavalo Lusitano.

²⁶ De acordo com o PDM, os edifícios, podem apenas ter 3 pisos, na Golegã, e 2 pisos, na Azinhaga. O seu exterior é todo muito uniforme, imperando o branco e o ocre, por sugestão/indicação da Autarquia, e por vezes, “imposição”, a qual vem sendo aceite pela generalidade.

Nacional do Cavalo, tornou-se recorrente, contribuindo certamente para um caso atípico a nível nacional.

Concluindo este ponto, constatamos, que de facto, a Golegã está hoje mais harmoniosa, limpa e agradável, embelezada por talhas de barro com malvas de vários tons, por “*Cavalinhos em Ferro*” e até pela arborização das ruas. Elemento primordial do *marketing* territorial, a sinalização, também não foi esquecida, não só a nível de sinalização de trânsito, como a nível da sinalização turística. O património está devidamente identificado, a restauração, o alojamento, as rotas, e saída de cavaleiros, entre outras. De facto, a criação de todas as infra-estruturas ligadas ao Cavalo fomentam o passeio, em circuitos próprios, com as ciclovias, pelas ruas de cavaleiros e amazonas, conferindo à Golegã, um espírito e um “modo” que a demarcam. Sem dúvida, como atesta Figueira “*Em turismo e cultura, o detalhe, a singularidade, a diferenciação, são valores extremamente importantes.*” (2007:18).

4.2.3.2.2. Parcerias e Geminações

Neste ponto abordaremos sucintamente as parcerias existentes, bem como as geminações, devidamente legalizadas²⁷. No que concerne à cooperação internacional foram criadas sinergias com diversos países ligados ao Cavalo, quer através do Projecto PEGASO, quer através do EURO EQUUS.

O Projecto PEGASO, no âmbito do Interreg IIIB, e que terminou em 2007, foi um projecto europeu que tentou criar uma identidade própria, tendo o cavalo como charneira do processo de desenvolvimento sócio-cultural e económico, realizando diversas actividades com o objectivo de melhorar os níveis formativos, da gestão nas empresas dedicadas ao mundo do cavalo, em geral, e às que se dedicam ao turismo equestre em particular. Tinha como parceiros o Instituto de Promoción y Desarrollo de la Ciudad – Ayuntamiento de Jerez de la Frontera (Espanha), a Câmara Municipal da Golegã (Portugal), o Serviço Nacional Coudélico (Portugal), o Ayuntamiento de Santander, a Mancomunidad de Municipios del Bajo Guadalquivi, o Business Link Cheshire & Warrington (Inglaterra) e o Regional Mid-West Authority (Irlanda).

²⁷ De acordo com a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, ou seja, aprovadas pela Assembleia Municipal.

Como eixos a desenvolver, pelos parceiros, foram definidos vários (Anexo 3), embora de acordo com o nosso conhecimento, não tenham lamentavelmente sido ainda implementados.

Ainda em funcionamento existe o projecto EURO EQUUS – Rede Europeia de Cidades Ligadas ao Cavalo, criado em 2005, com países como Espanha – Jerez de La Frontera, República Checa – Pardubice e Bélgica – Waregem, tem, como fim a construção “(...) *de una identidad cultural, social, y económica europea, através de la cooperación entre diferentes territorios europeos vinculados con el sector ecuestre, promoviendo y facilitando desde las instituciones y administraciones públicas, en sus diferentes niveles, desde la local a la europea, las adaptaciones e iniciativas que sean necesarias para incrementar la competitividad de la industria ecuestre y, en cualquier caso, mantener y elevar el nivel de bienestar económico y social de las ciudades miembros.*” (art. 2º dos Estatutos Euro Equus).

Neste momento, a Golegã está **geminada** com: Cidade Velha – Cabo Verde e Águas de Lindóia – Brasil.

- **Cidade Velha** – Objectivos – “(...) *promoção do desenvolvimento de programas de intercâmbio cultural, turístico, social, informativo, desportivo e empresarial, para a difusão recíproca da cultura dos dois povos e cooperação em programas de desenvolvimento de ambos os municípios*” (Protocolo de Geminação, Junho 2010). Contactos motivados pela parceria CMG/CESPOGA.
- **Águas de Lindóia** – Objectivos – “*A busca de fortalecimento dos laços de amizade entre os povos; a realização de acordos bilaterais visando a troca de conhecimentos sobre as raízes étnicas, folclóricas, turísticas e outros programas que interessem às duas cidades; a troca de informação e difusão em ambas as comunidades de suas obras culturais, turísticas, desportivas, políticas e sociais; fomentar o intercâmbio estudantil, entre as escolas municipais; criação de programas e projectos de cooperação técnica*” (Protocolo de Geminação, Lei nº 2728 de 17 de Agosto 2009).

Surge no âmbito de relações mantidas com diversos parceiros ligados ao Cavalo.

Como se constata, os diversos projectos existentes versam as áreas da cultura e do turismo, atestando uma vez mais, a forte aposta do Município nestas áreas.

4.2.3.2.3. Valores gastos em cultura e turismo

No que concerne ao território em estudo, constatamos que tem sido efectuado um investimento considerável, pela Autarquia, quer no turismo quer na cultura. No âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e nas Actividades mais Relevantes, embora se constate que os valores do turismo estão em crescendo comparando com os da cultura, verificamos que na maioria dos valores gastos em cultura foram-no em obras de beneficiação e conservação de espaços culturais, Reabilitação da Casa-Estúdio Carlos Relvas, Museu Rural, Biblioteca Municipal da Golegã e construção do Equuspolis.

Também os valores gastos com o associativismo têm sofrido algumas oscilações, para as quais não nos foi dada justificação. Verificando-se, no entanto, que nos últimos dois anos os valores cresceram substancialmente, situando-se o aumento de 2008 para 2009 na ordem dos 53% e de 2009 para 2010 na ordem dos 35,5%.

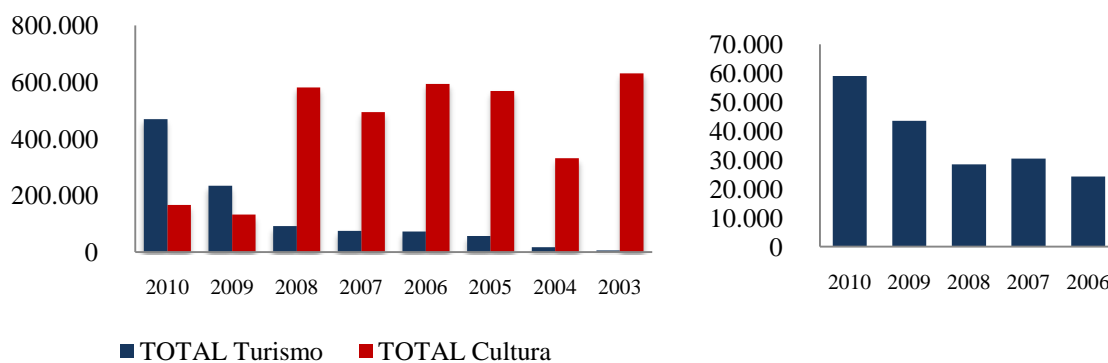


Gráfico 6 – Valores gastos em Cultura e Turismo

Gráfico 7 – Valores Transferidos para Associações Culturais

Fonte: Câmara Municipal da Golegã. Elaboração Próprio. 2010

Concluímos, assim, que tem ao longo dos anos vindo a ser efectuado um investimento significativo em termos de cultura e turismo, bem como no apoio às associações e colectividades culturais.

Atesta-se, igualmente, uma primeira preocupação com a recuperação do património e criação de novos espaços, propiciando melhor qualidade de vida aos Munícipes e numa segunda fase, uma preocupação com o turismo, com quem visita o Concelho.

4.2.3.2.4. Visitas aos Museus

Sendo, na nossa opinião, um indicador bastante significativo, senão um dos maiores barómetros de visitas e turistas ao Concelho, os museus, quer desde a sua criação, quer desde a sua reabertura ao público, têm registado um crescendo de visitas, que embora ainda não esgotem as suas potencialidades denota uma evolução muito interessante.

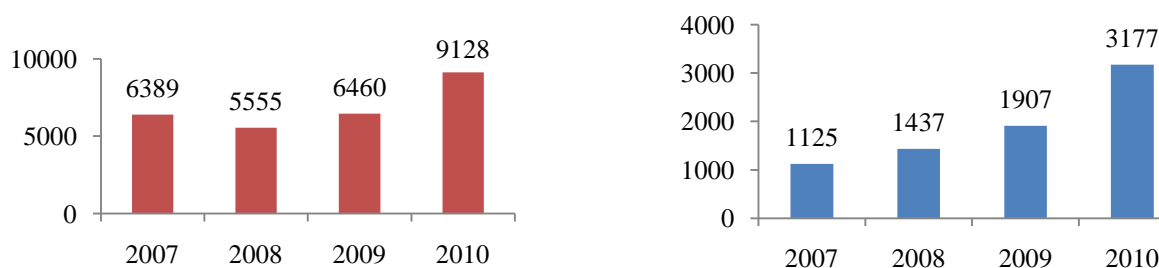


Gráfico 8 – Visitas à Casa-Estúdio Carlos Relvas

Gráfico 9 – Visitas ao Equuspolis

Fonte: Câmara Municipal da Golegã. Elaboração Própria. 2010

Como se pode verificar na Casa-Estúdio Carlos Relvas, apesar de 2007 apenas reflectir oito meses, apresenta um valor superior em cerca de 18,7% a 2008. Tendo subido 16% no ano seguinte e em 2010 verificou um crescimento de 41%.

O Equuspolis também verificou um aumento de crescimento ao longo dos últimos quatro anos tendo granjeado no último ano um crescimento de 63,5%, apesar do ainda reduzido número de visitantes!

4.2.3.2.5. Alojamento²⁸ - Dormidas

O Concelho está dotado de sete equipamentos de alojamento de diferentes características, públicos e privados, sendo de evidenciar a existência de um Hotel de Charme da Europa, um Turismo de Habitação²⁹ e um Estabelecimento de Hospedagem - Alojamento Local³⁰, estando outro em processo de classificação: Quartos do Lagar³¹.

Contactados os diversos alojamentos existentes, constatou-se a inexistência de registos fidedignos relativamente às estadias. Alguns dos dados que apurámos referem-se aos equipamentos turísticos sob a responsabilidade da Autarquia, nomeadamente o Parque de Campismo, os Apartamentos Cavalos Branco e o Sporthotel.

²⁸ Inventariação no Anexo 16.

²⁹ Nos termos do Decreto – Lei n.º 39/2008, de 7 de Março e da Portaria n.º 937/2008, de 20 de Agosto.

³⁰ Nos termos do Decreto – Lei n.º 39/2008, de 7 de Março e da Portaria n.º 517/2008, de 25 de Junho.

³¹ O qual não inventariámos dado não ter concluído o processo de legalização.

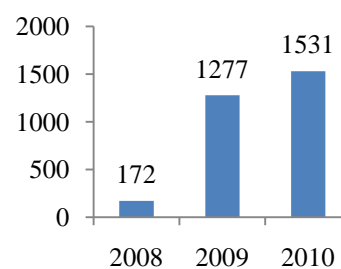
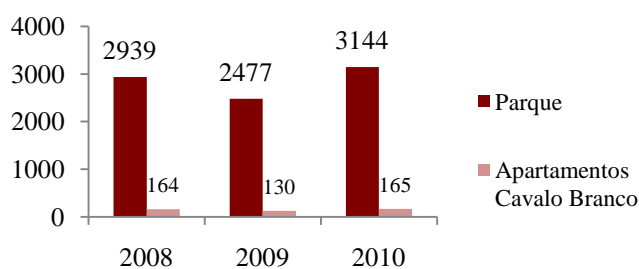


Gráfico 10 – Parque de Campismo (nº dormidas)

Gráfico 11 – SPORHOTEL (nº dormidas)

Fonte: Câmara Municipal da Golegã. Elaboração Própria. 2010

Foram-nos facultados, no entanto, os dados estatísticos referentes ao Hotel Lusitano, inaugurado em 2007 e aos Apartamentos ANTE/Lusitanus. No Hotel Lusitano verifica-se um aumento anual de cerca de 2%, na percentagem de ocupação. Os Apartamentos ANTE/Lusitanus revelam-nos, também um aumento no número de dormidas no último ano de cerca de 120%, após o decréscimo substancial verificado em 2009.

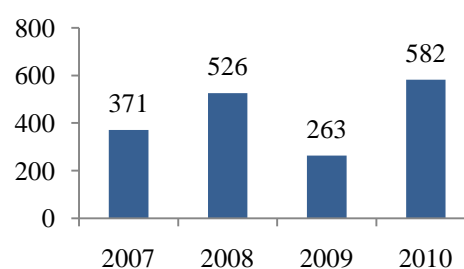
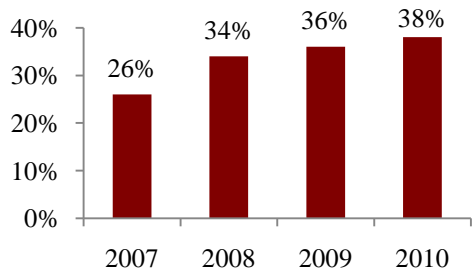


Gráfico 12 – Hotel Lusitano (% de ocupação)

Gráfico 13 – Apartamentos ANTE/Lusitanus (nº dormidas)

Fonte: Hotel Lusitano. Elaboração Própria

Fonte: Lusitanus. Elaboração Própria

Concluimos dos dados apresentados, que o número de dormidas em todos os equipamentos hoteleiros apresentados, tem vindo a aumentar, o que denota uma maior procura turística. Os valores do Parque Municipal de Campismo reportam-se apenas a 10,5 meses do ano, quer em 2008 quer em 2009³², e a dez meses em 2010, dado que o Parque encerrou para obras de recuperação e ampliação, no âmbito do Projecto **Golegã, Identidade e Inovação**, componente “Reabilitação do Parque de Campismo”, no valor de cerca de 630.000€

³² O Parque de Campismo encerra cerca de mês e meio por ano para manutenção e limpeza.

4.2.3.2.4. Turismo Equestre

Neste ponto, não queríamos deixar de apresentar os dados relativos ao Turismo Equestre na Golegã, resultado do Projecto PEGASO, já referido, no qual foram obtidos valores a considerar e que nos dão um panorama deste segmento temático do turismo cultural. Sendo certo que o turismo equestre constitui um segmento em desenvolvimento em Portugal, no caso concreto da Golegã constatava-se, em 2007, a inexistência de um produto de turismo equestre – a Cavalos ou do Cavalos – correctamente articulado, um facto que, em grande medida, obedecia à falta de estruturação da oferta, assim como, em ocasiões, a escassa orientação empresarial das iniciativas actualmente activas.

Consultados, no decorrer do estudo, os agentes turísticos, acerca da relevância actual das actividades turísticas equestres na Golegã relativamente ao volume total de negócios, esta mostrou-se positiva, valorizando-se maioritariamente o interesse destas. Assim, foram expressas expectativas positivas no que concerne ao previsível desenvolvimento do segmento na Golegã. Tal como mostra o gráfico 31, 50% dos agentes turísticos consultados, coincidem ao assinalar o carácter complementar da oferta de turismo equestre na Golegã. Do mesmo modo manifestaram claras diferenças de opinião relativamente à possibilidade do turismo equestre se posicionar como principal motivo da visita ao território, aspecto relativamente ao qual a unificação de critérios não é possível, considerando 72,2% bastante provável e os restantes 18,7% algo provável.

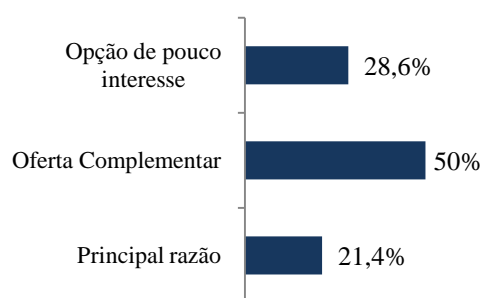
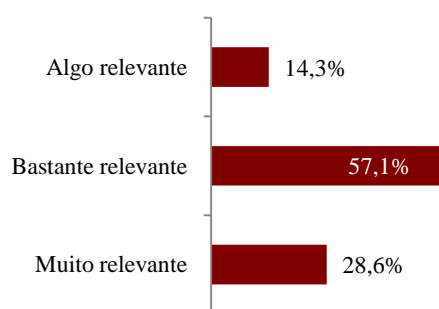


Gráfico 14 – Relevância do Turismo Equestre segundo os agentes turísticos da Golegã

Gráfico 15 – Percepção dos Agentes Turísticos respeitante ao Turismo Equestre na Golegã

Fonte: GDT. Projecto Interreg III B. PEGASO (2007)

Contudo, é destacável a avaliação prospectiva respeitante ao sector realizada pelas entidades consultadas para o estudo, para as quais, de forma maioritária foi considerado provável que o segmento equestre se posicione entre as principais motivações da visita ao destino.

5. Recursos Turísticos e atractividade

O Decreto-Lei nº 191/2009 define como “*Recursos turísticos – os bens que pelas suas características naturais, culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar visita e fruição turísticas*”. A OMT (1978) distingue dois conceitos diferenciados entre si: património turístico e recurso turístico. O primeiro define-se como sendo “*(...) o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem utilizar-se, mediante um processo de transformação, para satisfazer as suas necessidades turísticas*”, e o segundo respeita a “*(...) todos os bens e serviços que, por intermédio da actividade humana, tornam possível a actividade turística e satisfazem as necessidades da procura*”. Logo, o património turístico constitui a matéria-prima que o homem transforma em recursos turísticos utilizando meios técnicos, humanos e financeiros (OMT, 2005). Tal como são oferecidos pela natureza, são insuficientes para garantir a permanência dos visitantes, torna-se necessário a construção de equipamentos, que por um lado, permitam a deslocação e por outro assegurem a permanência.

Não sendo, ainda, detentor de notoriedade nos mercados turísticos (externos e internos), como acontece com os principais destinos turísticos portugueses, o Concelho da Golegã apresenta-se como um espaço que nos parece ter potencialidades para se afirmar como um destino complementar, designadamente através do lançamento de produtos de Turismo Cultural, de *Touring*, Turismo Equestre, Turismo em Espaço Rural e outros emergentes.

A identificação, a valorização dos recursos turísticos e a sua promoção adequada nos mercados geradores de fluxos turísticos, são os principais sustentáculos de uma estratégia de afirmação da atractividade turística da Golegã, uma vez que é detentora de diversos recursos portadores de um potencial expressivo de atracção que importa tornar mais visitáveis e fruíveis, de acordo com as exigências, cada vez mais prementes dos consumidores turísticos, bem como tornar conhecidos e apetecidos junto dos potenciais turistas.

A Golegã tem caminhado desde há uns anos para uma “*vila museu*”, vila vivida em dois tempos não contraditórios: *o tempo da evocação histórica e o tempo real da modernidade*. A museografia da paisagem foi instrumento desse caminho estratégico através de rotundas temáticas e de diversos monumentos que contam a história dum

povo³³. Como defende Figueira, “*Esta museografia, comporta uma mensagem dirigida ao interior (evocação da memória colectiva) e ao exterior (amostragem da singularidades de um território – convite ao turista para entrar e descobrir).*” (2007:15). Em Abril de 2010, a Ministra da Educação, Dra. Isabel Alçada, por ocasião da inauguração do Centro Escolar de Azinhaga, proferia as seguintes palavras “*Vê-se na Golegã e na Azinhaga como os edifícios estão restaurados, a vivência dos espaços exteriores, que são um exemplo para o nosso País (...) e é muito bonito ver com se alia a tradição, ao assumir a nossa história, as raízes do país e da nossa comunidade, à modernidade (...)*”.

No sentido de melhor percebermos e conhecermos os recursos turísticos do Concelho, importa apreciar e identificar os seus potenciais:

- Património Cultural
 - Património Material
 - Património Arquitectónico
 - Património Artístico
 - Património Rural
 - Património Imaterial
- Património Natural
- Eventos com expressão turística

5.1. Património Cultural - Material e Imaterial

Em termos globais, vejamos os recursos disponíveis. O **Património Material**, nomeadamente o património edificado e artístico do Concelho é diversificado e detém uma riqueza específica que em alguns casos merece ser enfatizada pelas suas características únicas:

–**Património arquitectónico**, sendo na sua maioria património religioso com grande interesse, parte dele classificado, embora a maioria esteja inventariado no PDM como de Imóvel de Interesse Municipal, sem que, no entanto, tenha sido efectuado o devido processo de classificação, o qual consideramos deverá ser efectuado o quanto antes,

³³ Assumidamente que a “paisagem da ruralidade” (incluindo pessoas/organizações/território), foi a visão que, provinda da fonte “presidencialista” - Dr. José Veiga Maltez - se constitui, hoje, como matéria histórica efectiva.

conforme preconizado na Lei nº107/2001³⁴. Congrega nas duas Freguesias duas igrejas matriz, duas igrejas da misericórdia e nove capelas. Na Golegã: Igreja de N^a Senhora da Conceição (Matriz da Golegã, séc. XV-XVI, sendo um dos expoentes máximos do “manuelino rural”); Pelourinho; Igreja da Misericórdia (séc. XVI); Capela de S. João; Capela de Sto. António e Casa-Estúdio Carlos Relvas, que abordaremos mais à frente. Na Azinhaga – Igreja Matriz (uma das maiores da borda d’água), Igreja da Misericórdia (séc. XVI), Capela de S. José; Capela Nossa Senhora da Piedade (séc. XVII), Capela S. João da Ventosa (séc. XVI), Capela da Brôa (XIX, Particular), Capela de S. Sebastião (séc. XVI, ruínas, parcialmente reconstruída), Capela Espírito Santo. No lugar de S. Caetano - Quinta da Cardiga e Capela de S. Caetano.³⁵ Mas, consideramos haver espaço para mais enquadramentos.³⁶

–*Património rural* - Sede de inúmeras **Quintas** agrícolas e de diversas coudelarias³⁷, onde nomes como Veiga e Veiga Maltez, duas descendentes da mais tradicional do País, como também a Coimbra, são símbolos de qualidade, nos ferros dos Cavalos³⁸ que os transportam, o Concelho é rico em paisagem e tradição, características propiciadoras ao desenvolvimento. A Golegã, urbe rural, é detentora de um património rural diversificado que atesta sobre a tradicionalidade dos modos de vida concelhios, dos quais destacamos os seguintes solares, quintas e casas antigas, que em alguns casos se converteram em unidades de turismo em espaço rural, noutros em Quintas ainda no activo com produção equina e agrícola. Na Azinhaga, são de salientar a Quinta da Broa; o Solar dos Serrões, a Casa da Azinhaga, a Quinta de Santa Inês, a Quinta da Melhorada, a Quinta da Cholda e a Quinta

³⁴ Imóveis de Interesse Municipal, inventariados no PDM de 2000: Quinta da Broa; Quinta de Santa Inês, Quinta da Melhorada, Quinta da Cholda, Quinta do Meirinho, Quinta da Melhorada; a Quinta de Miranda, Quinta do Salvador; a Quinta de Santo António; Quinta Guadalupe; Quinta dos Álamos; Quinta da Labruja; Quinta das Teixeira; Quinta das Obras e a Estrada Real.

³⁵ Inventariação patente no anexo 4.

³⁶ Que consideramos deverão ser incluídas na revisão do PDM: Igreja da Misericórdia (séc. XVI); Capela de S. João; Capela de Sto. António Capela Nossa Senhora da Piedade (séc. XVII), Capela S. João da Ventosa (séc. XVI), Capela da Brôa (XIX, Particular), Capela de S. Sebastião (séc. XVI, ruínas, parcialmente reconstruída), Capela Espírito Santo; Capela de S. Caetano.

³⁷ Coudelarias do Concelho: Casa Agrícola Manuel Tavares Veiga, José e João Veiga Maltez, Manuel Mendes Assumpção Coimbra, Casa Agrícola Vicente Monteiro, Coudelaria Coimbra Barbosa, Sociedade Agrícola Quinta da Labruja, Lda., António José Sousa Costa Godinho de Carvalho, Frederico Bonacho dos Anjos, Maria Fernanda Coimbra de Castro Canelas, Sociedade Agrícola Casal das Rosas.

³⁸ Cavalos célebres, fruto de uma criteriosa selecção do lavrador e zootécnico Eng.º Manuel Tavares Veiga. Possuem homogeneidade de caracteres que os distinguem dos seus congéneres lusitanos.

de Miranda. Na Golegã, são de referir a Quinta do Salvador; a Quinta de Santo António, a Quinta Guadalupe, a Quinta dos Álamos e a Quinta da Labruja.³⁹

Enquanto património que também consideramos rural, é destacável no território da Golegã, o alto nível de enraizamento social que tradicionalmente a figura do **Cavalo** tem na comunidade local e que se mantém até aos nossos dias, conforme já referenciámos. São vários os factores que justificam no nosso entender este facto, entre os quais sobressaem os seguintes:

–Desde sempre ligado à história da Golegã, onde se vende e troca desde 1571.

–Implicação que historicamente tem tido o Cavalo no desenvolvimento dos trabalhos agrários que, embora na actualidade se executem mediante procedimentos mecanizados, tem favorecido a familiarização social. Neste sentido, a comunidade local tem assumido a sua mudança funcional, mostrando-se consciente do potencial de reorientação da sua utilização em práticas desportivas e actividades de ócio.

–Alto grau de identificação e implicação social com a marca “*Capital do Cavalo*”, assim como com a criação do Cavalo de Pura Raça Lusitana. Considera-se a experiência na criação desta raça pura a principal fortaleza e singularidade do território, dando-lhe grande valor, bem como, grande importância pelas actividades de turismo equestre.

–A tradição tauromáquica de âmbito territorial, actividade que tem uma estreita vinculação com o Cavalo.

Para além dos aspectos citados, de destacar a aposta clara da Câmara Municipal para a promoção do Cavalo Lusitano e a prática da equitação. Conforme anteriormente referido, materializada, entre outras, na criação de instalações e equipamentos públicos para a prática da equitação e a formação escolar em matéria equestre.



A figura do Cavalo está, sem dúvida, presente na vida quotidiana dos habitantes da Golegã, sendo diversos os recursos e manifestações culturais em que o Cavalo intervém como protagonista. O Cavalo constitui assim, conforme já abordado, a imagem do município, que é desde o ano 2000 seu logótipo, sendo também utilizado na sinalética e nomenclatura urbana, conforme já havíamos referido, bem como no desenho arquitectónico das fachadas e *souvenirs*, entre outros.

Para além do sector equestre ser considerado uma importante fonte de emprego para os jovens, o Cavalo é visto pela população como uma relevante oportunidade de negócio,

³⁹ Inventariação no Anexo 5.

em particular, e de desenvolvimento económico em geral. Constitui um claro exemplo disto, a Feira Nacional do Cavalo, evento de referência para o sector de âmbito nacional, que supõe uma mais-valia económica para a população local, através do aluguer de espaços, de habitações, quartos e boxes.

–**Património artístico:** Memória de tempos passados, a Golegã tem sido na última década alvo de musealização da paisagem através da construção de monumentos que contam a história de um povo: na Golegã, em cuja entrada se construiu, recentemente, a Porta de Fernão Lourenço, destacam-se o Monumento ao Cavalo Lusitano, o Monumento à Escola de Toureio Mestre Patrício Cecílio, o Monumento ao Azeite; Monumento à Água, Monumento ao Toureiro Manuel Barreto, Barriga de Semente - Cruz da Vida, A Investida, e ainda em São Caetano, o Monumento aos Templários. Na Azinhaga, desfilam aos olhos dos visitantes o Tributo aos Avieiros, o Tributo ao Ferrador e o Monumento ao Campino. Ainda de relevar a colocação de peças de arqueologia agrícola e industrial, em espaços públicos, aproveitando por exemplo rotundas, para as implantar, tal como a Locomóvel (Azinhaga) e o Semeador (Golegã).

				
Monumento ao Cavalo Lusitano	Monumento à Água	Monumento ao Campino	Escola de Toureio Mestre P. Cecílio	Barriga de Semente - Cruz da Vida

Quadro 9 - Património Artístico

Fonte: Elaboração Própria (2010) Fotos: Arquivo Câmara Municipal da Golegã

Além deste património, é detentora de um **Património Fotográfico**, constituído por cerca de 12.000 espécies fotográficas em vidro e cerca de 2.000 provas positivas e diversos álbuns, da autoria de Carlos Relvas, pai do conhecido republicano José Relvas, notáveis pela sua antiguidade (séc. XIX), qualidade, processos fotográficos, bem como o carácter

informativo sobre o contexto histórico-cultural em que foram produzidas. Revelam-nos uma época, uma história, um país e um mundo, que urge salvaguardar e divulgar⁴⁰.

			
<p>Torre Eiffel. 1889 Prova actual a partir de negativo em gelatina sal de prata CMG/Casa-Estúdio Carlos Relvas</p>	<p>Auto-Retrato c.1860-1870 Prova actual virada a sépia a partir de negativo em colódio</p>	<p>Atelier fotográfico Carlos Relvas. Golegã 1876 Prova actual virada a sépia a partir de negativo em colódio</p>	<p>Lavadeiras na Alverca do Campo. Golegã. c.1880 Prova actual a partir de negativo em gelatina sal de prata</p>

Quadro 10 – Património Fotográfico

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Fotos: Carlos Relvas. Arquivo Câmara Municipal da Golegã

O **Património Imaterial**, identificado na Lei nº107/2001 e explanado no Decreto-Lei nº 139/2009 de 15 de Junho, integra também o património concelhio, o qual importa proteger e valorizar. De forma concisa, inventariamos o que consideramos mais relevante, certos de que tal inventariação pertence legalmente à Autarquia local, estando um pré-levantamento já a ser agilizado com o Instituto de Museus e Conservação. Neste sentido, elencamos as **vivências culturais e as tradições**, que são fundamentais para a atracção de turistas e visitantes ao Concelho, quer seja no quadro de eventos populares quer da vivência de tradições que perduram no quotidiano da população.

Festividades tradicionais - festas religiosas e romarias

Ocupam um lugar de destaque nas vivências culturais com tradição. Em ambas as Freguesias realizam-se inúmeras festas religiosas, principalmente no período do Verão. São de salientar, na Azinhaga (Maio) a Festa do Bodo, realizada de quatro em quatro anos, e a Feira de Maio, realizada de dois em dois anos. Na Golegã, a Romaria de S. Martinho (Maio), o S. João, o S. Pedro, o Santo António e a Nossa Senhora da Guia (reactivada em Agosto 2010). Algumas destas festas, têm tido uma importância relevante no aumento de turistas, nomeadamente a Romaria de S. Martinho, sendo as restantes capazes, certamente, de potenciar o desenvolvimento da Rota do Cavalo e do Ribatejo, aproveitando a realização das actividades religiosas e de manifestações culturais paralelas, bem como o fluxo de pessoas que ocorrem a estas festividades.

Gastronomia e a doçaria regional

Constituem também um campo de relevância turística, sendo de destacar os pratos de peixe do rio, a sopa de cagarrinhas (cardo), o doce típico: toureiro, entre outros.

⁴⁰ Património em fase de recuperação, tendo sido já totalmente digitalizado.

Artesanato e as artes e ofícios tradicionais

Oferta de produtos com forte ligação à base económica e social do Concelho. Tem também uma relativa diversidade de ofertas, o que representa um papel interessante no turismo: correaria, cestaria, cerâmica decorativa, restauro de móveis, ferrador, embolador, construção de barcos Avieiros e de redes, entre outros.

Folclore e as tradições populares

O folclore e as tradições populares vão-se mantendo e revivendo através dos dois ranchos folclóricos, do grupo etnográfico e de um grupo de cantares populares.

Avieiros

(Candidatura a Património Nacional, com o Instituto Politécnico de Santarém)

Povo oriundo da Vieira de Leiria que migrou do mar revolto e pouco generoso para o rio Tejo, e que por isso substituiu a arte xávega da sardinha pela arte varina do sável. Tinham por habitação permanente uma bateira, vindo a ocupar progressivamente as margens do Tejo com habitações palafíticas, dado à submersão das margens aquando das cheias). Representados pelos Fernandes (Lobo), os Narciso e os Petinga (Jaqueta), humildes, trabalhadores e discretos, migraram para a Azinhaga, na primeira metade do séc. XX, formando uma comunidade de características muito próprias, expressão de uma cultura e de uma tradição, sedimentadas ao longo de gerações, que sobreviveu na borda d'água ribatejana.

Quadro 11 - Património Imaterial I

Fonte: Elaboração Própria (2010)

			
Construção de Bateira (Barco dos Avieiros)	Correeiro	Cerâmica	Ranchos Folclóricos

Quadro 12 - Património Imaterial II

Fonte: Elaboração Própria (2010) Fotos: Arquivo Câmara Municipal da Golegã

5.2. Património Natural e paisagístico

O território da Golegã é detentor de um vasto património natural, entre o qual se inscreve a Reserva Natural do Paul do Boquilobo⁴¹ – Reserva da Biosfera pela UNESCO, sob a alçada do Instituto de Conservação da Natureza e da Biosfera (ICNB). Os rios Tejo e Almonda, a Lagoa da Alverca que acompanha a vila em toda a sua extensão junto a um Jardim de 2ha e um Parque de Merendas, são também elementos distintivos. O facto da Reserva⁴² se encontrar sob a alçada do ICNB não facilita a sua activação como atractivo turístico concelhio. Esta área representa, pelas suas características naturais, um recurso

⁴¹ Coordenadas: 39° 23'20'' N 8° 31' 58''

⁴² Criada pelo Decreto-Lei nº198/80, de 24 de Junho, publicado no D.R. nº143, 1ª Série

turístico atractivo sobretudo para visitantes estrangeiros e da área metropolitana de Lisboa. Como principais vectores de potencialidade para o Turismo de Natureza, o seu valor avifaunístico, proporciona excelentes oportunidades para a observação de aves, quer para o iniciado, quer para o “*birdwatcher*” veterano. A paisagem de característica plana, rica em superfícies reflectoras e associada à relativa tranquilidade do meio constitui elemento de atracção para actividades como a fotografia de natureza, desenho, pintura e escrita. Os demais valores naturais desta área protegida permitem definir percursos interpretativos, em particular quando associados a valores culturais e etnográficos relacionados com a pesca de rio e criação do Cavallo. Neste momento, a Autarquia em conjunto com o ICNB está a desenvolver dois projectos que permitirão no futuro o usufruto, em melhores condições, da Reserva e Lagoa “Reserva Natural do Paul do Boquilobo – Ciclovia, Caminhos Pedestres e Sinalética” e “Lagoa de Alverca do Campo – Requalificação e Valorização das Margens Envolventes”. A partir de 2 de Fevereiro de 2011, a Reserva terá a sua sede, o seu atendimento ao público, no Edifício Equuspolis, o que certamente se traduzirá numa maior divulgação e visitação.

5.3. Eventos expressão turística

Os eventos com expressão turística, particularmente no que concerne à animação sócio-cultural e aos eventos desportivos, constituem também um domínio que gera atractividade no Concelho:

– **Feiras e exposições de actividades económicas.** Feiras que se realizam anualmente, sendo que algumas se destacam a nível nacional e internacional, como a secular Feira de S. Martinho, Feira Nacional do Cavallo. A ExpoÉgua, a Mostra de Gastronomia Ribatejana e o Salão do Vinho, do Vinagre e do Azeite e ainda a Atrelagem Internacional de Tradição de Outono, são eventos afirmados e de cariz anual.

– **Actividades desportivas** de várias modalidades, com destaque para a nataçãõ, o Pentatlo e para as actividades equestres: Concurso de Endurance Internacional; Prova de Equitação de Trabalho – Ensino, Maneabilidade e Velocidade; Derby de Atrelagem; Concurso de Endurance Nacional; Concurso de Resistência Equestre; Concurso de Saltos de Obstáculos; Concurso de Dressage Nacional; Equitação à Portuguesa; Horse Ball – Meias-finais da Taça de Portugal, entre outros.

Estes eventos têm merecido da tutela, comentários bastante meritórios. O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Dr. Fernando Serrasqueiro,

aquando da inauguração oficial da Mostra de Gastronomia Ribatejana 2007 atestava *“Estou muito impressionado! Estes eventos são importantes para a divulgação dos produtos regionais com qualidade e que têm de ser conhecidos. (...) Nota-se a modernização. Veiga Maltez vende a genuidade dos produtos que cá tem e isso é uma mais valia para a região. Explora bem as potencialidades que cá existem. Hoje em dia, o cliente é exigente e precisa de algo diferenciador.”* (Jornal O Riachense, 26 de Setembro de 2007).

6. Rede de equipamentos e infra-estruturas

Neste capítulo apresentamos a rede de equipamentos e infra-estruturas existentes no Concelho, criadas e reabilitadas, na última década, com o intuito de dar melhores condições de vida aos seus Municípios e a quem os visita.

6.1. Cultura e Recreio

A Golegã está dotada de duas **bibliotecas municipais**, a Biblioteca Municipal José Saramago⁴³, criada em 2002, sediada na Azinhaga e a Biblioteca Municipal da Golegã, inaugurada em 2006. Ambos os espaços integram um Espaço Internet gratuito.

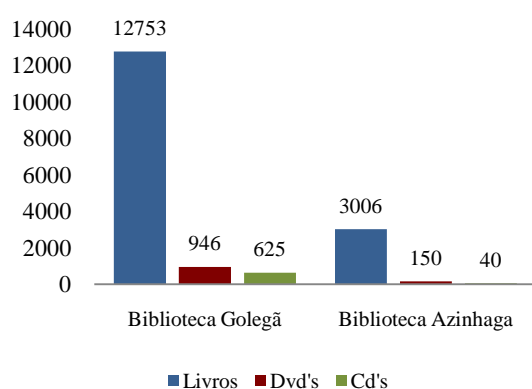


Gráfico 16 - Acervo médio por Biblioteca

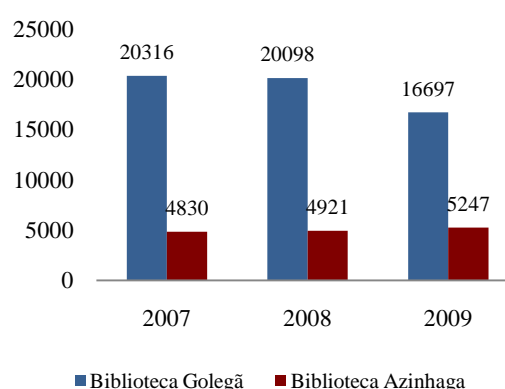


Gráfico 17 - Número de utilizadores que requisitaram o acervo das Bibliotecas

Fonte: Câmara Municipal da Golegã. 2010

O *Cine-Teatro Gil Vicente* é uma sala de espectáculos com capacidade para cerca de 254 pessoas. Tem sido palco de diversos espectáculos, assim como, seminários, conferências e colóquios. Propriedade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã, foi alvo de Protocolo com a Câmara Municipal da Golegã, a qual é responsável pela sua manutenção e gestão. Semanalmente é utilizado para ensaios do Rancho Folclórico e do Grupo Etnográfico da Golegã.

No que concerne às disponibilidades actuais, em termos de *Auditórios e outros espaços municipais* vocacionados para as manifestações de carácter cultural, recreativo ou de formação, o Concelho é dotado de vários:

⁴³ Prémio Nobel da Literatura 1998, nascido na Azinhaga a 16 de Novembro de 1922. Faleceu a 18 de Junho de 2010, com 87 anos.

Localização		Recinto	Descrição
GOLEGÃ	Complexo EQUUSPOLIS	Fórum Manuel Fernandes	- Espaço de seminários, colóquios, reuniões, ... Está dotado de equipamento de som. - Capacidade total: 50 lugares (sentados)
		Auditório Eng. Ricardo Magalhães	- Acolhe pequenos espectáculos, seminários, colóquios. Está dotado de data-show e som. - Capacidade total: 63 lugares (sentados)
		Biblioteca PEGASO	- Em termos documentais, detém um fundo dedicado à temática equestre. - Capacidade total: 10 lugares (sentados)
		Auditório Juventude	- Auditório localizado ao ar livre, com palco. Situado num Jardim de 2Ha. - Capacidade total: 800 lugares (sentados)
		Galeria de Arte “João Pedro Veiga”	- Este espaço acolhe espectáculos e exposições temporárias - Capacidade total: 50 lugares
		Biblioteca Municipal	- Além do espólio de publicações, cd's, dvd's, possui um pequeno auditório e uma sala de exposições. - Capacidade Total: 30 lugares (sentados)
AZINHAGA		Biblioteca Municipal “José Saramago”	- Além do espólio de publicações, possui um pequeno auditório. - Capacidade Total: 30 lugares (sentados)
		Palco Miradouro	- Constituído por um palco ao ar livre. - Capacidade Total: 200 lugares

Quadro 13 - Auditórios e outros espaços municipais

Fonte: Elaboração Própria (2010)

A Golegã é ainda sede de três *museus*: Museu Municipal Martins Correia (integrado no Complexo Equuspolis); Casa-Estúdio Carlos Relvas e Museu Rural. Em fase de musealização o Museu da Máquina de Escrever⁴⁴, e em estudo, o Museu dos Avieiros e Borda d'Água, candidatado ao PROVERE.⁴⁵

O Complexo Equuspolis, além de integrar o Museu Martins Correia, alberga ainda o EquusVirtual, núcleo museológico sobre a história e evolução do Cavalo ao longo dos tempos, bem como um diaporama 3D sobre a Golegã. Em Maio de 2003, após a inauguração deste Complexo, em carta ao Presidente da Câmara Municipal, o então Ministro das Cidades e do Ordenamento do Território, Prof. Dr. Amílcar Theias, escrevia: *“Testemunhei o desenvolvimento que esse Concelho tem conhecido, fazendo uso de um assinalável património cultural, natural e histórico, o qual constatei com apreço que tem sido preservado, dignificado e revitalizado por essa edilidade.”*

–**Museu Municipal Martins Correia**⁴⁶ - Inaugurado na década de 80, no Palácio do Pelourinho, foi integrado em edifício polivalente, de traça actual, construído de raiz em 2003, o qual está implantado numa zona reabilitada da Golegã, rodeado por um Jardim de

⁴⁴ Será constituído por um espólio de cerca de 220 máquinas, que abrangem um período de cerca de um século 1868-1960, a ser integrado na Biblioteca Municipal da Golegã.

⁴⁵ Candidatura considerada de interesse no âmbito do PROVERE. Ainda não foi alvo de candidatura, por decisão autárquica (Reunião de Câmara de 21 de Julho de 2010), dada a conjuntura do país e contenção autárquica, que o momento determina.

⁴⁶ Inventariação no Anexo 6.

2ha e uma lagoa. A colecção é constituída por cerca de 700 peças de pintura, desenho, medalhística, cerâmica e escultura. O Museu dispõe de duas salas de exposição.

– **Casa-Estúdio Carlos Relvas**⁴⁷ - Reinaugurado em 2007, na sua traça original, o estúdio fotográfico foi construído, propositadamente para o efeito, entre 1871 e 1875. É considerado um exemplo pioneiro de uma construção de raiz para estúdio fotográfico. Obedecia em traços gerais a um desenho que conjugava o *revival* gótico e os seus avatares que então se consolidavam no âmbito da nova arquitectura industrial, com o formato do “*chalet*” tardo-romântico.

O principal acervo da Casa-Estúdio é constituído por cerca de 12.000 espécies fotográficas em vidro e alguns milhares de provas positivas⁴⁸, conforme já referimos, máquinas de grande porte e material fotográfico e mobiliário da época, bem como diversos diplomas de prémios fotográficos recebidos por Carlos Relvas. Além deste espólio podemos ainda encontrar a biblioteca pessoal de Carlos Relvas com cerca de 4.000 títulos, versando particularmente temas como literatura, arte, agricultura, viagens, dicionários, entre outros, e bibliografia fotográfica de valor internacional, bem como diversos catálogos entre os quais de fotografia.

– **Museu Rural – Pátio Agrícola**⁴⁹ – Construído de raiz em 2008, assemelha-se a um pátio agrícola. Situa-se numa zona periférica da vila, integrado numa zona habitacional de fácil acesso, junto à Via Circular Externa da Vila. O grande telheiro, a zona dos “cómodos” que alberga o tipo de carros usual nos séc. XIX e XX, como a carroça e a galera, é palco de canto e dança, como reconstituição de quadros da época, tais como o desfiar das camisas. A sua colecção é constituída por alfaias agrícolas, utensílios rurais e domésticos e ainda por vestuário, estando neste momento a ser alvo de musealização com o apoio do CESPOGA-IPT.

6.2. Desporto e Lazer

A nível desportivo, a Golegã tem organizando um número crescente de iniciativas de âmbito quer regional, quer nacional e mesmo internacional, como Torneios de Futebol (anual), Campeonato Europeu Sénior e Júnior de Pentatlo Moderno (Maio 2010) e Taça do

⁴⁷ Inventariação no Anexo 7.

⁴⁸ Espólio totalmente digitalizado, no âmbito de uma candidatura ao PORLVT - ValTejo, denominada Atelier Digital. Encontra-se, desde Novembro de 2010, a ser recuperado.

⁴⁹ Inventariação no anexo 8.

Ribatejo em Natação (anual), sendo de referir que em termos de infra-estruturas e equipamentos desportivos está acima da média da União Europeia.⁵⁰

Existem no Concelho um número considerável de associações e outras entidades ligadas ao desporto, nomeadamente: Futebol Clube Goleganense (Secção de Futebol; Secção de Futebol Feminino; Secção de Ginástica; Secção de Hóquei em Patins; Secção de Volei; Secção de Natação); Azinhaga Atlético Clube (Futebol); Lusitanus, SA (Desportos Equestres); ANTE (Equitação); Casa do Benfica (Futsal; Futebol); Núcleo Sportinguista (Triatlo e Ciclismo); Clube de Ténis; Escola Municipal de Natação e Clube de Pesca.

6.3. Ensino e Formação Profissional

Uma outra componente relevante para a caracterização dos recursos demográficos (humanos) no Concelho da Golegã prende-se com os seus níveis de qualificação. Apesar do Concelho apresentar carências consideráveis neste domínio, têm ocorrido algumas transformações positivas. A percentagem de população com o ensino médio e superior aumentou, contrariamente à população sem qualquer nível de ensino. Não obstante, permanece muito elevada a percentagem de população com baixos níveis de instrução (cerca de 55% da população possui como nível de instrução máximo o 1º ciclo do ensino básico).

Os equipamentos colectivos de âmbito social e cultural, em geral, e os equipamentos de ensino, em particular, são perspectivados quer na óptica da equidade e da qualidade de vida das populações, quer como instrumentos de qualificação e valorização de centros urbanos e, conseqüentemente, como factores de atracção e fixação populacional.

No Concelho da Golegã, a oferta de ensino abarca os seguintes níveis:

- Pré-escolar: abrange as crianças dos 3 anos de idade até ao primeiro ano de ingresso no ensino básico (sendo a frequência deste nível facultativa), estando presente nas duas Freguesias do Concelho;
- 1º Ciclo do Ensino Básico: engloba quatro anos de escolaridade, estando a oferta assegurada nas duas Freguesias do Concelho através de outros tantos estabelecimentos;
- 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (do 5º ao 9º anos de escolaridade) e o Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos de escolaridade): são leccionados numa escola,

⁵⁰ Descrição dos Equipamentos no Anexo 9.

localizada na sede de Concelho (Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário Mestre Martins Correia).

- CESPOGA (Instituto Politécnico de Tomar). O Centro de Estudos Politécnicos da Golegã, criado recentemente, é um novo pólo para formação e valorização nomeadamente na vertente turístico-cultural.

Na Golegã os estabelecimentos públicos, totalmente reabilitados, encontram-se todos concentrados numa mesma área, contígua, embora em edifícios separados, de acordo com os níveis de ensino. Na Azinhaga, foi inaugurado, em Abril deste ano, um moderno Centro Escolar para albergar o Jardim-de-Infância e o 1º Ciclo do Ensino Básico. De referir que todos os estabelecimentos de jardim-de-infância e ensino básico estão dotados das últimas tecnologias informáticas.

Uma nota marcante e diferenciadora, instituída em 1999, a Equitação como complemento curricular nas escolas do ensino básico do 1º ciclo.

6.4. Saúde

Centros de Saúde e Farmácias

O Concelho dispõe dum Centro de Saúde, na Golegã, uma Extensão de Saúde, na Azinhaga. No que respeita a farmácias o Concelho está dotado de duas farmácias na Golegã e uma na Azinhaga.

6.5. Outros Equipamentos e infra-estruturas relevantes no turismo

6.5.1. Rede de Transportes

A nível de transporte rodoviário, o Concelho está dotado de duas Praças de Táxi, uma na Golegã e outra na Azinhaga. A Rodoviária do Tejo assegura também o transporte tendo várias carreiras diárias em funcionamento. A nível local, existe o *Transfer* – autocarro municipal – que cobre gratuitamente todo o Concelho. A sua periodicidade é de segunda a sexta-feira, no período da manhã e retoma no final da tarde.

No que respeita ao transporte ferroviário também está coberto pela Estação de Mato de Miranda.

6.5.2. Corpo de Bombeiros e Protecção Civil

No que concerne ao Serviço de Bombeiros, existe no Concelho uma corporação, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Golegã. O Serviço de Protecção Civil é responsabilidade do Município, com o apoio dos Bombeiros.

6.5.3. Forças de Segurança

No que se refere às forças de segurança, é a Guarda Nacional Republicana (GNR), que assegura a vigilância e o patrulhamento do território.

6.5.4. Posto de Turismo

Situado no “centro histórico” da vila, em imóvel próprio, construído para o efeito em 2001, espaço privilegiado de divulgação concelhia.

6.5.5. Parque Municipal de Campismo

A Golegã tem um Parque de Campismo, com cerca de 1.6ha, em funcionamento desde a década de oitenta do séc. XX. Propriedade do Município, dotado de uma grande área de espaço verde e cinco apartamentos. Encontra-se encerrado, desde Novembro para obras de recuperação e ampliação.

7. Procura turística na Golegã: diagnóstico síntese

7.1. ANÁLISE SWOT

Pretendemos com a análise SWOT, que seguidamente apresentamos, criar uma síntese, que de modo simplificado retrate o turismo no território, de acordo com o nosso entendimento e com os dados obtidos e verificados face à pesquisa de campo – entrevistas – e dados de arquivo da Câmara Municipal.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>CAVALO Cavalos com atributos únicos, reconhecidos para a equitação, o toureio e a prática desportiva;</p> <p>IMAGEM TÍPICA BEM DIFERENCIADA Caracterizado por uma tipicidade pouco comum, patente em cada esquina, em cada parede pintada de ocre;</p> <p>PATRIMÓNIO Detentor de um vasto património cultural (Igrejas, Capelas, Casa-Estúdio Carlos Relvas, Quinta da Cardiga, ...)</p> <p>DIVERSIDADE E QUALIDADE DA PAISAGEM E NATUREZA Meio envolvente natural, natureza diferenciada, rural, atravessado por 2 rios (Tejo e Almonda), 80% da Reserva Natural do Paul do Boquilobo, campos férteis e clima agradável</p> <p>GASTRONOMIA E VINHOS Baseada nos produtos pobres da campina e dos rios, e nos vinhos;</p> <p>INFRA-ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS Importantes investimentos com instalações e equipamentos modernos de qualidade, escolares, desportivos, culturais;</p> <p>COUDELARIAS E ACTIVIDADES COMPLEMENTARES Diversas coudelarias com dinâmicas de investimento e renovações em curso, eficácia na rede formal e informal de fornecimento de artefactos e equipamentos, novos projectos de valorização económica de recursos turísticos que associam o produto Cavalo;</p> <p>ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS Conjunto de eventos com elevado cariz turístico, entre os quais a Feira Nacional do Cavalo e a ExpoÉgua, que integram actividades lúdicas e técnicas, que atraem ao Concelho diversos segmentos da procura e que têm elevados índices de notoriedade.</p> <p>CRESCIMENTO DOS SEGMENTOS DE TURISMO</p>	<p>CAPACIDADE HOTELEIRA Insuficiência de camas;</p> <p>DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO Ausência de <i>marketing</i> externo do Cavalo lusitano, reduzida promoção das diversas actividades ligadas ao Cavalo, p.e., eventos, infra-estruturas, serviços, modalidades desportivas e de lazer, para não esquecer, a persistência da associação do Cavalo a grupos de elite;</p> <p>RECURSOS HUMANOS Dificuldades de recrutamento de profissionais na área produtiva – ferradores, tratadores, desbastadores, ..., - na área do turismo equestre – guias, intérpretes com conhecimentos específicos na área, gestores de turismo equestre;</p> <p>DEGRADAÇÃO DAS MARGENS E POLUIÇÃO DO RIO TEJO E ALMONDA Crescente degradação das margens destes rios, em parte por culpa dos agricultores, e poluição por parte de indústrias externas ao Concelho.</p> <p>COMÉRCIO Pouco comércio, nomeadamente de lojas de produtos regionais;</p>

CULTURAL E CIRCUITOS TURÍSTICOS

Existência de património com excelente qualidade e diversificado, p.e., igreja matriz, capelas, Casa-Estúdio Carlos Relvas, Reserva Natural do Paul do Boquilobo, rios...;

TERRITÓRIO

Elevada percentagem do território pertencente à REN e à RAN;

AMEAÇAS

OPORTUNIDADES

ESPECIALIZAÇÃO

ECONÓMICA

Capacidade efectiva para atrair novos investimentos com dimensão e poder diferenciador, no domínio da competição desportiva e do lazer;

FUNCIONAMENTO DO MERCADO

Concorrência externa – forte incremento de criação de Cavalos no México e Brasil, dificuldade de internacionalização das actividades associadas;

Estratégia Comercial – Insuficiente promoção do Cavalo Lusitano a nível nacional.

CONCORRÊNCIA DE EVENTOS

Vários pólos a nível do país com algum potencial cavalares crescente (Porto Salvo, Ponte de Lima, Vila Franca de Xira, Santarém – CNEMA, ...) e criação de eventos similares;

CRISE NO SECTOR AGRÍCOLA

Grande percentagem da população ainda subsiste da agricultura, sendo os nossos campos considerados dos mais férteis do País.

DINÂMICA DE MERCADO

lado da oferta – afirmação de novas coudelarias, com novas perspectivas de mercado; integração em rotas de valorização do potencial turístico e de lazer, propiciadoras de aproveitamento de complementaridades de recursos (caso da Rota do Cavalo e do Ribatejo);

lado da procura – organização de provas e estágios, em períodos atractivos para praticantes do centro e norte da Europa; tendência do aumento da procura de criadores, praticantes e amantes do Cavalo, pela raça lusitana; alargamento do mercado de escoamento de Cavalos para actividades equestres; interesse crescente por estas actividades – aprendizagem com ou sem Cavalo próprio, com impacto sobre o alargamento ou a criação de novas estruturas, como centros hípicas, escolas de equitação; Hypoos.

OUTRAS ACTIVIDADES

Hipoterapia – actividades terapêuticas para pessoas com deficiência;

Turismo equestre – beneficiando das excelentes condições para a respectiva prática, a qual atrai, sobretudo, praticantes/turistas estrangeiros, com capacidade aquisitiva superior à média, rentabilizando a Associação Nacional de Turismo equestre (ANTE), com sede no concelho e a Lusitanus, S.A.

CRESCIMENTO DA PROCURA DE RECREIO E LAZER PELA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS ÁREAS METROPOLITANAS

População com nível de vida superior à média e interesse por Cavalos procura a Golegã para aquisição de 2ª casa.

ACESSIBILIDADES

Proximidade do principal eixo de desenvolvimento do País – Área Metropolitana de Lisboa.

AGRICULTURA

Produção de especialidades regionais para venda directa de produtos de qualidade, produtos gourmet agrícolas.

De ressaltar, que neste momento, o Concelho evidencia como forças, alguns dos produtos estratégicos contemplados em sede de PENT, nomeadamente a Gastronomia e Vinhos, o Turismo de Natureza, o *Touring* e mesmo o Turismo de Negócios que ganha particular relevância, sendo um dos *targets* com maior percentagem no Hotel Lusitano.

7.2. Inquéritos

Os materiais recolhidos correspondem, aos dados obtidos junto dos agentes locais, bem como, a uma iniciativa tomada na lógica da construção de dados para uso na pesquisa, tendo sido efectuada uma análise estatística expedita ao ensaio metodológico que decorreu na FNC 2009, e o método de obtenção assume-se como experimental. Apesar de não serem muito significativos entendem-se como processo de tomada de conhecimento da realidade específica da Feira Nacional do Cavalo (FNC).

Da análise dos 178 inquéritos realizados constatámos que a maioria dos turistas e visitantes é do sexo masculino, sendo que a idade média dos visitantes e turistas, destacam-se os segmentos correspondentes a indivíduos em idade activa (especialmente jovens activos – 20 a 29 anos e com média idade - 30 a 49 anos), bem como os seniores, com idades a partir de 60 anos.

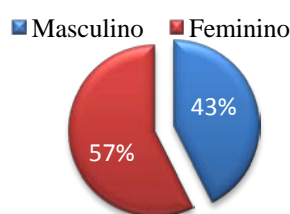


Gráfico 18 – Género

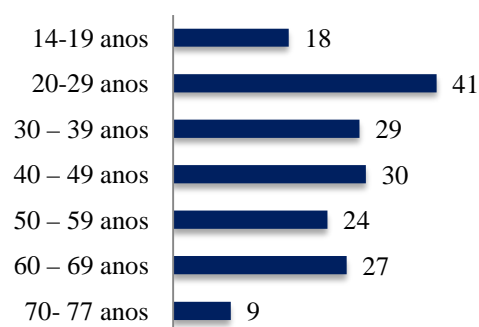


Gráfico 19 – Idades

Fonte: Inquéritos a visitantes e turistas (2009). Elaboração Própria

A maioria tem níveis de formação escolar superior, nomeadamente licenciatura, sendo também expressivo o Ensino Secundário, o que na realidade é positivo para o desenvolvimento da Rota, dado que esta é um produto cultural que aumenta a sua procura potencial em função dos interesses de valorização cultural dos indivíduos, o que normalmente tem uma alta correlação com os seus níveis de formação escolar.

A procura interna desempenha um posicionamento estratégico no actual estágio do sistema turístico da Golegã, como se identifica na análise do gráfico. No que concerne à área de residência verificamos que na sua maioria são da região de Lisboa sendo os restantes de diversos locais do País. A procura externa é residual, no entanto, poderá de futuro registar um aumento com a realização de acções promocionais e com o lançamento esperado de produtos turísticos associados à Rota.

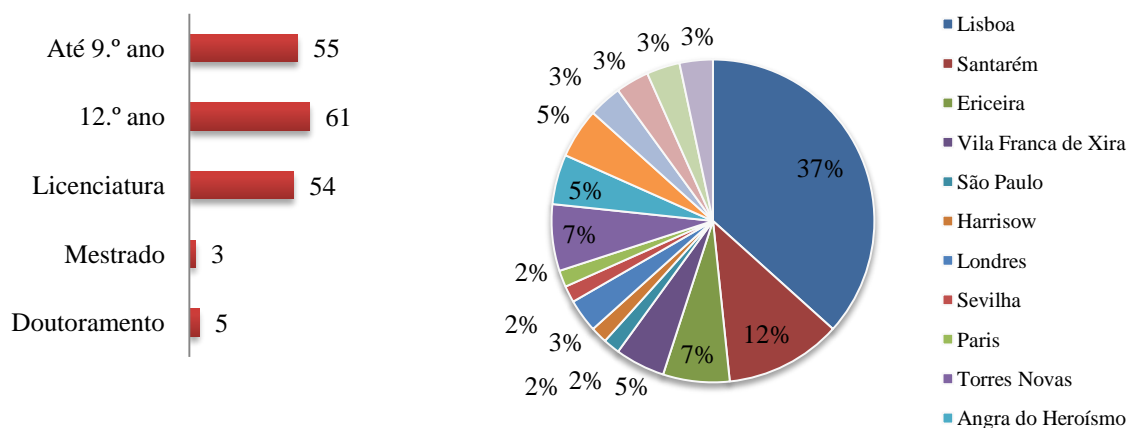


Gráfico 20 – Habilitações Literárias

Gráfico 21 – Localidade de Residência

Fonte: Inquéritos a visitantes e turistas (2009). Elaboração Própria

Em termos de deslocações constata-se que na sua maioria não é a primeira vez que se deslocam ao Concelho, sendo a maioria visitante, não pernoitando, assim, na Golegã. Seguidos de um elevado número que pernoita mais de sete noites, o que se explica pela época do ano em que foram efectuados os inquéritos, o que atesta a importância que esta Feira assume no quotidiano de quem a visita. De constatar que na sua maioria os inquiridos viajam em família e com amigos, seguido das viagens a dois, o casal.

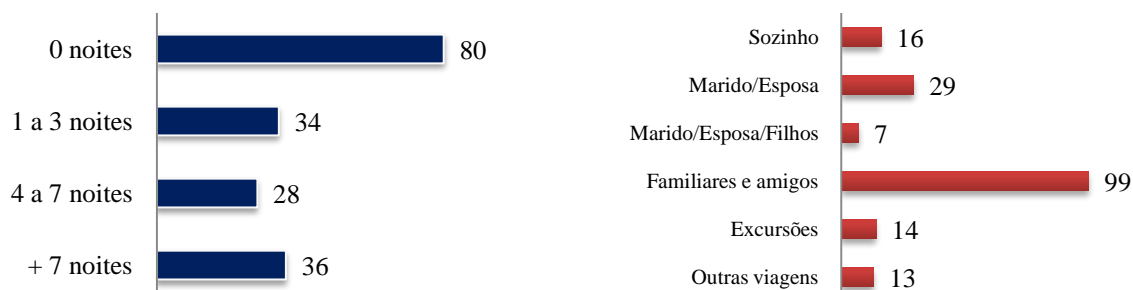


Gráfico 22 – Número de dias de visita à Golegã

Gráfico 23 – Perfil da Viagem

Fonte: Inquéritos a visitantes e turistas (2009). Elaboração Própria

Maioritariamente as fontes de informação foram os próprios familiares ou amigos (59%) seguido da internet e televisão/rádio.

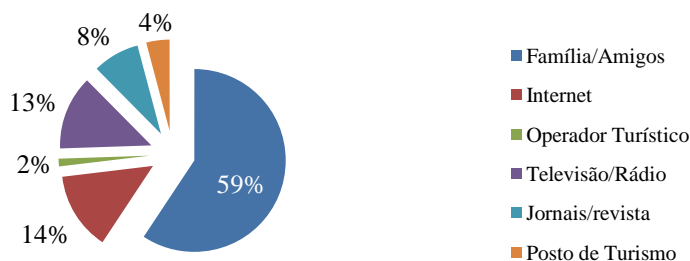


Gráfico 24 – Fontes de Informação

Fonte: Inquéritos a visitantes e turistas (2009). Elaboração Própria

A avaliação da informação promocional e da sinalização turística é excelentemente avaliada, o que em termos da Rota, é extremamente positivo, sendo estes elementos fundamentais para o desenvolvimento positivo de rotas temáticas. Atesta, assim, o trabalho desenvolvido nos últimos anos na identificação e sinalização padronizada e de acordo com a lei, de todos os recursos concelhios.

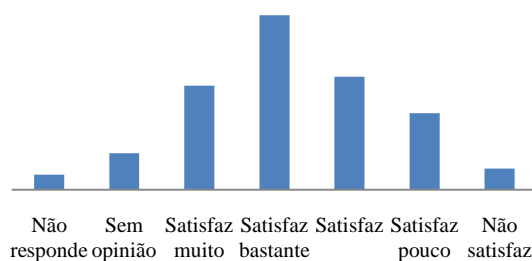


Gráfico 25 – Informação Promocional



Gráfico 26 – Sinalização Turística

Fonte: Inquéritos a visitantes e turistas (2009). Elaboração Própria

A satisfação turística relativa aos recursos, equipamentos e a serviços, como a restauração, «satisfaz muito ou bastante», o que representa uma leitura muito positiva quanto à atractividade da Golegã e à futura evolução da Rota. De salientar os valores obtidos pela restauração⁵¹, que tem nos últimos anos verificado um crescendo em número de espaços de qualidade e que podem ser um dos motivos mais interessantes, para alguns turistas de visita à Golegã. Em 1998, existia apenas um restaurante, que podemos

⁵¹ Listagem de restaurantes no anexo 15

considerar de cariz turístico: Café Central, hoje, além deste existem mais quatro: *O Barrigas*, o *Lusitanus*, o *Capriola* e o *Páteo do Burgo*.

Também a Igreja Matriz, pela sua singularidade, representa um dos recursos que mais satisfaz os visitantes, bem como a Reserva, o Equuspolis e a Casa-Estúdio Carlos Relvas.

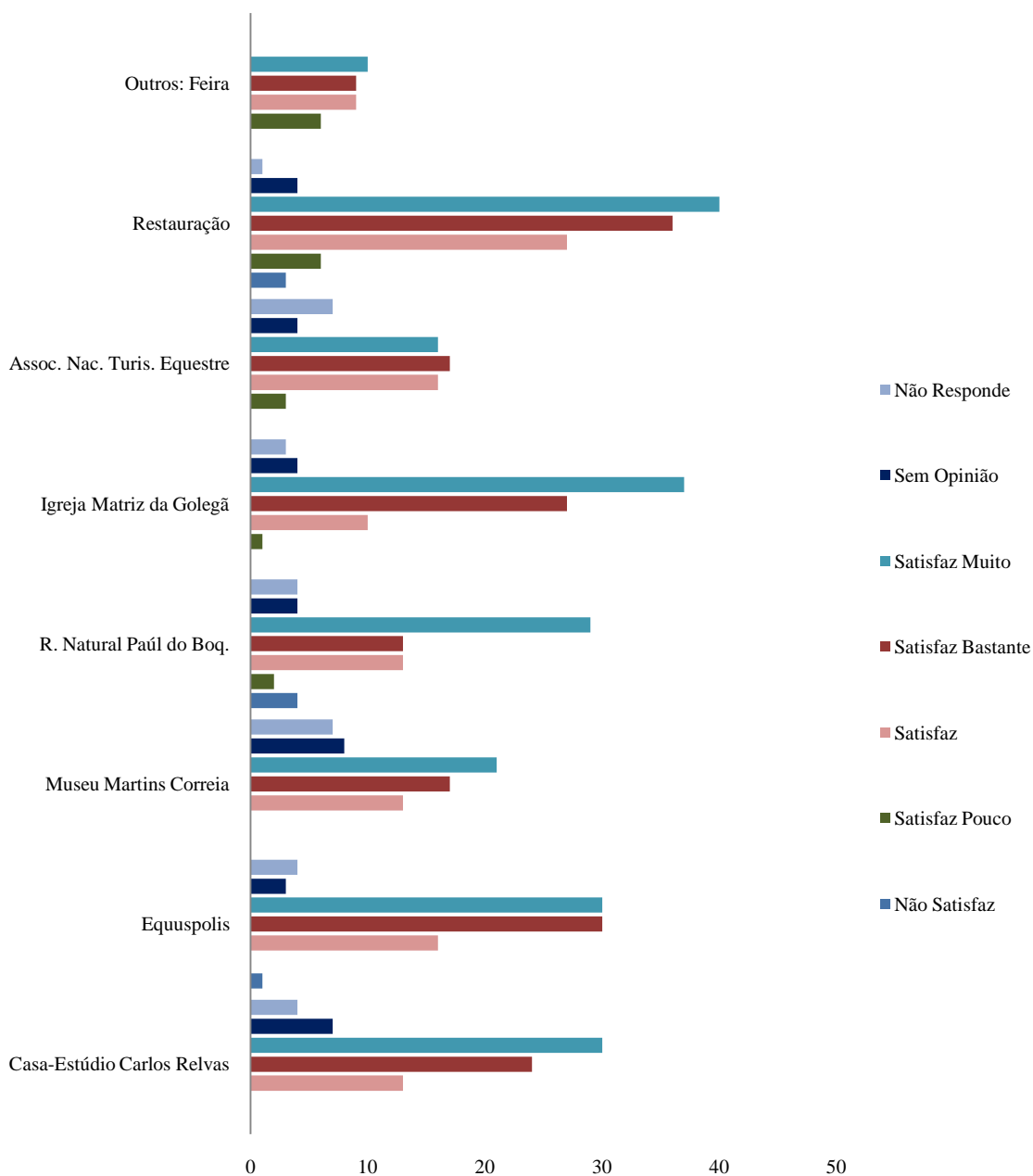


Gráfico 27 – Satisfação Turística

Fonte: Inquéritos a visitantes e turistas (2009). Elaboração Própria

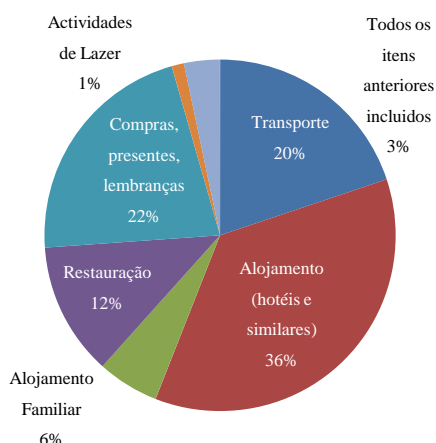


Gráfico 28 – Gastos efectuados na Golegã durante a FNC

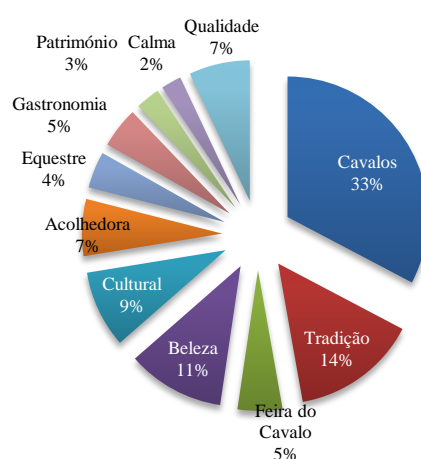


Gráfico 29 – Palavras que caracterizam a Golegã

Fonte: Inquéritos a visitantes e turistas (2009). Elaboração Própria

Dos gastos efectuados na visita à Golegã a sua maioria é direccionada para o alojamento, seguido do transporte e das compras, o que significa que parte das divisas fica no Concelho. Para concluir, constatamos que as palavras que melhor definem a Golegã, são: **Cavalos, tradição, beleza e cultura**. Podemos igualmente concluir que o Concelho é visitado maioritariamente por homens, em idade jovem, com habilitações literárias acima do 12º ano e oriundos de Lisboa. Caracterizam a informação turística, a sinalização e os recursos turísticos como bastante satisfatórios.

7.3. Síntese do diagnóstico⁵²

No decorrer da nossa investigação, realizámos vinte e duas entrevistas aos diversos agentes locais, conforme já referido na metodologia, permitindo-nos obter a sua percepção turística concelhia. Como objectivos gerais destas entrevistas, pretendemos:

- Recolher opinião sobre o impacte (economia, emprego, desenvolvimento local...) do turismo na base económica local.
- Perceber a importância dos recursos existentes e os convenientemente explorados e dos prementes a explorar.
- Tentar aferir a percepção existente relativamente à Rota do Cavalo e do Ribatejo e qual o seu potencial.

Neste contexto, e no decorrer das entrevistas, tentámos perceber se os entrevistados consideravam a existência de uma estratégia política de desenvolvimento local, sendo esta

⁵² Fichas de Entrevistas no Anexo 13.

uma questão colocada apenas a decisores políticos e a alguns dos entrevistados. De acordo com o Presidente da Câmara Municipal, foram eleitos como pilares estratégicos para o crescimento económico e desenvolvimento sustentado da Golegã:

“(…) a dignificação do seu património natural, a requalificação do seu património construído e a reinterpretção da tradição cultural, num respeito por uma herança viva, num culto pela independência de hábitos e modismos passageiros e num contrariar permanente de práticas aberrantes e desenquadradas, que em nome de um falso progresso, poderiam violar a urbe e o mundo que a rodeia, marcadamente rurais. A esta base piramidal (“filosofia subjacente”), em cujo vértice se colocou, deliberadamente, o Cavallo, quer como “cluster”, quer como “pivot” das mais diversas manifestações e actividades, aditou-se-lhe uma programação com o objectivo de promover a simbiose entre os usos e os costumes, que concorreram ao longo dos tempos para definirem uma identidade muito específica e por isso diferenciadora, com a qualidade de vida própria dos finais do século XX e inícios do século XXI, a qual foi conseguida através da dotação do Concelho de infra-estruturas e equipamentos sociais, culturais, lúdicos e desportivos, tendo estes últimos suplantado mesmo a média da União Europeia.” (Veiga Maltez, 2010)

Para António Matias, assessor cultural, a estratégia também se verifica, ressaltando a parceria com a Academia (IPT-CESPOGA), na área da cultura e do turismo, como inegável mais-valia, fundamental ao desenvolvimento.

“Daquilo que eu conheço eu focaria três ou quatro aspectos que me parecem os mais marcantes e que têm sido as linhas mestras municipais nos últimos anos, e que são: o que gira em torno do Cavallo – primeiramente a Feira do Cavallo, a ExpoÉgua e as actividades relacionadas com o Cavallo; o desporto – quer a nível de infra-estruturas que a nível de actividades, porque movimenta muita gente e tem peso, influencia no que diz respeito ao desenvolvimento; o Protocolo que está estabelecido com o Politécnico de Tomar, para a fundação do CESPOGA, penso que é um factor muito importante, é um dos aspectos fundamentais de desenvolvimento” (António Matias, 2010)

7.3.1. Recursos (potencialidades) turísticos existentes no Concelho:

Resultaram desta questão uma elencagem de bens que já seriam previsíveis e outros que por vezes nem identificamos com o recurso, e que na verdade o são.

Na globalidade das respostas que obtivemos, constatámos haver um conhecimento satisfatório dos recursos turísticos existentes. A ruralidade do Concelho, evocada por Veiga Maltez, foi um dos recursos mais abordados, exemplo da sua singularidade, aliada ao seu casario, à sua limpeza, à sua beleza e qualidade de vida. Outros atestaram a existência de muitos recursos, mas quase todos por explorar...

“Imensas. Quase todas por explorar.” (Madalena dos Santos, 2010)

“Essa ruralidade não deve ser vista como algo retrógrado, bem pelo contrário, é um dos elementos fundamentais da nossa singular paisagem e um autêntico cartaz turístico. Basta olhar para as casas com as fachadas alinhadas com as ruas (numa atitude muito ribatejana de guardar para a esfera privada aquilo que realmente se é) e para as quintas opulentas onde, além dos edifícios, podemos admirar os campos cultivados, os Cavalos à solta, a magia do trabalho do campo” (Fabiana Freire, 2010)

“As casas, originais, quer casas camponesas quer casas senhoriais, sobretudo as cantarias são muito bonitas, há uma espécie de uma alma, a Golegã tem personalidade pelas suas casas que são diferentes das outras.” (António Matias, 2010)

Também, o **Cavalo**, considerado *ex-líbris* concelhio, ocupou um lugar de destaque nas respostas dos entrevistados.

“O Cavalo como potencialidade turística da Golegã, a imagem do Concelho associada ao Cavalo e ao Mundo equestre, que atrai milhares de visitantes à Golegã, sobretudo por ocasião dos seus principais eventos. Quando refiro que resido e trabalho na Golegã, não há ninguém que não identifique a sua relação com o Cavalo. Penso que a Golegã tem sabido muito bem vender a marca “Capital do Cavalo” (Fabiana Freire, 2010)

“O Cavalo é um elemento primordial no turismo na Golegã, (...)” (Farinha Marques, 2010)

Como seria de esperar o diverso **património edificado** também foi evocado pela totalidade dos entrevistados, sendo de destacar a Igreja Matriz da Golegã, a Casa-Estúdio Carlos Relvas, as diversas Capelas, bem como equipamentos como o Equuspolis – Museu Municipal Martins Correia.

“Não é uma vila com um património muito vasto mas tem coisas bastante boas. Igreja Matriz – jóia do manuelino; Casa-Estúdio Carlos Relvas – outra jóia completamente diferente, que está a começar a ser lapidado. Por ex Quintas??? É mais um recurso. Mas é um turismo relativo, a não ser que exista alguma particularidade nestas Quintas.” (José Canelas, 2010)

7.3.2. Recursos (Potencialidades) Turísticos ainda não explorados

Nesta questão um dos principais **recursos** a que os entrevistados aludiram quase unanimemente, são os **naturais**, desde o Paul do Boquilobo, aos rios, à Alverca, ao próprio campo, aludindo à necessidade premente de os explorar e potenciar enquanto produto turístico. São apontados os maus acessos, a dificuldade em visitar, a falta de informação turística, bem como a sinalização inexistente.

*“Quanto aos aspectos que me parecem menos conseguidos e que são recursos que o Concelho tem: antes de mais nada, o **Paul do Boquilobo** – recurso imensíssimo e que está bloqueado por, fundamentalmente, três coisas: maus acessos; falta de promoção e programas, e fundamentalmente pela **poluição do Almonda**.”* (António Matias, 2010)

*“A **Reserva Natural do Paul do Boquilobo** não está explorada e envergonha o Concelho. Desde a falta de sinalização, a falta de divulgação, a falta de brio com o edifício logo à entrada...”* (Fabiana Freire, 2010)

*“A **Reserva** não é fácil de ir visitar, não está bem explorada.”* (Cesaltina Pereira, 2010)

*“O **Paul do Boquilobo**: Nós somos daqui, mas quem vem de fora dirige-se onde?”*(Carlos Mendes Gonçalves, 2010)

*“Depois as alvercas e particularmente esta **Alverca**, que é uma “bela adormecida”.* (António Matias, 2010)

*“Depois há outro elemento que também considero primordial que é o **campo da Golegã**.”* (Farinha Marques)

*“O **Campo**... aquela estrada entre a Golegã e a Azinhaga é qualquer coisa de espectacular.”* (Fernanda Oliveira, 2010)

Também as **Quintas**, centenárias e memória de um passado rural riquíssimo, se revelaram, como seria espectável na nosso entender, como mal exploradas no contexto turístico, dado o potencial que revestem quer em termos históricos, quer devido à gastronomia e vinhos, à sua função agrícola, coudélica ou então enquanto potencial de alojamento.

*“(...) a Golegã tem um património muito importante que são as **Quintas**, relacionadas com o campo, todas elas centenárias, da Labruja, da Broa, do Salvador... e que estão activas, a funcionar. Estão na cota máxima das cheias. As cheias não vão lá. São unidades de produção agrícola interessantíssimas ... deve ser estabelecido um modus vivendi entre a Câmara e os proprietários (...)”* . (Farinha Marques, 2010)

*“Eu penso que sim, as tais **Quintas**, incentivar os donos a fazerem turismos de habitação e recuperando as casas dos empregados. A Golegã é muito agradável para descansar.* (Fátima Contente, 2010)

*“É o Vinho, mas são mais coisas, são os Cavalos, onde os há, a vida agrícola, mas sobretudo outros produtos que existem no Concelho e podem ser oferecidos aos turistas. Fazer programas nas **Quintas** que permitam que os visitantes tenham contacto directo com a realidade rural, com qualidade, que provem o*

queijo, ou que haja um chouriço, ou seja o que for, com imaginação, que traz recursos para os próprios e que é importante para o Concelho porque quem visita essas quintas, depois dormem cá, jantam cá.” (António Matias, 2010)

*“A **Quinta da Cardiga**, outra maravilha que é uma dor de alma ver o seu Estado. Aqui, é como sabe, uma questão de famílias e, certamente, também de muito dinheiro para uma recuperação condigna daquele espaço.”* (Fernando Pombo, 2010)

Berço de **individualidades** conhecidas quer do mundo literário, da ciência e da arte, como José Saramago, Joaquim Martins Correia, Manuel dos Santos, Carlos Relvas, José Relvas, entre outros, é considerado um recurso a não escamotear, devendo ser potenciado.

*“A Golegã tem a sorte de ser um Concelho que tem **enormes vultos a nível nacional**. José Saramago, Carlos Relvas, Martins Correia, Carlos Cacho, muitos outros... eu não digo que não se tenha feito nada no sentido de associar o nome da Golegã a estes grandes nomes, mas se calhar não se fez tudo. E, há muita coisa que se pode fazer, para potencializar estes nomes que são património e que a Golegã tem o direito de associar ao seu nome, que muitas vezes não está.”* (António Matias, 2010)

A **gastronomia e os vinhos**, um dos 10 produtos estratégicos referenciados no PENT assume uma grande importância na Golegã. O rio Tejo, célebre por favorecer a agricultura, garantindo o pão para os homens e o pasto para os animais, é uma fonte de alimento a par com o Almonda, sendo antigas as referências à pesca de sáveis, bogas, tainhas, lampreias e barbos, pelos Avieiros e antes destes pelos borda d’água, traduzindo-se numa gastronomia feita de ingredientes pobres mas de sabores ricos. A Golegã recebe diariamente centenas de visitantes com o objectivo principal de degustarem estas iguarias. Ao Café Central, pioneiro da restauração regional e referência nacional pelo seu “bife”, somam-se hoje em dia vários restaurantes com uma qualidade diferenciada e de referência.

*“Faltam oportunidades de **degustação de vinhos**, talvez aproveitando as experiências que as quintas podem oferecer. Falta aliar isso à **gastronomia local** que deveria defender uma imagem única do que são os pratos típicos, as sobremesas típicas. Falta dar um toque de requinte a receitas antigas como as couves com feijão ou o peixe frito. Hoje fazem-se muito km’s para provar uma boa iguaria.”* (Fabiana Freire, 2010)

*“A **Gastronomia deveria ser mais promovida**, mais melhorada. Já quando era pequena se vinha à Golegã para comer. Penso que ainda muita gente cá vem comer mas há sempre coisas a melhorar.”* (Fernanda Oliveira, 2010)

Apesar da sua mais-valia enquanto recurso, o **Cavalo**, foi considerado como um recurso mal explorado e o turismo equestre apesar do seu grande potencial não está ainda devidamente explorado.

“Há uma coisa única no Mundo e que não está devidamente aproveitado em termos turísticos. O Património genético dos Cavalos de linhagem VEIGA”. (Jorge Sousa, 2010)

“É precisamente a vertente do Cavalo que precisava de mais alguma coisa... as pessoas serem mais elucidadas do que se passa na Golegã. Isto está tudo muito ligado ao Cavalo.” (Cesaltina Pereira, 2010)

“Temos o Lusitanus, SA, embora não seja muito acessível, tem os estágios e está mais divulgado pelos estrangeiros. Mas não temos grande turismo equestre na Golegã, ainda.” (Fátima Contente, 2010)

“Devia haver mais turismo vocacionado para comprar Cavalos, para pessoas com interesse em andar a Cavalo. Não deveria haver tantos constrangimentos de horários. (...) O recurso que é o turismo Equestre não existe! A MARCA está feita. A Golegã existe enquanto Capital do Cavalo. Deve começar-se a pensar em não deixar cair a marca por terra.” (Patrícia Lima, 2010)

7.3.3. Coordenação/ interação entre actores territoriais que seja criadora de valor para o território.

Como se refere na Carta Internacional do Turismo Cultural *“O turismo deve trazer benefício às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem o seu património e as suas políticas culturais. É necessário o envolvimento e a cooperação das comunidades locais e/ou indígenas, dos conservacionistas, dos operadores turísticos, dos proprietários, dos autores de políticas, das pessoas que preparam os planos de desenvolvimento nacional, dos gestores dos sítios, para se conseguir uma indústria de turismo sustentável e para se valorizar a protecção dos recurso do património para as futuras gerações.”*

Considerando as respostas que obtivemos e sendo conhecedores da realidade sobre a qual nos debruçamos, constatamos existir uma coordenação entre os actores institucionais e privados nem sempre profícua, ou talvez mesmo inexistente, sendo acompanhada de uma hierarquização da tutela administrativa que urge colmatar.

“Se não há, não é por vontade da Câmara. Será mais por preconceitos. (...)”. (Jorge Emanuel Pereira)

“Se existe, não é suficiente.” (Madalena dos Santos, 2010)

“Coordenam. Tenho quase a certeza que sim. Em certos espaços tenho a certeza que há uma íntima relação.” (Jorge Saldanha Mendes, 2010)

“Existe alguma, mas pouca.” (Patrícia Lima, 2010)

“Vêm promovendo actividades isoladamente, requerendo na maioria das vezes o apoio autárquico, mas descoordenadamente com os seus inter-pares.” (José Veiga Maltez, 2010)

“Bem não é uma pergunta fácil de responder. Do meu ponto de vista, do conhecimento que eu tenho, se calhar não há muito. Por exemplo na Gastronomia, este ano fez-se algo diferente, tentar com que as pessoas não se deslocassem, que as pessoas ficassem nos seus restaurante e talvez tenham mais facilmente (não foi fácil, talvez de criar, porque nem toda a gente está de acordo) (...) A Câmara trabalha para que os seus munícipes se sintam bem.” (Rui Pereira, 2010)

“Ao que julgo saber, em termos de desenvolvimento turístico, a interação entre estas entidades é bastante ténue.” (Paulo Ferreira, 2010)

“Existe interação mas, daquilo que conheço, penso que não existe uma coordenação ao nível do turismo especificamente. Se um visitante se deslocar ao Paul, provavelmente ninguém lhe pergunta “Já visitou a Casa-Estúdio Carlos Relvas?”(Fabiana Freire, 2010)

7.3.4. Papel dos recursos turísticos do território, no processo de desenvolvimento turístico

Considerados como fundamentais para o processo de desenvolvimento turístico e local, os recursos endógenos concelhios, representam para todos os entrevistados fonte de benefícios e diferença pela positiva.

“Fundamental. Qualquer Concelho só se pode afirmar pelos recursos patrimoniais que tem e sobretudo pela diferença que tem em relação aos outros. Aquilo em que pode afirmar-se como diferente.” (António Matias, 2010)

*“Nota-se perfeitamente que algumas coisas mudaram ultimamente na Golegã. Nós **temos mais turismo, as pessoas procuram mais, já vêm mesmo à procura da Golegã, do Cavalo, e eu no sítio onde estou, muita gente me pede informações, funciono quase como um Posto de Turismo.**” (Cesaltina Pereira, 2010)*

“O turismo veio trazer benefícios e é claro que o ponto alto é o S. Martinho.” (Fernanda Oliveira, 2010)

7.3.5. Papel actual e futuro da Rota do Cavalo e do Ribatejo na dinâmica turística do Concelho

A Rota do Cavalo e do Ribatejo, que abordaremos nos pontos seguintes, traduz-se numa iniciativa da Câmara Municipal da Golegã, numa fase que podemos apelidar de embrionária. Entendemos ser um dos grandes desafios concelhios, devendo ser uma das apostas em termos de política turística a implementar nos próximos anos. Pretendemos ao colocar esta questão apurar a importância e motivações de uma acção colectiva materializada pela Rota, bem como qual o potencial turístico deste produto, referenciado no PENT como estratégico. De acordo com o Presidente do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, reveste *“(…) um potencial extremamente importante e significativo.”* (Joaquim Rosa do Céu, 2010).

“No futuro – potencial muito grande se as coisas forem estruturadas. Quem entra na Rota tem que estar em consciência, disponível para receber. Tem que ser criada moeda de troca. As Quintas não estão vocacionadas para trabalhar em rede. Mas o turismo de massas assusta. Têm que começar por visitas pontuais.” (Patrícia Lima, 2010)

“(…) Para potenciar uma rota, além de associados, tem de haver interesse e interesses, para que os intervenientes sintam necessidade no seu desenvolvimento. Uma rota bem organizada é de todo o interesse, nomeadamente para o Concelho da Golegã, que se assume como a Capital do Cavalo. Não basta PARECÊ-LO, É PRECISO SÊ-LO”. (Fernando Pombo, 2010)

“(…) as Rotas são fundamentalmente uma forma, uma estratégia de levar as pessoas aos sítios que nós queremos que visitem, para se interessarem por aquelas coisas e para deixarem dinheiro, afinal é o que nos motiva. A nossa gente precisa de viver todos os dias.” (António Matias, 2010)

“O papel actual não me parece de grande visibilidade, mas devidamente ajustado e divulgado terá futuro. Divulga os recursos e desenvolvimento do concelho.” (António Camilo, 2010)

“Quanto ao papel futuro, poderia ser um dos pontos de alavancagem da dinamização turística do concelho.” (Madalena dos Santos)

“As Rotas turísticas podem ser importantes dinamizadores do turismo quando bem estruturadas, bem publicitadas numa lógica de articulação de oferta partilhada entre locais ou regiões. Neste sentido penso

que, a existir, e havendo o devido empenho por parte da Golegã e dos seus parceiros no seu desenvolvimento, essa poderá exercer uma influência positiva no incremento do turismo no Concelho!” (Jorge Emanuel Pereira, 2010)

Para terminar e porque entendemos que o desenvolvimento turístico registado no Concelho da Golegã se deve à política autárquica local, onde o papel presidencial assume grande relevância, transcrevemos algumas das respostas que o atestam e traduzem a dinâmica incutida ao Concelho, consubstanciada em pequenas acções que demonstram o dinamismo e importância acometida à imagem.

“Há uma coisa que eu gostava de relevar e que foi um aspecto correcto da política autárquica nestes últimos anos que foi a identificação, a sinalização das Quintas e dos recursos patrimoniais. Todas as peças de património que são relevantes estão assinaladas, da mesma forma que penso que é importante, um pormenor, a colocação das bandeiras nas entradas do Concelho e das bandeiras das Freguesias nas Freguesias, é importante, para nós sabermos quem somos. É como a colocação da bandeira nacional quando se chega a Vilar Formoso ou ao Caia. É importante, para nós nos revermos nos símbolos, e os símbolos, ajudam-nos a perceber que nós vivemos num território que é diferente de outros territórios e que tem os seus símbolos. Portanto, penso que essa política é correcta.” (António Matias, 2010)

“Devemos, no entanto, ter arte e engenho, e nisso o actual Presidente da Câmara, tem sido bastante importante, para sermos proactivos e inovadores no que concerne a emprego e desenvolvimento sustentável.” (Fernando Pombo, 2010)

“A Câmara, o Presidente da Câmara – que tem um papel muito activo, tem uma grande visibilidade.” (José Canelas, 2010)

CAPÍTULO III

8. A Rota do Cavalo e do Ribatejo: Proposta de intervenção

8.1. Estado actual

Criada em 2006, a Rota do Cavalo e do Ribatejo está inscrita, desde 2007 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, como Marca Nacional nº 409088 – com a descrição: Serviços de Organização de Transportes e Circuitos Turísticos/Serviços cujo fim essencial é a educação, formação, cultura e entretenimento. Surgiu com o intuito de promover e divulgar, a Golegã, o Cavalo, e também o Ribatejo, “província” que já existe administrativamente, mas continua a fazer parte do imaginário daqueles que cá nasceram, cresceram e vivem. Tem como objectivos, entre outros, o “(...) *estabelecimento de uma parceria entre o Município e os Coudeleiros, que possibilite a descoberta daquele potencial turístico, só mais conhecido por aqueles com maior afinidade ao mundo equestre.*” (Veiga Maltez, 2010).

Sendo neste momento, pouco conhecida à semelhança de muitas rotas do País, representa apenas um nome e uma placa “*Não conheço (a rota), conheço a placa*” (Patrícia Lima, 2010), “*Está ai nos placards*” (Fernanda Oliveira, 2010). Conforme se constatou no universo das entrevistas realizadas, é no entanto, considerada como “ (...) *um facilitador. Mas o seu sentido remete para a qualidade dos recursos/produtos/ofertas que a Rota liga e junta num percurso através do território. Bons recursos/produtos/ofertas fazem uma boa, talvez mesmo inesquecível, rota.*” (Rosa do Céu – Presidente TLVT, 2010).

De acordo com a entrevista ao Presidente da Câmara Municipal da Golegã, este considera que o papel actual da Rota “(...) *está cumprido, já que os pontos de interesse turístico que ela integra estão delineados e definidos, figurando já em mapa específico⁵³ e descritos na sua maioria com minúcia, em várias publicações e artigos. O futuro, que urge ser amanhã, é vivificá-los com turistas, numa sua descoberta organizada.*”, sendo a sua concretização efectiva, considerada como “(...) o “*cérebro*” de toda a organização da atracção e fluxo turísticos. *É de uma importância indubitável para o progresso turístico-cultural da região, com conseqüente e desejado desenvolvimento económico.*” (Veiga

⁵³ Vide Mapa – Anexo 14.

Maltez, 2010). Registamos esta afirmação considerando-a como o ponto de partida para a sua futura comercialização.

Na lógica que presidiu ao surgimento da Rota observa-se uma procura primária em designar os Pontos de Interesse Turístico (PIT). Do ponto de vista da iniciativa presidencial é uma tomada de decisão altamente positiva pelo que significa enquanto acção catalisadora para o empreendedorismo local. É evidente que a formatação compete à iniciativa empresarial, sendo que registamos como muito positivo, pelo facto deste produto se poder entender como uma janela de oportunidade proposta pelo poder local legítimo que inclusivamente usa os preceitos legais da lei nº 159/99 e 169/99, bem como a Lei nº107/2001, no que se refere às atribuições constitucionais. Assim sendo, registamos que este “modo criativo” de Rotas pelos políticos é de facto um vector da estratégia de desenvolvimento local de base territorial que deve merecer a atenção de toda a fileira turística.

Significa em concreto, uma atitude responsável que criando responsabilidades aos empreendedores, cria simultaneamente uma plataforma de diálogo público-privada.

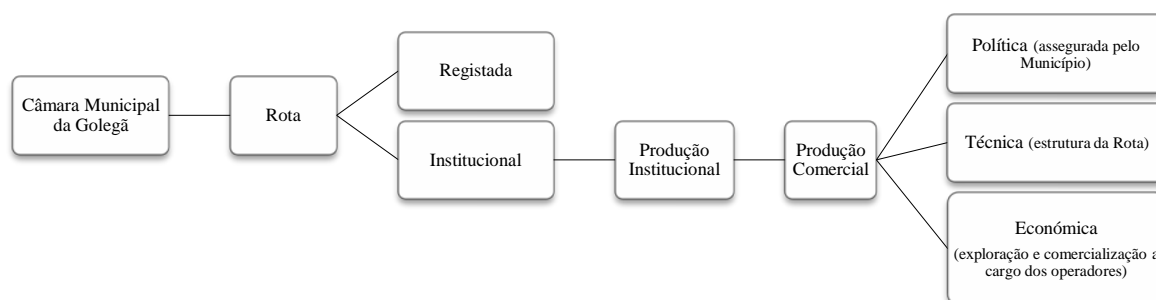


Figura 9 - Modelo da Rota do Cavalo e do Ribatejo

Fonte: Elaboração Própria (2010)

No que respeita a rotas temáticas a Golegã integra quatro dos cinco Roteiros: “No Coração de Portugal”, “O Tesouro dos Templários”, “Os 4 Elementos” e “A Demanda do Graal”, com a Quinta da Cardiga, a Igreja Matriz da Golegã e o Paul do Boquilobo, note-se, no entanto, que fica excluída a Casa-Estúdio Carlos Relvas, único património arquitectónico do país criado para atelier fotográfico.

De constatar também a ausência de colaboração com as Câmaras Municipais, neste caso com a da Golegã, aquando da elaboração dos Roteiros, bem como a sua operacionalização, uma vez que ninguém foi contactado para tal procedimento. Trata-se certamente, de um lapso organizativo.

8.2. Caracterização Geral e estruturação de percursos

8.2.1. Um modelo de Rota Temática

Ao apresentarmos um modelo de rota temática, com base na já existente, não pretendemos ser exaustivos, a isso obriga a criação do “produto” “Rota do Cavalo e do Ribatejo” que não nos cabe, por ora, neste estudo. A elaboração, responsável, de uma rota obrigaria a um levantamento profundo de todos os recursos do território, a estudo profundo das suas potencialidades, o que significa tempo, uma equipa multidisciplinar e interacção entre os agentes locais para obtermos um produto coeso, viável, cultural e comercialmente, que não defraude as expectativas de quem dela usufrui. Esta deverá, assim, “(...) *responder aos interesses dos diversos actores da actividade turística, mas principalmente orientada ao seu mercado objectivo (os turista), e aos interesses dos operadores, prestadores de serviços e comunidades locais*” (Figueira, 2010:33), afirmação com a qual condramos e será um dos nossos objectivos futuros.

Figueira (2010) estrutura as fases de produção da Rota da seguinte forma: Preparação – Ordenação de Conteúdos – Produção de Itinerários (ligados por circuitos) – Experimentação e Ensaio – Atribuição de Marca – Colocação da Rota no Mercado. Constatamos, pois, não estarem criadas as condições para a construção, como já referimos “responsável” de uma Rota que pretendemos seja aplicável e quem sabe replicável. Traduz-se no entanto, num passo em frente no trabalho já desenvolvido. Como era nossa intenção aquando do início da pesquisa passamos a formular a nova visão de como se poderá organizar este produto “Rota do Cavalo e do Ribatejo” considerando-se a envolvente estudada na dissertação e a recomendação que aplica, aqui, este estudo.

Apresentamos, nos pontos seguintes, esquematicamente e sucintamente, os diversos PIT, integrados já nos diversos circuitos, dado que o levantamento e conteúdos já se iniciaram. Propomos a criação de dois itinerários e cinco circuitos, abrangendo todo o território, sendo que um deles se estende a Tomar – Cidade Templária.

Seguimos a lógica proposta por Figueira (2010:41), que determina que o “(...) *itinerário estabelece um determinado caminho que pode englobar dois ou mais locais distantes entre si, dotados de circuitos a que se pode aceder para visitar pontos de interesse turístico nos locais ou entre estes (...)*”, tendo presente a definição do ICOMOS quando refere “(...) *um itinerário cultural é uma via de comunicação, terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas*

próprias, ao serviço dum objectivo concreto e determinado” (citado em Figueira, 2010:41). De salientar também o que diz o mesmo autor “(...) *o itinerário pode ser também a descrição dum caminho, a especificação de lugares de passagem de uma Rota.*” (Figueira, 2010:42). A implementação futura desta Rota, será de facto a efectivação dum objectivo do Presidente da Câmara, e também, resultado dos dados obtidos nas entrevistas com os agentes locais e demais entrevistados.

Após esta primeira fase de levantamento dos PIT e criação de conteúdos, consideramos ser premente o contacto com os diversos interessados na sua implementação, havendo a concertação de interesses e dinâmicas.

8.2.2. Os percursos da Rota do Cavalo e do Ribatejo – apresentação e caracterização específica

Designação	Especificidade
Nome do Percurso	Rota do Cavalo e do Ribatejo
Região	(Coordenadas geográficas)
Tipologia	Rota
Forma de Realizar	Carro, bicicleta, Cavalo e a pé.
Nível de dificuldade	Baixo
Início – Ponto de Partida	Golegã
Final – Ponto de Chegada	Golegã
Época Recomendável	Todo ano
Distância e duração	(estimativa)
Altitudes acima do nível do mar	
Pontos Interesse Turístico (Descrição no ponto seguinte)	<p>Itinerário Golegã Património (I1)</p> <p>Circuito “Ermidas, Capelas e Igrejas” (Circuito Principal 1 - CP1) Circuito “Pintura, Escultura e Fotografia” (Circuito Principal 2 – CP2) Circuito “Azzancha” (Circuito Principal 2 – CP2)</p> <p>Itinerário Ribatejo (I2)</p> <p>Circuito “Quintas, Mouchões e Chaboucos” (Circuito Principal 1 - CP1) Circuito “Templário” (Circuito Principal 2 – IC2)</p>
Vias e caminhos a realizar	
Paragens obrigatórias	<ul style="list-style-type: none"> ... Pórtico Fernão Lourenço ... Monumento ao Cavalo Lusitano ... Monumento ao Toureiro Manuel dos Santos ... Pelourinho ... Palácio do Pelourinho ... Café Central – Bolo tradicional: Toureiros ... Monumento ao Campino ... Monumento aos Avieiros ... Jardim Equuspolis e Lagoa da Alverca ... Monumento “OLE” ... Escultura “Cavalo Lusitano” ... Monumento ao Azeite ... Grupo Escultório “O Povo de Amor Cantava” ... Escultura Carlos Cacho ... Escultura Carlos Relvas ... Monumento ao Campino ... Chafariz ... Casas da Brôa ... Estrada Real ... Ponte Romana (Quinta das Teixeira) ... Campos da Azinhaga/Golegã (Propriedades Agrícolas)

	<p>... Rio Almonda</p> <p>... Monumento aos Avieiros</p> <p>... Correaria Silvério</p> <p>... Arneiro da Feira</p> <p>... Picadeiro Lusitanus</p> <p>... Picadeiro Mestre Nuno de Oliveira</p> <p>... Associação Nacional de Turismo Equestre</p> <p>... Artesanato 3Pereira</p> <p>... Rio Tejo</p> <p>... Casario de S. Caetano</p> <p>... Monumento aos Templários</p> <p>... Café Central – Bolo tradicional: Toureiros</p>
Paragens Facultativas	----
Cartografia de Apoio	(a adicionar)
Tipo de Vestuário aconselhável	Casual.
Detalhes de Observação	----
Outros Percursos regionais	<p>Roteiros Turísticos do Património Mundial: No coração de Portugal; O Tesouro dos Templários; Os quatro elementos e A demanda do Graal.</p> <p>Caminhos de Santiago. Rota do Vinho do Ribatejo. Caminhos do Ribatejo.</p>
Ofertas dentro do percurso	<p>Festa do Bodo - Azinhaga (Maio, 4 em 4 anos); Festa de Maio – Azinhaga (2 em 2 anos)</p> <p>Feira Nacional do Cavalo – Golegã (Novembro)</p> <p>ExpoÉgua – Golegã (Maio)</p> <p>Mostra de Gastronomia Ribatejana e Salão do Vinho e do Vinagre (Maio)</p> <p>Atrelagem Internacional de Tradição (Outubro)</p> <p>Festividades de S. Pedro, S. João e S. António</p> <p>Homenagem à Padroeira – 8 Dezembro</p>
Serviços disponíveis	-----
Produtos turísticos ao longo do percurso	Turismo Equestre – Associação Nacional de Turismo Equestre
Outras ofertas dentro do percurso	
Imagens de Apoio	
Sinalização	
Comunicação	

Fonte: Adaptado de Figueira (2010)

8.2.2.1. Itinerário 1

Itinerário <i>Golegã Património (II)</i> - Golegã - Azinhaga	
<p>Circuito “Ermidas, Capelas e Igrejas” (C1) EN365; EM572 Forma de realizar: Carro, a pé, bicicleta, Carro de Cavalos e a Cavalos Duração: 1 dia (carro)</p>	
<p>Circuito Principal 1 – (CPI)</p>	<p>... Igreja Matriz da Golegã; ... Capela de São João; ... Capela de Santo António; ... Capela de Nossa Senhora dos Anjos; ... Capela de São Caetano; ... Igreja Matriz da Azinhaga; ... Capela São José; ... Capela Espírito Santo; ... Capela Nossa Senhora da Piedade; ... Capela São João da Ventosa.</p>
<p>(Circuito Complementar 1 – (CCI)</p>	<p>... Porta Fernão Lourenço ... Monumento ao Cavalos Lusitano ... Monumento ao Toureiro ... Lagoa da Alverca ... Quinta da Broa ... Pólo Fundação José Saramago ... Solar dos Serrão ... Tributo ao Ferrador ... Monumento aos Avieiros</p>
<p>Gastronomia, Artesanato e Produtos Típicos Locais</p>	<p>... Café Central – Bolo tradicional: Toureiro ... 3 Pereira – Cerâmica ... ANTE – Baptismo a Cavalos</p>
<p>Alojamento, Restauração e Animação⁵⁴</p>	<p>Restauração: ... Café Central ... O Barrigas ... Lusitanus ... Pátio Sevilhano Alojamento: ... Casa da Azinhaga ... Apartamentos ANTE-Lusitanus ... Apartamentos Cavalos Branco ... Hotel Lusitano Animação:---</p>

⁵⁴ Descrição de Alojamentos e Restauração – Anexos 15 e 16

Circuito “Pintura, Escultura e Fotografia” (C2) Estradas Municipais Forma de realizar: Carro, a pé, bicicleta, Carro de Cavalos e a Cavalos Duração: 1/2 dia	
(Circuito Principal 2 – CP2)	... Complexo Equuspolis – Museu Municipal Martins Correia ... Casa-Estúdio Carlos Relvas; ... Igreja Matriz da Golegã ... Museu Rural – Pátio Agrícola;
(Circuito Complementar 2 – CC2)	... Quinta do Salvador ... Picadeiros
Gastronomia, Artesanato e Produtos Típicos Locais	... Café Central – Bolo tradicional: Toureiro ... 3 Pereira – Cerâmica ... Chapelaria Coelho ... ANTE – Baptismo a Cavalos
Alojamento, Restauração e Animação	Restauração: ... Cú da Mula ... Capriola ... Lusitanus ... Pátio Sevilhano Alojamento: ... Apartamentos ANTE-Lusitanus ... Apartamentos Cavalos Branco ... Hotel Lusitano Animação: ---

<p>Circuito “Azzancha” (C3) EN365 Forma de realizar: Carro, a pé, bicicleta, Carro de Cavalos e a Cavalos Duração: 1 dia (Carro)</p>	
<p>(Circuito Principal 3 – IP3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ... Quinta da Brôa – Coudelaria Manuel Veiga – Capela ... Ermida Nossa Senhora da Piedade ... Igreja Matriz ... Capela S. José ... Quinta de Mato de Miranda
<p>(Circuito Complementar 3 – IC3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ... Casas da Brôa ... Campos da Azinhaga/Golegã (Propriedades Agrícolas) ... Capela S. João Ventosa ... Capela de Espírito Santo ... Pólo Fundação José Saramago ... Ruínas Paço D. Fernando ... Tributo ao Ferrador ... Locomóvel ... Rio Almonda ... Monumento aos Avieiros ... Ponte Romana (Quinta das Teixeira) ... Estrada Real
<p>Gastronomia, Artesanato e Produtos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ... Pratos Típicos (Peixe Frito) ... Atelier de Construção de Barcos e Redes de Pesca ... Prova de Vinhos e Degustação de Produtos Locais – Quinta de Miranda ... Correaria Silvério
<p>Alojamento, Restauração e Animação</p>	<p>Restauração:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... Pátio do Burgo ... O Casaca ... Taberna “O Maltez” <p>Alojamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... Casa da Azinhaga ... Quinta de Mato de Miranda <p>Animação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... Fado, Fandango e Rancho Folclórico – Pátio do Burgo

Itinerário Golegã Património

Circuito Ermidas, Capelas e Igreja

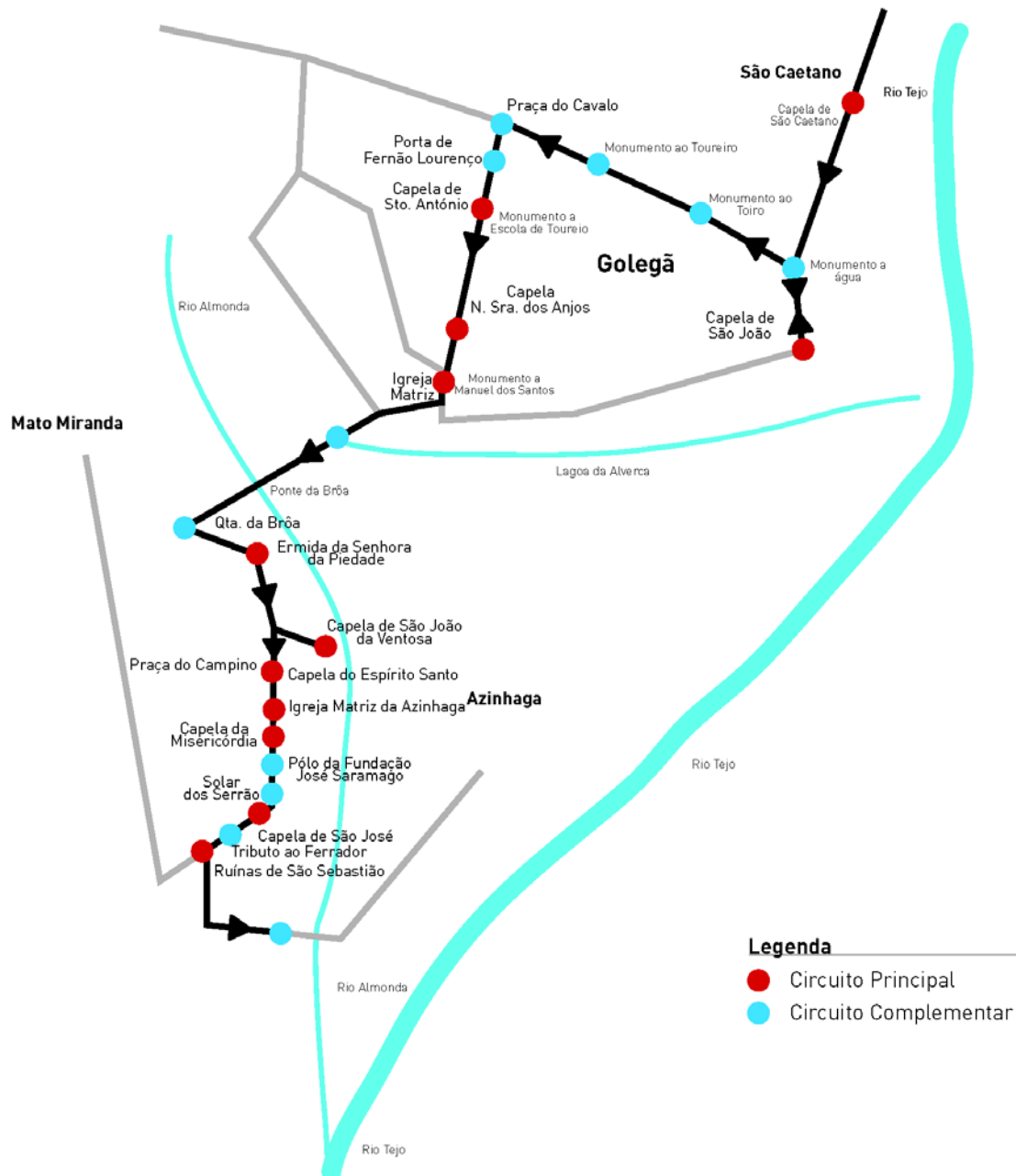


Figura 10 – Itinerário Golegã Património – Circuito “Ermidas, Capelas e Igrejas”

Fonte: Elaboração Própria (2010)

Itinerário Golegã Património

Circuito Pintura, Escultura e Fotografia

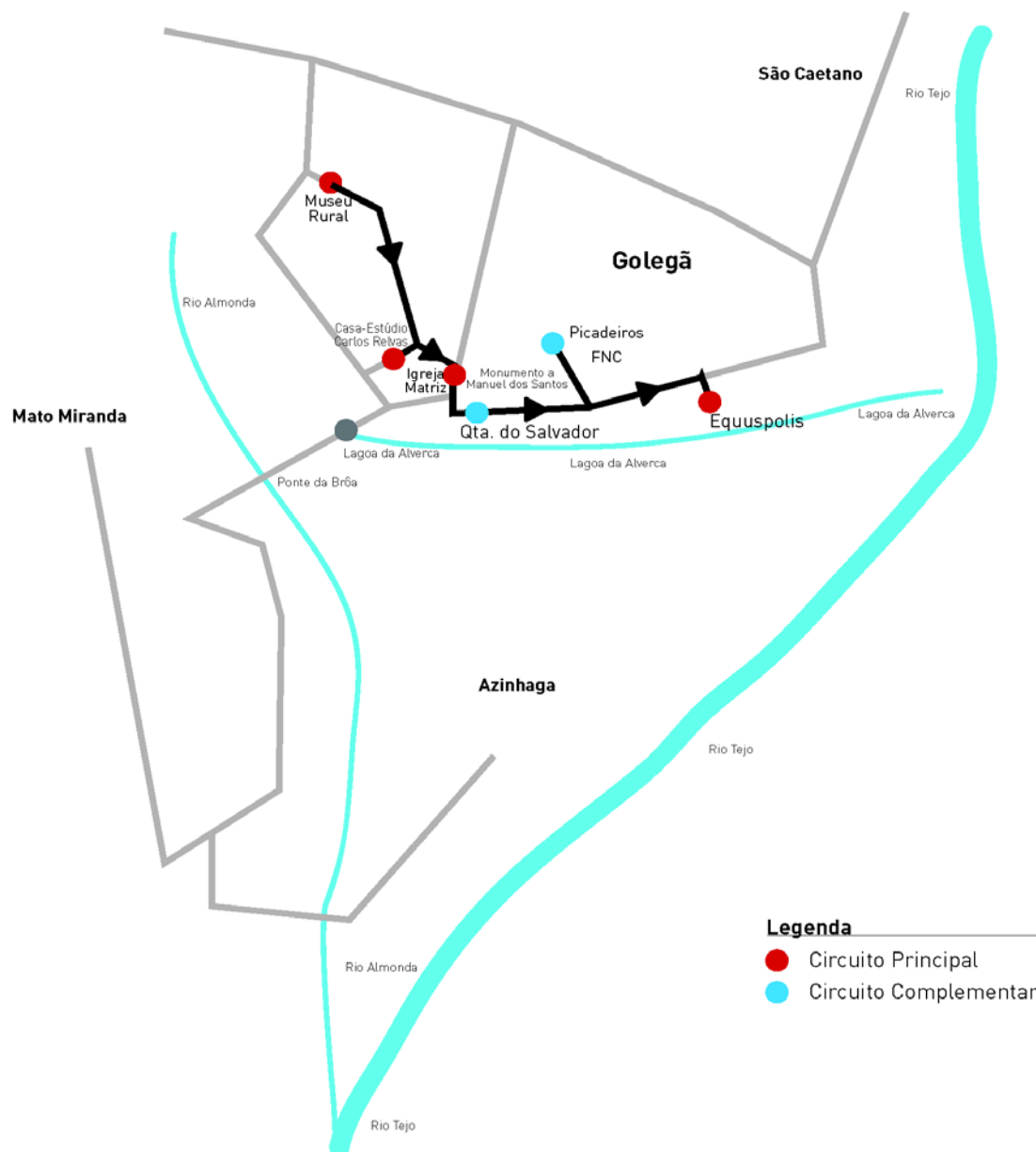


Figura 11 – Itinerário Golegã Património – Circuito “Pintura, Escultura e Fotografia”
Fonte: Elaboração Própria (2010)

Itinerário Golegã Património

Circuito Azzancha

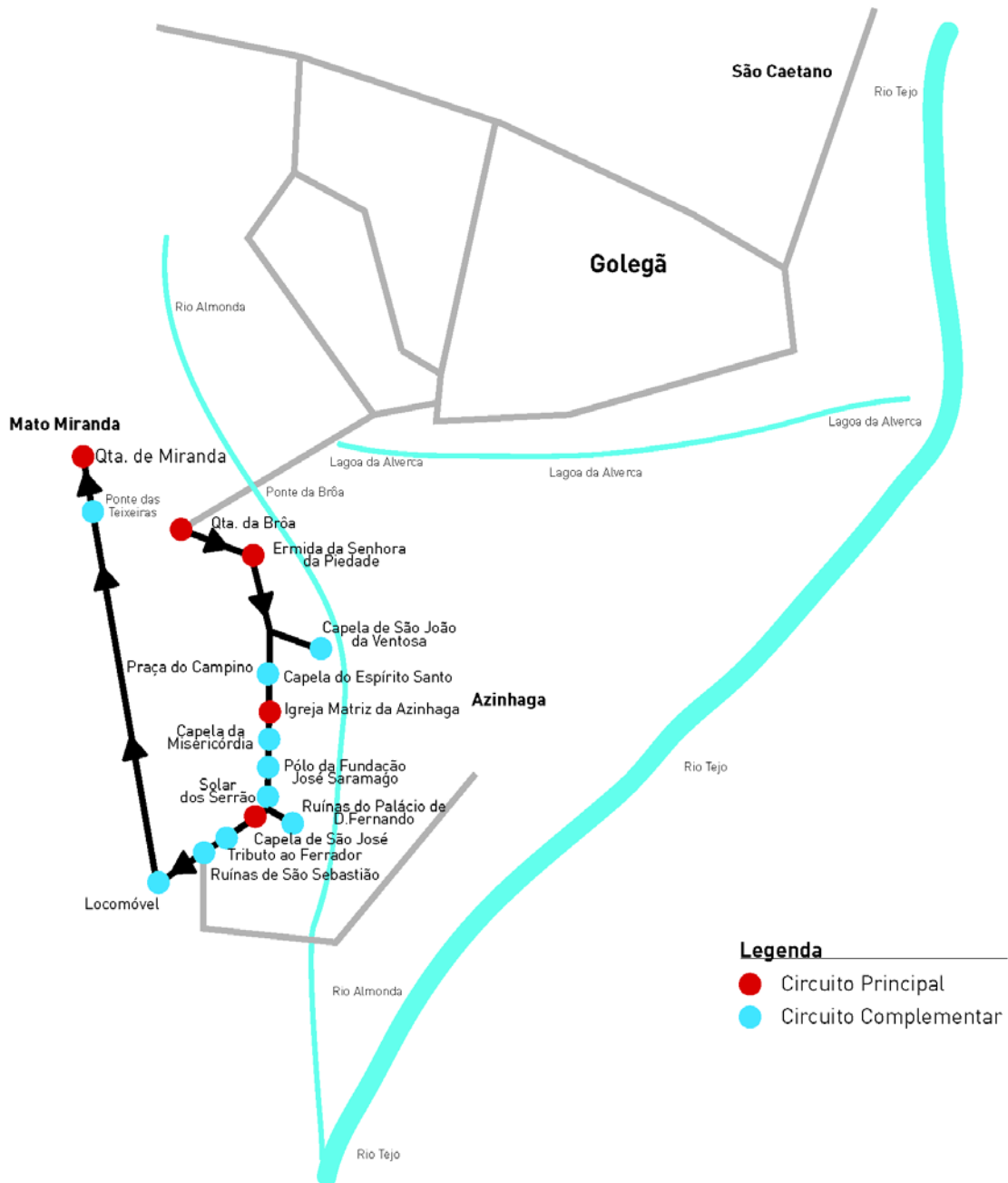


Figura 12 – Itinerário Golegã Património – Circuito “Azzancha”

Fonte: Elaboração Própria (2010)

8.2.2.2. Itinerário 2

Itinerário Ribatejo (I2)	
EN365	
Forma de realizar: Carro ou a cavalo Duração: 2 dias	
Circuito “Quintas, Cavalos e Campo”	
(Circuito Principal 1 - CPI)	<ul style="list-style-type: none"> ... Quinta dos Álamos ... Igreja matriz ... Quinta do Salvador – Coudelaria José e João Veiga Maltez ... Casa-Estúdio Carlos Relvas ... Equuspolis - Equusvirtual ... Reserva Natural Paul do Boquilobo ... Quinta Santo António ... Quinta da Brôa ... Quinta da Miranda
(Circuito Complementar 1 – IC1)	<ul style="list-style-type: none"> ... Monumento ao Azeite ... Monumento à Água ... Monumento ao Touro ... Monumento ao Toureiro ... Praça do Cavalo ... Capela de S. João ... Picadeiros Lusitanus e Mestre Nuno de Oliveira ... Associação Nacional de Turismo Equestre ... Quinta Santa Inês ... Quinta dos Álamos ... Capela Espírito Santo ... Capela da Piedade ... Igreja Matriz de Azinhaga ... Capela S. José ... Tributo ao Ferrador ... Locomóvel
Gastronomia, Artesanato e Produtos Típicos Locais	<ul style="list-style-type: none"> ... Pratos Típicos (Peixe Frito, Sopa de Cagarrinhas) ... Prova de Vinhos e Degustação de Produtos Locais – Quinta de Miranda ... Correaria Silvério
Alojamento, Restauração e Animação	<p>Restauração:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... Pátio do Burgo ... O Barrigas ... O Té ... Capriola ... Lusitanus <p>Alojamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... Casa da Azinhaga ... Quinta de Mato de Miranda ... Hotel Lusitano ... Pátio das Vendas ... Apartamentos ANTE/Lusitanus <p>Animação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... Exibição Equestre Quinta do Salvador ... Baptismo a Cavalo - ANTE

<p>Circuito “Templário” EN365 Forma de realizar: Carro, a pé, bicicleta, Carro de Cavalos e a Cavalos Duração: 1 dia (Carro)</p>	
<p>(Circuito Principal 2 – CP2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ... Reserva do Paúl do Boquilobo ... Quinta da Cardiga ... Capela de S. Caetano ... Convento de Cristo
<p>(Circuito Complementar 2 – CC2)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ... Lagoa ... Equuspolis ... Capela de S. João ... Igreja Matriz ... Quinta de Sto. António ... Arneiro da Feira ... Rio Tejo ... Casario de S. Caetano ... Capela de S. Caetano ... Monumento aos Templários
<p>Gastronomia, Artesanato e Produtos Típicos Locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ... Pratos Típicos (Peixe Frito, Sopa de Cagarrinhas) ... Prova de Vinhos e Degustação de Produtos Locais – Quinta de Miranda ... Correaria Silvério ... Toureiros – Café Central
<p>Alojamento, Restauração e Animação</p>	<p>Restauração:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... O Barrigas ... O Té ... Capriola ... Lusitanus <p>Alojamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ... Hotel Lusitano ... Páteo das Vendas ... Apartamentos ANTE/Lusitanus <p>Animação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ...

Itinerário Ribatejo

Circuito Quintas, Cavalos e Campo

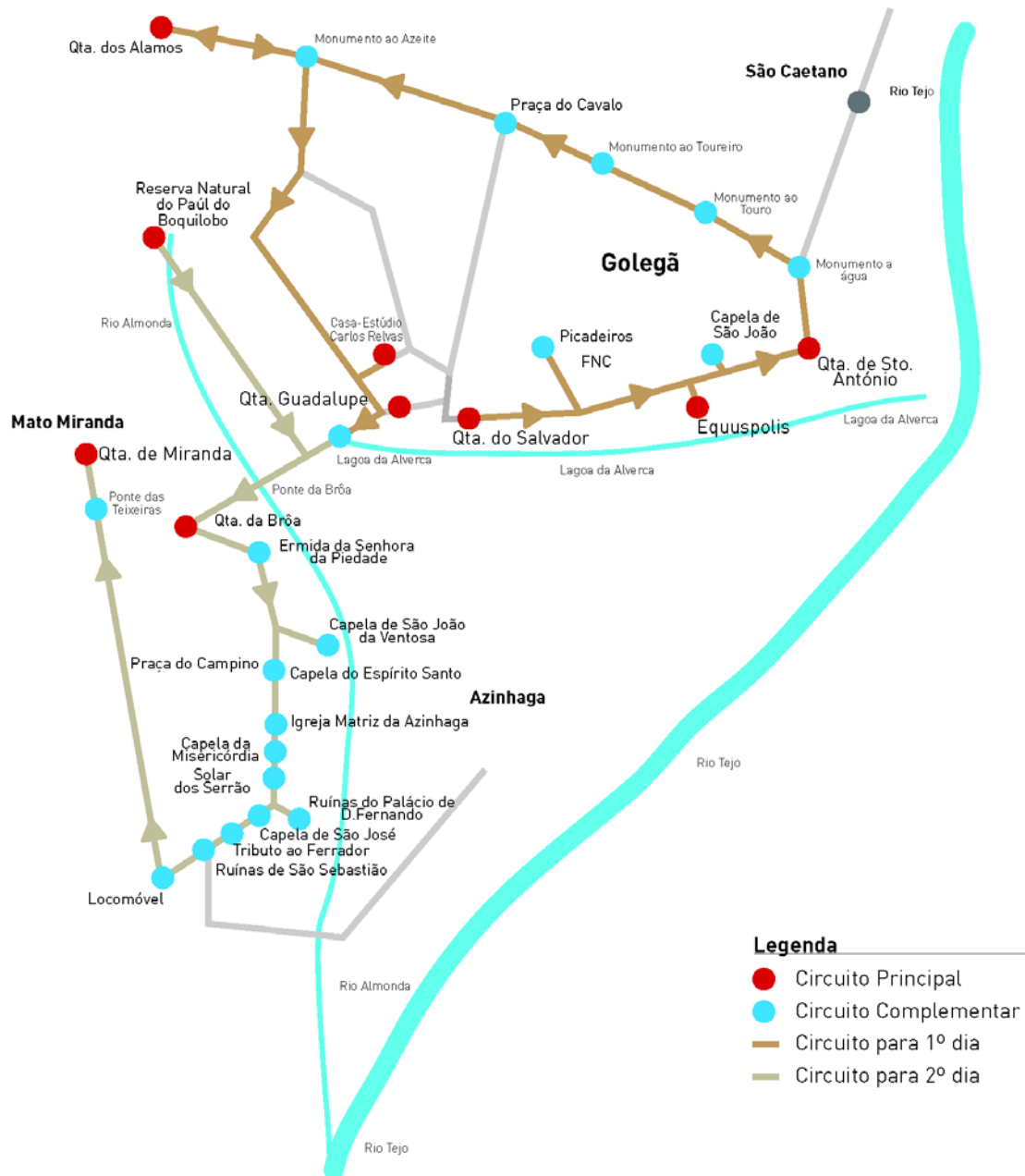


Figura 13 – Itinerário Ribatejo – Circuito “Quintas, Cavalos e Campo”

Fonte: Elaboração Própria (2010)

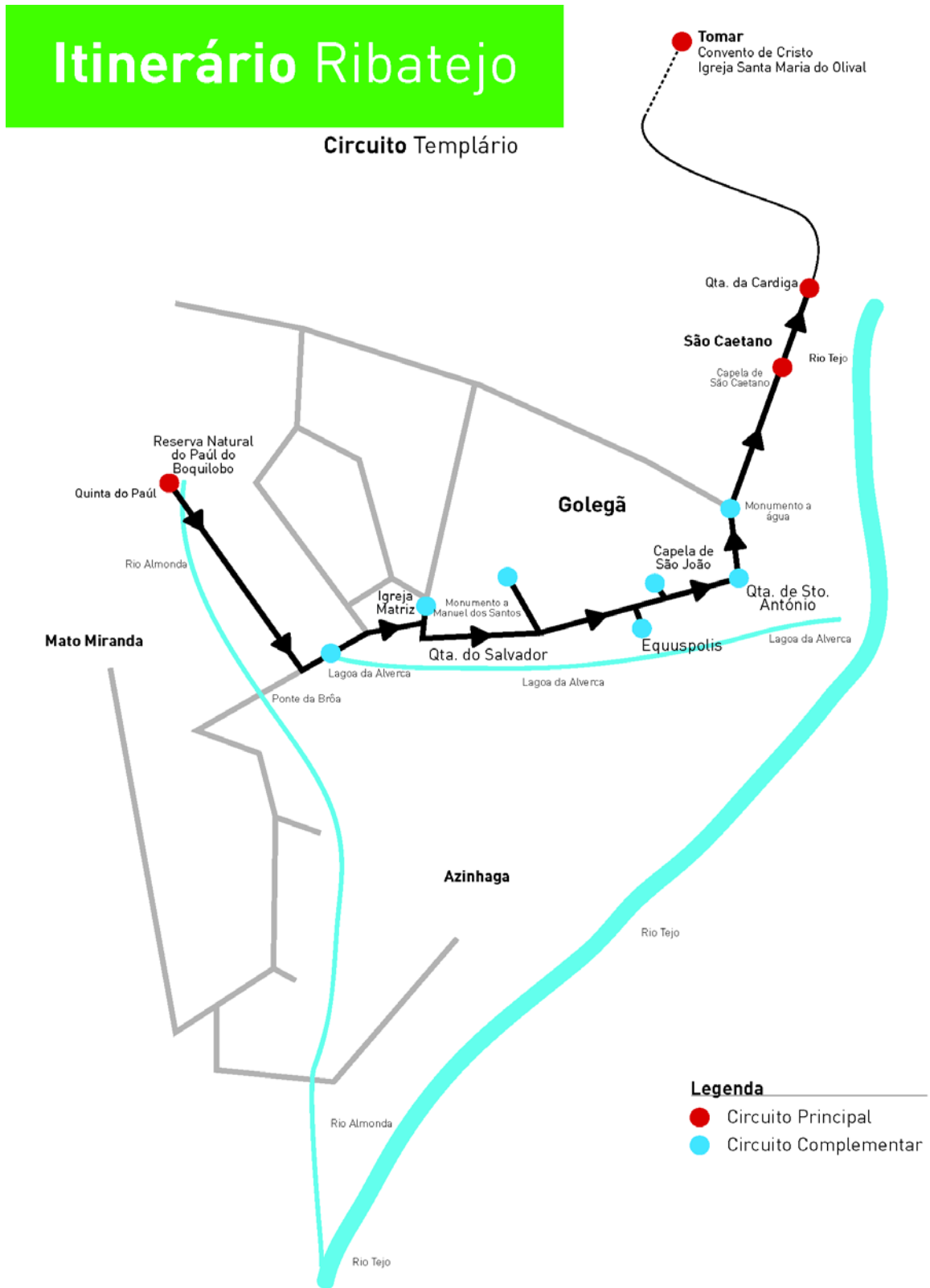


Figura 14 – Itinerário Ribatejo – Circuito “Templário”
Fonte: Elaboração Própria (2010)

8.3. Recomendações técnicas

Dado que esta dissertação foi desenvolvida para uso concreto no planeamento turístico do Município da Golegã, em articulação com os princípios do PENT, entendemos que os resultados apresentados se podem integrar em quaisquer processos formativos para pessoal não dirigente⁵⁵, servindo a promoção da cultura e do turismo nos municípios. Do ponto de vista da criação de novo conhecimento este é um documento que fica desde já disponível para uso em sede de CIMLT visto que o objectivo da disseminação de boas práticas políticas e profissionais também foi trabalhado nesta proposta.

Por último, e tal como é enfatizado pela estrutura turística do estado, pretendemos contribuir para a criação de conhecimento em matéria de gestão autárquica de turismo e cultura, vendo-se este trabalho nessa perspectiva, como um possível meio de procedimento útil aos iniciados na temática turística.

Dado que na revisão bibliográfica efectuada detectámos uma existência escassa de literatura específica deste domínio, estamos conscientes de que a utilidade deste trabalho deverá ser experimentada em concreto: o Município da Golegã vai utilizar este trabalho como referência para o desenvolvimento, sendo o projecto da Rota para desenvolver e comercializar, se possível, ainda no ano em curso. Como resultados deste estudo propomos como **medidas a implementar:**

Eixo 1 - Maximizar os recursos endógenos em sede de planeamento estratégico

Criando condições de usufruto por parte de quem visita o território, embora de forma sustentável; desenvolvendo de forma organizada e contextualizada, entre os diversos agentes locais, a Rota do Cavalo e do Ribatejo, que corresponde enquanto “produto” ao conjunto dos recursos endógenos que referimos. Conforme referenciado pelo Presidente do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T-LVT), Joaquim Rosa do Céu, “*O Touring é o “grande” e o “principal” produto da região.*”, pelo que esta nota do responsável máximo do TLVT é o incentivo a esta medida. Consideramos, pois, que deve ser criada uma estrutura de gestão e coordenação da Rota, capaz de a promover e comercializar, mas também de a organizar, planear e qualificar, conforme já referido.

O património cultural imaterial representado pelo Cavalo, pela FNC e pela Feira de S. Martinho, com mais de quatro séculos de existência, reflectem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, singularidade e exemplaridade que ajudaram a

⁵⁵ Colmatando uma deficiência verificada, pelo menos em sede de CMILT.

criar a identidade e memória colectiva deste Concelho. Devemos, pois, “sensibilizar” as entidades regionais, nomeadamente a T-LVT, que a *Feira Nacional do Cavalo é um evento de projecção nacional e internacional*, merecedor de melhor atenção por parte das entidades competentes, dado que é o único certame com estas características na região de Lisboa e Vale do Tejo, no País e na Europa, é tarefa a convocar mais medidas concretas. Da parte do Município há medidas em curso respeitantes a esta e outras temáticas: a construção do Centro de Alto Rendimento – Desportos Equestres: Hypoos; os projectos de requalificação do Equuspolis, a recuperação das margens da Lagoa e percurso pedestre até à *Reserva do Paul* (e respectivas obras de recuperação de caminhos, pontos de vigia e sede – responsabilidade do ICNB), com as devidas informações turísticas; a limpeza da Vala das Cordas, projectos a ser implementados o mais breve possível, melhorando a qualidade de vida dos munícipes e permitindo a visitação desta Reserva da Biosfera classificada pela UNESCO. Constatamos, pois, que o Turismo de Natureza, de forma sustentável, pode representar para o Concelho um aumento de visibilidade e de turistas.

Os *Avieiros do Tejo*, constantes do atlas do Património Cultural Imaterial (em gestação) apresentado no I Encontro sobre Património Imaterial⁵⁶, constitui-se como um dos patrimónios que urge salvaguardar e divulgar. Será, sem dúvida, no futuro, um dos mais importantes recursos concelhios.

A *Casa-Estúdio Carlos Relvas*, única e singular, deverá ser alvo de uma estratégia de *marketing* mais incisiva e que permita o seu conhecimento na vertente quer histórica quer científica, sendo um espólio desconhecido e que certamente trará novo conhecimento às áreas de estudo da história, da fotografia, da arquitectura, da etnografia e da sociologia. Revelam-nos uma época, uma história, um país e um mundo.

O Protocolo celebrado com o IPT – Centro de Estudos em Fotografia, deverá ser devidamente implementado, aproveitando a academia, a possibilidade proporcionada pela Autarquia, no sentido de participarem com alunos na recuperação e inventariação/identificação do espólio. A “apresentação-interpretação” do acervo pode ser integrado no projecto *ETNOFOTO*, do Departamento de Gestão Turístico-Cultural do IPT.

Berço de *individualidades* conhecidas quer do mundo literário, da ciência e da arte, como José Saramago, Joaquim Martins Correia, Manuel dos Santos, Carlos Relvas, José Relvas, entre outros, deve ser uma medida a potenciar.

⁵⁶ Documento resultante da Reunião de Trabalho realizada a 24 de Novembro de 2009 entre a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo e os Municípios.

Eixo 2 – Promover o Alojamento e a animação

O apoio ao *desenvolvimento de actividades de animação turística* e à melhoria da coordenação do calendário de eventos, de forma a reter mais tempo os turistas, é um conjunto de medidas a desenvolver, em paralelo às anteriormente enunciadas. Certos de que o alojamento, tem aqui um papel preponderante, podendo e devendo apostar em animação que permita ao visitante pernoitar mais tempo e consequentemente visitar o Concelho durante mais dias.

A população local deveria ser sensibilizada para a legalização dos quartos, que geralmente alugam durante a Feira Nacional do Cavalo, transformando-os em alojamento local, passando a ser uma forma de rendimento anual. Impõe-se um processo legal, devidamente enquadrado na legislação europeia e nacional e, também, no domínio da certificação em turismo, factor decisivo para a qualificação local e regional.

Eixo 3 – Sensibilizar os Actores Locais

A *sensibilização dos actores locais* e a elucidação de que todos têm a ganhar com a divulgação dos recursos concelhios, criando plataformas de divulgação em cada um dos espaços, a implementação de formação a nível da hotelaria e da restauração, são questões de relevância para o desenvolvimento turístico concelhio. Obviamente o papel da autarquia, neste ponto, será sempre importante e inevitável, sendo sem dúvida o elo de ligação.

Eixo 4 – Qualificar os Recursos Humanos

Conforme anteriormente explanado, consideramos haver deficiências nesta área devendo a CMILT apoiar os Municípios associados, oferecendo formação na área do turismo, aliada à formação oferecida pelo CESPOGA, e à futura formação a disponibilizar pela Escola Portuguesa de Equitação, na área temática do cavalo.

Conclusões

Como se demonstrou através do estudo, a evidência empírica, mostra que o turismo pode dar uma contribuição para o desenvolvimento local. Sendo o turismo um dos sectores melhor posicionados para atingir este objectivo, embora não lhe seja dada a devida importância quer a nível estatal, quer a nível local, em certas circunstâncias, entendemos, contudo, que aquele posicionamento é visível quer a nível global quer, como evidenciamos a nível local, no território da Golegã.

Do estudo realizado depreende-se que o Concelho da Golegã obedece à tendência generalizada para o território português, da diminuição do saldo natural e do agravamento do fenómeno do envelhecimento demográfico, com elevadas taxas de analfabetismo e de baixos níveis de escolaridade, tem elevada dependência do sector terciário e apesar de possuir no seu território parte das terras mais férteis do país, não obsta, no entanto, a que o fenómeno de desenvolvimento local não decorra de forma dinâmica.

O Concelho é rico em património material (recuperado quase na sua totalidade) e imaterial, bem como um mundo rural extraordinário, que a serem convenientemente explorados, poderão constituir uma forte potencialidade e consolidar a marca “*Capital do Cavalo*”. Destacando-se, conforme apurámos em dados por nós recolhidos e tratados, pela avaliação média de “satisfaz muito”, em termos de recursos turísticos, a Golegã tem verificado ao longo dos últimos anos um aumento dos seus visitantes/turistas, sendo as palavras que melhor a definem: Cavalos, Tradição, Beleza e Cultura. O alto nível de enraizamento social que tradicionalmente a figura do **Cavalo** tem na comunidade local e que se mantém até aos nossos dias, e o facto de ser o recurso mais simbólico e rentável da actual conjuntura sócio-cultural e económica deste território, é sem dúvida de destacar.

Por outro lado, as Quintas, centenárias e memória de um passado e de um presente rural riquíssimo, poderão ser devidamente enquadradas no sistema turístico concelhio, como recursos endógenos incontornáveis em qualquer política de turismo.

Quanto ao envolvimento dos diferentes agentes no desenvolvimento do turismo na Golegã, constata-se que os diversos actores demonstram uma forte sensibilidade para o sector do turismo, embora não exista uma posição concertada sobre o papel a desempenhar, estando no entanto, conscientes da importância que o turismo reveste para a economia local. De facto, nos últimos anos, assistiu-se a um aumento da oferta de agentes

económicos ligados à restauração e à hotelaria/turismo rural/de habitação, que se vêm desenvolvendo e promovendo, atraídos pelas características do Concelho.

O Concelho, detendo uma notável qualidade de vida, quer pelas infra-estruturas sociais, culturais, lúdicas e desportivas, entretanto construídas, quer pela personalidade perseverante e exigente do Presidente da Câmara, para quem “(...) *excelência é fruto de um trabalho insistente e firme no dia-a-dia*”, tem um posicionamento regional, nacional e internacional relevante, permitindo-lhe granjear títulos de municipalidade, de “Melhor Desempenho Ambiental”, pela Fórum Ambiente; Concelho, entre os primeiros dez de Portugal, com “Melhor Qualidade de Vida”, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o “Óscar do Imobiliário da Região do Ribatejo”, pela Nersant/O Mirante.

O “presidencialismo” foi neste contexto de afirmação, um modelo que se tentou retratar. De facto, à pessoa do Presidente se deve a recuperação do património, a construção de novos equipamentos e infra-estruturas, o mediatismo e desenvolvimento da FNC e criação dos restantes certames, o embelezamento das ruas, a museografia da paisagem, enquanto evocação da memória colectiva e convite ao turista para entrar e descobrir, enfim o novo Concelho!

Nessa tentativa de construção de uma imagem, respondendo à nossa pergunta de partida, tomaremos uma declaração de um entrevistado. Nela o Concelho é definido como “(...) *concelho limpo, concelho com qualidade de vida, concelho turístico por excelência. (...) a Golegã, e poucas pessoas se apercebem, tem aquilo que é chamada a competência turística (...) granjeou a competência turística. A Golegã é de facto um ponto turístico por excelência.*” (Jorge Emanuel Pereira, 2010).

De acordo com o Dr. Luís Patrão, Presidente do Turismo de Portugal I.P. a “(...) *estratégia [da Golegã] parece-me bem desenhada e destinada ao merecido sucesso, baseia-se no que considero fundamental em termos de desenvolvimento turístico: partir da base instalada, do que existe e está disponível, para o valorizar e promover, criando eventos que representem uma oportunidade para concretizar essa proposta de visita e de conhecimento e para criar, no visitante, essa experiência emocional que torna inesquecíveis muitas das viagens que fazemos durante a vida.*” (Maio de 2010).

Traduzimos nesta escolha a visão geral que o nosso trabalho de campo e a nossa reflexão espelham.

Perspectivas Futuras

Certos de que esta investigação tem as suas limitações e incorrecções, devido a diversos factores, entre eles a disponibilidade de tempo e o curto espaço da sua realização, consideramos que o Concelho da Golegã, é de facto, um Estudo de Caso, que merece uma abordagem mais exaustiva, que não se esgota numa dissertação de mestrado, devendo ser alvo de uma investigação futura, ainda mais aturada. A criação de um Observatório Turístico concelhio seria um passo importante a dar, permitindo o acesso, no futuro, a um conjunto de dados, que não conseguimos obter, nomeadamente: níveis de ocupação dos Turismos Rurais, dos Alojamentos Locais e da Restauração.

Como frase conclusiva referimos, finalmente, que a ligação entre a Autarquia e o Turismo, suscitando dinâmicas de desenvolvimento local deverá ser mais aprofundada pelos estudos pós-graduados com vista a que, efectivamente, o desenvolvimento turístico do país possa contar com os municípios portugueses tendo em conta as singularidades de cada um destes 308 espaços de Poder Local.

Bibliografia

- ALVARENGA António; CARVALHO, Paulo Soeiro de (2007), “*Turismo 2020 - Apresentação de um Processo Integrado e Modular de Prospectiva Estratégica Aplicado a Portugal*”. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional; Departamento de Prospectiva e Planeamento Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Departamento de Prospectiva e Planeamento
- ALVES, J.E., 2002, *Património Rural e desenvolvimento. Do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa de revitalização de aldeias e vilas históricas da região do Alentejo*, Lisboa, ISCTE, (Dissertação de Mestrado)
- ALVES, J.E., *Sobre o “Património Rural”-Contributos para a clarificação de um Conceito*, Cidades – Comunidades e Territórios, nº8, Centro Estudos Territoriais, ISCTE
- ANMP, XIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, - Funchal, 3 de Abril de 2004. *Tema sectorial - turismo e poder local*. www.anmp.pt/anmp/age/cong/14/rel05.pdf. Acedido em 15.08.2010
- ANMP, XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Viseu 4 e 5 de Dezembro 2009
- ANTE, CMG, Centro Rural da Golegã – Plano Global de Intervenção, 1998
- BAPTISTA, Mário (2007), *Turismo: Gestão Estratégica*, Verbo
- BARREIROS, Augusto do Souto, *Azinhaga – Livro de Horas*, 1995, Edição da Câmara Municipal da Golegã e Junta de Freguesia da Azinhaga
- BELL, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BENTO, D. (2000). *A era da comunidade educativa: ter voz na escola*. In *Inovação*, 13, (1), 131-152.
- BILHIM, João, (2004), *A Governação nas Autarquias Locais*, Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A.
- BILHIM, João, (2008), *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S.K. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins, “*Do Desenvolvimento Regional Ao Desenvolvimento Local. Análise De Alguns Aspectos De Política Económica Regional*”; www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf, acedido em 11 Maio 2010.

BRAVO, Ana Bela, (2000), *Autarquias Locais: descentralização e melhor gestão*, Lisboa, Editorial Verbo

CADIMA RIBEIRO, José e FREITAS SANTOS, J., “*Desenvolvimento Endógeno e Política Regional*”

CADIMA RIBEIRO, José e VAREIRO, Laurentina Cruz, (2007) “*Turismo e desenvolvimento regional: o espaço rural como destino turístico*”, p.470-486.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, Plano Director Municipal (PDM). 2000

CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, Roteiro – Na Rota do Cavalo, do Touro e do Vinho

CANCIO, Francisco, 1944, *Subsídios para a História Económica do Ribatejo*.

CARETO, Hélder; LIMA, Susana (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável*

CARMO, H. & FERREIRA, M. M.(1998). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

CCDRLVT, *PROT OVT – Plano Regional Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo*. Edição 2009 (pdf). <http://www.ccdr-lvt.pt/1267/prot.htm>, acedido em 15 de Agosto de 2010.

CCRLVT, *Potencialidades e Oportunidades da “Fileira Cavalo” no Vale do Tejo – Síntese e Orientações de Actuação*

CIDRAIS, Álvaro (1998), *O Marketing Territorial aplicado às cidades médias Portuguesas*, Ed. do autor, Lisboa

CNUCED, (2004). *Turismo Sustentável e desenvolvimento em discussão – Nota informativa de 3 de Março de 2004*. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (1996), *Iniciativas de Desenvolvimento Local – Série, “Documentos e Estudos Internos”*. Lisboa: Concelho Económico e Social

COSTA, A. F. (1986). *A pesquisa de terreno em sociologia*. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais* (11.^a ed.), (pp. 129-148). Porto: Edições Afrontamento.

- COSTA, Carlos. *Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)*, *Análise Social*, vol. XL (175), 2005, 279-295
- COSTA, José Manuel N. Arrais R. da, (2000). *As Autarquias Locais e Desenvolvimento Sustentável*, IV Congresso Português de Sociologia. www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df0411871e_1.PDF. Acedido em 15.10.2010
- COSTA, M.S. (1993). *Autarquias Locais e desenvolvimento* – Actas do Colóquio de Braga de Novembro de 1991. Porto. Edições Afrontamento
- CUNHA, Licínio (1997). *Economia e Política do Turismo*. Mc Graw Hill
- CUNHA, Licínio (2001). *Introdução ao Turismo*. Editora Verbo
- CUNHA, Licínio. *Avaliação do Potencial Turístico*. COGITUR. *Journal of Tourism Studies* (pp. 21-25)
- DINIZ, Francisco; GERRY, Chris. *A problemática do desenvolvimento rural* (p.529- 561)
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *Rastreio e Problematização do Património, Experiência Patrimonial e Imaginário Simbólico*, Património – Comunicação, Políticas e Práticas Culturais, Vega Universidade
- FARIA, Serrão, *O Solar do Cavalo*, Grafilipe, 2005, pág. 110
- FERREIRA, João e ESTEVÃO Cristina, 2009. *Regional Competitiveness of Tourism Cluster: A conceptual Model Proposal*. www2.ufp.pt/~lmbg/com/brandingterrit_obranasce07.pdf, acedido em Agosto 2010.
- FIGUEIRA, Luís Mota (2010), *Manual Técnico de Roteiros de Turismo Cultural*. Instituto Politécnico de Tomar (original do prelo)
- FRAGOSO, António, *Os Significados do Território na Perspectiva do Desenvolvimento – para uma análise dos Problemas e Tensões Sociais, Cidades – Comunidades e Territórios*, nº8, Centro Estudos Territoriais, ISCTE
- GAIO, S. e GOUVEIA, L. (2007) O Branding Territorial: uma abordagem mercadológica à Cidade. *Revista A Obra Nasce*. Edições UFP. ISSN 1645-8729, pp 27-36
- GASTAL, Susana, (org.), *Turismo – 9 Propostas para um saber-fazer*, Porto Alegre
- GDT (2007). *Estudo de Mercado do Sector Equestre Europeu, nos Territórios Atlânticos participantes no projecto*. Projecto PEGASO
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (2005). *O Inquérito: teoria e prática*. Editora Celta
- HENRIQUES, J.M. (1990). *Municípios e desenvolvimento*. Lisboa. Ed. Escher

ICOMOS, *Carta Internacional do Turismo Cultural - Gestão do Turismo em Sítios com Significado Cultural*, 1999

JORGE, Virgolino Ferreira, Património e Identidade Nacional, *Revista Engenharia Civil-Um*, nº 9, 2000

LOPES, Ernâni, *O Turismo, Componente relevante da estratégia de desenvolvimento*, *Revista Informar Portugal*, ICEP Portugal, 2002

LOPES, João Teixeira, *Em Busca de Um Lugar No Mapa – Reflexões sobre Políticas Culturais em Cidades de Pequena Dimensão*.
www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n34/n34a03.pdf. Acedido em 05.05.2010

LOPES, R.L. (1990). Planeamento municipal e intervenção autárquica no desenvolvimento local. Lisboa. Estudos Locais.

MENDES, Ana Lopes, (2005-2006). Marketing Territorial aplicado à alteração do bairro do Pica Pau Amarelo. http://www.animardl.pt/gestao/upload/documentos/files/20071004_64_Marketing_Territorial_aplicado_a_alteracao_do_bairro_do_Pica_Pau_Amarelo%5B1%5D.pdf, acedido em 20.09.2010

MONTALVO, António Rebordão (2009). *A Carta Europeia da Autonomia Local e o Sistema de Governo Local*. *Revista da Administração Local*, nº 232. Junho-Agosto 2009.

NÓVOA, A. & Thomas S. P. (1992). *Reformas educativas e formação de professores*. Lisboa, Educa Professores.

OECD, *The Impact of Culture on Tourism*, 2009

OLIVEIRA, C. (1995). A República e os municípios. In César Oliveira (Dir). *História dos municípios e do poder local*. Lisboa. Círculo de Leitores.

OLIVEIRA, C. (Dir) (1995). *História dos municípios e do poder local*. Lisboa. Circulo dos Leitores.

OLIVEIRA, Paulo Martins (2005). *A feira da Golegã. Das origens à actualidade. Subsídios para a sua história*. Golegã: Câmara Municipal e Associação Feira Nacional do Cavalo

OLIVEIRA, Paulo Martins (2006). *A Golegã nos últimos 250 anos. Subsídios para a sua história*. Golegã: Câmara Municipal

PERALTA, Elsa e Marta Anico (orgs). *Patrimónios e Identidades – Ficções Contemporâneas*.

- PEREIRA e ALMEIDA, M.C. (1985), *Conhecer as Autarquias Locais*. Porto. Porto Editora.
- PEREIRA, Alexandre; POUPA, Carlos (2006), *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa. Edições Sílabo, Lda
- PEREIRO PÉREZ, Xerardo (2010), *Turismo Cultural: Uma visão Antropológica*. Colécção PASOS. Edita nº2, <http://issuu.com/pasosonline/docs/www.pasosonline.org>, acessado em 20.09.2010
- KAGEYAMA, Angela (2004). *Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004 webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf, acessado em 15 Agosto 2010
- QUIVY, R. e CAMPENHOUT, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REIS, A.M. (1991), *Origem dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte
- REIS, Manuela (1993) *Pós-latifundismo e Desenvolvimento Local*. Sociologia – Problemas e Práticas, Nº 13, pp.75-92
- REISINGER, Yvete (2009). *Internacional Tourism: Culture and behaviour*. Elsevier
- SÁ, Luís (1991), *Razões do Poder Local*, Lisboa, Editorial Caminho
- SANCHO, Amparo (coord.), (2005). *Introdução ao Turismo*. OMT. Editora ROCA
- SCHWANITZ, Dietrich (2006), *Cultura – tudo o que é preciso saber*. Lisboa, Publicações D. Quixote
- SILVA, Carlos Nunes (1995). *Poder Local e Gestão do Território numa sociedade Pós-Fordista*. Dossier (Sub) Urbanismos e Modos de Vida, 104-111, Edições Afrontamento
- SILVA, João; PERNA, Fernando (2002) *Turismo e desenvolvimento auto-sustentado*. In: COSTA, José (Coord.). 2002. *Compêndio de economia regional*. Coimbra: APDR
- SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. *A economia solidária como base do desenvolvimento local*. www.ces.uc.pt/e.../Jose%20Luis%20Alves%20da%20Silva.pdf, acessado em 5 de Junho 2010
- TARAPANOFF, K. (2001). *Inteligência Organizacional e Competitiva*. Brasília: Editora UNB.
- TRIBE, John, 2003, *Economia do Lazer e do Turismo*. Manole Editora, Lda, 2ª Edição
- VÁSQUEZ BARQUERO, A. (1993), *Política Económica Local*, Madrid, Pirâmide.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. (1995), *Desenvolvimento Local: Novas Dinâmicas na acumulação e regulação do capital*. <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1752>,
acedido em 11 Maio 2010

VÁZQUEZ BARQUERO, A. (1998), *Desarrollo local y dinámica regional - Economía y política regional en España ante la Europa del s. XXI*, MELLA, J. M. (Coord.), Akal, Madrid.

VIEIRA, João Martins (2007). *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo*. Editorial Verbo

LEGISLAÇÃO

Lei nº 5-A/2002, 11 de Janeiro, Diário da República, I série

Lei nº 159/99, 14 de Setembro, Diário da República, I série

Lei nº 169/99, 18 de Setembro, Diário da República, I série

Lei nº 107/2001, de 8 Setembro, *Estabelece as Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, Diário da República – Iª Série A, nº 209

Lei nº 47/2004, 19 de Agosto, *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, Diário da República - Iª Série A.

Despacho Normativo nº3/2006 do Ministério da Cultura, *Estabelece o regime de credenciação à Rede Portuguesa de Museus e o respectivo formulário de credenciação*, Diário da República – Iª Série B.

Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 Outubro, *Lei Orgânica do Ministério da Cultura*, Diário da República – Iª Série B, nº208

Decreto-Lei nº 138/2009, de 15 Junho, *Fundo de Salvaguarda do Património Cultural*, Diário da República, Iª Série B, nº 113

Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 Junho, *Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial*, Diário da República, Iª Série A, nº 113

Decreto-Lei nº 140/2009, de 15 Junho, *Regime Jurídico dos Estudos, Projectos, Relatórios, Obras ou Intervenções sobre Bens Culturais Classificados, ou em Vias de Classificação, de Interesse Nacional, de Interesse Público ou de Interesse Municipal*, Diário da República, Iª Série A, nº 113

Decreto-Lei nº 191/2009, de 17 de Agosto

Decreto-Lei nº 117/91, de 22 de Maio. Texto Carta das Nações Unidas

Política Nacional de Turismo, Decreto-Lei nº191/2009, de 17 Agosto

Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, de 4 de Abril

Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2006, de 23 de Março

Resolução do Conselho de Ministros nº 124/2005, de 4 de Agosto (PRACE)

WEBGRAFIA:

www.ine.pt

www.iefp.pt

www.inpi.pt

www.turismodeportugal.pt

www.ccdr-lvt.pt

unwto.org/en

www.cm-golega.pt

www.rotadofresco.com/

www.rotadoromanico.com/

www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais

www.gppaa.min-agricultura.pt/drural/.../PNDR.ObjEstrategicos+PrincipOrientadores.doc -

www.anmp.pt/anmp/div 2004. Consultado em 27/10/2009 www.scielo.oces.mctes.pt/

www.observatoriodoalgarve.com

www.turismodeportugal.pt

mpa.ub.uni-muenchen.de/14853/

europa.eu/scadplus/glossary/subsidiarity_pt.htm, acedido em 1 Junho 2010

www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/o-que-e-tratado/principio-da-subsidiariedade-e-proporcionalidade.html, acedido em 15 Junho 2010

www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B2.aspx?CoHa=2_B1

www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=129112&fview=e

www.paraquedistas.com.pt/34103/index.html

naturales.blogspot.com/2006/12/historia-publicado-en-notcias-da-goleg.html,

eventos-quinta-guadalupe.com/index.php/A-Quinta/Respirando-Historia.php

www.baroes-almeirim.blogspot.com/

www.jfazinhaga.com/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=60

www.unesco.org

ANEXOS

ANEXO1

Síntese comparativa entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.

	ÁREAS METROPOLITANAS		COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS	
	Grandes Áreas Metropolitanas	Comunidades Urbanas	Comunidades Intermunicipais de fins Gerais	Associações de Municípios de Fins Específicos
Natureza e constituição	Pessoa colectiva dto. Público de natureza associativa e de âmbito territorial, constituída por Municípios ligados entre si por um nexo de continuidade territorial	Pessoa colectiva dto. Público de natureza associativa e de âmbito territorial, constituída por Municípios ligados entre si por um nexo de continuidade territorial	Pessoa colectiva dto. Público, constituída por Municípios ligados entre si por um nexo territorial	Pessoa colectiva dto. Público, criada para a realização de interesses específicos comuns aos Municípios que a integram
Requisitos Territoriais e demográficos	Mínimo 9 Municípios com, pelo menos, 350.000 hab.	Mínimo 3 Municípios com, pelo menos, 150.000 hab.	?	
Atribuições	<p>1- Sem prejuízo das atribuições transferidas pela Administração Central e pelos Municípios, as áreas metropolitanas são criadas para a prossecução dos seguintes fins públicos:</p> <p>a) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;</p> <p>b) Coordenação de actuações entre os Municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público; - saúde; - educação; - Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais; - Segurança e protecção civil; - Acessibilidades e transportes; - Equipamentos de utilização colectiva; - Apoio ao turismo e à cultura; - Apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer; <p>c) Planeamento e gestão estratégica, económica e social;</p> <p>d) Gestão territorial na área dos Municípios integrantes.</p> <p>(...)</p>		<p>1- Sem prejuízo das atribuições transferidas pela Administração Central e pelos Municípios, as comunidades e Associações são criadas para a prossecução dos seguintes fins públicos:</p> <p>a) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;</p> <p>b) Coordenação, sem prejuízo das competências atribuídas na lei a outras entidades, das actuações entre os Municípios e os serviços da Administração Central;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público; - - saúde; - educação; - Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais; - Segurança e protecção civil; - Acessibilidades e transportes; - Equipamentos de utilização colectiva; - Apoio ao turismo e à cultura; - Apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer; <p>c) Planeamento e gestão estratégica, económica e social;</p> <p>d) Gestão territorial na área dos Municípios integrantes.</p> <p>(...)</p>	
Competências do órgão executivo	<p>(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Conceber, coordenar e apoiar programas de gestão das infra-estruturas e equipamentos desportivos, de recreio e lazer; ▫ Colaborar na gestão integrada de espaços públicos e de equipamentos colectivos; ▫ Participar na gestão das áreas protegidas e das áreas ambientalmente sensíveis; ▫ Definir e propor critérios de dimensionamento e localização de equipamentos, infra-estruturas e espaços verdes; ▫ Proceder à elaboração das redes de unidades museológicas, de arquivos e de desenvolvimento turístico; ▫ Conceber e propor uma política intermunicipal de cultura e património; 		<p>(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Conceber, coordenar e apoiar programas de gestão das infra-estruturas e equipamentos desportivos, de recreio e lazer; ▫ Gerir programas de âmbito intermunicipal, integrados em programas de desenvolvimento regional, designadamente no quadro de planos de desenvolvimento integrado; ▫ Colaborar na gestão integrada de espaços públicos e de equipamentos colectivos; ▫ Participar na gestão das áreas protegidas e das áreas ambientalmente sensíveis; ▫ Definir e propor critérios de dimensionamento e localização de equipamentos, infra-estruturas e espaços verdes; ▫ Proceder à elaboração das redes de unidades 	

	<ul style="list-style-type: none"> ▫ Apoiar financeiramente ou por qualquer outro modo iniciativas culturais de criação, produção e difusão de eventos de interesse supranacional; ▫ Apoiar financeiramente ou por qualquer outro modo, designadamente através da celebração de protocolos, a construção e recuperação de equipamentos e estruturas locais que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico se integrem no património cultural; ▫ Apoiar a oferta turística no mercado interno; ▫ Apoiar na elaboração e apresentação de projectos e programas integrados a candidatar a co-financiamento pela EU ou pelo Estado; (..) 	<ul style="list-style-type: none"> museológicas, de arquivos e de desenvolvimento turístico; ▫ Conceber e propor uma política intermunicipal de cultura e património; ▫ Apoiar financeiramente ou por qualquer outro modo iniciativas culturais de criação, produção e difusão de eventos de interesse supranacional; ▫ Apoiar financeiramente ou por qualquer outro modo, designadamente através da celebração de protocolos, a construção e recuperação de equipamentos e estruturas locais que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico se integrem no património cultural; ▫ Apoiar a oferta turística no mercado interno; ▫ Apoiar na elaboração e apresentação de projectos e programas integrados a candidatar a co-financiamento pela EU ou pelo Estado; (..)
--	---	--

ANEXO 2**Resumo “Resolução sobre Turismo e Poder Local”**

Nível organizacional	Nível do financiamento	Nível da inovação
<p>1) O planeamento deve ser integrado – do natural, ao social e cultural -, e ainda que parta de escalas restritas deve ser sempre integrado numa política global, respeitando-se as populações locais, o território e o turista;</p> <p>2) Deve-se reformular o modelo e a forma como os Municípios se organizam para promover as actividades turísticas. O modelo de agregação dos Municípios para promoverem as actividades turísticas bem como os objectivos têm de ser redefinidos, potenciando-se novas escalas e novas dimensões;</p> <p>3) Ao nível da definição, classificação e enquadramento dos locais e sítios como turísticos, deverão ser criados critérios objectivos. Nem todos os sítios e actividades, em termos turísticos, deverão ter a mesma exposição e promoção turística;</p> <p>4) Há actividades turísticas cujo enquadramento e promoção deve ser levada a cabo por cada autarquia local de <i>per si</i>. As economias de escala, para certas actividades, perdem aqui o sentido. Determinadas formas de turismo urbano devem ser promovidas pelos Municípios. Naqueles impactos gerados pelo turismo a nível local, a gestão dos equipamentos e infra-estruturas deve ser realizada também a nível local. Nos Municípios com maior expressão na área do turismo, devem criar-se condições para o aparecimento de unidades técnicas locais para o sector do turismo, com intervenção, em particular, nas áreas do licenciamento, inventariação, recolha e produção de informação estatística de base e informação de gestão que apoie os investidores;</p> <p>5) As actuais <u>Regiões de Turismo</u>⁵⁷ devem ser reformuladas, evitando-se a dispersão de esforços, promovendo-se o desenvolvimento do sector no âmbito de uma filosofia integradora de recursos e de produtos. Este tipo de estruturas deve fazer apelo a economias de escala, rentabilizando o trabalho por elas desenvolvido. Sendo o turismo um fenómeno essencialmente regional, a sua gestão e o planeamento deverá, preferencialmente, ser realizada ao nível de espaços territoriais e económicos supra-locais, provavelmente ao nível das NUT II;</p> <p>6) Possibilitar de uma maneira inequívoca que as entidades em que os Municípios se agreguem possam fazer a promoção turística externa, no âmbito das Associações Regionais de Promoção Turística, ou de <i>per si</i>, sem sujeição a parcerias obrigatórias e a mediações de institutos públicos;</p>	<p>1) Uma parte importante dos recursos provenientes do turismo devem ser canalizados para as economias locais. Importa redefinir a distribuição das receitas geradas pelo turismo, designadamente as receitas provenientes da tributação indirecta;</p> <p>2) Os Municípios devem dispor de meios acrescidos para desenvolverem um conjunto de serviços públicos com impacto directo sobre o turismo, assentando no princípio do utilizador-pagador em determinadas áreas, como por exemplo:</p> <p>a) estacionamento pago para autocarros turísticos no centro das cidades;</p> <p>b) o acesso automóvel a determinados pontos de interesse para o turismo deverá ser pago, quer por questões de ordenamento do trânsito, quer por razões ambientais;</p> <p>c) os preços praticados nos museus municipais e demais equipamentos sociais e culturais estão desfasados da realidade da restante oferta turística, devendo ser actualizados;</p> <p>d) desenvolvimento de uma política de “<i>merchandising</i> oficial” das cidades, propiciando-se a sua exploração;</p> <p>e) criação de taxas municipais com impactos sobre o utilizador, à semelhança do que acontece noutros países.</p>	<p>1) Ao nível da inovação e do desenvolvimento de produtos, deverá proceder-se à introdução de “labels”/etiquetas de certificação para os estabelecimentos de restauração e de bebidas, menos complexas do ponto de vista processual e mais adequadas à realidade e dimensão dos estabelecimentos em Portugal;</p> <p>2) Consagração e estabelecimento de políticas de fiscalização mais orientadas para a qualidade do serviço que é prestado;</p> <p>3) Introdução de sinalização turística com características nacionais, não fazendo sentido a implementação de códigos/sistemas de sinalização que só vigoram dentro das fronteiras municipais;</p> <p>4) Implementação de regulamentos municipais mais restritivos em matéria de licenciamento de publicidade, bem como a adopção de uma maior fiscalização da publicidade, de forma a evitar a proliferação de letreiros, principalmente em centros históricos.”</p>

⁵⁷ Extintas nos termos do nº1, do art. 19º do Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 Abril

ANEXO 3

Pontos Estratégicos PEGASO


<p><i>Ponto Estratégico 1:</i> Organização e Desenvolvimento da Oferta de Turismo Equestre</p>	<p>Definir, estruturar e categorizar a oferta de turismo equestre nos territórios Pegaso, usando premissas comuns, estabelecendo ferramentas que permitam a qualificação da oferta existente como base para a geração de produtos actuais e futuros, enfrentado o seu desenvolvimento competitivo.</p> <p>Medida 1.1. Definição consensual da missão do Modelo de Desenvolvimento Inter-Regional de Turismo Equestre.</p> <p>Medida 1.2. Classificação e organização dos componentes da oferta de turismo equestre.</p> <p>Medida 1.3. Registo da oferta de turismo equestre.</p> <p>Medida 1.4. Concepção, criação regeneração de uma Rede de Caminhos e Rotas Equestres.</p> <p>Medida 1.5. Criação de uma Rede de Museus ligados ao Cavallo.</p> <p>Medida 1.6. Desenvolvimento de produtos turísticos equestres regionais e inter-regionais.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 2:</i> Posicionamento e Comercialização da Oferta de Turismo e Lazer Equestre</p>	<p>Dotar o sector de uma imagem relevante no mercado, a opinião pública, entidades e organizações relacionadas – tanto públicas como privadas – assim como desenvolver e intensificar acções de comercialização próprias e aproveitar as já planeadas pelas diferentes Administrações Públicas do Turismo.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 3:</i> Articulação Institucional dos Sistemas de Gestão e dos Destinos Equestres e sua Estrutura Normativa</p>	<p>Favorecer o desenvolvimento do sector através de um sistema de gestão, baseado na unificação do sector, centrado no órgão representativo em cada território e no conjunto de Territórios Atlânticos, responsável pela promoção, coordenação e execução dos procedimentos.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 4:</i> Formação e Emprego</p>	<p>Fomentar a qualificação dos recursos humanos envolvidos no sector do turismo equestre em cada um dos territórios e identificar e gerar novas oportunidades de emprego.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 5:</i> Qualidade e I & D</p>	<p>Desenvolvimento da competitividade do produto turístico equestre, mediante a optimização e melhoria na qualidade dos serviços e produtos, assim como a promoção da iniciativa empreendedora.</p> <p>Medida 5.1. Melhoria na qualidade da oferta turística equestre.</p> <p>Medida 5.2. Desenvolvimento de novas iniciativas empresariais.</p> <p>Medida 5.3. Melhoria da competitividade através da incorporação de Novas Tecnologias.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 6:</i> Coordenação Pública e Privada</p>	<p>Estabelecer canais permanentes e efectivos de comunicação e colaboração entre o sector equestres e as entidades públicas e privadas de decisão com competência directa ou indirecta no sector.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 7:</i> Análise e Investigação do Turismo Equestre</p>	<p>Dotar o sector de uma fonte de informação estatística que permita o estudo dos factores relacionados com o turismo equestre a fim de tomar conhecimento acerca da situação actual do mesmo e da sua evolução em termos de oferta, procura e impacto sócio-económico e turístico em geral.</p> <p>Medida 7.1. Criação de um Observatório Pégaso de Turismo Equestre.</p> <p>Medida 7.2. Estudo de mercados emissores relevantes.</p> <p>Medida 7.3. Estudo de destinos equestres competidores.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 8:</i> Promoção do Investimento no Sector Equestre</p>	<p>Aproveitar as oportunidades de financiamento público existentes, gerar fluxos de investimento privado no sector e estimular a viabilidade e rentabilidade dos negócios equestres, para assim despertar o interesse e favorecer a criação de empresas e o desenvolvimento de grupos na indústria equestre em cada território.</p>
<p><i>Ponto Estratégico 9:</i> Promoção Comercial de Produtos e Serviços Equestres não Especificamente Turísticos</p>	<p>Encorajamento, promoção e desenvolvimento da comercialização e venda de produtos e serviços equestres não especificamente turísticos, ainda que vinculados com o desenvolvimento desta actividade.</p> <p>Medida 9.1. Fortalecimento de sinergias entre o turismo e outros sectores equestres em cada território.</p> <p>Medida 9.2. Estabelecimento de estruturas de cooperação inter-sectorial e inter-regional.</p> <p>Medida 9.3. Promoção das exportações.</p>

ANEXO 4

Património Religioso

	Descrição/Caracterização
	<p>Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Século XV/XVI⁵⁸ Projectada eventualmente por Diogo de Boitaca sob a égide do Rei D. Manuel I e classificada, em 1910, como Monumento Nacional. À tipologia gótica alia-se a ornamentação que se desenvolve no púlpito, nos altares, no arco-triunfal, na capela-mor e que atinge o seu esplendor no seu distintivo portal onde a decoração vegetalista se funde com símbolos nacionais e com os motivos religiosos, tornando-o um dos mais emblemáticos portais do manuelino. Desenhado como se fosse uma “tábua”, para ser lido como se de um elemento de madeira se tratasse.</p> <p><i>Propriedade: Igreja</i> <i>Coordenadas: 39° 23' 20" N 8° 31' 58" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Aberta ao Público</i></p>
	<p>Casa-Estúdio Carlos Relvas – Séc. XIX O estúdio fotográfico foi construído, propositadamente para o efeito entre 1871 e 1875. É considerado um exemplo pioneiro de uma construção de raiz para estúdio fotográfico. Obedecia em traços gerais a um desenho que conjugava o <i>revival</i> gótico e os seus avatares que então se consolidavam no âmbito da nova arquitectura industrial, com o formato do “chalet” tardo-romântico.</p> <p><i>Propriedade: Câmara Municipal da Golegã</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 08.30" N 8° 29' 19.30" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Aberta ao Público</i></p>
	<p>Igreja de Nossa Senhora dos Anjos/Igreja da Misericórdia da Golegã - Século XVI Mandada edificar em 1570, por D. Manuel I, igualmente com o intuito dos doentes do hospital puderem receber os sacramentos. De traça maneirista conserva um interior revestido a azulejos de padrão policromo seiscentista e a capela-mor é revestida por um retábulo barroco dedicado a Nossa Senhora..</p> <p><i>Propriedade: Privada (Santa Casa da Misericórdia da Golegã)</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 13.25" N 8° 21' 11.79" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>
	<p>Capela de Santo António - Século XV Doadà à população pela Família Vaz Monteiro Goes, o seu interior é revestido a azulejos de padrão policromos intercalados por painéis alusivos à vida de Santo António e a capela-mor decorada por um retábulo barroco que alberga a imagem do seu padroeiro. Abre ao culto por ocasião das Festa de Santo António.</p> <p><i>Propriedade: Igreja</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 26.60" N 8° 29' 08.94" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>
	<p>Capela de São João - Século XVI Datada de 1626 e propriedade da Quinta do Salvador foi doada à população por D. Maria Mercedes Tavares Veiga Maltez. Da construção primitiva conserva as fachadas exteriores, a capela-mor e a abóbada. É propriedade da Igreja e abre ao culto por ocasião das Festa de São João.</p> <p><i>Propriedade: Igreja</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 08.51" N 8° 24' 34.22" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>

⁵⁸ Monumento Nacional, pelo Decreto de 16 de Junho de 1910, zona especial de protecção, definida no Diário do Governo, 2ª série, nº 153, de 4 de Julho de 1946 (Lg. Imaculada Conceição, Golegã)

	<p>Ermida da Senhora da Piedade - Século XVIII Datada de 1710 está inserida na Quinta da Piedade, terá sido erigida sob as ruínas do altar-mor de uma antiga igreja da Ordem de Cristo, que existia no local. <i>Propriedade: Junta de Freguesia da Azinhaga</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 41.99" N 8° 31' 26.18" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>
	<p>Capela de São João da Ventosa - Século XVI/XVII/XVIII Antiga pertença da Família Juzarte, que segundo reza a história, a família terá tido grande influência junto do Alto Clero uma vez que conseguiu, na primeira metade do século XVI, a união desta igreja à Sacrossanta Basílica de São João de Latrão, em Roma, tendo então a igreja de São João da Ventosa recebido do Papa indulgências especiais, a serem ganhas pelos fiéis que a visitassem em certos dias do ano. A encimar a porta principal encontra-se o Brasão da Família Zuzarte e o Escudo Papal. O terramoto de 1755 destruiu o solar dos Zuzarte, mas poupou a capela até aos dias de hoje. Propriedade Privada. Fechada ao Culto. <i>Propriedade: Privada (Herdeiros de D. José de Saldanha Oliveira e Sousa)</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 26.17" N 8° 31' 30.06" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Capela do Divino Espírito Santo - Século XV Capela de traça quinhentista, de onde sai, de quatro em quatro anos, a procissão e cortejo da Festa do Bodo, após a Eucaristia e bênção do pão. <i>Propriedade: Privada</i> <i>Coordenadas: 39° 20' 59.20" N 8° 31' 40.90" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Igreja Matriz de Azinhaga/ Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Século XVII Construída na 2.ª metade do século XVII foi parcialmente destruída durante a terceira invasão francesa e reconstruída em 1882. Esta igreja caracteriza-se pela sua monumentalidade, sobriedade construtiva e elegância decorativa presente nos ornatos da abóbada de caixotões da capela-mor, nas pias de água-benta, nos retábulos barrocos e nos azulejos policromos seiscentistas. Considerada uma das maiores da Borda d'Água. <i>Propriedade: Igreja</i> <i>Coordenadas: 39° 23' 20" N 8° 31' 58" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Aberta ao Público</i></p>
	<p>Igreja da Misericórdia – Século XVI Da igreja quinhentista, 1572, resta a nave única decorada a azulejos em xadrez policromo. É propriedade da Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga. Propriedade da Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga. Fechada ao culto, palco, hoje, de actividades culturais. <i>Propriedade: Privada (Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga)</i> <i>Coordenadas: 39° 20' 54.72" N 8° 31' 41.41" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Capela de São José – Século XVII⁵⁹ Mandada edificar por Gaspar Serrão de Faria em 1634. A sobriedade exterior contrasta com a profusa decoração do interior composta por azulejos de padrão policromos, pinturas murais alusivas aos Sacramentos e à Sagrada Família e pelo retábulo revestido a talha dourada. <i>Propriedade: Privada (José Serrão de Faria Pereira)</i> <i>Coordenadas: 39° 20' 47.68" N. / 8° 31' 44.93" O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>

⁵⁹ Imóvel de Interesse Público, Decreto nº735/74, de 21 Dezembro (Rua de S. José, Azinhaga)




	<p>Ermida de São Sebastião – Século XVI Construída pelo povo em 1570, em honra de São Sebastião para proteger os habitantes do surto de peste que assolava o Reino. Da construção primitiva restam apenas a fachadas exteriores e o campanário. <i>Propriedade: Privada (Margarida Castelo Tavares Veiga)</i> <i>Coordenadas: 39° 20' 41'' N 8° 31' 55.40'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Capela de Nossa Senhora da Conceição - Quinta da Broa - Século XIX De estilo barroco é dedicada a Nossa Senhora da Conceição, aqui encontram-se os restos mortais de Rafael José da Cunha, numa lápide do seu sepulcro lê-se: "Aqui jaz Rafael José da Cunha. o virtuoso amigo dos pobres e o considerado príncipe dos lavradores de Portugal. Nasceu em Castelo Branco no 1.º de Abril de 1791, e morreu na sua quinta da Brôa ao 27 de Abril de 1868. Um P. Nosso e Avé Maria por sua alma". Por cima do túmulo, encontra-se a urna contendo a ossada do cão favorito de Rafael José da Cunha. Propriedade Privada da Quinta da Broa. <i>Propriedade: Privada (Manuel Veiga)</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 49.37'' N 8° 31' 34.72'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Capela de S. Caetano - Século XVIII Obras em 1988 Capela de nave única sem definição do espaço reservado à capela-mor. De fachada simples com porta rectangular encimada por um óculo e cruz conserva do lado esquerdo um painel de azulejos do século XX com a representação de São Caetano e do lado oposto uma lápide com a inscrição: "Benção desta capela por Sua Excelência Reverendíssima D. António Francisco Marques, 1º bispo de Santarém, ampliada e restaurada pelos habitantes da Cardiga e São Caetano, com a ajuda da Quinta da Cardiga". O interior de grande simplicidade decorativa conserva à entrada uma pia de água benta adossada ao paramento, no altar-mor um retábulo barroco guarda no nicho a imagem do padroeiro e do lado esquerdo uma pintura sobre madeira. Representando a Virgem do Leite, rodeada por São Francisco e São Domingos. É ainda dotada de uma pequena sineira no telhado. <i>Propriedade: Igreja</i> <i>Coordenadas: 39° 26' 24.34'' N 8° 27' 07.59'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>



Fonte: Elaboração Própria (2010)
 Fotos: Arquivo Câmara Municipal da Golegã/PDM Golegã

ANEXO 5

Quintas do Concelho

	Descrição/Caracterização
	<p>Quinta da Cardiga - Século XII Situada junto ao rio Tejo, ganhou fama por ser uma das mais produtivas unidades de exploração rural do país. Conjunto constituído por uma torre, uma capela, uma adega, um celeiro, um claustro e um palácio é valioso testemunho da História de Portugal. Foi pertença do Rei D. Afonso Henriques, que, a doou em 1169 à Ordem dos Templários e mais tarde da Ordem de Cristo. Combina diferentes estilos artísticos e arquitectónicos dos quais se destacam a Torre de Menagem (que fazia parte de um antigo castelo da linha defensiva do Tejo, como o Almourol, no período da Reconquista), o portal manuelino e azulejaria seiscentista. <i>Propriedade: Privada (Família Sommer d'Andrade e Sommer de Mello)</i> <i>Coordenadas: 39° 26' 43'' N 8° 27' 02'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Quinta de Santo António - Século XVII-XVIII Datada de 1674 e sede de grandes domínios agrícolas, foi pertença da Família de São João de Brito e adquirida no princípio do século XX pelo abastado lavrador João Coimbra. Alberga a Coudelaria Coimbra de Castro Canelas, uma coudelaria que continua a tradição de várias gerações, na criação de Cavalos lusitanos e de desporto. <i>Propriedade: Privada (Maria Fernanda Coimbra de Castro Canelas)</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 08.65'' N 8° 28' 20.97'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>
	<p>Quinta da Brôa - Século XIX Antiga Quinta do Almonda foi adquirida e remodelada, no século XIX, por Rafael José da Cunha, o “Príncipe dos Lavradores de Portugal”. É a sede de grandes domínios agrícolas e berço da Coudelaria Manuel Tavares Veiga, uma coudelaria dedicada à criação de Cavalos puro-sangue lusitano “Veiga”. <i>Propriedade: Privada (Manuel Tavares Veiga)</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 50.36'' N 8° 31' 31.692'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>
	<p>Quinta de Mato de Miranda - A sua fundação perde-se nos tempos, actualmente é propriedade de D. João Vicente e de D. Luís Maria de Saldanha Oliveira e Sousa, descendentes dos Condes de Rio Maior. Produz milho e vinho das castas Periquita, Trincadeira, Malvazia e Fernão Pires e dedica-se ao Enoturismo, comercializa vinhos e faz visitas guiadas às adegas e às vinhas. Está integrada na “Rota do Vinho e da Vinha do Ribatejo”. <i>Propriedade: Privada (Herdeiros de D. Luís Maria de Saldanha Oliveira e Sousa)</i> <i>Coordenadas: 39° 22' 29.71'' N 8° 32' 32.52'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>
	<p>Quinta do Salvador - Século XVIII Propriedade de José e João Veiga Maltez, a sua fundação data de 1747, é sede de assento agrícola, foi quartel do General Junot durante as invasões francesas, albergando a coudelaria José e João Veiga Maltez, berço de uma das mais conhecidas estirpes do puro-sangue lusitano, “Veiga”. <i>Propriedade: Privada (José e João Veiga Maltez)</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 01.40'' N 8° 29' 12.51'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>

	<p>Quinta Guadalupe - Século XVI</p> <p>Em 1953, o toureiro Manuel dos Santos adquiriu a Quinta a Caetano da Costa Macedo, recuperando-a e mantendo-lhe a traça original. Durante as obras de reabilitação do solar, foi encontrada uma placa de pedra com a inscrição de 1664 e um brasão da família Gouveia, que indicam a data de construção desta propriedade. E pouco mais se sabe da história desta quinta, que figurava sem nome em todos os registos antigos. A Quinta Guadalupe, deve o seu nome a Manuel dos Santos, que a apelidou dessa forma em homenagem à Virgem de Guadalupe, padroeira do México, onde toureou e obteve grandes glórias. O solar da quinta, um edifício revestido de janelas, que se abre sobre o pátio de terra batida, em frente do pomar de laranjeiras que foi mandado plantar pelo toureiro, conserva no interior um museu feito de troféus, fotografias, capas...do toureiro e uma capela dedicada à Virgem de Guadalupe, onde este fazia as suas orações antes de partir para as corridas. É propriedade privada de Dr. Manuel Jorge dos Santos mas desde 2008 abriu as suas portas como Quinta Guadalupe Eventos.</p> <p><i>Propriedade: Privada (Manuel Jorge dos Santos)</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 05.86'' N 8° 29' 15.17'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>
	<p>Quinta da Labruja - Século XIV</p> <p>Doada pelo Rei D. João I a Martim Vasques. Mais tarde passa a pertencer à Companhia de Jesus. O marco à entrada do portão da quinta e um celeiro são dos poucos vestígios, visíveis, da passagem dos jesuítas por estas terras. Trata-se de uma ampla edificação que apresenta três características singulares: "É um celeiro de primeiro andar, por causa das cheias, a que se acede por uma escada exterior. Os corrimãos da escadaria são desiguais, um é muito mais largo do que o outro. Pensamos que o mais largo era utilizado para fazer escorregar as sacas. Para cima iam às costas, mas para baixo desciam pelo corrimão. Esta é a segunda característica. Por último, há um bebedouro que era alimentado pela água do beirado".</p> <p>Em 1756, após negócios com o Marquês de Pombal, a quinta passou para a posse da família Castelo Melhor. Na altura, conciliando datas, a quinta teria sido negociada com o 4.º conde de Castelo Melhor, José Vasconcelos e Sousa Caminha da Câmara Faro e Veiga (1706-1769), que foi Reposteiro – Mor da Casa Real, Alcaide-Mor e donatário das ilhas de Santa Maria e Porto Santo e da cidade do Funchal;</p> <p>Desde 1969 pertencente à Sociedade Agrícola da Quinta da Labruja.</p> <p><i>Propriedade: Privada (Herdeiros de D. Francisco de Vasconcellos e Souza)</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 37.32'' N 8° 27' 22.54'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada da Público</i></p>
	<p>Quinta dos Álamos - Século XIX</p> <p>A Quinta dos Álamos, pertencente a Rafael José da Cunha, foi herdada por dois dos seus empregados, os irmãos Ricardo Justiniano Bonacho, feitor da quinta e Frederico Bonacho, guarda-livros. Para além da quinta herdaram também todas as terras que a integravam, o gado, os géneros agrícolas e os bens móveis que a compunham.</p> <p>Em 1956, sob a administração de Gaspar de Fontes Pereira de Melo Bonacho dos Anjos, foi organizado o primeiro salto de pára-quedas das Tropas Pára-quedistas do país.</p> <p>A Quinta dos Álamos esteve na posse da família Bonacho até à década de 70 do século XX, período no qual Gaspar de Fontes Pereira de Melo Bonacho dos Anjos a colocou à venda.</p> <p><i>Propriedade: Privada (Quatro Irmãos - Agro-pecuária da Quinta dos Álamos, Lda.)</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 55.4'' N 8° 29' 51.78'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>

	<p>Quinta do Paul do Boquilobo Pertenceu à Ordem dos Templários e à Ordem de Cristo. Em 1432 foi doada em sesmaria por D. João I ao Infante D. Henrique, que a cedeu a D. Fernando Castro. Do aproveitamento recente (século XX), sabe-se que no tempo em que D. João de Noronha (anos 50 até meados da década de 60) tomou os terrenos por sua conta terão dado milho, tomate e melão. Uma vez arrendada a Ricardo Mendes Gonçalves (mais conhecido por Cristo), este explorou o bunho, junca (que serve de atador nas vinhas), tendo ainda cultivado searas de tomate, melão e milho. Desde a década de 70 a Quinta passou a produzir quase em exclusivo o milho. <i>Propriedade: Privada (Herdeiros de D. João de Noronha)</i> <i>Coordenadas: 39° 24' 27.21'' N 8° 31' 19.79'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Quinta de São João da Ventosa Pertença desde o século XVI da Família Rio Maior. Desta quinta faz parte a capela de São João da Ventosa. Foi totalmente arrasada pelo terramoto de 1755, mas os seus proprietários procederam à reconstrução do solar, destruído no século XIX por um incêndio, conserva-se apenas a capela, reconstruída no local da primitiva. <i>Propriedade: Privada (Herdeiros de D. José de Saldanha Oliveira e Sousa)</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 25.34'' N 8° 31' 24.34'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Quinta da Melhorada - Século XVI Antiga propriedade dos Barões de Almeirim e de Luís Sommer que a vendeu a João de Assunção Coimbra, seu rendeiro. Da sua capela resta apenas o portal gravado com a data de 1583. <i>Propriedade: Privada (Carlos Coimbra Barbosa)</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 08.73'' N 8° 33' 54.53'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Quinta da Cholda Diz-se que teria sido em tempos o lugar de Cholda-Bolda. Foi propriedade da Família Lamas. Destruída pelo sismo de 1755, foi adquirida pelo dono da Quinta da Cardiga, Dr. Máximo Falcão, que a legou a seu genro Luís Sommer. A nova Quinta da Cholda é actualmente propriedade privada dos herdeiros de João Andrade Coimbra. <i>Propriedade: Privada (Herdeiros de João Andrade Coimbra)</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 48.99'' N 8° 35' 24.84'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Encerrada ao Público</i></p>
	<p>Quinta de Sta. Inês Quinta baptizada com o nome de Inês, reza a história que este era o nome da sua primeira proprietária desta quinta, hoje pertence aos herdeiros da família Simões do Couto. O solar com uma varanda virada para o campo conserva na sua fachada um painel de azulejos dedicados a Santa Inês, padroeira da castidade. <i>Propriedade: Privada (Simões do Couto)</i> <i>Coordenadas: 39° 21' 19.58'' N 8° 31' 44.04'' O</i> <i>Acolhimento ao Público: Mediante Marcação</i></p>

Fonte: Elaboração Própria (2010)
 Fotos: Arquivo Câmara Municipal da Golegã/PDM Golegã

ANEXO 6

Museu Municipal Martins Correia

	
<p>Apresentação</p> <p>Integrado em edifício polivalente, de traça actual, construído de raiz, implantado numa zona reabilitada da Golegã, rodeado por um Jardim de 2ha e uma lagoa. A colecção é constituída por cerca de 700 peças de pintura, desenho, medalhística e escultura. O Museu dispõe de duas salas de exposição.</p>	<p>Loja</p> <p>Segunda a Sábado, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 18h00. Encerra Domingos e Feriados. Acervo: T-shirts, artesanato local, publicações, serigrafias, posters, material escolar.</p>
<p>Horário</p> <p>Segunda a Sábado, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 18h00. Encerra Domingos e Feriados.</p>	<p>Informação disponível</p> <p>Desdobrável (português) – gratuito Roteiro (português) – 5,00€</p>
<p>Preços</p> <p>Bilhete Individual – 2,00€ Jovens >12anos <25anos; cartão jovem; maiores 65 e reformados; professores; estudantes – 1,50€ Bilhetes Familiares - Desconto 50% na entrada de um adulto Grupos superiores a 20 – redução 10%</p>	<p>Acessibilidades</p> <p>Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Elevador no interior.</p>
<p>Visitas Guiadas</p> <p>Dimensão máxima de 30/40 pessoas por grupo</p>	<p>Estacionamento</p> <p>Próprio, com cerca de 150 lugares. Gratuito.</p>

Espaços Existentes

Espaços	Área Útil	Características	Capacidade	Serviços
Jardim c/bar e esplanada	2ha	Espaço ajardinado, junto a lagoa. Bar e esplanada de madeira. Espaço Jovem. Equipamento de baloiço, aranha, escorrega.	Bar e esplanada – 50 lugares sentados.	Bar
Auditório		Pavimento em alcatifa. Paredes de madeira. Luz, som e projecção.	63 lugares sentados.	
Auditório Exterior		Bancadas de Cimento.	800 lugares sentados.	Inexistente.

Informações

<p>Informações Úteis</p> <p>Como chegar: A1 (Lisboa/Porto). Saída em Torres Novas. Coordenadas: 39° 24' 04.33'' N 8° 28' 41.92'' O Venda Bilhetes: no local Meios de pagamento: dinheiro, multibanco e cheque</p>	<p>Contactos</p> <p>Chefe de Divisão de Intervenção Social Endereço: Rua D. João IV, 2150 Golegã Telefone: +350 249 979 000 Fax: +351 249 977 578 Email: equuspolis@cm-golega.pt Site: www.cm-golega.pt</p>
--	---

Fonte: Elaboração Própria (2010)
Fotos: Arquivo Câmara Municipal da Golegã

ANEXO 7

Casa-Estúdio Carlos Relvas⁶⁰

	
<p>Apresentação</p> <p>À entrada da Vila da Golegã, no Largo D. Manuel I, junto ao edifício dos Paços do Concelho. Edifício autónomo integrado num amplo Jardim da mesma época. O estúdio fotográfico foi construído, propositadamente para o efeito, entre 1871 e 1875. É considerado um exemplo pioneiro de uma construção de raiz para estúdio fotográfico. Obedecia em traços gerais a um desenho que conjugava o <i>revival</i> gótico e os seus avatares que então se consolidavam no âmbito da nova arquitectura industrial, com o formato do “chalet” tardo-romântico.</p> <p>O principal acervo da Casa-Estúdio é constituído por cerca de 12.000 espécies fotográficas em vidro e alguns milhares de provas positivas, bem como máquinas de grande porte e material fotográfico e mobiliário da época, bem como, diversos diplomas de prémios fotográficos recebidos por Carlos Relvas. Além deste espólio podemos ainda encontrar a biblioteca pessoal de Carlos Relvas com cerca de 4.000 títulos, versando particularmente temas como literatura, arte, agricultura, viagens, dicionários, entre outros, e bibliografia fotográfica de valor internacional, bem como diversos catálogos entre os quais de fotografia.</p> <p>O Museu dispõe de quatro espaços de exposição permanente e um de temporárias.</p>	<p>Loja</p> <p>Terça a Domingo, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 18h00. Encerra Segundas e Feriados.</p> <p>Acervo: T-shirts, artesanato local, serigrafias, litografias, publicações, postais, fotografias, material escolar.</p>
<p>Horário</p> <p>Terça a Domingo, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 18h00. Encerra Segundas e Feriados.</p>	<p>Informação disponível</p> <p>Desdobrável (português e inglês) – gratuito Roteiro (português e inglês) – 5,00€ Catálogo (português e inglês) – 20,00€</p>
<p>Preços</p> <p>Bilhete Individual – 3,50€ Jovens >12anos <25anos - 1,80€ Cartão jovem; maiores 65 e reformados; professores; estudantes – 1,50€ Bilhetes Familiares - Desconto 50% na entrada de um adulto Grupos superiores a 20 – redução 10%</p>	<p>Acessibilidades</p> <p>Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, apenas no 1º Piso.</p>
<p>Visitas Guiadas</p> <p>Dimensão máxima de 25/30 pessoas por grupo.</p>	<p>Estacionamento</p> <p>Frente à Casa, com cerca de 30 lugares. Gratuito.</p>

Espaços Existentes

Espaços	Área Útil	Características	Capacidade	Serviços
Jardim		Jardim original datado da construção da Casa.		Inexistente

Informações

<p>Informações Úteis</p> <p>Como chegar: A1 (Lisboa/Porto). Saída em Torres Novas. Venda Bilhetes: no local Meios de pagamento: dinheiro, multibanco e cheque</p>	<p>Contactos</p> <p>Chefe de Divisão de Intervenção Social Endereço: Rua D. João IV, 2150 Golegã Telefone: +350 249 979 120 Fax: +351 249 977 578 Email: casa.relvas@cm-golega.pt Site: www.casarelvas.com</p>
--	--

Fonte: Elaboração Própria (2010)
Fotos: Arquivo Câmara Municipal da Golegã

⁶⁰ Imóvel de Interesse Público, Despacho do Ministro da Cultura, 6 Março 1996 (Lg. D. Manuel I, Golegã)

ANEXO 8

Museu Rural – Pátio Agrícola



<p>Apresentação</p> <p>Construído de raiz, assemelha-se a um pátio agrícola. Situa-se numa zona periférica da vila, integrado numa zona habitacional de fácil acesso, junto à Via Circular Externa da Vila. O grande telheiro, a zona dos “cómodos” que alberga o tipo de carros usual nos séc. XIX e XX, como a carroça e a galera, é palco de canto e dança, como reconstituição de quadros da época, tais como o desfiar das camisas.</p> <p>A sua colecção é constituída por alfaias agrícolas, utensílios rurais e domésticos e, vestuário.</p> <p>Duas salas e um pátio coberto.</p>	
<p>Horário</p> <p>Abertura, apenas com marcação prévia.</p>	<p>Informação disponível</p> <p>Desdobrável (português) – gratuito</p>
<p>Preços</p> <p>Gratuito.</p>	<p>Acessibilidades</p> <p>Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.</p>
<p>Visitas Guiadas</p> <p>Dimensão máxima de 30 pessoas por grupo</p>	<p>Estacionamento</p> <p>Frente ao Museu, com cerca de 15 lugares. Gratuito.</p>

Espaços Existentes

Espaços	Área Útil	Características	Capacidade	Serviços
Jardim e Pátio exterior		Espaço ajardinado.		Inexistente

Informações

<p>Informações Úteis</p> <p>Como chegar: A1 (Lisboa/Porto). Saída em Torres Novas.</p> <p>Coordenadas: 39° 24' 26.83" N 8° 29' 29.40" O</p>	<p>Contactos</p> <p>Chefe de Divisão de Intervenção Social</p> <p>Endereço: Rua D. João IV, 2150 Golegã</p> <p>Telefone: +350 249 979 000 Fax: +351 249 977 578</p> <p>Email: equuspolis@cm-golega.pt Site: www.cm-golega.pt</p>
--	--

Fonte: Elaboração Própria (2010)
Fotos: Arquivo Câmara Municipal da Golegã

ANEXO 9**EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS**

Instituições e Equipamentos	Descrição	Potencialidades
Piscinas Municipais de Azinhaga (descoberta)	1 Piscina com 12.5mx25m 1 Piscina com 4m x 6m Balneários	Prática de natação
Piscinas Cobertas de Golegã	Piscina semi-olímpica 1 Piscina com 6 pistas 25mx12.5 m prof. max 2mx2.2m 1 Tanque aprendizagem 12.5m*10m prof. máx. 0.90m*1.20m Balneários	Natação, natação para bebés, natação de competição, hidroginástica, manutenção e musculação, jacuzzi, sauna e banho turco
Campo Municipal de Ténis de Golegã	Campo	Prática de ténis
Campo Municipal de Ténis da Azinhaga	Campo	Prática de ténis
Pavilhão Desportivo de Golegã	Campo 40x20m Campo Andebol 38x18m Campo Basquetebol 28x15m Balneários Sala Judo 20x13 Sala Manutenção (outros equipamentos)	Prática de actividades desportivas
Pavilhão Desportivo de Azinhaga	Campo Sala de Ginástica Balneários (outros equipamentos)	Prática de actividades desportivas
Pavilhão Desportivo do complexo escolar	Campo 31x18m Sala de Ginástica 16x15m Balneários (outros equipamentos)	Prática de actividades desportivas
Estádio Municipal das Ademas (Relvado Sintético)	Campo 100x64m Pista 352m Balneários (outros equipamentos)	Prática de futebol e corrida
Estádio de Futebol da Azinhaga	Campo 100x64m Balneários (outros equipamentos)	Prática de futebol
Picadeiro Central (ar livre)	80x40m	Equitação, Concursos Equestres, Feira Nacional do Cavalo, Certames e Eventos
Picadeiro Lusitanus	40x21m	Equitação, Concursos Equestres
Picadeiro Mestre Nuno de Oliveira	26x13m	Aulas de Equitação, Equitação, Concursos Equestres, Actividades Enriquecimento Curricular

Fonte: Elaboração Própria (2010)

ANEXO 10

Inquérito Aplicado

INQUERITO XXXIV FEIRA NACIONAL DO CAVALO

XI Feira Internacional do Cavalo Lusitano
Feira de São Martinho

Turismo



1 - Sexo / Idade

Masculino Feminino Idade

2 - Habilitações Académicas

Até 9º ano
12º ano
Licenciatura
Mestrado
Doutoramento

3 - Ocupação profissional

4 - Origem

Cidade / Localidade de residência País

5 - É a primeira vez que se desloca à Golegã?

Sim Não

6 - Qual a duração prevista para esta visita à Golegã?

0 noites
1 a 3 noites
4 a 7 noites
+ 7 noites

7 - Perfil da viagem

Sozinho Familiares e amigos
Marido/esposa Excursões
Marido/esposa/filhos Outras viagens

8 - Fontes de informação consultadas para o planeamento da viagem à Feira Nacional do Cavalo

Família / Amigos	Jornais / Revistas	
Internet	Posto de turismo	
Operador turístico / Agência de viagens	Brochuras locais	
Guias de viagem	Visita anterior	<input checked="" type="checkbox"/>
Televisão / Rádio	Outras	

9 - Já visitou na Golegã

Visitou	Não satisfaz	Satisfaz pouco	Satisfaz	Satisfaz bastante	Satisfaz muito	Sem opinião	Não responde
Casa-Estúdio Carlos Relvas						<input checked="" type="checkbox"/>	
Equuspolis					<input checked="" type="checkbox"/>		
Museu Martins Correia					<input checked="" type="checkbox"/>		
Reserva Natural Paul Boquilobo					<input checked="" type="checkbox"/>		
Igreja Matriz da Golegã					<input checked="" type="checkbox"/>		
Ass. Nac. Turismo Equestre					<input checked="" type="checkbox"/>		
Restauração (comidas e bebidas)					<input checked="" type="checkbox"/>		
Outros							

10 - Como avalia a informação promocional existente sobre os recursos turísticos da Golegã (brochuras, folhetos, mapas, guias, etc.)

Não satisfaz Satisfaz pouco Satisfaz Satisfaz bastante Satisfaz muito Sem opinião Não responde

→ Poderes por 2,5€ e 3€, muito caro ...

11 - Caracterize a sinalização turística na Golegã (direccional, placas interpretativas nos monumentos, etc.)

Não satisfaz Satisfaz pouco Satisfaz Satisfaz bastante Satisfaz muito Sem opinião Não responde

12 - Indique, de forma aproximada, alguns gastos efectuados na Golegã durante a Feira Nacional do Cavalo (euros)

Transporte	0 €
Alojamento (hóteis e similares)	0 €
Alojamento familiar	0 €
Restauração (comidas e bebidas)	500 €
Compras, presentes, lembranças	200 €
Actividades de lazer	0 €

13 - Escolha 3 palavras que caracterizem a Golegã como atracção turística

Os dados recolhidos são objecto de tratamento estatístico, feito em cumprimento da legislação sobre protecção de dados. Os mesmos destinam-se à estruturação e desenvolvimento do trabalho académico com base na Feira Nacional do Cavalo, realizado pelo Centro de Estudos Politécnicos da Golegã e pela Câmara Municipal da Golegã, em Novembro de 2009.



MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS DE TURISMO CULTURAL



ANEXO 11

Ficha nº	Nome	Função
1	José Veiga Maltez	Presidente Câmara Municipal da Golegã
2	Joaquim Rosa do Céu	Presidente Turismo LVT
3	Vítor Vergamota	Director da Associação Nacional Turismo Equestre
4	Patrícia Lima	Directora Hotel Lusitanus / Restaurante Capriola
5	Fernando Pombo	Presidente Rancho Folclórico da Azinhaga/Proprietário Restaurante “Páteo do Burgo”
6	José Canelas	Proprietário Quinta Sto António /Coudelaria/Director FNC
7	Jorge Sousa	Gestor Lusitanus, S.A./Equitador
8	Jorge Saldanha	Director Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho
9	Farinha Marques	Advogado
10	Fernanda Oliveira	Directora Técnica Santa Casa da Misericórdia Golegã
11	Rui Pereira	Proprietário InterMarché
12	Constantino Gaudêncio Lopes	Presidente Junta Freguesia da Golegã
13	Jorge Oliveira Freire	Proprietário Farmácia Oliveira Freire
14	António Camilo	Presidente Futebol Clube Goleganense
15	Fátima Contente	Chefe Serviço Finanças
16	Fabiana Freire	Psicóloga Educacional
17	Paulo Ferreira	Proprietário Papelaria Relvas
18	António Matias	Professor História/Assessor Cultural
19	Cesaltina Pereira	Artesã Concelho – 3 Pereira
20	Carlos Mendes Gonçalves	Empresa Mendes Gonçalves – Turismo e Vinagreira
21	Jorge Emanuel	Restaurante “O Barrigas”
22	Madalena Santos	Quinta da Guadalupe

ANEXO 12

Guião de Entrevista

Objectivos gerais:

Inserção do entrevistado na temática da investigação e apuramento da dinâmica existente no Concelho em termos turísticos.

- Recolher opinião sobre o impacte (economia, emprego, desenvolvimento regional...) do turismo cultural e de natureza no Concelho.
- Perceber a importância do turismo na base económica local.
- Tentar perceber a percepção existente relativamente à Rota do Cavalo e do Ribatejo.

1ª Componente

Objectivo:

Inserção do entrevistado na temática da investigação e apuramento da dinâmica existente no Concelho em termos turísticos.

- **Questões:**
- Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?
- Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?
 - o Quais estão convenientemente exploradas?
 - o Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?
- Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?
- Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?

2ª Componente

Objectivo:

Percepcionar o dinamismo territorial existente e o grau de influência do mesmo no surgimento de questões concretas dentro do turismo. Tentando-se no seguimento, relacionar as duas dinâmicas apuradas e esclarecer da existência de uma relação bidireccional compreendida pelos entrevistados entre o turismo e o território, para desta forma esclarecer os condicionalismos recíprocos que eles exercem entre si.

Questões:

- Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?
 - o Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?
 - o De que modo a sua acção afecta o turismo?
- Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?
- Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?
- Como percebe o turismo praticado na Golegã como gerador de riqueza para o Concelho?

3ª Componente

Objectivo:

Detectar a influência da configuração da rede turística para o surgimento da Rota do Cavalo e do Ribatejo. Apurar da importância e motivações de uma acção colectiva materializada pela Rota.

Questões:

- Quais as principais motivações que fizeram surgir a Rota, embora ainda em fase embrionária?
- Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?
 - o Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?
- Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?
- A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o cavalo é importante na futura afirmação da Rota?
- Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?
- O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?
- A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?

ANEXO 13



Escola Superior de Gestão de Tomar

Departamento de Gestão Turística e Cultural

Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural

Guião de Entrevista

Ficha nº 1

José Veiga Maltez

Presidente da Câmara Municipal da Golegã . Presidente da Associação Feira Nacional da Golegã

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	<p>Em 1998, ano do início da minha liderança dos Executivos Municipais até à actualidade, a Golegã elegeu como pilar estratégico para o seu crescimento económico e desenvolvimento sustentado, a dignificação do seu património natural, a requalificação do seu património construído e a reinterpretção da tradição cultural, num respeito por uma herança viva, num culto pela independência de hábitos e modismos passageiros e num contrariar permanente de práticas aberrantes e desenquadradas, que em nome de um falso progresso, poderiam violar a urbe e o mundo que a rodeia, marcadamente rurais. A esta base piramidal (“filosofia subjacente”), em cujo vértice se colocou, deliberadamente, o Cavalo, quer como “cluster”, quer como “pivot” das mais diversas manifestações e actividades, aditou-se-lhe uma programação com o objectivo de promover a simbiose entre os usos e os costumes, que concorreram ao longo dos tempos para definirem uma identidade muito específica e por isso diferenciadora, com a qualidade de vida própria dos finais do século XX e inícios do século XXI, a qual foi conseguida através da dotação do Concelho de infra-estruturas e equipamentos sociais, culturais, lúdicos e desportivos, tendo estes últimos suplantado mesmo a média da União Europeia. Essa saudável e conseguida co-habitação, entre os valores benéficos do passado e os desejados pelo presente, propiciou ao Município da Golegã, através de um trabalho perseverante, a conquista dos títulos de “Melhor Desempenho Ambiental”, pela Fórum Ambiente; Concelho, entre os primeiros dez de Portugal, com “Melhor Qualidade de Vida”, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o “Óscar do Imobiliário da Região do Ribatejo”, pela Nersant/ O Mirante.</p> <p>Esta estratégia e a conseqüente programação delinearão uma Golegã que capta cada vez mais visitantes, congrega mais interesses económicos, fixa novos residentes e granjeia no dia-a-dia, a nível nacional e internacional, um mediatismo incontornável.</p>
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	<p>O primeiro potencial turístico do Concelho é inegavelmente o seu próprio mundo rural, ainda com uma cultura e uma forma de viver que se foram sedimentando ao longo dos séculos e que o “desenvolvimento” ainda não conseguiu extinguir, apesar da Golegã ser sede e cenário, pelas características e qualidades do seu campo, o mais produtivo do país, das tecnologias de vanguarda, enfim da modernidade. Este mundo rural é composto quer pelo campo, quer pelas urbes que o limitam, as quais detêm um património artístico e monumental, integrado por igrejas, capelas, solares, palácios e quintas, entre outros, que denunciam uma história antiga, secular e marcante.</p>

<p>Quais estão convenientemente exploradas?</p>	<p>Todos os recursos, “espaços”, “lugares” sob a dependência directa da Câmara Municipal cumprem, com sucesso, o seu objectivo. Disso são exemplos o Equuspolis, a Casa-Estúdio Carlos Relvas ou ainda o recente Museu Rural. O primeiro, com as suas áreas museológicas, tais como o Museu Municipal Mestre Martins Correia ou o Equusvirtual, no qual se promove e divulga a história do Cavalo, da Golegã, a par da evolução de Portugal. Construído de raiz, o Equuspolis, edifício do século XXI (2003), alberga ainda auditórios e <i>ateliers</i>, nos quais se promovem workshops, seminários e congressos, também responsáveis pelo afluxo turístico, técnico e científico. O segundo, a Casa-Estúdio Carlos Relvas, imóvel do século XIX, único no mundo pelas suas características e finalidade, reabilitado na sua traça original, no século XXI (2007), é sede de visitas regulares e permanentes, nacionais e internacionais, além de atrair um público específico e diferenciado, ligado à fotografia e à sua história, quer pela vertente museológica, quer pela formativa, pelos cursos ligados àquela arte e ciência, que ali têm lugar. O recentemente inaugurado Museu Rural (2008), já aberto ao público, sedimenta e corrobora agora o seu objectivo.</p> <p>Não podemos deixar de referir a Igreja Matriz da Golegã, como recurso turístico. Monumento nacional desde 1910, construída entre os finais do século XV e os princípios do século XVI, é um ex-líbris do manuelino rural, reabilitado, restaurado e conservado, em 1998, que atrai inúmeros visitantes.</p>
<p>Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?</p>	<p>A Golegã, Concelho, tem em muitas das suas quintas (com solares e palácios, como acontece na maioria das regiões do país), algo diferenciador, que é a circunstância de serem ainda, actualmente, centro de grandes assentos agrícolas, carregados de história, que foi passando de geração em geração, sendo algumas delas, também, sede de coudelarias ligadas ao Puro-Sangue Lusitano, do qual a Golegã é berço da maioria dos ascendentes dos produtos exportados e hoje criados nos continentes europeu e americano. Esta vertente agro-pecuária específica, com um glorioso passado e um saudável presente, terá de ser explorada como recurso turístico. É evidente, que a sua promoção e divulgação terá de passar pela implicação dos seus proprietários, que terão de ter algum retorno. <u>Um dos objectivos da Rota do Cavalo e do Ribatejo é o estabelecimento de uma parceria entre o Município e os Coudeleiros, que possibilite a descoberta daquele potencial turístico, só mais conhecido por aqueles com maior afinidade ao mundo equestre.</u></p>
<p>Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?</p>	<p>Ao invés de muitos outros Concelhos, a Golegã não dispõe de empresas municipais. Na vertente do turismo, fazia todo o sentido a sua existência, já que uma das principais lacunas, na organização turística do Concelho é a carência de recursos humanos aptos e competentes para a função. Muitos dos funcionários actualmente sob o Pelouro e Divisão Municipal respectivos, são “herdados”, sem qualquer motivação, preparação e requalificação desejáveis para as exigências do turismo actual, sendo, como é do conhecimento geral, complicadas as contratações e a consequente permanência futura ao nível da Administração Local.</p>
<p>Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?</p>	<p>A concretização efectiva da Rota do Cavalo e do Ribatejo, como o “cérebro” de toda a organização da atracção e fluxo turísticos.</p>
<p>Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?</p>	<p>Como é evidente o principal actor institucional é o Município da Golegã, através da Câmara Municipal. A Associação Nacional de Turismo Equestre terá de corroborar o seu papel, que até agora tem sido secundário. Os actores territoriais individuais para nós indispensáveis e obrigatórios são aqueles ligados ao tecido empresarial, nomeadamente a restauração e a hotelaria/ turismo rural/ de habitação, que se vêm desenvolvendo e promovendo, pelas características do nosso Concelho.</p>
<p>Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?</p>	<p>Vêm promovendo actividades isoladamente, requerendo na maioria das vezes o apoio autárquico, mas descoordenadamente com os seus inter-pares.</p>
<p>De que modo a sua acção afecta o turismo?</p>	<p>Apesar da sua acção, na maioria das vezes, ser positiva, pela captação de turistas, o resultado final poderia ser acrescentado, caso existisse concertação. A Golegã está já preparada para receber um “voo charter” e criar aos seus “passageiros” uma estadia lúdico-turística, com alguma qualidade.</p>
<p>Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?</p>	<p>Têm um papel principal! Fará todo o sentido instituir uma complementaridade inter-municipal. Por exemplo, o turista que vem à Golegã descobrir o património hipomóvel (já que no nosso Concelho existem cerca de uma centena de carros de cavalos pelas quintas particulares), terá todo o interesse em desvendar o património locomóvel, ferroviário, no respectivo Museu do Entroncamento. Do mesmo modo, àquele que contempla o nosso pórtico manuelino da matriz, ser-lhe-á importante conhecer a Janela do Convento de Cristo, em Tomar.</p>

Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Decididamente o mais diferenciador é a decana e secular Feira de São Martinho , que se realiza em cada Novembro, desde 1571, e que integrou em 1972, a Feira Nacional do Cavalo e a partir de 1999, também a Feira Internacional do Cavalo Lusitano. É um acontecimento único e singular, conhecido e reconhecido a nível nacional e a nível mundial, além de ser a maior montra e entreposto comercial do Puro-Sangue Lusitano. A ExpoÉgua, com o Salão do Vinho, do Vinagre e do Azeite e Mostra de Gastronomia Ribatejana , que integra ainda o desfile dos Romeiros de São Martinho é um evento que se realiza em Maio, desde 1998, e que vem granjeando (e em crescendo) também características diferenciadoras, contribuindo como a Feira, para o desenvolvimento concelhio.
Quais as principais motivações que fizeram surgir a Rota, <u>embora ainda em fase embrionária</u> ?	A congregação, concertação e união de todos aqueles que têm no Turismo um recurso económico ou uma mais-valia para a progressão e desenvolvimento sustentado do seu objectivo empresarial.
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	O actual está cumprido, já que os pontos de interesse turístico que ela integra estão delineados e definidos, figurando já em mapa específico e descritos na sua maioria com minúcia, em várias publicações e artigos. O futuro, que urge ser amanhã, é vivificá-los com turistas, numa sua descoberta organizada.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	A Golegã é inegavelmente, a Capital e o “solar” do Cavalo! Se for descoberta a Cavalo ou em Carro de Cavalos fará todo o sentido, daí o investimento da Câmara Municipal nessa vertente, nomeadamente na aquisição de animais para esse fim, numa parceria com a Associação Nacional de Turismo Equestre.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Essa ligação é já indissociável e indispensável, na única Rota cujo nome anuncia o Cavalo, além de o promover e divulgar, assim como ao seu habitat ao longo dos séculos, que foi e é a Golegã.
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	É de uma importância indubitável para o progresso turístico-cultural da região, com consequente e desejado desenvolvimento económico.
O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	A imagem é somente corroborada, melhorada e aumentada, já que o mediatismo existente, que é incontornável, foi conseguido na última década. A sua sedimentação carece de uma estrutura organizacional, que será certamente o benefício <i>major</i> da concretização total da Rota do Cavalo e do Ribatejo.

Ficha nº 2

Joaquim Rosa do Céu

Presidente Entidade de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	A Golegã tem diversos recursos turísticos. Salientaria 6 dimensões. Cavalo. Ribatejo. Tejo. Fotografia. Natureza. E a Vila com a sua escala, atmosfera e ambiente. Todas estas dimensões estão visíveis e disponíveis. Muito poucas são “produtos”. No sentido de “estarem no mercado”, terem “um preço”, “um horário” e fazerem parte de um “serviço”.
Quais estão convenientemente exploradas?	
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	
Quais as principais lacunas	Passar de recursos a produtos.

Autarquias e Turismo

que identifica na organização turística do Concelho?	
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Passar de recursos a produtos.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Golegã não se afirma pela quantidade mas sim pela qualidade. Logo não existem muitos “actores”, mas todos os que existem são importantes. A começar pela autarquia. Destacando as pequenas ofertas privadas (alojamento, artesanato, o mundo e os produtos do cavalo, ofertas de turismo activo) no sentido de estarem mais “visíveis” e serem mais “serviço”. O “conceito” é, em síntese e de modo simplificado, chegar à Golegã e ter, de imediato e de modo perfeitamente visível, um conjunto de serviços turísticos disponíveis: visitas, passeios, percursos, alojamento, restauração, produtos locais. Quem o pode fazer? Os “actores”.
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Os recursos patrimoniais são a base do desenvolvimento turístico.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Os eventos ligados ao cavalo. De longe o mais importante elemento de notoriedade e diferenciação do município.
Como percepciona o turismo praticado na Golegã como gerador de riqueza para o Concelho?	O turismo como criador de riqueza, num sentido facilmente quantificável e manifestamente presente, é processo em construção.
Tem conhecimento da existência da Rota do Cavalo e do Ribatejo criada pela Câmara Municipal?	Sim.
Qual considera ser o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	A Rota será um facilitador. Mas o seu sentido remete para a qualidade dos recursos/produtos/ofertas que a Rota liga e junta num percurso através do território. Bons recursos/produtos/ofertas fazem uma boa, talvez mesmo inesquecível, rota.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	A Rota potencia e interliga os 37 locais que o município seleccionou
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	No contexto da Golegã um potencial extremamente importante e significativo.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Sem dúvida
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Elevada.
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	Pode permitir a construção de um produto. Atrairá turistas, logo permitirá a criação de riqueza e de emprego
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	Sim. Promove a notoriedade da Golegã. E permite associar à Golegã recursos e identidades particulares.
Quais os projectos do TLVT	A escala da TLVT não é a escala do município.

para o Concelho da Golegã?	Pelo contrário é a escala dos 38 municípios que integram a TLVT. Cada projecto da TLVT referencia a Golegã. Exemplos: o Guia de Alojamento da TLVT tem o alojamento da Golegã; a Edição Motivacional referencia a identidade e as referências do Ribatejo; O Estudo de Marketing Estratégico reflecte sobre a Golegã; a Golegã é convidada a estar no espaço TLVT na BTL. Em síntese, a Golegã está em todos os projectos da TLVT.
Concorda com o desenvolvimento do <i>Touring</i> na região e na Golegã, conforme proposto pelo PENT?	Completamente. O <i>Touring</i> é o “grande” e o “principal” produto da região.

Ficha nº 3

Vítor Vergamota

Presidente da Associação Nacional de Turismo Equestre (ANTE)

Duração: 32m44s

Local: Equuspolis

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	Todas as medidas que provêm da Câmara Municipal associadas a outras entidades privadas sedeadas na Golegã e que potenciam esse crescimento. Estratégia de apoiar tudo o que tem cavalos e o que não tem. Há uma estratégia de divulgação, nomeadamente, com a colocação do cavalo nos estabelecimentos comerciais, o que levou a alguns estrangeiros a comprar o cavalo. Está um pouco dissimulada mas funciona. O visitante quando entra na Golegã o que vê é o que está à sua vista, sem falar seja com quem for. Tem essa estratégia. Todos os dias e em todo o lado. A estratégia passa pela divulgação, pelo apoio e pelas ligações a outras entidades ligadas ao meio do cavalo. Passa também por uma estratégia de organizar eventos. Antes a FNC eram 3 dias, agora são dez. O próprio site, as participações internacionais.
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Equipamentos: por si só – se procura a Golegã para ver cavalos, dirige-se ao Posto de Turismo (importante para o visitante individual), mas é fraco em termos linguísticos. O casario – recuperado e sem grandes alterações de fachadas; a Casa-Estúdio; o Equuspolis; o Parque de Campismo, a Biblioteca – o facto de ser temática; a Igreja Manuelina; a zona até ao antigo Hospital (séc. XVI), ainda por explorar; o Museu Rural – recente mas importante; os Centros de Estágio; O Hotel; as Piscinas da Golegã e Azinhaga; os monumentos: quatro rotundas temáticas; casas do séc. XVIII (poucas) e do séc. XIX, que potenciam tipo de traça e muitas característica – casa típica, corredor até ao quintal, por onde entrava a mula. A casa toda para um lado. Casa com alpendre; Palácio do Pelourinho e Pelourinho. Serviços: entidade ligadas ao turismo; a Gastronomia – aos fins-de-semana está praticamente cheio; o ambiente; a Alverca. A Golegã tem uma ruralidade que não se deixou cair na banalidade. No concelho, os turistas passeiam a pé, a cavalo, de bicicleta, de moto 4, tiram fotografias... Unidades Hoteleiras: as existentes têm qualidade.
Quais estão convenientemente exploradas?	
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	A parte do ambiente ainda não está totalmente explorada. O cavalo está ligado à natureza, meio turismo que tem vindo a crescer.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Apesar de haver uma grande divulgação há eventos que são mal divulgados. Tem que se escolher os públicos. A Golegã tem que ter um turismo “limitado”, não que seja apenas para algumas pessoas com algumas características, mas sim um turismo orientado para uma certa selecção na sua qualidade. A Golegã está vocacionada para uma vertente qualitativa. Grandes publicidades podem não ajudar ao Turismo que queremos. A divulgação deveria ser direccionada por forma a que venha a quantidade que se considera suficiente.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelho em termos turísticos?	Motivar pessoas para virem para a Golegã. Mais unidades hoteleiras; mais turismo de habitação.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Câmara e a junta de Freguesia. Os privados: Cavalo – criadores, ANTE, Lusitanus; restauração – devia haver mais relação anual com estes actores; outras associações - bandas

Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Turismo começa pela existência das condições higio-sanitárias
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	
Como percepciona o turismo praticado na Golegã como gerador de riqueza para o Concelho?	
Qual o papel da ANTE no turismo concelhio?	É de âmbito nacional, pretende divulgar e fomentar o Turismo Equestre em Portugal. Fá-lo através dos seus associados que se encontram distribuídos por todo o País. No Concelho da Golegã tem dois objectivos enquadrados nos seus estatutos: divulgar...; incentivar e divulgar a parte equestre formado através do seu Centro Hípico. As pessoas querem sentir que andaram a cavalo na capital do cavalo. Os horários são ocupados com aulas. As condicionantes: estado pratica da pessoa; tem que ser acompanhados; animal. A ANTE está a crescer nesse sentido.
Qual o potencial papel da ANTE no desenvolvimento desta Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Está definida num espaço concreto, que pode ser regional ou inter-regional. Claro que uma Rota do Cavalo que pode ser no Ribatejo ou por ex ir até ao Montijo (...)
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	Há por exemplo que fazer um dia da Rota do Cavalo, em que tudo estaria aberto. Junho ou Setembro. No Ribatejo, haver um dia de rota, claro sair da Golegã ou acabar na Golegã.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Turismo equestre com grandes potencialidades. Terão, no entanto, que haver agentes económicos que o queiram desenvolver. As associações não desenvolvem, divulgam. A Golegã pode ser o ponto de encontro para todos aqueles que querem fazer turismo equestre.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	Sim. Uma mais-valia em termos internacionais. Tem que ser escolhida bem a época do ano (!)
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Forças – cavalo Fraquezas - P. Turismo e divulgação Oportunidades – Desenvolver a Alverca, zona Equuspolis, Parque Campismo

Ficha nº 4

Patrícia Lima

Directora do Hotel Lusitano

Duração: 57m64s

Local: Hotel Lusitano

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	Curiosa sobre o complexo, se o Hypoos avançar tem que se pensar em tudo o resto. Temos alojamentos atractivos Não pode funcionar como uma ilha. Alargamento de calendário de eventos
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Em termos culturais: a Casa-Estúdio Carlos Relvas e o Museu Equuspolis são âncora em termos de oferta cultural na região. Bom feed-back relativamente à visitas pelo clientes.
Quais estão convenientemente exploradas?	A CR e o Museu. O Carro de Cavalos está a resultar, as pessoas adoram.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	A ANTE , eventualmente por falta de recursos. Devia haver esforço um maior, mais meios, melhor instalações. Devia haver mais turismo vocacionado para comprar cavalos, para pessoas com interesse em andar a cavalo. Não deveria haver tantos constrangimentos de horários. Acabamos por ir à Quinta dos Pimentais, uma tarde, por 35€ Pagam sem problemas. Nós tentamos camuflar ao máximo não temos interesse em que isto se transmita para fora. Queremos ao máximo preservar a imagem do cavalo. As pessoas adoram a Golegã pela imagem menos limpa que tinham e quando voltam verificam que é limpa, simpática, sinalética uniformizada (cuidado do Município), embelezar de toda a terra. O recurso que é o turismo Equestre não existe! A MARCA está feita. A Golegã existe enquanto capital do cavalo. Deve começar-se a pensar em não deixar cair a marca por terra. Outro recurso desaproveitado, o Paul do Boquilobo .
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	O Posto de Turismo , deveria de ser melhor, mais informação, visibilidade, melhor apetrechado. O Secretariado da Feira deveria ter condições durante todo o ano para responder, inclusive em inglês, a toda e qualquer solicitação. O programa da Feira deverá estar disponível no mínimo em Agosto. Desenvolver mais trabalho de equipa na FNC. Foi feito na última Gastronomia e funcionou!
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	O Hypoos .
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Câmara Municipal , a ANTE (deveria ser – deveria ter um papel diferente), o Hotel Lusitano (trouxe à Golegã turismo de charme, que não existia na região – estamos a torná-los uma referência nacional, contribuímos para que cresça, em prestígio).
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Existe alguma, mas pouca.
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	A Feira Nacional do Cavalo , a Expoégua com a inclusão da Gastronomia – excelente forma de rentabilizar recursos a vários níveis, nunca vai ter a mesma dimensão da Feira, mas não é uma cópia barata. Quanto mais atractivos, melhor. Tem que ser mais rico.
	Há vários projectos de turismo rural que foram colocados na gaveta. A Golegã tem poucas camas. O Hotel tem beneficiado com o Turismo da Golegã, sendo um hotel de charme, as pessoas não procuram só para dormir, tem que haver um programa complementar. Motivações dos clientes: <i>particulares</i> : circuitos culturais e gastronómicos – lazer (Capital do Gótico, Vilas Ribeirinhas, Convento de Cristo); <i>corporate</i> : sobretudo alojamento e restauração – maioritariamente estrangeiros de viagem a empresas no raio de 20kms. <i>grupos</i> : escolhem pela localização – o facto da exclusividade. Não decorre num hotel com

	mais de 200 quartos, com vários eventos ao mesmo tempo... O Ribatejo foi mal trabalhado pela Região de Turismo.
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Não conheço. Conheço a placa.
Qual o papel <u>actual</u> e <u>futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	Actual – nenhum. No futuro – potencial muito grande se as coisas forem estruturadas. Quem entra na Rota tem que estar em consciência, disponível para receber. Tem que ser criada moeda de troca. As Quintas não estão vocacionadas para trabalhar em rede. Mas o turismo de massas assusta. Têm que começar por visitas pontuais.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	O cavalo, as Quintas, as Igrejas, o Artesanato, os Vinhos, as Capelas, a Gastronomia.
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	O potencial existe, mas tem que haver mais camas, mais sítios para receber as pessoas. A ANTE por natureza é a instituição que deve promover as randonés, o baptismo ...
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante <u>deu</u> ou <u>dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Ameaça: defraudar as expectativas das pessoas

Ficha nº 5

Fernando Pombo

Presidente Rancho Folclórico da Azinhaga . Proprietário Restaurante “Páteo do Burgo”

Entrevista por email

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	As principais potencialidades do Concelho são: O Cavalo Lusitano e tudo o que envolve a arte equestre e respectivas actividades orbitais. A Reserva Natural do Paul do Boquilobo. A monumentalidade: Igreja da Golegã, Casa Estúdio Carlos Relvas (ímpar no seu contexto), vários museus, inúmeras Capelas existentes no Concelho, Azinhaga e Golegã. A Quinta da Cardiga que pertenceu aos Templários e depois Ordem de Cristo. Infra-estruturas desportivas e culturais de nível bastante aceitável. Unidades hoteleiras, de turismo de habitação e turismo no espaço rural em quantidade apreciável, com condições francamente boas. Inserção num espaço geográfico magnífico, com cursos de água e alvercas no seu domínio territorial. Proximidade de outra fonte de turismo inesgotável, Fátima e o seu turismo religioso. Existência de grandes figuras da literatura, da pintura e até da música. Indústria de fabrico de vinagres com concorrência controlada e com excelente penetração no mercado nacional e internacional. Artesanato muito bem direccionado para as características dos principais recursos: Selas e arreios para Cavalos, bem como cerâmicas. Restauração de muito boa qualidade e de reputação confirmada. Proximidade das principais vias de comunicação quer viárias quer ferroviárias. Proximidade de Lisboa.
Quais estão convenientemente exploradas?	O Cavalo Lusitano e os eventos a ele ligados (Feira Nacional do Cavalo, Expo égua). Igreja da Golegã, Casa Estúdio Carlos Relvas, Equuspolis e museus. Unidades hoteleiras.

	Infra-estruturas desportivas.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	<p>A Reserva Natural do Paul do Boquilobo, que apesar de estar integrada na Rede Mundial das Reservas da Biosfera da Unesco, ainda não teve ninguém com olhar de interesse para esta terra que: “Se melhor houvera, melhor lhe dera”. Que pena!!!</p> <p>Neste caso, penso que se trata de não haver ninguém com conhecimentos e com paixão suficiente, além dos recursos financeiros, para desenvolver este projecto.</p> <p>A Quinta da Cardiga, outra maravilha que é uma dor de alma ver o seu estado. Aqui, é como sabes, uma questão de famílias e, certamente, também de muito dinheiro para uma recuperação condigna daquele espaço.</p> <p>Os outros pontos que referi, estão dependentes de uma rota bem feita e bem direccionada e de um plano estratégico e conjuntural. <u>A requalificação da margem do Almonda, da Alverca e o hipódromo, poderão ser a alavanca para uma parte significativa deste desenvolvimento.</u></p> <p>A pouca industrialização também é um factor importante. Devemos, no entanto, ter arte e engenho, e nisso o actual Presidente da Câmara, tem sido bastante importante, para sermos proactivos e inovadores no que concerne a emprego e desenvolvimento sustentável. A resolução do problema SIC podia ajudar.</p>
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	<p>Uma rota turística bem feita e bem direccionada e de um plano estratégico e conjuntural.</p> <p>Inovação e desenvolvimento também direccionado para as realidades de um Concelho de interior, como o da Golegã.</p> <p>Publicidade nos principais Órgãos de Comunicação Social.</p> <p>Organização de eventos, ligados ao Cavalo, mas não só, de interesse geral, de forma a atrair diversas vezes ao ano as pessoas à Golegã, e não apenas por altura das feiras do Cavalo e Expo égua.</p>
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	<p>A requalificação da margem do Almonda, da Alverca e o novo hipódromo poderão ser a primeira alavancagem para um desenvolvimento mais sustentado e ao longo do ano... mas não chega.</p> <p>Dever-se-à, como se tem feito, e bem, ultimamente, criar condições de vida, para que as pessoas venham viver no Concelho da Golegã. Inexplicavelmente, o custo dos terrenos está demasiado caro, o que dificulta a inserção e a escolha das pessoas por este Concelho.</p>
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	<p>Os autarcas, os agentes económicos e os munícipes em geral.</p> <p>Os autarcas porque a gestão e o desenvolvimento são feitos em pressupostos de deliberações e orgânicas Municipais.</p> <p>Os agentes económicos pelo poder do seu trabalho, da sua interacção local e do seu grau de inovação e desenvolvimento, e pela criação de emprego.</p> <p>Os munícipes pela contribuição activa para um projecto comum com base num pressuposto de viver bem num lugar agradável.</p>
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	<p>Na minha opinião sim, principalmente entre autarcas e agentes económicos, pelo que acima referi.</p> <p>Havendo uma autarquia baseada em pressupostos de franca cooperação e interacção com os agentes económicos, como penso existir no Concelho da Golegã, as estratégias de desenvolvimento ficam muito mais facilitadas.</p> <p>Uns e outros não podem ser autistas.</p>
De que modo a sua acção afecta o turismo?	<p>Uma coisa é falar de desenvolvimento, outra é falar de turismo.</p> <p>Assim, pode ou não afectar o turismo, caso as interacções e o desenvolvimento territorial sejam, ou não, direccionados para o turismo.</p> <p>No caso circunstancial do Concelho da Golegã, penso que sim, dado ser um espaço territorial de forte vertente e componente turística, com acima referi.</p>
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	<p>O desenvolvimento turístico está, sem dúvida, completamente dependente dos recursos patrimoniais existentes, sejam eles de carácter socioeconómico, cultural, artístico, monumental, religioso, ou outros. São eles que além de fazerem a História do território onde estão inseridos, são os motivos de interesse e de atracção turística. São, principalmente os recursos fora do comum, mas também muitas vezes os mais conhecidos ou mais publicitados, que potenciam a maior ou menor mobilidade turística.</p>
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	<p>No Concelho da Golegã, são sem sombra de dúvida, os acontecimentos ligados à feira nacional do Cavalo. Em segundo lugar a expo égua.</p>
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Sinceramente não. Mas vou informar-me.
Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do	<p>Não conheço a Rota do Cavalo e do Ribatejo, mas se for igual à do Vinho, muito tem a trabalhar, porque existe sem existir. Tem sócios que não pagam as quotas, tem uma organização que não funciona. Na realidade existe, mas não existe.</p>

concelho?	<p>E esta?</p> <p>Para potenciar uma rota, além de associados, tem de haver interesse e interesses, para que os intervenientes sintam necessidade no seu desenvolvimento.</p> <p>Uma rota bem organizada é de todo o interesse, nomeadamente para o Concelho da Golegã, que se assume como a Capital do Cavalo.</p> <p>Não basta PARECÊ-LO, É PRECISO SÊ-LO.</p>			
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	<p>Recursos são, na minha modesta opinião, estruturas dignas e suficientes para o desenvolvimento de eventos e escolas de equitação abertas e de baixo custo, de forma a poder potenciar o desenvolvimento e o interesse pela arte de montar a Cavalo, ou de, simplesmente passear a Cavalo.</p> <p>Estes recursos serão sem dúvida o novo hipódromo, e a criação da citada escola de uma forma realista e de futuro, e não apenas efémeras passagens de crianças, durante um simples período do 1º ciclo de escolaridade.</p> <p>Os actores, deverão ser, portanto, as pessoas já ligadas às aludidas actividades e a população em geral, com especial incidência nas camadas mais jovens, pois é aí que tudo começa.</p>			
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	<p>Enorme. Podemos dizer, sem roubar protagonismo à feira da Agricultura em Santarém, que a Feira Nacional do Cavalo é o maior evento do Ribatejo. Se não, vejamos o número de visitantes versus espaço temporal e geográfico.</p> <p>A Golegã deverá ser o local escolhido para sede da Rota. Não vislumbro outro local melhor e com mais dinâmica.</p>			
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	<p>Sem dúvida. Uma Rota só o é, porque existem vários locais de interesse e ligação comuns. Nada mais importante para o desenvolvimento concertado, que o estabelecimento de laços de união e de interesses comuns, como existe no âmbito de uma Rota.</p>			
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	<p>Esperamos que boa, não apenas para os habitantes do Concelho da Golegã, mas também para os dos Concelhos limítrofes, bem como para os locais associados. Atente-se na ocupação de unidades hoteleiras aquando das Feiras do Cavalo.</p> <p>Verdade seja dita, que outros eventos, não trarão tão elevado número de pessoas, mas ao abrigo da mobilidade da Rota, os eventos também trarão uma maior mobilidade das pessoas para outros Municípios.</p>			
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	<p>Que tenha dado ainda não me apercebi... apenas a publicidade existente, mas, penso eu, sem substrato.</p> <p>Num futuro, se se conseguir uma Rota do Cavalo bem organizada e orientada tecnicamente, penso que poderá ter um elevado impacto turístico.</p> <p>Para funcionar, muita coisa tem de ser alterada, muito trabalho tem de haver, muitas pessoas devem estar envolvidas.</p>			
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	<p>Penso que a Rota não vai aumentar substancialmente a imagem internacional da Golegã, ou da Região. Vai com certeza é criar um maior desenvolvimento local e regional, para que a imagem passe com maior assiduidade, face ao maior número de actividades a desenvolver e de locais a visitar.</p> <p>Sinceramente, como agente económico, como estudante de turismo e como cidadão local, sendo ainda alguém que acredita num futuro promissor e proactivo, penso que os benefícios, económicos, sociais e estruturais serão imensos.</p>			
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	<p>FORÇAS</p> <p>FRAQUEZAS</p> <p>AMEAÇAS</p> <p>OPORTUNIDADES</p>	<p>Património</p> <p>Reduzida dimensão territorial</p> <p>Concorrência</p> <p>Novos projectos</p>	<p>Localização</p> <p>Fraca empregabilidade e</p> <p>Inovação</p>	<p>História</p> <p>Baixos recursos financeiros</p> <p>Proactividade</p>

Indústria dimini

Novos empreg

Ficha nº 6

José Canelas

Engenheiro Agrónomo. Quinta Santo António. Coudelaria. Director FNC

Duração: 53m42s

Local: Equuspolis

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	A Fileira Cavallo. A Golegã pelas suas características, estado de arranjo, é um factor de turismo. Tenho sentido isso nas pessoas, todos que cá vêm, fazem referência à GLG de há 20 anos e agora. Tudo + florido, pormenores mais cuidados.
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Não é uma vila com um património muito vasto mas tem coisas bastante boas. Igreja Matriz – jóia do manuelino; Casa-Estúdio Carlos Relvas – outra jóia completamente diferente, que está a começar a ser delapidado. Um género de turistas completamente diferente; turismo da vila , das coisas bonitas que existem na GLG e Az. Jardins, ambiente óptimo, plana – turismo à base da bicicleta. Por ex Quintas ???. É mais um recurso. Mas é um turismo relativo, a não ser que exista alguma particularidade nestas Quintas. Há meia dúzia com características que possam ter interesse. Há que falar com os donos como querem fazer e se estão disponíveis. Tem que ser conjugado. (...) Os proprietários abrem as Quintas, mas tem que haver retorno que as pessoas sintam, para ter a Quinta aberta tinha de a ter mais cuidada, jardins mais arranjados, logo tinha que haver compensação. Qualquer das Quintas está ligada ao Cavallo, embora não todas, portanto há a outra vertente, podem organizar-se almoços.
Quais estão convenientemente exploradas?	
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Paul Boquilobo , que embora reserva da biosfera, com limitações muito grandes de acesso, o que afecta o turismo, é no entanto uma área que se poderia explorar melhor. A Rota das Capelas , temos uma dúzia de capelas privadas e não privadas... é uma coisa que traz turismo. Todas têm algum interesse turístico... (descreve as Capelas). Os privados não se importam de abrir para visitas, desde que seja dado algum apoio para as manter. É um pacote turístico que vende, até para dois dias.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Como estou do lado de cá... se recorresse ao turismo da Golegã, talvez notasse qualquer coisa... francamente não sei se o Posto de Turismo está aberto ... Passo lá... Divulgação Turística?? A GLG é uma terra que tem muita visibilidade, uma terra referência em termos de turismo, embora não haja uma massificação turística. Já vemos muitos turistas, nomeadamente estrangeiros que vão à CR ao Equuspolis. O turismo do Cavallo... geralmente os turistas vão directamente às Quintas... não sei se a GLG tem essa sensibilidade. Vêm alguns durante o ano... É difícil ter Cavallos parados à espera que um dia alguém marque... os Cavallos comem todos os dias e têm de ser mexidos todos os dias...
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Há um turismo que é o do rio que não está explorado. A Golegã não está virada para o Tejo, tem a característica de não ter só o Tejo, mas diversas lagoas. Criar um turismo de pesca à volta... talvez esteja a romancear... A GLG tem o privilégio de ter diversos Lagos. A Alverca tem dimensão para fazer remo.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Câmara, o Presidente da Câmara – que tem um papel muito activo, tem uma grande visibilidade. A nível individual “pessoal”, as pessoas que estão agora no Picadeiro, trazem muitos estrangeiros, têm estágios, o Jorge de Sousa e a Janet são cavaleiros de renome nacional, trazem muita gente “por eles”. A Coudelaria Veiga – deve ser a coudelaria que proporciona mais turismo a nível nacional, não se a de Alter consegue o mesmo apesar das excursões...
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o	O Evento. A Feira do Cavallo. Totalmente diferenciador. Não existe nenhuma terra na Europa toda, embora conheça mal a Europa, em que as pessoas compram uma casa para virem apenas à Feira e talvez mais uma ou duas vezes por ano. <u>Acho isto um fenómeno antropológico.</u> Outro é o

desenvolvimento do Concelho?	facto das pessoas saírem de casa para as alugarem – o que acontece em algumas praias. A nível internacional, no caso do Cavalo, existe Sevilha (acima de tudo por causa do Hemingway) e Jerez onde vão alguns estrangeiros, mas aqui, vem os espanhóis, mexicanos, americanos, chineses, ingleses, franceses. Aos outros locais vão com espírito diferente, aqui vem para o Cavalo. Temos também a ExpoÉgua, um evento pequenino, muito mais específico. Resultou muito bem a mistura da ExpoÉgua com a Gastronomia . Por si só a Gastronomia era um fiasco em termos de público. Melhorou ambas. (eu por acaso fiz essa sugestão há dois anos, porque é que não se misturavam...)
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Já ouvi falar. Tenho ideia do que é. Assim como surgiu a Rota do Cavalo, do Touro e do Vinho, que penso não deu muitos frutos. Não sei se houve algum turismo à conta disso. Não sei, não acompanho...Um pouco como a Rota do Vinho... as pessoas não podem estar à espera que apareça um turista, a falta de regularidade... Além das placas... pois...
Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	Se for criada através duma associação... individuais, não... não deve ser só o Município ... deve ser uma associação, tipo ANTE, conjugada com o Município. Não ser uma coisa intermunicipal, senão começa a complicar-se...o Município deve ter um papel importante mas de menor visibilidade. Agora, está cá um, de aqui a três anos outro... e podem mudar completamente de linha. Deixar de ser um objectivo...
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Temos que apostar aqui no Turismo Equestre, apesar de chamada de Capital do Cavalo, tenho dúvidas que seja um turismo muito forte. Poderá ser para algumas coudelarias, por terem Cavalos lusitanos. <u>A coudelaria Veiga é a única que se poderá dizer que tem turismo mesmo</u> ...Tanto a Lusitanus como a ANTE foram importantíssimas para a Golegã, mas fruto de circunstâncias várias... noutras circunstâncias provavelmente teria tido um papel muito mais activo.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Forças – Feira com dimensão única. Cavalo. Está na peessoa que foi para a Câmara (explicação da posição tomada pelos criadores em 89, não vindo à Feira. Ano seguinte tudo mudou. Voltaram a haver pavilhões. Começou a ser gerida por um pequeno grupo. Conseguíamos cerca de 40000 contos de patrocínio. Câmara penas dava funcionários. Agora voltou a ser gerida muito pela Câmara, embora com uma pessoa que percebe do assunto) Fraqueza – população participar pouco na Feira. População é ingrata para com a Feira. Se não fosse o Cavalo, a Golegã não estava no mapa. E concerteza não teria tudo o resto. Acho que se não houvesse o Cavalo, por muito bons que fossem na câmara... Ameaças – Oportunidades -

Ficha nº 7

Jorge de Sousa

Equitador. Gestor Lusitanus, S.A.

Duração: 48m49s

Local: Picadeiro Lusitanus

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Bem divulgados os espaços turísticos, como o Equuspolis, a Casa-Estúdio, a Igreja. O Lg. Da feira , apesar de considerar que as pessoas da GLG não se apercebem ser muito visitado durante o ano. Chegam pelo facto de a Golegã estar nos roteiros como Capital do Cavalo. Muitas pessoas, durante a semana, chegam de Lisboa, gente que gosta de Cavalos. Eu não me apercebia disto até vir viver para a GLG. Temos uma amiga alemã que vive aqui e que nos dizia que vinham muitos estrangeiros. Portugueses nem tanto, apesar de as pessoas do norte gostarem muito de vir à GLG e muitos terem cá casa e nós nem nos apercebemos. Muitos deles param na GLG e daqui vão à Feira da Agricultura, da Moita... é um local de paragem.
Quais estão convenientemente exploradas?	Não sei muito bem... Por exemplo o Equuspolis não sei. Não conheço bem. Mas a Casa-Estúdio está a ser muito bem explorada, está a ser potenciada ao máximo. Não há como explorar mais... (não sabe que existe um Museu Martins Correia no Equuspolis e nunca visitou a Casa-Estúdio). O Museu da Fotografia tem uma dimensão mais internacional, Carlos Relvas faz parte da história, a nível da fotografia, mundial. É natural que haja mais gente interessada
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	<u>Há, uma coisa única no Mundo e que não está devidamente aproveitado em termos turísticos. O Património genético dos Cavalos de linhagem VEIGA.</u> Não está explorado, até porque é normalmente os Cavalos são particulares. O roteiro da coudelarias que podia ser integrado num roteiro turístico é um potencial que a Golegã tem único no mundo. Até porque os Veigas estão na origem da raça lusitana. O berço dos Cavalos Veiga está aqui... era de aproveitar. Potencial por explorar... Imagine o que é visitar a égua VEIGA. Outra coisa... o Paul do Boquilobo ... e também com grande potencial... o rio Tejo . E, S. Caetano, toda essa zona tem um potencial turístico fantástico. Deviam fazer só um Cavalo VEIGA, fortalecê-lo. As pessoas já o olham mais como património histórico do que genético. Já não tem o impacto que tinham antes e quanto mais se dividem pior.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Nunca ouvi o eco da publicidade que fazem lá fora. A GLG é sobretudo conhecida pelo Cavalo. As pessoas que visitam o resto é por acréscimo. Talvez 80% das pessoas que visitam a GLG é pelo Cavalo, mas não estou assim tão certo... não tenho dados estatísticos...mas dá-me ideia que não deve fugir muito. Sobretudo o turismo internacional...
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Autarquia – Institucional. Individuais – todos os que trabalham na GLG e que desenvolvem actividades que podem ser exploradas do ponto de vista turística, os donos das coudelarias, eventualmente os produtores de vinho (??) ou outros. Por exemplo a visita ao museu pode ter a inclusão de produtos de excelência.
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Imaginar do que seria da GLG sem isto... Quando há pouco falávamos das pessoas do norte que têm cá casa... o que mexe com os diversos serviços, restaurantes...
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	O mais relevante o S. Martinho, a ExpoÉgua com a Gastronomia . A ExpoÉgua era aquela coisa que ainda não vigou. Serve para fazer calendário... não tem visitantes fiéis. Tinha carência de actividades. Não havia ambiente, era uma coisa fria. As provas eram “xoxas”...pela falta de Cavalos. Há que explorar estas duas coisas conjuntas. Este ano a Feira teve mais pessoas, em ambos os fins-de-semana, mais estrangeiros. A conjugação da Feira quer dos Cavalos quer do restante... não tem sentido não haver feira sem castanhas... é um ambiente único. As pessoas dos Cavalos não são suficientes para fazer a feira. Estão separadas mas ao mesmo tempo, dá mais dimensão. Uma coisa que notei este ano foram lojas de artigos equestres, comidas, farturas, até nas imediações, na rotunda do Cavalo. Os tipos devem ter feito no ano passado um estudo de mercado...

Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Ouvi falar, não sei bem o que é... não sei se é algum roteiro com alguns pontos a visitar...
Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Neste momento não se faz turismo equestre na Golegã. TE é fazer turismo a Cavalo, visitar o Concelho, tudo aquilo que falámos antes mas a Cavalo. Imaginemos a Rotas das Coudelarias que <u>poderia ser feito a Cavalo, a pé, de carro</u> . TE são as randonnés francesas. Visitar o património, comer bem, dormir num bom local.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Força – Cavalo Fraqueza – Ameaças – deixar-se atrasar, perder oportunidades. O facto de as coudelarias não perceberem a importância do turismo. Que ao mostrarem a coudelaria estão a promover a sua actividade. Oportunidades - Hypoos

Ficha nº 8

Jorge Saldanha Mendes

Director Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Duração: 33m26s

Local: Sede do Agrupamento

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	São bastantes: O Relvas – ex-líbris da Golegã; a Igreja Matriz – a requalificação também feita neste mandato, que estava em estado menos bom; o Palácio do Pelourinho – que foi totalmente recuperado e que se tornou numa casa condigna e arranjada para diversas vertentes como a parceria que a Câmara tem com o Politécnico – CESPOGA; Equuspolis – está muito bonito, o edifício em si, o Museu Martins Correia e o espaço envolvente que está muito bem enquadrado para diversa situações, não esqueceram os jovens com os jogos mais recentes.; o arreiro – é mesmo o ex-líbris da GLG que foi melhorado, dignificado, onde foi criada a ANTE, os picadeiros, turismo de habitação integrado, a equitação aos jovens com monitores credenciados, a hotelaria; a restauração com o Barris e o Lusitanus, o pórtico (embora muita da população não realce esse espaço penso ser um espaço que dignifica muito a vila; as rotundas, a qualidade de vida; a instalação do Hotel – muito digno, com muita categoria em qualquer local mundial, muito bem enquadrado, com uns serviços dignificados, muito cuidado; a Biblioteca Municipal .
Quais estão convenientemente exploradas?	O Equuspolis está muito bem. O Museu CRelvas foi muito bem reabilitado com aquela questão <i>suigeneris</i> do CR a falar, que se vê pouco a nível mundial, para uma terra com esta dimensão... acho que está muito bem...
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Mais complicado... O Palácio do Pelourinho podia ter outras valências... é fácil dizer mas é difícil implementar...podia ter outro tipo de utilização, com mais frequência... A quinta da Cardiga ... necessário muito dinheiro para recuperar... as outras podiam ter essa vertente. É uma

	situação que depende de quem os gere. Dignificam muito o Concelho, têm muita história, muito aconteceu nesses locais, que os miúdos não conhecem e que se conhecesse talvez dessem outra dignidade ... damos dignidade às coisas através do conhecimento que temos delas...Seria bom para a população local, e não que dizer que também não fizesse parte do roteiro, dar a conhecer as vivências. As capelas estão fechadas, a Sto António, São João, as da Azinhaga... maior parte fechadas. É um património a considerar e dar a conhecer.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Concerteza que há ... mas é difícil, isto não tem a ver com simpatias... mas a presidência da Câmara, de alguns anos a esta parte, “ele” tem cuidado da melhor forma desta terra, a esse nível, fez dela o ex-líbris do Cavalo a nível nacional, deu uma volta de 180°. A este nível houve um grande esforço da parte do Senhor Presidente. A divulgação a nível local é bem feita, o posto turismo está aberto, num sítio central ...mas quando preciso de saber alguma coisa vou à página da Câmara e aí tenho aquilo que me interessa e a escola geralmente também recebe informação.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Eu penso que é o Centro de Alto Rendimento .
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Institucional – As autarquias mas em especial a Câmara, na pessoa do seu Presidente Individuais – a hotelaria, a restauração trazem pessoas ao concelho
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Coordenam. Tenho quase a certeza que sim. Em certos espaços tenho a certeza que há uma íntima relação.
De que modo a sua acção afecta o turismo?	Afecta muito.
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Imprescindível, em 90% ou mais. Muito mais pessoas no concelho e com mais qualidade. Há mais qualidade a oferecer...
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	A Feira Nacional do Cavalo e a Internacional do Cavalo Lusitano; a ExpoÉgua, a Gastronomia. Com as imposições a nível da restauração do meu ponto de vista fez bem em juntar à ExpoÉgua. Aqueles eventos ligados ao Cavalo que aparecem, exposições que muito regularmente se fazem...
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Já. Soube através da net... e sou de cá ...
Qual o papel <i>actual e futuro</i> da Rota na dinâmica turística do concelho?	Rota de promoção do concelho, deste património. penso que tem futuro.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Existe turismo equestre na Golegã e tem potencial. A charrete... mas não sei bem o que existe... o historial do Cavalo e a demonstração. As Quintas/coudelarias e as pessoas <i>in loco</i> terem contacto com os Cavalos.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Sim é muito importante, a rota ser feita por exemplo a Cavalo. A Andaluzia tem muito isso.
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Muito importante. Tem de haver coordenação portanto nas visitas, visitas guiadas, promover de forma a que as pessoas possam deslocar-se no mesmo dia e a horas determinadas e passem pelos locais de interesse de forma a serem esclarecidas, haver alguém.
O que de mais importante <u>deu</u> ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	Vender um pacote.
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	A Glg em si já tem. E incluindo visitas deste género, interligadas, eu penso que poderia melhorar mais a imagem internacional.
Qual a sua análise SWOT	Forças – “ cavalinho ” nos vários locais, pórtico, a Feira Nacional do Cavalo e os Concursos de

(Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Atrelagem, os Romeiros Fraquezas – (é bom que seja complicado... não lhe sei responder) Ameaças – o denegrir da imagem por certas pessoas... aproveitar certas falhas... Oportunidades – Centro de Alto Rendimento (comércio associado, hotelaria, restauração)
---	--

Ficha nº 9

Farinha Marques

Advogado (aposentado)

Duração: 1h03m14s

Local: Equuspolis

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	É a que tem servido de ex-líbris da Golegã. A feira de S. Martinho, a Feira do Cavalo , agora se ela é suficiente ou não, está a ser ou bem executada?? Isso já é discutível, eu tenho a minha opinião própria, acho que tem uma vertente que é positiva, a vertente diurna: as pessoas dos Cavalos, a passagem dos cavaleiros, os concursos, as provas que se fazem e nuclearmente uma prova que tem muito interesse, a Alta Escola à noite. Há outra, que é a vertente nocturna que devia de acabar e que eu acho profundamente negativa. E na minha opinião pessoal está a destruir insidiosamente a feira. Permitir-se que os Cavalos, contra tudo o que está legislado, andem até às 6/7 da manhã, ai a beber cervejas – os Cavalos também bebem cervejas!! – A Câmara ou os organismos cá da terra, responsáveis pelo Turismo, tem de rever. Dá uma péssima imagem da vila, não favorece nada o turismo, degrada o turismo.
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	O Cavalo é um elemento primordial no turismo na Golegã , mas há outros...
Quais estão convenientemente exploradas?	Há um que está a ser muito bem explorado, muito bem conduzido, o acompanhamento é excelente. Já lá fui diversas vezes, com familiares, amigos, etc.. é estupendo, a exposição em si tem muita qualidade. Aquilo é único. (Casa-Estúdio Carlos Relvas) Do ponto de vista arqueológico, ou artístico, ou arquitectónico, na Golegã, temos a Igreja que também é um bom elemento, até está muito bem conservada, muito bem tratada, ao contrário do que acontece com muitas igrejas deste país, e que atraí muitas pessoas. Há outro elemento que eu “desprezo” que é o elemento tauromaquia, porque desapareceu na Golegã, aqui e em todo o país, já foi um elemento preponderante, ao princípio.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Depois há outro elemento que também considero primordial que é o campo da Golegã . Para mim, é a grande bandeira da Golegã, sempre foi... basta atentar nas armas da Golegã que antes era uma mulher segurando uma infusa e depois mais tarde em 1945 a Associação dos arqueólogos Portugueses propõe novas armas da Golegã onde o campo figura sempre ali em primeiro plano, nomeadamente com as espigas, o campo... Ainda ontem estavam aí uma série de pessoas ... que vêem, que param ou que vão ver a Igreja, mas o acompanhamento ou enquadramento desses turistas devia ser outro, haver também algum trabalho junto das regiões oficiais de turismo no sentido de visitarem o campo (...) No turismo há que ter alguma imaginação. A Golegã não foi uma terra que tenha estado envolvida em guerras... mas tem o campo... o próprio Gil Vicente fala nos toiros da Golegã. Claro que o campo, não é hoje o que era dantes, está totalmente transformado, o campo da Golegã tinha milhentas alvercas que eram uma forma natural de escoamento das águas das cheias (...) Tem o enquadramento importantíssimo que são os rios e o Paul do Boquilobo . Está mal explorado. Tem uma vala imunda, são tudo elementos depreciativos, mas de qualquer modo não faltam aqui elementos para enquadrar. Do ponto de vista paisagístico... é bonito... eu gosto...
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Não tenho assim... A única... não tem a ver com o turismo mas com a disciplina da Feira... O Posto de Turismo ... fui lá comprar um livro. O certo é que a pessoa que lá está devia de encaminhar as pessoas chamar a atenção para este ou aquele aspecto: Já foi ao Museu Carlos Relvas??? No turismo fazem assim... deviam... não é um mono que está ali sentado ... Há uma outra coisa que tem a ver com o Município da Golegã... que é uma chaga, isto numa perspectiva meramente turística que é a Quinta da Cardiga. Não a visito porque me choca (...) via-a a funcionar. A casa para os trabalhadores, o palácio, a vacaria, ... até um mini-jardim zoológico aquilo tinha. Para além disto... a Golegã tem um património muito importante que são as Quintas , relacionadas com o campo, todas elas centenárias, da Labruja, da Broa, do Salvador... e que estão activas, a funcionar. Estão na cota máxima das cheias. As cheias não vão lá. São unidades de produção agrícola interessantíssima ... deve ser estabelecido um <i>modus vivendi</i> entre a Câmara e os proprietários. Só se visita isto ou aquilo...devem haver eventualmente algumas contrapartidas para isso (...)

Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Já tem a Feira... O Campo , todas as componentes do Campo... A Igreja Matriz . A vila em Si... é atraente, está limpa, arranjada, vê-se que há alguém que zela por ela e isso só por si atraí... as pessoas quando falam na Golegã, falam nisso... boa qualidade de vida. A Golegã está a ficar deserta... o que é estranho está aqui no meio do país (..)
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Câmara. Iniciativas privadas: Hotel
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Ai tenho alguma dúvidas... a feira é importante, tem milhares de pessoas, que poderiam vir a deixar algum dinheiro e esse dinheiro dinamizar a economia local e até trazer algum à Câmara, porque é a Câmara que assume ... essas pessoas que alugam quartos... onde ficam os impostos??? 100€ cada quarto. 5 quartos e uma wc.. 10 pessoas... isto até prejudica o turismo. As cavalariças em que um Cavalo paga exorbitâncias para ficar...Esse dinheiro não fica cá, não ajuda a Autarquia, é a Autarquia que depois por um lado tem que enquadrar tudo isso, repor, refazer o que eles estragam, limpar os lixos todos os estrumes... Eu nunca vi (mas também não vou pedir) o deve e haver desta Feira...A Câmara tem grandes encargos com a Feira, horas extraordinárias do pessoal que trabalha ao sábado e ao domingo, equipamentos especiais, as casa de banho que se instalam ai na terra. Tem muitos e muitos encargos com a Feira e deveria ter sido ressarcida.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Sem ser a Feira ...Acontecimentos avulsos... A ExpoÉgua , e outros, mas que suponho não serão suficientemente atractivos a não ser para uma elite muito pequenina, mas não faz diferença nenhuma, o facto e que traz pessoas (...)
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Já vi uns painéis, mas não sei como é que isso se materializa depois no plano prático.
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	É no S. Martinho...Eu não tenho essa noção. Sei dum armador (...) que comprou cá casa, tem uns Cavalos (...) mas para além disso, não gostava de estar a cometer grandes incorrecções, mas acho que não tem grande expressão. Poderá eventualmente ter outra expressão se for levado por diante aquele projecto de fazer o Centro de Estágio de Alto Rendimento (...) Porque nos vemos bem o espaço da Feira não tem qualidade (...) porque se eu quiser ver esse espectáculo de arte equestre ou de alta escola, não vejo! Não tem condições, não tem qualidade nenhuma. O espectáculo é de elevadíssima qualidade, mas aquelas bancadas não é nada. (...) Estamos a defraudar um pouco as pessoas.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa	

da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	<p>Forças – a feira</p> <p>Fraqueza – indisciplina na feira. É o aspecto negativo da Feira</p> <p>Ameaças – concorrência, estão a fazer-se algumas feiras, não bem com estas características, mas... como Ponte de Lima, a Companhia das Lezírias também faz, Alter do Chão também há... enfim, não com a força que esta Feira tem, mas que é de ponderar. A organização a disciplina da Feira, poderá acontecer isso. “avacalhamento” da Feira, depois tem um ambiente um bocado pindérico... deveria de se arranjar outro local, mas isto tem um obstáculo logo à partida, é que os interesses instalados. Se tiraram a feira do arneiro, matam a feira... (devido aos alugueres...). As pessoas afastam-se, sentem-se mal (indivíduos bêbados a Cavalos na manga, ciganos...), retraem-se um bocado e tentam afastar-se. São pessoas extremamente elitistas e a feira é feita também com o apoio deles...por isso a feira antes tinha dois momentos, uma mais plebeia e outra mais aristocrata.</p>

Ficha nº 10

Fernanda Oliveira

Directora Técnica Santa Casa da Misericórdia da Golegã

Duração: 40m49s

Local: Santa Casa da Misericórdia da Golegã

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Os museus, a própria terra , que por si só já é um importante ponto turístico. A Fundação José Saramago . O Museu Carlos Relvas, é lindíssimo... por fora já era e agora por dentro também... toda a área que tem a ver com o Lusitanus – que parece ter alguma dinâmica, vejo lá autocarros e há uns anos fiquei muito desapontada.
Quais estão convenientemente exploradas?	O Cavalos .
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	A Fundação José Saramago , de acordo com um grupo de Lisboa que visitou. A Casa Relvas , se calhar localmente poderiam fazer mais coisas, trabalhar mais os segmentos, com os grupos de voluntárias, o turismo é uma forma muito importante de cultura. É excelência da aprendizagem. Se calhar localmente ainda poderia ser mais promovido. Com as crianças... o concelho precisa de crescer no âmbito da fotografia. Ainda não é vista como uma terra que pode dar muito às outras no âmbito da fotografia.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	O que me chega às mãos, em termos de divulgação, flyers, tem muita qualidade. O posto de turismo é muito estático ... mostra sempre igual, não se vêem grupos à porta... parece-me. A Gastronomia deveria ser mais promovida , mais melhorada. Já quando era pequena se vinha à Golegã para comer. Penso que ainda muita gente cá vem comer mas há sempre coisas a melhorar. Falta a população sabem mais das actividades e interagir. A venda de produtos tradicionais .
Na sua opinião qual é o grande desafio concelho em termos turísticos?	A Fotografia, a Gastronomia e o José Saramago podem crescer mais. Criar pacotes turísticos com tudo isto. Agora todos falam do turismo temático. O Campo ... aquela estrada entre a Golegã e a Azinhaga é qualquer coisa de espectacular. (Viu Praça da Alegria – directo FNC 6.11.2010 e...) Outra questão a certificação de produtos hortícolas da Golegã, atendendo à fertilidade dos campos tão conhecida. Com todos os agentes criar produtos certificados, os agora chamados produtos <i>gourmet</i> . Temos as Quintas agrícolas , talvez a alguns deles também dê jeito fazer algumas visitas... visitámos uma, não há muito tempo, que não sei se pertence aqui ou ao Pombalinho – a Quinta de Miranda – receberam-nos lindamente, todas as pessoas compraram vinhos, é bom para o desenvolvimento económico... Também já fomos à Quinta do Meirinho e pagámos X. Mesmo em termos sociais as pessoas pagarem em tempo e fazerem artesanato. Porque, a Golegã está muito bem situada e tem uma série de condições que podem ser melhoradas. As pessoas são boas a receber, calorosas... Captar grupos de idosos que é um turismo que está a crescer.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Institucional – A Câmara Municipal; a outra ligada ao Cavalos que não sei o nome (Lusitanus), depois toda a gente que tem as tais quintas os tais restaurantes, acho que devem estar todos.
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja	

criadora de valor para o território?	
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Eu acho que sim, são importantes. É assim, isto pode ser muito pequenino e depois chega a Novembro muita gente. Mas se fizermos a média é uma média boa. Os restaurantes como o Barrigas que se mudou do Entroncamento para a Golegã. O turismo veio trazer benefícios e é claro que o ponto alto é o S. Martinho. As próprias pessoas, qualquer pessoa faz uma melhoriazinha, arranjam mais trabalho, até as pessoas à volta que tiram férias para vir trabalhar para aqui.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	A Feira do Cavalo, Gastronomia e o Pavilhão estava muito bonito (Salão do Vinho) e depois há mais uns acontecimentos, para os tais segmentos, como os Carros sem Cavalos. Não faz mal trabalhar estes grupos mas tem que se trabalhar outros segmentos, os que têm menos condições económicas. Aqui há tempo tiveram ai os médicos...está muito bem trabalhado, mas tem que se trabalhar os outros, também deixam dinheiro e também merecem. A Golegã tem agora que privilegiar o pacote mais popular, que contenha as mesmas coisas mas de outra forma.
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Está ai nos placards... ao lado devia ter logo, quanto a mim, um tipo dum mapa e onde se deve dirigir, mas depois não se pode chegar ao sítios e estarem fechados...Vale mais não serem pontos de excelência e serem pontos de menos excelência e estarem dinâmicos, no meu ponto de vista penso que é assim. É muito desagradável... por ex este ano estive em França e havia o Roteiro do Queijo e nós subimos, subimos e entretanto apareceu-nos um sr. Que disse: Não é altura do queijo...Foi na Páscoa. Não custa nada tapar a placa ou informar...
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	Fazer pacotes ...
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Há pessoas que procuram pela diferença, pelos cheiros... acho lindíssima a Feira no final do dia para a noite.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Não acredito em fazer as coisas sozinhas. As pessoas devem sentar-se a uma mesa... é muito mais a pessoa sozinha... Quando nos falamos de uma coisa nós temos tendência a vê-la daí para a frente. É como quando nos apresentam alguém, a partir daí começamos a vê-la. Dá mais trabalho no princípio mas depois... os seja a Rota vai ter que contar com as pessoas, com os restaurantes...com o baptismo do Cavalo. A câmara não pode fazer a rota e estar toda a gente de fora tem de envolver os agentes. Dá mais trabalho mas depois tem frutos. Caso contrário, dá mais trabalho a envolver as pessoas a motivá-las.
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	Quanto mais ofertas houver ou em grupo ou individual, melhor.
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Forças – a Golegã ser das terras mais conhecidas como uma Coimbra, porque tem a força do Cavalo por trás... não precisa de ganhar relevo. Já o tem Fraquezas – em termos de transportes não está muito bem... Ameaça – não sei... Torres Novas está a ganhar alguma vitalidade. Até em termos de estar, bares à noite. Pode estar a levar pessoas. Oportunidade – a fotografia e os produtos dos campos

Ficha nº 11

Rui Pereira

Proprietário Intermarché

Duração: 32m44s

Local: Ecomarché Golegã

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Como sabe, não estou cá há muito tempo, mas o tempo a que estou, oiço e aquilo que falo com alguns amigos meus, todos conheciam melhor a Golegã do que eu, agora noto realmente que há uma atracção grande, na Golegã, porque nós às vezes interrogamo-nos: “tanta gente vir à Golegã porquê?” é sina que existe em termos de factores de atracção para as pessoas virem ver existe muitos, o cavalo, toda a gente diz: “A Feira do Cavalo...”. Agora cada vez que falo que sou da Golegã dizem logo: “Ah, a terra dos cavalos.” Nem quer dizer que seja a terra dos cavalos, há é uma grande ligação da Golegã ao cavalo e acho que isso também tem sido um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos e se calhar agora como mais incidência, pelo menos daquilo que eu conheço e em que isso faz que as pessoas se desloquem muito. Eu por exemplo fiquei muito admirando duma das primeiras vezes em que cá vim e ver muitos estrangeiros e então: “O que é que estas pessoas vêm para aqui fazer?” E cheguei à conclusão que as pessoas gostam de chegar aqui assim à Golegã, gostam de ver esta vila que ao fim e ao cabo é uma vila, um círculo, isolado em parte, porque em parte não há ligação de casas, há é terrenos agrícolas à volta, mas perto de tudo, o que é uma vantagem para o turismo, para as pessoas que vêm cá. Ainda que a Golegã possa não ter ou eu não conheça os factores de atracção em termos turísticos, os que tem consegue desenvolver. Por exemplo uma das coisas, embora não só do turismo, de atracção à vila, é a questão do centro que fizeram de estágio, isso é uma mais-valia para trazer as pessoas cá, propriamente alguma quintas, o “José Relvas”, é um nome que muita gente conhece. Agora começo a perceber-me que realmente existem muito mais coisas do que aquelas que eu pensava que existiam (...) a própria vivência da vila, que é uma vila pequena, mas perto de tudo, desenvolvida, embora não sendo de ponta é uma vila em que se vive bem.
Quais estão convenientemente exploradas?	Eu acho que está bem explorado. O que eu penso, é que se calhar na área do cavalo, e sei que estão a trabalhar nisso, por causa daquela nova situação, nova infra-estrutura (Hypoos), acho que falta, não pode ser só duas vezes ao ano, tem que haver continuidade e penso que o desenvolvimento da Golegã será por aí. Quando existe um evento na área do cavalo vem muita gente... é muito sazonal, a Feira, a ExpoÉgua e mais um concurso ou outro, penso que se houver mais e com a nova infra-estrutura que está a ser pensada, penso que fará falta para haver uma continuação. Muitos estrangeiros cavaleiros e tudo vão vir cada vez mais à Golegã, porque terão condições para trabalhar e competir, vai ajudar na parte de hotelaria, as pessoas as fixarem-se um bocadinho mais. Se hoje já existe tanta gente a comprar casa na Golegã e é uma das coisas, que as pessoas ficam muito admiradas que é o custo dos terrenos, penso que irá valorizar muito mais. As pessoas da Golegã, ainda não estão 100% vocacionadas para o cavalo, às vezes noto que há mais pessoas do exterior... Quando há eventos do cavalo há mais pessoas de fora da Golegã. Há aqui uma falta de ligação das pessoas da Golegã, com os eventos, não apreciam. O que noto mais é que fora a Feira principal do cavalo, nos outros eventos, acho que há menos, faz-se por exemplo um concurso de saltos, aparecem poucas pessoas e é nisto que eu acho que falta aqui uma ligação. Não há dúvida nenhuma que em termos de turismo em termos de trazer pessoas à vila.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	A Golegã tem uma particularidade, tem muitas pessoas já de idade. Tem a ver com o hábito que as pessoa têm, associarem a Feira a algo inacessível, pode haver aqui algum distanciamento ... eu sei que é difícil mas tentar interagir evento com população. As pessoas do centro e do sul não aderem. As pessoas do norte, e vê-se com a Feira, aderem muito. São pessoas muito mais bairristas. Os eventos fora da Feira, não interagem muito... Por exemplo antes toda agente sabia do bife que se comia na Golegã, mas depois falta aqui qualquer coisa. Ma aquilo que sinto é que há potencial.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	(...) A Lagoa, talvez seja lirismo da minha parte, mas umas gaivotas, algo que possa atrair. Uma praia fluvial (...) à excepção do campo não temos uma paisagem atractiva... não temos uma floresta. Temos o Paul, mas passa despercebido. Acho que há ainda um caminho muito grande para percorrer.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do	

Concelho?	
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Bem não é uma pergunta fácil de responder. Do meu ponto de vista, do conhecimento que eu tenho, se calhar não há muito. Por exemplo na Gastronomia, este ano, fez-se algo diferente, tentar com que as pessoas não se deslocassem, que as pessoas ficassem nos seus restaurante e talvez tenham mais facilmente (não foi fácil, talvez de criar, porque nem toda a gente está de acordo) (...) A Câmara trabalha para que os seus munícipes se sintam bem. Não ser fácil porque existem várias camadas, ou categorias, de restaurantes e às vezes é difícil, penso eu, juntar um que é mais fraco com outro que tenha o seu nível de clientes, se calhar algum preconceito em se juntarem, não sei, isso é a minha ideia. É uma mais-valia. (...) quem trabalha num ano para a realiza da Feira do Cavalo e depois vê milhares de pessoas, agora erros, coisa que correm menos bem existem todos os anos e vai continuar a existir
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Nós estamos numa crise muito grande (...) para nós tem sido ligeiramente melhor do que o ano passado. Houve muita gente, mais pessoas. A restauração, esteve sempre muita gente.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	A Feira do Cavalo
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Sim. Basicamente não sei muito, mas parece-me que é algo tipo a Rota do Vinho, é algo a desenvolver, a que se quer associar uma região, no caso ao cavalo.
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	Acho que tem condições para andar, há que saber gerir muito bem, tentar atrair as coisas a algo. (...) Tentar criar fluxos migratórios. Tem que se fazer mais alguns eventos, tentar que não haja desconexão. Haver sempre algo. As pessoas chegarem ao Lusitanus, ter sempre aquilo aberto. As pessoas entram ali, vêm os cavalos... se vierem cá e não virem cavalos... então mas isto é a Rota do Cavalo e eu não vejo cavalos? Tentarmos, Isto é uma ideia. Mas existem quintas aqui à volta onde têm coudelarias, se for possível, tentar juntá-las e tentar fazer aqui uma interligação, uma rota, em quer as pessoas possam chegar cá a um centro de turismo e dizerem que as pessoas podem visitar estas quintas ..., com o historial delas. Penso que passará por ai se é fácil, concerteza que não deve ser, não gostam de ter muita gente.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Não tenho conhecimento que se faça, mas acho que se deveria fazer. Temos a ANTE essa associações assim, se calhar deviam começar a trabalhar, se calhar só turismo, passeios. O que penso é o seguinte: chega aqui um grupo de pessoas, existe condições para... não! e é isto que eu acho que falta. Vamos à Feira do Cavalo, nunca andei de cavalo... existem estruturas para a pessoa chegar, alugar um cavalo, com alguém lá e que possa andar?? Se calhar não. Por isso digo, se calhar tem que se desenvolver um bocadinho mais. Penso que também, e aí já trabalharam isso, haver um trabalho com as escolas em que os miúdos possam usufruir. Passará também por existir algo divulgado. Está mais do que provado que andar de cavalo não é só para as elites. Terá que se tentar criar para todas as pessoas. Criar uma estrutura... em que as pessoas vêm à Golegã
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Forças – Voltamos ao mesmo... o cavalo. Todas as pessoas associam Golegã ao cavalo Fraqueza – não sei... as condições que a vila tem para albergar tantas pessoas num evento; não sei até que ponto se estão a fixar as pessoas na Golegã

	Oportunidades - Desenvolver o campo, proximidade ao rio, o Paúl, o que temos é pouco mas tem potencial Ameaça –
--	--

Ficha nº 12

Constantino Gaudêncio Lopes

Presidente da Junta de Freguesia da Golegã

Duração: 37m07s

Local: Sede da Junta de Freguesia da Golegã

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	Sim, há sem dúvida uma estratégia, tenho a certeza que existe e tem servido para dar a conhecer o que temos e que vem sido feito ao longo dos últimos tempos.
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	O nosso património, que é rico. Todo o património arquitectónico e paisagístico. São coisas que já vão sendo exploradas. A construção do Hotel trouxe bastante desenvolvimento à GLG. Vemos aqui pessoas que há meia dúzia de anos e que agora nos visitam. E porquê? Pelas infra-estruturas que há na GLG... Nós que vivemos cá não damos importância... Tem hoje, muitas infra-estruturas e continua a apostar na criação de outras, como a nova do hipismo, que espero vá por diante. A GLG tem efectivamente muitos sítios que são dignos de ser visitados: A Quintas
Quais estão convenientemente exploradas?	Provavelmente ainda não estamos a explorar aquilo que temos e que poderemos vir a explorar, mas temos dados passos ultimamente para que possamos usufruir desses recursos que temos. Se recuarmos 12/13 anos os recursos que temos comparativamente, ao nível de museus: o museu relvas que à 12 anos não era agradável visitar. A Biblioteca , que muitas cidades gostavam de ter, espaços desportivos, um parque escolar , enfim... uma quantidade de coisas que fazem com que não nos sintamos envergonhados quando nos visitam. A Casa Relvas está a ser bem explorada, não sei se o horário não deveria ser alargado.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	As Quintas não estão a ser convenientemente exploradas. A igreja e as capelas deveriam fazer parte de uma rota. As capelas estão fechadas. A dos Anjos, a de Sto António, as da Azinhaga, que ainda são mais. Mas tem-se dado passos largos. O Paúl do Boquilobo ... também é outra coisa que precisava de ser melhorado, apesar de haver muita divulgação e não sei até que ponto as vias de comunicação dão a resposta... não é uma visita fácil.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Isto pode ser sempre tudo melhor... Temos vindo a melhorar, a dar uma melhor resposta do que a que se dava há uns anos atrás. O problema das Quintas ... se aparece uma pessoa para visitar... envolve meios que nem sempre existem... acho muito engraçado termos aqui um carro de Cavalos para dar um passeio, mas por um lado temos um Carro de Cavalos que não é utilizado todos os dias e depois tem encargos que fazem que seja uma actividade cara uma vez que tem uma actividade pequena. E parece-me que a procura é pequena. Se fosse maior criava-se um posto de trabalho.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelho em termos turísticos?	Sinceramente...nem sei o que hei-de dizer... temos melhorado mas estamos longe da perfeição. Essa questão das visitas guiadas, eu acho que as Quintas era importante e o património arquitectónico (fala-se, no Relvas, no Palácio do Pelourinho, no Equuspolis, em tudo isso que temos e podemos oferecer). A divulgação é muito boa, mas podemos sempre divulgar mais. Mas parece-me que a Golegã não tem muito mais para dar do que tem dado ultimamente, pode é dar em quantidades maiores, na minha opinião.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Câmara Municipal – institucional Individuais – também não podemos referir muitos ... mas o Hotel, a fábrica dos Vinagres, os restaurantes – viu-se com a instalação do Barrigas...
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Penso que sim...
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Todos (recursos) têm contribuído para a divulgação e desenvolvimento turístico do concelho. É mesmo uma referência a nível nacional. Até me mete confusão as pessoas todos os anos cá vêm... as mesmas.

Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	A Feira Nacional do Cavalo, a Gastronomia também contribuiu, embora agora, com moldes completamente diferentes ... as pessoas não aderem como aderiam. Os toiros, a comida ... a última gastronomia não atraiu tantas pessoas, na minha opinião...devia continuar como estava
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Já ouvi... do Cavalo, do touro, do vinho ... muito sinceramente conheço mal é um assunto que não domino muito bem. Eu acho que se funcionasse bem e tivesse visibilidade eu provavelmente estaria mais documentado sobre ela.
Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	Todos os actores deveriam estar envolvidos. Não sei se se consegue. É do interesse de todos
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Não sei se as pessoas que vêm à Golegã, conseguem ver Cavalos em outros dias que não nos da feira. Tem potencial mas para haver oferta tem que se investir muito...
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Sim, sem dúvida... apesar das pessoas da Golegã já não poderem ouvir falar em Cavalo... ele é importante...
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Força – Cavalo, vias de comunicação; qualidade de vida, não existência de indústria que dificulta o desenvolvimento do turismo. Fraqueza - alojamento Oportunidade - Hypoos

Ficha nº 13

Oliveira Freire

Farmácia Oliveira Freire

Duração: 15m28s

Local: Farmácia

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Vila presépio. Casa-Estúdio Relvas . Jardim muito agradável para ler e estar... O Equuspolis .
Quais estão convenientemente exploradas?	
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Caminho de Santiago
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	O Posto de Turismo – pessoas competentes e com gosto. Os restaurantes fazem pouco pelo turismo. Não têm iniciativa.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Institucionais - Câmara
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	
De que modo a sua acção afecta o	

turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Houve um grande desenvolvimento na GLG, pelo menos nos últimos dez anos.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Apreciei a junção da Gastronomia e da ExpoÉgua e o facto de se ter cá realizado o PENTATLO Moderno
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Quando entro na Golegã vejo logo um placard . É um protocolo conjunto com a GLG, Alpiarça, Chamusca...
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	Teria lógica de existir se a conseguíssemos percorrer.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Há muito mais gente a vir... o cavalo está sempre presente
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Ameaça – Ponte Lima também quer ter uma Feira de S. Martinho

Ficha nº 14

António Camilo

Presidente do Futebol Clube Goleganense

Respondido por email

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	No meu entender o concelho deverá ter uma estratégia, onde os Órgãos Autárquicos deverão ter um papel preponderante na sua dinamização. Após esta intervenção inicial deverá ser dada oportunidade e incentivar as instituições e associações não esquecendo as micro e pequenas empresas no sentido de proporcionar um melhor desenvolvimento local.
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Tratando-se da Capital do Cavalo, a Golegã tem várias potencialidades ao nível turístico. A Feira Nacional do Cavalo é sem dúvida o expoente máximo. No entanto na última década tem havido um esforço no sentido de aproveitar o tema do “Cavalo” para haver mais acções durante todo o ano e as mesmas têm sido um sucesso, nomeadamente a ExpoÉgua.
Quais estão convenientemente exploradas?	Como já foi referido, A Feira Nacional do Cavalo é um recurso que está a ser muito bem explorado.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Tendo em atenção a organização da Feira Nacional do Cavalo, foram criadas outras infra-estruturas de suporte à realização da mesma, nomeadamente um posto de turismo, o Sport Hotel (Centro de Estágio), reabilitação do Parque de Campismo, etc etc. Enquanto uns são muito bem aproveitados ao longo do ano, outros poderão ser mais bem divulgados, nomeadamente o Sport Hotel, já que o Concelho encontra-se bem dotado de instalações desportivas (Piscinas, Pavilhões Desportivos, Campo de futebol relvado e outras) a acrescentar ainda o facto do Concelho da Golegã estar inserido numa área ambientalmente bonita.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Por tudo que me apercebo não existem lacunas na organização turística do Concelho, até porque a Câmara Municipal da Golegã está muito atenta a esta situação e faz uma excelente divulgação através dos vários canais acessíveis à autarquia.. Poderá eventualmente haver situações de pormenor mas que com o tempo têm sido corrigidas, como por exemplo a imediata colocação no site da Câmara de todas as actividades a desenvolver.
Na sua opinião qual é o grande	O grande desafio está lançado com a criação do Centro de Alto Rendimento que será uma

desafio concelhio em termos turísticos?	realidade dentro em breve e que vai contribuir significativamente para o aumento de turistas que visitam o nosso Concelho e por conseguinte aproveitar todas as nossas potencialidades. A aposta nesta área vai de certeza proporcionar o desenvolvimento do concelho não só no turismo equestre mas em outras áreas desportivas, culturais e de lazer.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Câmara, a hotelaria, os restaurantes ...
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Parece-me que sim... por exemplo o hotel quando tem clientes, mesmo que seja uma reunião, divulga os museus, incluindo muitas vezes bilhetes na sua oferta...
De que modo a sua acção afecta o turismo?	Afecta muito positivamente. Quanto mais coordenação e apoio melhor...
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	É um papel muito importante, a sua existência ajuda a desenvolver o turismo. Bons recursos, bom turismo.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho? Feira Nacional do Cavalo, todas as iniciativas equestres. Eventos Culturais e desportivos – nomeadamente o Pentatlo.	A Feira do Cavalo, sem dúvida.
Como percebe a o turismo praticado na Golegã como gerador de riqueza para o Concelho?	Mais visitantes e por conseguinte há mais consumo nos estabelecimentos do Concelho, gerando riqueza.
Conhece a Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Sim conheço.
Quais as principais motivações que fizeram surgir a Rota, <u>embora ainda em fase embrionária?</u>	Rota turística criada para direccionar os visitantes para os diversos pontos de interesse concelhio.
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	O papel actual não me parece de grande visibilidade, mas devidamente ajustado e divulgado terá futuro. Divulga os recursos e desenvolvimento do concelho.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	Património edificado, natural, quintas, restaurantes (alguns), hotelaria. Actividades – feiras (Bodo, Cavalo, ExpoÉgua, Gastronomia)
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Continua a haver interesse das pessoas, nomeadamente estrangeiros, em visitar a Golegã, em termos equestres, pelo que devidamente explorado terá muito potencial no futuro, desde que se criem as condições.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Sim, acima de tudo devido à tradição equestre da Golegã. Capital do Cavalo.
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Muito importante, no futuro. Após Rota estar bem definida.
O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	Dará visibilidade ao território.
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	Sim. Devidamente organizada poderá ser feita inclusivamente pelos países parceiros do concelho.

Ficha nº 15

Fátima Contente

Chefe do Serviço Finanças da Golegã

Duração: 26m54s

Local: Serviço Finanças da Golegã

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Os museus, o Carlos Relvas o Equuspolis – o Martins Correia, o Palácio do Pelourinho . Na Azinhaga a Biblioteca – que deve ter algum espólio sobre o Saramago; os Cavalos, o Lusitanus – onde podem assistir ao vivo ao Cavalo; apreciar o bom que a natureza tem, espaços espectaculares de lazer, a Igreja – monumento nacional; as Quintas – embora não sei se é possível visitar, mas acho que era uma coisa que deveria ser aberta, porque é um espólio que não existe. Piscinas Municipais, o Sporthotel , muito interessante também a Biblioteca .
Quais estão convenientemente exploradas?	Temos um Parque de Campismo com uma situação espectacular
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Principalmente as Quintas – embora não sei se é possível visitar, mas acho que era uma coisa que deveria ser aberto, porque é um espólio que não existe – uma parceria com a Câmara para poderem abrir as portas ao público. Tem história que é muito própria nossa e que é único a nível nacional. A Alverca penso que deveria ser mais bem explorada, o espaço envolvente, (...), no caso do Jardim do Equuspolis deveria haver mais “envolvimento” com passeios, gaivotas, o Cine-Teatro e S. Caetano... Os passeios de Carro Cavalos, há pouca divulgação . De resto tem havido da parte do Município uma intervenção muito eficaz.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Faz falta um posto de turismo como deve ser, com pessoas a falar correctamente línguas e que tenham os documentos necessários
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Eu penso que sim, as tais Quintas , incentivar os donos a fazerem turismos de habitação. Recuperando as casas dos empregados. A Golegã é muito agradável para descansar.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Neste momento só estou a ver a Câmara e o Hotel, embora seja benefício do próprio, foi bem feito, traz aumento postos trabalho, mas deveria ter cá a sua residência fiscal, assim os impostos vão para outro lado...
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Têm sido importantes, tanto que continuam a abrir restaurantes, uns vigam outros não, mas penso que o tecido empresarial à volta do turismo têm vigado. A nível do comércio sente-se um maior desenvolvimento até a nível do Ecomarché, de acordo com o proprietário. As pessoas vêm ver a Golegã e depois vão às compras... os estabelecimentos estão a aumentar de tamanho.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	A Feira Nacional do Cavalo, a ExpoÉgua e com a Gastronomia... os outros são para minorias: a Atrelagem
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Já ouvi falar mas não tenho informação sobre isso. Só o que se vê no placard.
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Eu penso que sim. Temos o Lusitanus, embora não seja muito acessível, tem os estágios e está mais divulgado pelos estrangeiros. Mas não temos grande turismo equestre na Golegã, ainda.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é	

importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interação da Rota com outros actores da região?	
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	<p>Forças – As Quintas</p> <p>Fraqueza – A falta de divulgação. O valor das casas na Golegã. A Golegã é cara mas é bom viver cá. Só se deslocam para a periferia se quiserem.</p> <p>Ameaça – dificuldades económicas do país</p> <p>Oportunidade – mais hotéis para as pessoas pernovernarem, implementar o turismo habitação.</p>

Ficha nº 16

Fabiana Mateus Dinis Freire

Psicóloga Educacional

Entrevista por Email

Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	<p>Para mim, a principal potencialidade do Concelho Golegã é ter conseguido conservar as singularidades de uma urbe ribatejana. Penso que nos anos 60 e 70, naquele período em que se construíram a nível nacional verdadeiras aberrações arquitectónicas, a Golegã deve ter atravessado uma fase de estagnação que fez com que hoje se consiga passear nas principais praças e ruas e sentir a cultura local, o Ribatejo, a vida rural. Essa ruralidade não deve ser vista como algo retrógrado, bem pelo contrário, é um dos elementos fundamentais da nossa singular paisagem e um autêntico cartaz turístico. Basta olhar para as casas com as fachadas alinhadas com as ruas (numa atitude muito ribatejana de guardar para a esfera privada aquilo que realmente se é) e para as quintas opulentas onde, além dos edifícios, podemos admirar os campos cultivados, os Cavalos à solta, a magia do trabalho do campo. Mesmo os edifícios mais recentes respeitam essa traça característica e fazem com que a Golegã se continue a caracterizar pela sua ruralidade. Penso que esta potencialidade do Concelho é sobretudo reconhecida pelos estrangeiros que nos visitam com regularidade, por aqueles que nos procuram anualmente, que gostam de desfrutar da paz que a Golegã oferece aos seus visitantes. Muito contribui também a limpeza dos espaços públicos (exteriores ou interiores) e a preocupação estética que orienta as opções a nível de urbanismo e urbanismo paisagístico.</p> <p>Depois, não posso deixar de identificar como recurso os dois excelentes museus de que a Golegã dispõe e que penso não serem suficientemente valorizados pelos próprios goleganenses. A obra de Martins Correia é de uma beleza impar em Portugal e no Mundo, pelo seu pioneirismo, pela utilização de novas soluções plásticas, pela forma como usou a cor e reinventou as formas. Relativamente à Casa-Museu Carlos Relvas, exemplar único no Mundo, penso que é um recurso que tem sido mais explorado e que traz hoje muitos visitantes à Golegã. Em terceiro lugar, destaco o Cavalo como potencialidade turística da Golegã, a imagem do Concelho associada ao Cavalo e ao Mundo equestre, que atrai milhares de visitantes à Golegã, sobretudo por ocasião dos seus principais eventos. Quando refiro que resido e trabalho na Golegã, não há ninguém que não identifique a sua relação com o Cavalo. Penso que a Golegã tem sabido muito bem vender a marca “Capital do Cavalo” e, por inerência, essa qualidade tem trazido inúmeros benefícios a nível do turismo. Outros recursos com potencial turístico que considero de menor relevância, por não terem tanto interesse para as pessoas ou por não estarem suficientemente explorados: a Casa Museu José Saramago, a Golegã como produtora de vinho e outros produtos agrícolas, a gastronomia da Golegã, a Reserva Natural do Paul do Boquilobo, as Igrejas e Capelas, as Quintas.</p>
Quais estão convenientemente exploradas?	<p>A Golegã como urbe rural penso que está convenientemente explorada. Com certeza que se tivéssemos ruas de comércio com pequenas lojas de produtos regionais e artesanais isso atrairia mais pessoas, assim como uma aposta maior na divulgação. De qualquer forma, penso que este tipo de turismo se faz pelo “passa-a-palavra”. Quanto aos Museus, se a Casa-Relvas está a ser</p>

	explorada obtendo reconhecimento público, Relativamente ao Cavalo, é um Mundo que desconheço e que tenho dificuldade em compreender. Verifico que traz muitos visitantes à Golegã... pelo que considero que deverá estar explorado. Como não era um motivo que me levasse a viajar ou a visitar um lugar, por oposição aos anteriores, não me consigo pronunciar muito a esse respeito.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	o Museu Martins Correia não está . Faltam serviços pedagógicos dedicados não só a escolas, mas aos visitantes mais novos que vêm com os pais. Sabemos hoje que muitas famílias privilegiam a cultura na programação dos fins-de-semana e férias que proporcionam às crianças. Relativamente à obra de Martins Correia, sinto que a Golegã não lhe tem o respeito e a deferência que merece e que outros Concelhos têm por artistas com bem menos valor. Se excluirmos a população em idade escolar, penso que seria interessante verificar que apenas uma reduzidíssima percentagem de goleganenses e, sobretudo, azinhaguenses conhecem este Museu. E se não conhecem, não podem dar a conhecer! A Casa Museu José Saramago não está explorada, nem muito nem pouco. O seu espólio é pobre pelo que se deveria investir mais na produção de conhecimento sobre o escritor, na organização de pequenos eventos (tertúlias, conferências, apresentações de livros, actividades dedicadas ao público mais jovem). A Golegã como Concelho essencialmente agrícola também não está explorada a nível turístico. Faltam oportunidades de degustação de vinhos , talvez aproveitando as experiências que as quintas podem oferecer. Falta aliar isso à gastronomia local que deveria defender uma imagem única do que são os pratos típicos, as sobremesas típicas. Falta dar um toque de requinte a receitas antigas como as couves com feijão ou o peixe frito. Hoje fazem-se muito km's para provar uma boa iguaria. Conheço pessoas em Lisboa e em Coimbra que vêm ao Boquilobo comer enguias (e que não passam pela Golegã). Penso que poderia haver um maior investimento na conciliação daquilo que a Golegã oferece como produtora e naquilo que coloca na mesa dos seus visitantes. A Reserva Natural do Paul do Boquilobo não está explorada e envergonha o Concelho. Desde a falta de sinalização, a falta de divulgação, a falta de brio com o edifício logo à entrada... As Igrejas e as Capelas na sua maioria estão bem preservadas, bem conservadas, apesar de não estarem preparadas para se afirmar como produto turístico.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Penso também que a divulgação que a Golegã tem durante a Feira (na televisão, na imprensa), apenas promove a Feira e não o Concelho. As próprias imagens que aparecem não convidam a visitar a Golegã. Se o Cavalo e as actividades equestres não me cativassem, não me sentia convidado a visitar o Concelho. Penso que é preciso passar para fora a imagem da Golegã concelho limpo, concelho com qualidade de visa, concelho turístico por excelência.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Conseguir vender a Golegã separadamente dos grandes eventos , criando programas que incluam oferta cultural, gastronómica; passando uma imagem de vida saudável aliada ao desporto (percursos pedestres) e à saúde (descanso).
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	A Câmara Municipal (pelas competências que lhe estão atribuídas em matéria de cultura e turismo); os Museus (pela oferta cultural que poderão proporcionar); a Reserva Natural do Paul do Boquilobo (pelo potencial que tem para oferecer em termos turísticos); o Instituto Politécnico de Tomar ; a Associação FNC ; algumas Quintas (que tenham interesse em associar-se como espaço de convívio, degustação de vinhos, experiência de vida ribatejana que podem proporcionar); alguns Restaurantes (que poderiam ajudar a criar uma imagem universal da gastronomia ribatejana; artistas e artesãos...
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Existe interacção mas, daquilo que conheço, penso que não existe uma coordenação ao nível do turismo especificamente. Se um visitante se deslocar ao Paul, provavelmente ninguém lhe pergunta "Já visitou a Casa-Estúdio Carlos Relvas?". Penso que não existem um programa global, um plano único de acção a nível do turismo, que poderia favorecer a <u>criação por exemplo de pacotes turísticos com por exemplo: entrada nos Museus + passeio de charrete + jantar</u> . Ao nível da gastronomia também não há um plano global.
De que modo a sua acção afecta o turismo?	Se não há uma preocupação geral, partilhada por todos, de promover o turismo, isso significa que há potencial que não está a ser aproveitado. Soube que o almoço de Natal das técnicas da Segurança Social de Santarém foi, no ano passado, no restaurante Barrigas; se houvesse uma articulação poderia ter sido oferecido um programa global com visita à Casa relvas e deslocação em carro de Cavalos entre os dois locais, por exemplo.
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Penso que o Cavalo, fora dos grandes eventos (mas mesmo nos grandes eventos), apenas traz uma franja da população à Golegã, sendo que a generalidade não faz turismo na Golegã (não visita Museus, não procura conhecer a Golegã para lá do centro da Feira). É a Golegã como concelho rural, como vila tipicamente ribatejana, que tem ainda grande potencial por explorar.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Gostava de poder dizer que a arte e a cultura contribuem para o desenvolvimento do Concelho, mas penso que ainda não contribuem muito. Penso que poderá passar pela educação dos mais jovens, que poderão ser eles a trazer os pais, os pais a trazer os amigos, e os amigos outros amigos... Penso também que os Museus se têm de abrir para o exterior. Tanto o Museu Martins Correia como a Casa-Estúdio Carlos Relvas estão muito fechados: tenho a certeza que há potenciais visitantes que passam em frente a ambos e que não visitam porque nem se apercebem, ou pensam que os edifícios

	estão fechados.
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Penso que durante a Feira Nacional do Cavalo e a ExpoÉgua, o turismo equestre traz um número significativo de visitantes à Golegã. No resto do ano, não penso que essa procura seja dominante. A maior parte dos visitantes que vêm passar um dia ou dois à Golegã provavelmente não vêem um único Cavalo ou não estão em contacto com nenhuma actividade equestre.
Conhece a Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Conheço a existência desta rota , mas não conseguiria identificar todos os pontos de atracção turística da Rota e com certeza que desconheço alguns, nomeadamente as Quintas.
Qual considera ser o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	Actualmente, não tenho dados que me permitam dizer qual o papel desta Rota. No entanto, penso que a grande maioria quer dos goleganenses quer dos visitantes a desconhece. Penso que não está ainda a ser explorada, ou se está, isso é imperceptível para quem a visita. No futuro, penso que pode ser um guia para quem nos visita, uma forma de orientação que permite melhor conhecer o património e que poderá facilitar o acesso a Quintas, Igrejas e Capelas. Considero também que esta rota não pode ser apenas um mapa do território, mas tem de potenciar os recursos já existentes e até criar novos pontos de interesse.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	Não sei ao certo, mas penso que Museus, Igrejas e Capelas, Quintas, a própria Reserva Natural. Talvez integre também as estruturas ligadas ao Cavalo como a Associação Nacional de Turismo Equestre.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Para mim enquanto visitante não seria, mas penso que quem pretende seguir uma Rota do Cavalo é porque se interessa pelas questões ligadas ao Cavalo e pelas actividades equestres pelo que seria fundamental que o turista pudesse ver Cavalos, conhecer mais, desenvolver actividades equestres, desportos equestres, actividades dirigidas aos mais jovens com ou sobre Cavalos. Por exemplo, penso que era importante que a Rota integrasse a Biblioteca Temática do Cavalo que existe no Equuspolis.
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Penso que é fundamental. Há turistas que visitam Constância e Vila Nova da Barquinha que não passam na Golegã e deveríamos ser capazes de ser atractivos para essas pessoas. Se a Rota incluísse alguns lugares fora do concelho e abrangesse alguns pontos dos concelhos vizinhos, talvez isso fosse uma garantia que os concelhos vizinhos iriam contribuir para a divulgação e desenvolvimento do projecto. Penso que deveria integrar parceiros económicos, coudelarias, associações de criadores, instituições de ensino profissional e superior,... De qualquer forma, gostaria de referir que sinto que existe uma reduzida complementaridade inter-concelhia a vários níveis, o que se constitui sem dúvida como uma oportunidade que não está a ser explorada e que poderia sê-lo uma vez que os concelhos vizinhos estão muito próximos.
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	Até agora, não conheço francamente o impacto que esta Rota teve no desenvolvimento turístico da região. No futuro, penso que poderá ajudar a que as agências de viagem e outros promotores turísticos (inclusivamente empresas do tipo “A vida é bela”) considerem a possibilidade de dinamizar roteiros de fim-de-semana no nosso Concelho. Actualmente, agências de viagens como a Abreu disponibilizam periodicamente pacotes em território nacional com experiências e refeições incluídas.
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	Penso que sim. Penso que oferece alguma credibilidade à Golegã – Capital do Cavalo, que contribui positivamente para divulgar e vender essa marca, que contribui também para a afirmação internacional da Golegã.
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de eventos a nível nacional com grande poder de atracção a nível turístico (Feira Nacional do Cavalo, Feira Internacional do Cavalo Lusitano, ExpoÉgua) - Existência de um património natural, cultural e arquitectónico de elevada qualidade - Dotação paisagística e climática com forte potencial para o desenvolvimento de turismo de qualidade - Excelente cobertura em equipamentos desportivos nas duas freguesias - Gratuitidade dos transportes colectivos internos - Excelente cobertura em equipamentos escolares ao nível do ensino pré-escolar e 1º ciclo - Grande concentração populacional - Existência de cursos de água que podem favorecer a prática de desportos aquáticos ou outras actividades (rios Tejo e Almonda, Alvercas) <p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevada percentagem do território afecto à RAN e à REN - Comércio fraco (reduzido número de lojas de produtos regionais) - Existência de uma certa hostilidade/desconfiança relativamente ao que vem de fora - Grande dependência do sector terciário - Fraca cobertura ao nível de formação profissionalização com equivalência ao nível II (cursos profissionais, escolas profissionais)

	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização próxima do principal eixo de desenvolvimento do país - Área Metropolitana de Lisboa - Bons acessos (proximidade à A1 e A23) - Proximidade relativa ao aeroporto - Proximidade ao nó ferroviário do Entroncamento - Estabelecimento de boas relações com diferentes Ministérios <p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concelho bastante interior - Reduzida complementaridade inter-concelhia na oferta de equipamentos de nível superior
--	---

Ficha nº 17

Paulo Ferreira

Papellaria Relvas

Entrevista por email

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Na minha opinião a Golegã dispõe de excepcionais potencialidades turísticas, desde logo pela preservação de um estilo rústico e ao mesmo tempo cuidado e funcional que lhe conferem uma identidade inconfundível, mas também, pelos diversos recursos naturais e patrimoniais de que dispõe, nomeadamente, a Casa - Estúdio Carlos Relvas, a Igreja Matriz, o Centro de Estágio, as obras do Mestre Martins Correia, as magnificas quintas, a reserva natural do Paúl do Boquilobo, a Alverca, os vastos campos agrícolas, não esquecendo, como é óbvio, a Feira de S. Martinho, sua ligação ao mundo equestre e a sua ligação a Saramago. Para além disso a Golegã possui uma localização óptima quer pela sua posição face aos grandes centros urbanos (nem demasiado perto nem demasiado longe de Lisboa), quer pela sua relativamente fácil acessibilidade, quer também pela qualidade dos seus "vizinhos".
Quais estão convenientemente exploradas?	A Feira de S. Martinho.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Enquanto agente económico local penso que só com uma afluência permanente de pessoas o turismo poderá ser uma fonte de sustentabilidade para as empresas e contribuir para uma efectiva criação e/ou manutenção de emprego no Concelho. Deste modo, falta essencialmente criar oferta que não se circunscreva ao período da Feira Nacional do Cavalo, mas atraia turistas ao Concelho durante todo o ano. Neste sentido acho que se devem aproveitar melhor os recursos que já existem e, particularmente, a ligação que já existe com o mundo equestre tentando replicar esse sucesso com oferta atractiva nessa área durante o resto do ano, mas também os recursos naturais, com a eventual criação de percursos integrados e adaptados à prática de caminhadas ou passeios de bicicleta, a dinamização dos recursos patrimoniais, nomeadamente a Casa – Estúdio Carlos Relvas com eventos relacionados com a fotografia (Porque não capital também da fotografia), oferta cultural diversificada, importante quando falamos de um turismo de qualidade, mas também para complemento de outras actividades, aproveitando as infra-estruturas já existentes para o efeito e implicando os agentes culturais do concelho, maior divulgação da obra do Mestre Martins Correia, também ela impar, apostar no turismo de habitação, não só através das quintas, mas também aproveitando as casas que só são usadas durante a Feira, concertação entre as entidades do concelho e os operadores turísticos e articulação entre os vários actores locais.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Acho que, não obstante a sua excelente conservação e funcionamento interno a generalidade dos recursos carece de dinamização nomeadamente aos níveis da divulgação, da articulação entre entidades, mas também da implicação dos agentes económicos e da população nesse desígnio.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	O grande desafio do concelho é criar uma oferta efectiva e credível 365 dias por ano aproveitando a sua ligação ao mundo equestre, e demais recursos existentes.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Os principais actores individuais são, e devem ser, os agentes económicos locais, nomeadamente comerciantes, proprietários de quintas, artesãos, o Hotel Lusitano, entre outros. O grande actor institucional é sem dúvida a Câmara Municipal da Golegã, embora existam outros actores importantes que se deveriam implicar neste processo como é o caso da Santa Casa da Misericórdia da Golegã e da Casa da Misericórdia da Azinhaga.
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Ao que julgo saber, em termos de desenvolvimento turístico, a interacção entre estas entidades é bastante ténue.

De que modo a sua acção afecta o turismo?	A sua acção afecta decisivamente o turismo embora esteja muito aquém daquilo que seria um aproveitamento óptimo dos recursos existentes. Neste capítulo existe sem dúvida um esforço louvável e proveitoso por parte da Câmara Municipal da Golegã na conservação dos recursos e na criação de infra-estruturas, por outro lado existe uma certa apatia por parte dos agentes económicos motivada por essa falta de articulação, mas também pelo receio de investimento numa área que, excluindo o período da Feira, não tem gerado rentabilidade económica significativa.
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Os recursos patrimoniais fundamentais porque, embora o Concelho possua outras potencialidades, é impensável, numa lógica de desenvolvimento turístico sustentável, desperdiçá-los, muito menos tratando-se de elementos únicos e diferenciadores como a Casa - Estúdio Carlos Relvas.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Neste momento, sem dúvida, a Feira de S. Martinho. Ao que julgo saber, na qualidade de comerciante local, numa lógica de sustentabilidade económica, fora da Feira de S. Martinho e da Expo égua, neste momento, não é significativo.
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Não.
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	As Rotas turísticas podem ser importantes dinamizadores do turismo quando bem estruturadas, bem publicitadas numa lógica de articulação de oferta partilhada entre locais ou regiões. Neste sentido penso que, a existir, e havendo o devido empenho por parte da Golegã e dos seus parceiros no seu desenvolvimento, essa poderá exercer uma influência positiva no incremento do turismo no Concelho.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	Como já referi anteriormente desconhecia existência desta rota e como tal não sei quais os seus parceiros ou actividades desenvolvidas.
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	A ligação entre a Golegã e o cavalo é, e poderá ser ainda mais, um factor de desenvolvimento decisivo do turismo no Concelho e o seu envolvimento é fundamental na afirmação duma Rota deste tipo no nosso país.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Este tipo de iniciativas só faz sentido se houver uma efectiva articulação e aposta por parte de todos os seus parceiros, embora tratando-se da Rota do Cavalo, a Golegã deva fazer um esforço acrescido no seu desenvolvimento.
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Devido ao meu desconhecimento relativamente a este assunto não estou em condições de responder a esta questão.
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	A imagem internacional da Golegã poderá ser beneficiada com uma iniciativa deste tipo na perspectiva da atracção de pessoas ao Concelho que é a pedra basilar para o desenvolvimento de qualquer projecto turístico.
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	<p>Forças</p> <p>Recursos patrimoniais únicos Ligação reconhecida e bem sucedida com o mundo equestre Preservação da sua identidade Notório empenhamento da Câmara Municipal no seu desenvolvimento</p> <p>Fraquezas</p> <p>Falta de concertação público – privada Falta de divulgação Falta de dinamização dos recursos Falta de oferta cultural diversificada Falta de comprometimento dos agentes económicos Falta de oferta equestre atractiva fora dos períodos da Feira Nacional do Cavalo e da Expoégua</p> <p>Oportunidades</p> <p>Localização geográfica privilegiada Inserção numa região com enorme potencial turístico Não existência de outros locais que possam proporcionar oferta semelhante</p> <p>Ameaças</p> <p>Existência de oferta turística mais atractiva porque mais estruturada</p>

Ficha nº 18

António Matias

Professor História/Assessor Cultural Câmara Municipal de Constância

Duração: 1h36m39s

Local: Equuspolis

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no Concelho que propiciam o desenvolvimento local?	<p>Daquilo que eu conheço eu focaria três ou quatro aspectos que me parecem os mais marcantes e que têm sido as linhas mestras municipais nos últimos anos, e que são: o que gira em torno do Cavalo – primeiramente a Feira do Cavalo, a ExpoÉgua e as actividades relacionadas com o Cavalo; o desporto – quer a nível de infra-estruturas que a nível de actividades, porque movimenta muita gente e tem peso, influência no que diz respeito ao desenvolvimento; o Protocolo que está estabelecido com o Politécnico de Tomar, para a fundação do Cespoga, penso que é um factor muito importante, é um dos aspectos fundamentais de desenvolvimento. Aspectos que podem passar despercebidos a muita gente como o caso das geminções, a outro nível importantes, penso sobretudo que nos últimos anos, sei lá, cinco, dez anos se tem criado uma imagem do Concelho que é uma imagem muito favorável ao desenvolvimento local e ao turismo porque é uma imagem, penso eu, sobretudo dum Concelho, de uma terra que sem perder de vista as suas raízes rurais e a sua matriz fundamentalmente agrária, se projecta para fora, que oferece motivos de interesse para atrair pessoas. Eu penso que fundamentalmente são estes os aspectos que me parecem mais significativos.</p> <p>A questão da imagem. É verdade que está excessivamente ligada ao Cavalo, mas antes da imagem do Cavalo, não tinha imagem nenhuma, e portanto, hoje, a Golegã tem uma imagem, uma imagem que em certos meios é mesmo uma imagem de nível nacional, e isso é importante. Não há turismo sem imagem. É fundamental que as pessoas sintam, que é uma terra que tem motivos de interesse. A questão da política cultural tem que ser dada pelos poderes públicos, o relevar os aspectos turísticos do Concelho, o dar os primeiros passos, é em cima desses primeiros passos que depois vem a iniciativa privada. Eu não conheço numa situação no País, que o turismo viva fundamentalmente da iniciativa pública. Não é essa a vocação dos Municípios, a vocação é criar condições para que a privada depois pegue nelas e multiplique. No S. Martinho toda a gente quer vir à Golegã, para vender castanhas, roupa, tudo e mais alguma coisa. Não há sítio que não esteja alugado. Há gente na Golegã que vive o ano inteiro à conta do que recebe durante a Feira. Traz cá milhares e milhares de pessoas (...) bom exemplo de como a iniciativa privada se desunha para estar cá naquela altura. A questão é conseguir que se faça isto regularmente ao longo do ano.</p> <p>Há uma coisa que eu gostava de relevar e que foi um aspecto correcto da política autárquica nestes últimos anos que foi a identificação, a sinalização das Quintas e dos recursos patrimoniais. Todas as peças de património que são relevantes estão assinaladas, da mesma forma que penso que é importante, um pormenor, a colocação das bandeiras nas entradas do Concelho e das bandeiras das freguesias nas freguesias, é importante, para nós sabermos quem somos. É como a colocação da bandeira nacional quando se chega a Vilar Formoso ou ao Caia. É importante, para nós nos revermos nos símbolos, e os símbolos, ajudam-nos a perceber que nós vivemos num território que é diferente de outros territórios e que tem os seus símbolos. Portanto, penso que essa política é correcta.</p>
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	
Quais estão convenientemente exploradas?	<p>Eu não sei se estão convenientemente exploradas, eu diria que são as que estão mais exploradas. Eu penso que se tem apostado muito, fundamentalmente em torno do Cavalo, e a aposta, que penso que foi uma aposta correcta, porque é dos grandes recursos do Concelho, aquele que pode ter um peso maior na economia do Concelho e que pode ser mais atractivo em termos de quer de quantidade de pessoas quer de qualidade de públicos em termos de montantes que entrem no Concelho e portanto a aposta no mundo do Cavalo foi uma aposta correcta e parece-me que está, eu diria, suficientemente explorada.</p> <p>Tal como em relação ao museu da fotografia, o museu, da Casa-Estúdio, que é um museu, outro dos recursos muito bem explorados. Eu tive ocasião de visitar, o ano passado, a Casa-Estúdio, com vagar, e devo reconhecer, e tenho dito isso a toda a gente, que é um dos melhores museus do mundo, em todos os aspectos, quer por aquilo que tem, quer como está organizado, como se mostra pelo investimento que se fez nos meios interactivos para mostrar o que aqui está, penso que é uma coisa muito bem conseguida. Penso que são dois aspectos muito bem conseguidos.</p> <p>Houve uma série de coisas que não falámos, a Igreja Matriz da Golegã, as várias capelas...</p>
Quais as mais prementes a	Quanto aos aspectos que me parecem menos conseguidos e que são recursos que o Concelho tem: ante

<p>explorar e porque ainda não o foram?</p>	<p>de mais nada, o Paul do Boquilobo – recurso imensíssimo e que está bloqueado por, fundamentalmente, três coisas: maus acessos; falta de promoção e programas, e fundamentalmente pela poluição do Almonda. Como dizia Saramago: “É um morto e nem sequer é um morto limpo”. Sei que o problema não é essencialmente do Concelho da Golegã, é importado, vem do Entroncamento, Torres Novas, mas é um problema que tem que ser resolvido, porque enquanto não for resolvido, é um problema que compromete completamente tudo o resto. A despoluição do Almonda, o investimento na sede da reserva, tornar os acessos melhores, criar motivos de atracção, fazer programas de actividades, criar grupos de técnicos que acompanhem visitas de Março até Setembro, que não existe e criar instrumentos de divulgação. Vejo ao longo do ano, meia dúzia de pessoas. Sobretudo a tirar fotografias, gente entendida, o grande público não vai lá. Marcaram este verão, os percursos, mesmo até à Lagoa, mas ninguém lá vai. Outros aspecto que não está suficientemente explorado, e que são as Quintas. A Golegã tem uma diversidade de Quintas extraordinária. Houve aquela coisa da Rota do Vinho, que pouco se passou das placas, não está devidamente articulado e depois as Quintas, penso eu, é o vinho, mas sã mais coisas. É o Vinho, mas são mais coisas, são os Cavalos, onde os há, a vida agrícola, mas sobretudo outros produtos que existem no Concelho e podem ser oferecidos aos turistas. Fazer programas nas Quintas que permitam que os visitantes tenham contacto directo com a realidade rural, com qualidade, que provem o queijo, ou que haja um chouriço, ou seja o que for, com imaginação, que traz recursos para os próprios e que é importante para o Concelho porque quem visita essas quintas, depois dormem cá, jantam cá. É importante que a Golegã não seja um sítio onde as pessoas vêm cá meio dia. A Golegã tem a sorte de ser um Concelho que tem enormes vultos a nível nacional. José Saramago, Carlos Relvas, Martins Correia, Carlos Cacho, muitos outros... eu não digo que não se tenha feito nada no sentido de associar o nome da Golegã a estes grandes nomes, mas se calhar não se fez tudo. E, há muita coisa que se pode fazer, para potencializar estes nomes que são património e que a Golegã tem o direito de associar ao seu nome, que muitas vezes não está. Há muita gente no País que não sabe que o Saramago ou Carlos Relvas é da Golegã. Isso faz-se, penso eu, com paciência e informação. Com programas informativos, com folhetos, com alguma política de alguma “agressividade”, no bom sentido, junto dos meios de comunicação social e com os equipamentos: a Casa-Estúdio, a Biblioteca da Azinhaga, a própria Escola que tem o nome de Martins Correia, penso que há aqui muitas coisas que pode ser feitas no que respeita às grandes figuras nacionais e universais da Golegã. Um outro são os Avieiros que enfim, já se fez alguma coisa, mas que há um universo de coisa que se podem fazer. Já existe uma casa que está por detrás, ainda há pescadores, se calhar é possível arranjar forma de na Azinhaga, ou com pescadores, ou com outras pessoas, recuperar por exemplo alguma gastronomia avieira e atrair públicos e até o património avieiro só do ponto de vista daquilo que está construído, a casa, o barco, devem integrar os circuitos turísticos. Depois as alvercas e particularmente esta Alverca, que é uma “bela adormecida” que está ali, é uma coisa imensa que vai desde uma ponta da vila até à outra ponta da vila, que está poluída, meio abandonada, onde se podia e devia fazer uma série de coisas, especialmente no verão, em que há mais turismo. Não sei se não seria possível fazer uma intervenção para humanizar a margem. O ideal, digo eu, seria intervir (...) por acordo, por expropriação, fosse pelo que fosse, arranjar forma de criar uma zona ribeirinha do lado da vila, para fazer uma intervenção da do tipo que se fez na zona do Equuspolis. Prolongar esta zona verde, daqui até à estrada. Isso permitia colocar aqui infra-estruturas, fazer passeios de barco, ... é um recurso imenso que está desaproveitado. Outra coisa, que é importante na Golegã e também na Azinhaga, mas mais na Golegã, é a arquitectura tradicional. As casas, originais, quer casas camponesas quer casa senhoriais, sobretudo as cantarias são muito bonitas, há uma espécie de uma alma, a Golegã tem personalidade pelas suas casas que são diferentes das outras. Uma das coisas que a vila tem e que a distingue das outras à volta são sobretudo as cantarias, com grande dignidade. Antes de mais nada um trabalho de promoção das cantarias, isso é muito importante, em termos de produção turística, da vila. É uma forma de valorizar o “corpo” da vila. As vilas têm um corpo e isso consegue-se através de um trabalho de promoção e que poderia, a própria Câmara Municipal, incentivar as casas novas daquele tipo de construção tipo tradicional e de qualidade e que há interesse em manter, em vez de trazer coisas importadas e de gosto muito duvidoso. Penso que é uma das riquezas da vila. Outros aspecto: a charneca (acima da linha de ferro), que conheço muito bem, tem uma série de recursos, que penso poderiam ser mais aproveitados. Há pelo menos duas actividades: a caça, e o desporto. Sei que se faz o raide, durante a Feira, mas há por exemplo a Orientação a pé, o BTT. O desporto é uma forma muito importante de traz pessoas aos Concelhos e muitas vezes, de fidelizar. Se as condições forem boas, as infra-estruturas também, fica a fazer parte do calendário (...). O Concelho da Golegã é rico, porque tem muita diversidade. A questão do campo, penso que passa muito pela divulgação do património construído, agrário, e por uma política turística que coordene isto tudo e que crie circuitos, não apenas a participação em circuitos intermunicipais, mas a criação de rotas internas, com pessoal técnico interno que esteja disponível para guiar essas visitas. Eu penso que é um aspecto importante para o turismo. A Rota, do Cavalo, do Touro e do Vinho, está meio morta... a Golegã é um Concelho pequeno e com uma densidade de motivos de interesse muito grande. Eu penso que era possível fazer</p>
---	---

	na Golegã diversos tipos de circuitos, percursos urbanos, por exemplo, na vila. Em autocarro para fazer daqui até à Cardiga, à Azinhaga, a Mato de Miranda...
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Aquilo que me dá a sensação faltam materiais próprios de promoção . Aquilo que existe, são sobretudo, coisas feitas fora (...) e depois a questão das visitas guiadas ao Concelho, que podem e devem ser guiadas em certas condições. Mas não se pode ter um técnico para fazer uma visita com um técnico só, mas pode haver um técnico que leve um grupo.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Eu penso que é, por um lado, digamos uma estratégia articulada disto tudo. Não haver o domínio do Cavalo, das quintas, dos Avieiros, de forma a que se possam congrega diferentes interesses (...). Por exemplo um casal, um gosta de Cavalos, outro gosta de aves. Então, é bom que o casal saiba, que a Golegã, tem Cavalos e tem aves. Que um poderá fazer uma coisa e o outro ir fazer outra. De forma mais simples: sem prejuízo do investimento que têm feito na promoção do Cavalo e na associação do Cavalo, diversificar. Claro que há uma hierarquia e é importante que se chegue a diferentes públicos. Que o que a Golegã tem seja aproveitado por públicos muito diversos. Esse é o maior desafio: não reduzir a Golegã a um aspecto ou dois. (...)
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Naturalmente a Câmara, penso que as escolas sobretudo na preparação dos cidadãos do futuro, na valorização do património, na valorização do turismo, na abertura aos outros, na valorização, no gostar das nossas coisas. As coudelarias, as Quintas, que muitas vezes são as mesmas.
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Eu penso que alguma existirá, mas eu penso que estas coisas nunca estão todas feitas, como há pouco falávamos das Quintas e de as envolver mais, mas também as escolas, as escolas têm feito alguma coisa, mas confesso, que posso estar a ser injusto e haver instituições que estão a fazer outras coisas e eu não sei...
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Fundamental. Qualquer Concelho só se pode afirmar pelos recursos patrimoniais que tem e sobretudo pela diferença que tem em relação aos outros. Aquilo em que pode afirmar-se como diferente.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	A Feira Nacional do Cavalo – de S. Martinho, a ExpoÉgua . Depois de despoluir o Almonda há que pensar em criar acontecimentos também para essa área (...) reconheço que há 20 anos não havia turismo na Golegã e agora há, ainda muito centrado no Cavalo, mas já é alguma coisa e penso que tem havido, enfim, não sei qual é o peso do turismo no rendimento do Concelho, admito que não seja muito grande, mas é seguramente mais do que era, e já existem provavelmente muitos postos de trabalho criados à conta do turismo. Em termos dos restaurantes há uma série de novos que abriram entretanto.
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Sei que está anunciada. Que à entrada do Concelho está indicada. Presumi que fosse mais um instrumento de promoção do Cavalo , que fosse uma tentativa organizada de levar as pessoas a determinados sítios onde possam observar animais, na natureza, ou isolados, ou o quer que seja. A única informação que tenho são as placas , porque não tive acesso a outra informação, fosse por que via fosse. No boletim que a Câmara publica, não me recorde de ver um texto explicativo , eu penso que a população do Concelho não está informada.
Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do Concelho?	Todas as coisas que se fizerem no sentido de proporcionar formas organizadas de receber as pessoas. Para haver turismo tem que haver entre muitas outras coisas, três condições essenciais: uma delas é haver motivos de interesse e tem que haver formas de o vender, de o promover; segundo, tem de haver visitantes; e depois tem de haver alguém que sirva de intermediário entre aquilo que se vai ser visitado e as coisas que se vêm visitar, digamos o anfitrião, a pessoa que recebe. O que são as Rotas? São estratégias de vender tudo, são importantes desde que elas sejam coerentes, sobretudo desde que sejam aliciantes, porque no fim de contas, o turismo é uma forma de sedução. (...), conseguir captar a atenção do visitante, de quem vem de fora, é despertar-lhe os sentidos para coisas que vale a pena que ele veja e que evidentemente ele vai pagar para ver. E, o que são as Rotas, as Rotas são fundamentalmente uma forma, uma estratégia de levar as pessoas aos sítios que nós queremos que visitem, para se interessarem por aquelas coisas e para deixarem dinheiro , afinal é o que nos motiva. <i>A nossa gente precisa de viver todos os dias.</i> Há dois perigos para o turismo, um é a ausência de estratégias, outro é a proliferação de produtos que depois se atrapalhem uns aos outros.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado	Conheço mal essa realidade, mas tanto quanto me parece existe turismo equestre na Golegã , mas

<p>ao turismo equestre na procura turística da Golegã?</p>	<p>existe apenas durante algumas épocas do ano. Nos momentos dos certames. Não creio que venham em quantidade antes. Tem potencial. Já temos o Hotel, quem faz este tipo de turismo é um segmento médio alto. É um turismo de qualidade. O importante não é a quantidade de pessoas que cá vem, mas o dinheiro que cá deixam. A aposta numa infra-estrutura como aquela foi uma aposta, não sei se sustentável, no turismo equestre o que é mais importante é fidelizar e atrair um número que não precisa de ser muito grande de pessoas, mas que seja um turismo fidelizado e para isso é muito importante a existência de certames, são os certames que atraem as pessoas pelo menos de forma cadenciada. Criam rotinas de visita, sobretudo as pessoas que compram Cavalos e vendem, que gostam de vir ver Cavalos e que aproveitam o momento dos certames para vir cá. Fora disso, há uma série de coisas que se podiam fazer e que não se fazem suficientemente, sobretudo na primavera e no verão e que passam por passeios. É fundamental a iniciativa privada, a Câmara não pode fazer tudo. Quer os próprios donos dos Cavalos quer as empresas de turismo. Esta é a questão do ovo e da galinha... quando as empresas sentirem que isto é rentável, elas virão. Depois é uma bola de neve. (...)</p>
<p>A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?</p>	
<p>Qual a importância que atribui à interação da Rota com outros actores da região?</p>	
<p>O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?</p>	
<p>A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?</p>	
<p>Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?</p>	<p>Forças – a localização geográfica, no centro do País, fica num entroncamento de auto-estradas, está a pouco mais de uma hora de Lisboa, está a uma hora e pouco da Espanha. Proximidade do Comboio. Do ponto de vista daquilo que eu chamo a alma, a Golegã, sendo uma terra, pertinho de cidades que têm um nível de desenvolvimento rico, caso Entroncamento e Torres Novas, cidades que estão a crescer muito depressa e que têm uma população mais jovem, mas a Golegã, é uma terra que tem elementos diferenciadores muito importantes, que pode oferecer aquilo que o Entroncamento e T Novas nunca oferecerão. Eu optei por viver aqui, e não é por acaso, a Golegã tem qualidade de vida, que é uma coisa que o Entroncamento não tem, e que T Novas também não têm, tem uma série de coisas que dão qualidade de vida às pessoas, como o sossego, como seja as acessibilidades fáceis, um ambiente sadio, despoluído, no campo, na natureza, com um conjunto de relações de vizinhança que ainda existe, toda a gente se conhece, é um meio razoavelmente grande para ter vida própria e razoavelmente pequeno para ter sistemas de vizinhança, ligações humanas. Quase um paraíso de Ruralidade, num universo urbano que se lhe vai fechando à volta. (...) O seu património.</p> <p>Fraquezas - em termos de acessibilidades espero que um dia façam o IC3 e uma ligação decente de Torres Novas à Golegã, más ligações locais.</p> <p>Grande dificuldade de fixar aqui a juventude, embora haja Concelhos bem piores.</p> <p>Oportunidades – derivam muito das forças. É a oportunidade de se conseguir um espaço com muita qualidade de vida, que lhe é conferida pela natureza, pelas pessoas numa zona privilegiada do País. A dois passos de Lisboa, numa zona de assinalável crescimento. O estar perto, sendo diferente, complementando a cidade. A tradição a Ruralidade, é uma oportunidade desde que seja possível aproveitá-las sem ser saudosista, como qualquer coisa que se oferece às pessoas, não só aos turistas mas aos residentes e de valorizarem a terra que visitam. (...) reserva de qualidade neste mundo cada vez mais globalizado. O Ribatejo, já não existe do ponto de vista legal, mas existe na cabeça das pessoas, que é o melhor sítio onde pode existir. (...) ninguém diz que é de Lisboa e Vale do Tejo. O sendo o Tejo, o elemento estruturante do Ribatejo, foi em torno do Tejo que o Ribatejo se organizou, o Tejo, infelizmente, é muito mais uma barreira do que união. As povoações que ficam do lado de lá do Tejo são muito prejudicadas por essa barreira, em termos de acessibilidades. (...)</p>

Ficha nº 19

Cesaltina Pereira

Artesã – 3 Pereira

Duração: 33m33s

Local: Atelier 3 Pereira

Questões	Respostas
1) Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	Nota-se perfeitamente que algumas coisas mudaram ultimamente na Golegã. Nós temos mais turismo, as pessoas procuram mais, já vêm mesmo à procura da Golegã, do Cavalo , e eu no sítio onde estou, muita gente me pede informações, funciono quase como um Posto de Turismo.
2) Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Os museus. O Relvas – que sinceramente não sei se está aberto ao fim-de-semana -; o Equuspolis ... Sei lá, eu gosto da Golegã toda, só passear na Golegã já é bonito... depois temos também a Reserva do Boquilobo , a Azinhaga é lindíssima
a) Quais estão convenientemente exploradas?	A Casa Relvas , é um dos monumentos, que eu conheço, mais bonitos dopais, acho aquilo lindíssimo, de noite, então é espectacular... durante a Feira mandei pessoas lá ir ver... brasileiros, uns italianos ... O museu tem bastantes visitantes, o Equuspolis também, a Igreja , que é lindíssima também, acho que a Golegã está muito bem servida de monumentos.
b) Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	É precisamente a vertente do Cavalo que precisava de mais alguma coisa ... as pessoas serem mais elucidadas do que se passa na Golegã. Isto está tudo muito ligado ao Cavalo. As pessoas gostam de visitar as quintas, mas as pessoas tem dificuldades em chegar às Quintas , em falar com as pessoas das Quintas, se podem visitar, se podem andar a Cavalo, se há alguma actividade que possam fazer dentro das quintas, são também essas questões que me põem a mim... Eu às vezes tento que cheguem às quintas (...). Penso que é um recurso que não é muito difícil de explorar, tem que haver uma conjugação de esforços, apercebo-me que não há. (...) Penso que é engraçado, acaba por ser uma prisão mas se as coisas forem combinada e bem desenvolvidas... Não será muito fácil, mas um simples passeio a Cavalo, uma pessoa que nunca andou a Cavalo, ou ver os Cavalos. Na ANTE existe mas sei que não funciona muito bem, porque as pessoas chegam aqui e perguntam-me “Nós queríamos uma actividade de qualquer...” e, não há... tem que ser marcado como muita antecedência e nem sempre há essa possibilidade, por exemplo a pessoa vem dar um passeio ao fim-de-semana... A Reserva não é fácil ir visitar, não está bem explorada.
3) Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Eu penso que é a parte das pessoas não terem onde se dirigir – estou aqui fora de horas, sábados e domingos – as pessoas chegam aqui ao fim-de-semana e não têm onde se dirigir. O Posto de Turismo esteve fechado uns tempos, fez bastante falta , e depois lá está... as pessoas informam onde é o largo dos Cavalo, quando aqui chegam o que é que encontram primeiro, a minha loja, então é aqui que vêm pedir informações. Então, eu faço um desenho, com papel, identifico as ruas... a maioria são estrangeiros e eu não domino as línguas, então faço um desenho... muitos estrangeiros ... a Feira divulga, mas admira-me como conseguimos ter estrangeiros, praticamente todo o ano. Eu falo com pessoas que dizem que a Golegã é muito morta, muito parada e eu digo que não é como pensam... Nós aqui temos estrangeiros todo o ano, e se eu estiver aqui ao fim-de-semana apercebo-me disso. Mesmo que não estejam aqui, passam aqui. Outra coisa que não está bem divulgada é o alojamento , as pessoas não sabem onde podem ficar. A Lusitanus tem quartos, mas está fechada ao fim-de-semana. O Hotel é caríssimo. Não há informação. Faz muita falta.
4) Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Eu penso que a nível de hotelaria precisamos de muita coisa , que o negócio da Golegã não esteja só centrado na Feira. A maior parte dos espaços para alugar na Golegã estão fechados porque as pessoas não os querem alugar para alugar durante a Feira, ganham mais do que se o tiverem alugado todo ano. As coisas não funcionam se não houver muito comércio, se não houver as pessoas não vêm à Golegã e as pessoas saem para ir comprar fora. As pessoas depois têm medo de investir. Quanto mais concorrência houver mais nos obriga a fazer melhor. Os meus clientes são acima de tudo fora da Golegã.
5) Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Eu penso que a Câmara, o Município, a Junta de Freguesia também... A Lusitanus, a ANTE, as próprias Quintas (...) eu própria se calhar... eu penso que mesmo a nível do Município do movimento que eu consigo gerar com o meu negócio... não é um negócio grande, mas o que eu pretendo é que seja um atelier onde se faz tudo sempre da mesma maneira, sempre à mão (...) é a minha imagem de marca. (...); a restauração – a Golegã tem bons restaurantes – as pessoas deslocam-se de propósito à Golegã para vir comer. Não é caro, gostam da terra, comem bem, são bem recebidos...
a) Existe entre eles interação ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o	Eu tenho tido alguns exemplos em que funciona bem. Por exemplo o Hotel manda aqui grupos, faço os brindes... mas também já me aconteceu um grupo que visita a Golegã, no qual tinha amigos, que ficaram de passar pela Golegã e que me telefonam a dizer que não encontram a loja e que estão na Igreja. Ou seja informaram-nos que o caminho do Equuspolis para a Casa Relvas, a pé, porque foi no Verão se fazia tudo por fora (pela Rua D. João IV), quando não era só a mim que vinham visitar...

território?	visitavam o largo da feira, sugeri onde comer. Perguntaram se a Golegã não tinha mais nada...passaram numa rua onde não tinha comércio, saímos na Igreja e depois Relvas e autocarro foi buscá-los. O importante não é só o vender, mas vêem o que existe e num futuro quem sabe (...)
b) De que modo a sua acção afecta o turismo?	
6) Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Sem dúvida nenhuma que tem. Se as pessoas a nível da restauração forem bem recebidas, onde comem bem, (...) tiverem acolhimento até a nível do público, é claro que vão voltar.
7) Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Um deles a Feira . Não há nenhuma igual. Este ano fui a Ponte de Lima, é bonita, mas bastante diferente da nossa. Fui a Jerez, é bonita mas não tem nada a ver com a nossa...e depois temos outras a ExpoÉgua, não contribui tanto como as pessoas já desejariam, mas ela vai crescendo e possivelmente vai contribuir. A nível de hotelaria antes ninguém pedia dormidas e agora já vão pedindo.
8) Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Ouvi falar mas não estou muito dentro disso... talvez eu não tenha tido muito tempo... mas se calhar não está a ser bem divulgada . Nós passamos e vemos os cartazes mas também não há mais explicação nenhuma.
9) Qual o papel <u>actual e futuro</u> da Rota na dinâmica turística do concelho?	Será uma mais-valia para a Golegã.
a) Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	Para mim, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes serão as Quintas, porque temos muitas... e depois é claro o município também terá de se envolver nisso, a Junta de Freguesia... O artesanato, a hotelaria, os restaurantes. Por exemplo eu aqui, não quero um atelier parado, quero ter aqui um bocadinho de cada do que se faz aqui na Golegã. Trabalhar todos no mesmo sentido.
10) Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	
11) A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Penso que sim. Cavalo é Golegã, Golegã é Cavalo.
12) Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Penso que não seria mau estender-se a outros Concelhos, até porque a Golegã é um concelho pequeno. Quando a Golegã se estende a outros Concelhos vai trazer os outros concelhos a Golegã.
13) O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
14) A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
15) Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Força – Sempre o Cavalo Ameaça – haver sempre alguém que defenda o Cavalo Fraqueza – hotelaria, falta de comércio Oportunidade – Trabalhar a Golegã todo o ano (...) haver condições para isso

Ficha nº 20

Carlos Mendes Gonçalves

Proprietário Empresa Mendes Gonçalves e Mendes Gonçalves Restauração e Turismo

Duração: 49m16s

Local: Sede da Empresa Mendes Gonçalves

Questões	Respostas
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Sei aqueles que são óbvios: o Museu Relvas, o Equuspolis, o Paul do Boquilobo, a Igreja, o Pelourinho. As pessoas gostam da nossa terra. (...)
Quais estão convenientemente exploradas?	
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	Devia de haver mais coisas ligadas ao Cavalo. Há pessoas que queriam ver, aprender, dar uma voltinha...Passeio pela terra.(...) O Paul do Boquilobo: Nós somos daqui, mas quem vem de fora dirige-se onde? A Quintas, que interessam mais deveriam ser visitáveis. Noutros países visita. As pessoas querem visitar os cavalos, a Quinta. (...) A nossa agricultura, que é uma riqueza transversal.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	A sinalização relativa à oferta equestre. Se ao fim-de-semana houvesse mais actividades ligadas ao cavalo, seria importante. Era mais interessante do que estar em Lisboa. As pessoas ficam desapontadas por não verem cavalo. O horseball, é pena não termos uma equipa, ou demonstrações, provas, as pessoas gostam muito de ver. (...) divulgar o cavalo com programas, em que se aprende como nasce o cavalo, quanto tempo de gestação tem...quanto tempo demora a treinar... fazer um livrinho. Nós vamos criar conteúdos com os nossos produtos, para as escolas...
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Não sei... sempre à volta do cavalo. Realmente toda a gente liga a Golegã ao Cavalo. Tentamos ligar a nossa em presa ao Cavalo. Como com a criação [galheteiro, alusivo à temática equestre] que fizemos agora na Feira.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	O Hotel, por exemplo. As pessoas ficam pasmadas. Mas devia ser mais puxado. Devia ter um conjunto de actividades à volta. Nós também. A restauração... O sr. do Barrigas é um exemplo! As pessoa vêm de propósito à Golegã! A Câmara.
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Sim...
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	(...) Tem havido desenvolvimento. Vê-se pelo número de pessoas que tem procurado casa na Golegã.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	O S. Martinho, a ExpoÉgua. (...)
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Vejo as placas. (...)
Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	Dinamizar a gastronomia. Devíamos recuperar muitas das nossas tradições. Quem nos visita acha-a atractiva. Fazer a ligação aos nossos produtos. (...)
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	

O que de mais importante <u>deu ou dará</u> a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	

Ficha nº 21

Jorge Emanuel da Costa Pereira

Proprietário Restaurante “O Barrigas”

Duração: 1h02m35s

Local: Restaurante “O Barrigas”

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	Estratégia existe, porque as coisas aparecem. Há vontade. Agora, se as coisas estão concertadas para atingir esses objetivos. Essa é a parte mais discutível e aí é que eu acho que as coisas têm de ser estruturadas de uma base, temos que ver a oferta que têm em desde o património monumental, o resto...não pode ser visto por pontos, tem que ser visto como um todo. É precisamente nesse todo que as coisas quebram.
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	<u>A Golegã, e poucas pessoas se apercebem tem aquilo que é chamada a competência turística, granjeou a competência turística. A Golegã é de facto um ponto turístico por excelência.</u> O que é necessário é saber aproveitar os recursos que têm, porque toda a gente conhece a Golegã, toda a gente conhece o Central, em termos de restauração, poucas casas a nível nacional tem o valor que tem o Central, a base da restauração tem por base exactamente o Central. O museu da fotografia, a exposição do Martins Correia...
Quais estão convenientemente exploradas?	Depois temos o Cavalo , temos tudo o que está ligado, há é que unir esse conjunto de pontos de interesse. O Cavalo está a ser bem explorado numa vertente, e eu vejo isso, dentro da minha área, atendendo à iniciativa das pessoas que fazem a criação do Cavalo lusitano. Toda a estrutura que envolve a criação, a venda, na óptica do turismo de negócios e isso é muito importante. E é, tirando os períodos da Feira e daqueles eventos mais de relevo é aquilo que capta o maior número de turistas.
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	O turismo equestre não está a ser devidamente explorado. Por exemplo, quando as pessoas vêm à Golegã, vêm à procura de alguma coisa. “Então e os Cavalos, onde é que eles estão?! Onde podemos ver os Cavalos?”. A ideia da charrete é uma excelente ideia e tem que ser mais explorada nesse aspecto. O turista não se sabe quando aparece. Aparece. Os museus não me parecem mal explorados mas havia de haver uma maior dinamização para aumentar a procura destes espaços. Criar – acho isto interessante, porque, hoje, as pessoas vêm à procura da ruralidade, os cheiros a comida. Tudo isso motiva as pessoas a virem ao meio rural, que a Golegã, é por excelência. A Reserva do Paul , é uma coisa esquecida. Devia de haver ali alguma coisa, uma coisa para oferecer... para a mim é uma grande lacuna. A Feira , as pessoas dizem que é muito giro, mas é uma confusão, uma especulação. Quem de direito tem que ver isso. Tive aqui clientes que pagaram 3500€ para dormir duas noites. Temos que ter cuidado. (...) os problemas que existem na restauração devem-se ao facto dos meus colegas terem medo de se abrirem. (...) a nossa função é divulgar os produtos que existem. É a conjugação de todos. As pessoas riem-se quando eu digo que sou taberneiro. O taberneiro era, aquela pessoa que sabia receber bem. Que tinha a porta aberta e prazer em receber as pessoas. E o empresário da restauração quer que as pessoas venham, comam e despachar. Uma óptica pura e simplesmente empresarial. Ao passo que o taberneiro, proporciona uma boa refeição às pessoas e às vezes até saímos prejudicados. Nesta área os sentidos das pessoas estão todos a trabalhar.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	Não conheço a organização turística, não a conheço num todo. Conheço iniciativas que dão resultado, as lacunas foram os pontos que já referimos, mas também tem a ver com os recursos, as possibilidades que se têm. É fácil dizer, isto ou aquilo, mas às vezes é impossível. Que se pode e poderia fazer muito mais sem grandes recursos económicos, isso pode. Jogar com os agentes económicos da terra, nomeadamente da restauração e mentalizá-los, abrir-lhes os olhos

	que todos têm a ganhar em mostrar a Golegã.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	O “ Hipódromo ” era ótimo. É indiscutivelmente o Cavallo. E é uma fonte... tudo está como está. O nosso património gastronómico, estamos à vontade, é nosso. Não vamos sofrer a concorrência, da China, da Alemanha. São nichos um bocadinho pequenos mas que sustentam uma terra.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Indiscutivelmente o Presidente da Câmara. A Câmara. Um líder só consegue ser um bom líder se tiver uma boa equipa. Quando eu opto, quando faço o estudo de mercado, isso saltou à vista. Há uma Golegã antes do Presidente Veiga Maltez e outra depois do Presidente Veiga Maltez. É discutível? Se fez bem ou mal muitas coisas? Naturalmente fez, mas uma coisa é certa, a Golegã, está no mapa. Coisa que não estava. E isso é extremamente importante. A atitude, a atitude de ter vontade. O preservar a faixas, a limpeza... é isso que as pessoas procuram (...) As pessoas querem vir de calças de ganga, comer peixe frito, à procura das favas, mas de forma tradicional. Oferecer o que é tradicional dentro das normas de segurança e higiene alimentar e a qualidade não é assim tão cara como parece. Individuais: Associação Feira Nacional Cavallo – que promove, estão ligadas por liderança, a ANTE, a Lusitanus. (...).
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Se não há não é por vontade da Câmara. Será mais por preconceitos. (...)
De que modo a sua acção afecta o turismo?	
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Têm um papel fundamental.
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	As feiras. A Feira do Cavallo . Depois criou-se um produto que foi a ExpoÉgua . Depois tiveram a experiência da Gastronomia, mas uma outra iniciativa, outra criação de produtos com impacto e esse que está a pensar dos circuitos, é uma questão boa, precisamente para atenuar a sazonalidade dos acontecimentos. (...)
Já ouviu falar da Rota do Cavallo e do Ribatejo?	Já, mas desconheço quase na totalidade. Conheço o mapa mas ainda não fiz essa Rota.
Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	Não sei, não faço ideia. Se for bem realizada terá um papel importante no futuro. (...) divulgação dos jogos tradicionais. Em cada Rota há que incluir uma animação, que pode ser, se aquela Rota calhou à hora de almoço, ter um pãozinho com chouriço, um vinhinho, tudo isso bem organizado, mas vamos lá a ver essa situações não poderão ser, é um produto que tem que decorrer num espaço de tempo, porque é extremamente complicado manter uma situação dessas. É preferível manter as coisas bem durante um determinado período de tempo do que ter as coisas (...) ter o rancho folclórico, o grupo de cantares Cantar Nosso.
Que recursos, actores e actividades, potencia e interliga?	Todos os actores, todos os recursos...
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Tem muito potencial. Estamos talvez a 20%.
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavallo é importante na futura afirmação da Rota?	É fundamental.
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	É importante, mas tem que se ver se as pessoas têm sensibilidade para ... a Rota Golegã tem que ser Golegã e acabou. Mas por exemplo, o cliente que vem para o Cavallo não está interessado no comboio. São tipo de clientes completamente diferentes. (...) tudo tem lógica desde que as pessoas deixem divisas nas terras. Temos que inventar, criar, estamos em crise. Temos formar as pessoas para que elas saibam como dinamizar os recursos que nós temos. Se as pessoas cá vêm, por algum motivo é. Muitos dos meus colegas precisavam de ir fazer uma temporada ao Entroncamento. 90% não subsistia mais de um mês. (...) As pessoas desenham o que lhe está dar valor às coisas
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a	Sim. O benefício da boa impressão. É fundamental que o turista estrangeiro faça a Rota. Esses até dão mais valor.

iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Força – a própria Golegã Fraqueza – a especulação Ameaça - Incapacidade de manter o que já conseguiu. Oportunidade – o futuro da própria Golegã, do Cavalo.

Ficha nº 22

Madalena Santos

Quinta Guadalupe

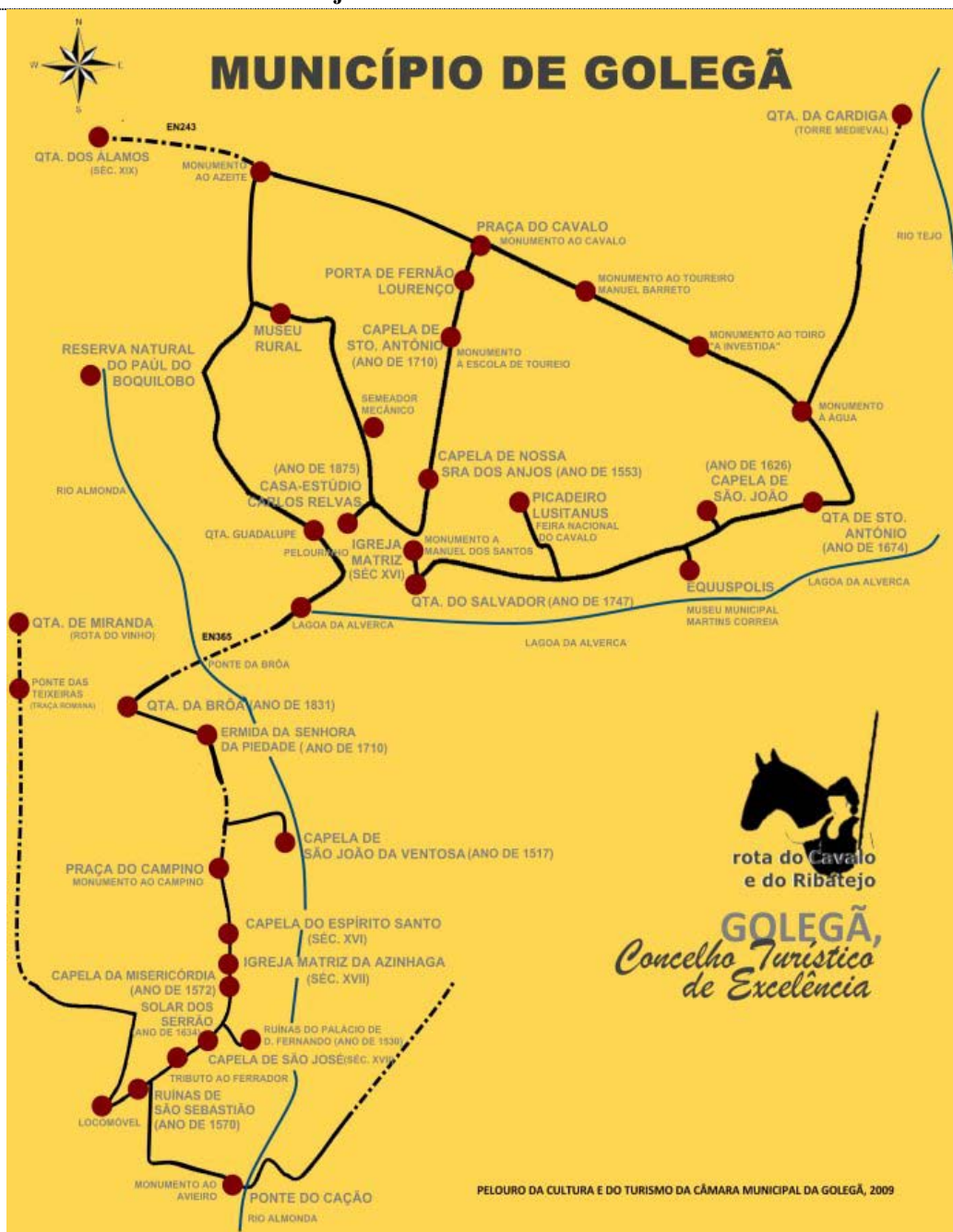
Entrevista por email

Questões	Respostas
Quais as estratégias e programação existentes no concelho que propiciam o desenvolvimento local?	O concelho tem alguns eventos que dinamizam pontualmente o concelho. A Feira de São Martinho com impacto; pequenos outros eventos com pouco impacto. A Golegã está em zona de passagem de rota turística, apesar de não se notar grandes efeitos dessa "pertença". Em relação aos equipamentos disponíveis, tem havido um investimento notável neste campo, mas ainda não o suficiente.
Quais as potencialidades (recursos) turísticas que existem no Concelho?	Imensas. Quase todas por explorar.
Quais estão convenientemente exploradas?	Todas têm um grande potencial...
Quais as mais prementes a explorar e porque ainda não o foram?	A Golegã está localizada numa zona com imenso interesse do ponto de vista do turismo cultural. Ao lado de Fátima, onde o turismo religioso leva milhares e milhares de pessoas; Tomar, Almourol, etc, etc. Esta proximidade poderia ser mais aproveitada. Tem lugares/monumentos de interesse: Museus; tem a ligação à terra, à criação do Cavalo lusitano, a profissões tradicionais. E tem um diamante em bruto por lapidar...um grande potencial em termos de turismo de Natureza: o Paúl do Boquilobo.
Quais as principais lacunas que identifica na organização turística do Concelho?	São necessários mais equipamentos, nomeadamente alojamentos. É necessária uma oferta integrada.
Na sua opinião qual é o grande desafio concelhio em termos turísticos?	Conseguir ampliar a oferta turística, ter um calendário de animação turística que consiga atrair turistas (para além da Feira de São Martinho); ter uma oferta integrada: se eu vou a algum sítio gosto de saber onde poderei ficar alojada, onde vou comer, o que poderei fazer (actividades) e conhecer do sítio que vou visitar.
Quem e porquê considera serem os principais actores territoriais individuais e institucionais do Concelho?	Os privados e o Município.
Existe entre eles interacção ou coordenação ao nível das actividades que seja criadora de valor para o território?	Se existe, não é suficiente.
De que modo a sua acção afecta o turismo?	Afecta totalmente.
Qual o papel dos recursos patrimoniais do território, no processo de desenvolvimento turístico do mesmo?	Os recursos patrimoniais são uma parte muito importante. Poderão ser o ponto de partida para a visita ao Concelho. Mas a animação complementa o que já <i>per si</i> existe no território...
Quais os acontecimentos diferenciadores que mais contribuem para o desenvolvimento do Concelho?	Acontecimentos...a Feira de São Martinho/do Cavalo.
Já ouviu falar da Rota do Cavalo e do Ribatejo?	Conheço. Mas não me parece que esteja dinamizada. Tem um grande potencial...
Qual o papel actual e futuro da Rota na dinâmica turística do concelho?	Quanto ao papel actual, não tenho grande opinião. Desconheço se tem alguns efeitos no turismo do Concelho, não me parece. Quanto ao papel futuro, poderia ser um dos pontos de alavancagem da dinamização turística do concelho.
Que recursos, actores e	Interliga certas zonas que têm uma identidade comum no que se refere à ligação ao Cavalo, à

actividades, potencia e interliga?	agricultura; os privados, criadores de Cavalos e os concelhos ligados a esta actividade; o turismo equestre e as actividades relacionadas. Características que fazem parte do Ribatejo, denominação que para todos os efeitos nos foi “tirada”, embora os elementos comuns se mantenham, e exista um sentimento de pertença à região.
Qual o potencial associado ao turismo equestre na procura turística da Golegã?	Tem um grande potencial...
A percepção da ligação e do potencial de valor entre o turismo e o Cavalo é importante na futura afirmação da Rota?	Claro. A dinamização da rota deve ter o principal objectivo de incrementar o turismo associado ao Cavalo.
Qual a importância que atribui à interacção da Rota com outros actores da região?	Se bem conseguida, essa interacção poderia servir como um dos pontos de alavancagem da dinamização turística do concelho, como já referi.
O que de mais importante deu ou dará a Rota ao turismo, e em que se manifestou no desenvolvimento do território?	Desconheço se deu alguma coisa. Poderia dar no futuro, se dinamizada.
A imagem internacional da Golegã e da Região é beneficiada com a iniciativa da Rota? Como perspectiva os benefícios?	Claro que poderia ser, mas sinceramente, e em relação à questão da existência de certas rotas em Portugal, parece-me que pouco mais acontece do que a colocação de placas indicativas. Se existisse uma efectiva promoção do concelho a nível internacional, a iniciativa da Rota poderia, mais uma vez, ser potenciada.
Qual a sua análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades) da Golegã?	Como forças: a localização; os recursos patrimoniais; os recursos naturais; a ligação à agricultura e à criação de Cavalos lusitanos. Como fraquezas: a falta de alojamento; a falta de uma oferta integrada. Como oportunidades: a localização, do ponto de vista do que está próximo, e pode ser aproveitado. Como ameaças: não identifico claramente elementos exteriores ao concelho que possam ser ameaças, já que os concelhos vizinhos, por exemplo, não serão concorrentes em nada no que toca à questão turística, mas sim complementares. Em última análise, posso considerar ameaça o não aproveitamento desses potenciais que estão próximos. A Golegã tem algo diferente para oferecer. Tem é que conseguir transformar as fraquezas em forças, e as ameaças em oportunidades.

ANEXO 14

Mapa da Rota do Cavalo e do Ribatejo



Fonte: http://www.cm-golega.pt/golega/Concelho/LocaisInteresse/Rota_Cavalo_Ribatejo_09.htm

Nota: Mapa que serviu de ponto de partida para a nova proposta de elaboração da Rota.

ANEXO 15

RESTAURAÇÃO do CONCELHO

CAPRIOLA Hotel Lusitano Rua Gil Vicente, nº4 2150-193 Golegã	Contacto: +351 249 979 020/ +351 249 979 170 Fax: +351 249 979 179 Email: patricialima@hotellusitano.com Site: www.hotellusitano.com Dia de encerramento: Domingo à tarde e segunda-feira Parque de Estacionamento
O BARRIGAS Largo 5 de Outubro 2150 Golegã	Horário: 12h – 15h; 19h – 22h30m Dia de encerramento: Domingo à noite e Segunda-Feira Capacidade: 1 sala (100 lugares) Prato Típico: Cozinha regional Telefone: +0351 249 717 631
CASITA DA AVÓ Rua D. Afonso Henriques, nº 30 2150 Golegã	Horário: 12h-23h Dia de encerramento: Segunda-feira Capacidade: 1 sala (30 lugares) Telefone: +351 249 977 098
LUSITANUS Largo Marquês de Pombal 2150 Golegã	Horário: 12h – 15h; 19h – 22h30m Dia de encerramento: Terça-Feira Capacidade: 1 sala (65 lugares sentados) Prato típico: Tornado à Lusitanus Telefone: 249 977 572 Parque de Estacionamento
CAFÉ – RESTAURANTE “CENTRAL” Largo Imaculada Conceição 2150 Golegã	Horário: 9h – 24h Dia de Encerramento: 1 de Maio Capacidade: 3 salas (285 +65+25 lugares) Prato Típico: Bife à Central Telefone: +351 249 976 345 http://www.cafecentral.pt
ADEGA TÍPICA “CÚ DA MULA” Rua de Oliveira, nº 50 2150 Golegã	Horário: 8h – 24h ; Refeições: 12h – 15h, 19h – 23h Dia de encerramento: Terça – Feira Capacidade: 1 sala (80 lugares) Prato Típico: Peixe Frito Telefone: 249 976 413
RESTAURANTE “O TÉ” Rua José Relvas, nº 119 2150 Golegã	Horário: 8h – 22h Dia de encerramento: Domingo Capacidade: 2 salas (80+20 lugares) Prato Típico: Leitão Assado Telefone: +351 249 976 404
ADEGA RIBATEJANA Rua José Farinha Relvas, 38 40 2150 Golegã	Horário: 9h-21h Dia de encerramento: Segunda-Feira Capacidade: 2 salas (30+20) Prato Típico: Peixe frito Telefone: +351 249 976 103

**CAFÉ-RESTAURANTE “FONTE DA
GAITA”**

Rua João de Deus, nº173
2150 Golegã

Horário: 12h-14h.30 (restaurante); 6h-22h (Café)
Dia de encerramento: Segunda-Feira
Capacidade: 1 sala (80 lugares)
Prato Típico: Cozido à portuguesa
Telefone: +351 249 976 157

PÁTIO SEVILHANO

Largo da Imaculada Conceição
2150 Golegã

Horário: 9.30h – 23h
Refeições: 12h – 15h, 19h – 23h
Dia de encerramento: Segunda-feira
Capacidade: 1 sala (120 lugares)
Telefone: +351 249 977 443

CAFÉ – RESTAURANTE “O PARQUE”

Largo do Parque de Campismo
2150 Golegã

Horário: 9h – 24h; Refeições: 12h – 15h, 19.30h – 22h
Dia de encerramento: Quinta-feira
Capacidade: 2 salas (44+24 lugares)
Telefone: +351 249 976 787
Parque de Estacionamento

“PÁTIO DO BURGO”

Rua da Misericórdia, nº 18
2150 Azinhaga

Horário: 12h – 15h; 19h – 22h
Dia de encerramento: Segunda-Feira
Capacidade: 1 sala (60/80 lugares)
Prato Típico: Cozinha Regional
Mediante marcação
Animação: Fado e Rancho Folclórico da Azinhaga
Telefone: +351 249 957 216

RESTAURANTE “O CASACA”

Mato de Miranda
2150 Azinhaga

Horário: 12h – 15h
Dia de encerramento: Domingo
Telefone: +351 249 957 516
Capacidade: 40 lugares

ANEXO 16

ALOJAMENTO DO CONCELHO

Hotel Lusitano 4*

Hotel de Charme da Europa

Rua Gil Vicente, nº4

Telefone: +351 249 979 170

Fax: +351 249 979 179

E-mail: info@hotellusitano.com

Lotação: 24 quartos

SPORTHOTEL

Largo D. Manuel I

Telefone: +351 249 979 000

Fax: 249 977 578

E-mail: equuspolis@cm-golega.pt

Lotação: 9 quartos (40 camas individuais)

Mediante marcação, só para grupos.

Apartamentos Cavalo Branco

Rua D. João IV, Largo do Parque de Campismo

Telefone: +351 249 976 222

Fax: +351 249 977 578

E-mail: pcampismo@cm-golega.pt

Lotação: 5 Apartamentos - 6 quartos (6 camas duplas)

Casa da Azinhaga (TH)

Rua da Misericórdia, 26

Telefone: +351 249 957 146

Fax: +351 249 957 182

Lotação: 7 quartos (8 camas individuais e 3 camas duplas)

Quinta de Miranda

Quinta em Mato de Miranda

Telefone: +351249 957 115; +351 919 890 525

Lotação: 3 quartos

Pátio das Vendas

(Hospedagem - Alojamento Local)

Largo Marquês de Pombal

Telefone: +351 249 979 170

Fax: +351 249 979 179

E-mail: info@hotellusitano.com

Lotação: 6 quartos (14 camas individuais)

Apartamentos ANTE-LUSITANUS / CLUBE DO CRIADOR

Pátio dos Campinos Singéis e Felícios, ao Largo Marquês de Pombal

Telefone: +351 249 976 689; +351 912259424

Fax: +351 249 977 104

E-mail: info@lusitanus.pt

Lotação: 6 quartos (12 camas individuais)